

Comissão parlamentar de inquérito à tutela política da gestão da TAP - Transportes Aéreos Portugueses, SGPS, S. A. (TAP SGPS), e da TAP, S. A.

[Inquérito Parlamentar n.º 7/XV/1.ª (BE)]

Reunião n.º 25

17 de maio de 2023

(14,10 h – 02,25 h)

Ordem do dia: — Apreciação e votação de requerimentos: GP IL, para pedido de documentação à DGTF, PARPÚBLICA, SGPS. S.A, TAP, SGPS, Ministério das Finanças e Diogo Lacerda Machado: esclarecimento acerca dos serviços de consultoria requeridos pela TAP sobre o processo de recomposição do capital social mencionado no relatório de auditoria do Tribunal de Contas n.º 10/2018 (2.ª secção); apreciação e votação do pedido de prorrogação de prazo dos trabalhos da comissão, conforme o disposto no artigo 11.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares; outros assuntos.

Audição do Dr. Frederico Pinheiro, ex-Adjunto do Ministro das Infraestruturas, acompanhado do advogado, Dr. João Nabais; audição da Dr.ª Eugénia Correia, na qualidade de Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas.

Presidente da Comissão: António Sales (PS)

Deputados Oradores: André Ventura (CH)

Bernardo Blanco (IL)

Bruno Dias (PCP)

Pedro Filipe Soares (BE)

Bruno Aragão (PS)

Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Paulo Moniz (PSD)

Filipe Melo (CH)

Hugo Carneiro (PSD)

O Sr. **Presidente** (António Sales): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início à reunião.

Eram 14 horas e 10 minutos.

Srs. Jornalistas, vamos ver se temos condições para estabilizar a sala, a fim de começarmos a nossa reunião.

Hoje, como sabem, é, provavelmente, uma reunião com muita gente, pelo que pedia a todos que, de forma consciente, fizessem o maior silêncio possível, para não dizer o menos barulho possível, a fim de que a Comissão possa decorrer de forma tranquila e serena, como todos esperamos.

Vamos então começar com a primeira parte da nossa reunião, que tem a ver com a apreciação e votação de requerimentos.

Temos, assim, um primeiro requerimento da IL com pedido de documentação à DGTF, à PARPÚBLICA, TAP S.A., TAP SGPS, Ministério das Finanças e Dr. Diogo Lacerda Machado, esclarecimento acerca dos serviços da consultoria requeridos pela TAP, sobre o processo de recomposição do capital social mencionado no relatório n.º 10/2018 da Auditoria do Tribunal de Contas, da 2.ª secção.

Srs. Deputados, vamos votar este requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O ponto n.º 2 da nossa ordem de trabalhos consiste na apreciação e votação do pedido de prorrogação do prazo dos trabalhos da Comissão, conforme o disposto no artigo 11.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, uma prorrogação que, como sabem, é pedida por 60 dias.

Srs. Deputados, vamos votar.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, não havendo, por agora, outros assuntos, passo a interromper a sessão para ir buscar o primeiro depoente, o Dr. Frederico Pinheiro.

Eram 14 horas e 12 minutos.

Srs. Deputados, estão retomados os trabalhos.

Eram 14 horas e 18 minutos.

Uma vez mais, muito boa tarde a todas e a todos os Srs. Deputados, e a todas e a todos os Srs. Jornalistas.

Dirijo-me, agora, também ao Dr. Francisco Pinheiro e ao seu advogado. Muito boa tarde aos dois e muito obrigado pela vossa disponibilidade para estarem presentes nesta comissão de inquérito.

Quero dizer-vos que vamos utilizar grelha A, com as três rondas, a 1.^a ronda, a 2.^a ronda e a 3.^a ronda, que também já conhecem. Por metodologia, entendi, e para termos alguma economia de tempo, que a seguir à pergunta seria dada a resposta. Não intervirei, não darei a palavra, para que haja uma fluência maior na pergunta/resposta, ou melhor, só intervirei se houver sobreposição desse diálogo, que peço para que não haja, como é óbvio.

Gostaria, também, de ler os direitos e os deveres do depoente, Dr. Frederico Pinheiro. Estes direitos e deveres do depoente, como sabem e que vou enunciar de seguida, resultam da articulação das normas do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares com as normas do Código de Processo Penal, referentes à prova testemunhal. Creio que é do artigo 128.º ao artigo

139.º, isto, obviamente, são direitos e deveres adequados àquilo que é o inquérito parlamentar.

Direitos: o depoente tem direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando da resposta puder resultar a violação do segredo de justiça, punível criminalmente, nos termos do artigo 371.º do Código Penal. Ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer outra natureza que possam prejudicar a espontaneidade e a sinceridade das respostas. O depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de que possua conhecimento direto. O depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres: o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto do inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão de Inquérito até ser por ela desobrigado. A recusa do depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da lei processual penal. O depoente deve cumprir as ordens legítimas da comissão de inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado sob pena de incorrer na prática do crime de desobediência qualificada (artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares). O depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas sob pena de incorrer no crime de falso testemunho (artigo 360.º do Código Penal). Quando conveniente podem ser mostradas peças de processo e documentos que a eles respeitam; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos e, por último, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida neles indicada: a) Quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos

concretos; b) Quando tiver lugar em função de qualquer ciência técnica ou arte.

Posto esta leitura, vamos então dar início à intervenção inicial do depoente.

Faça favor, Sr. Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro** (ex-Adjunto do Ministro das Infraestruturas João Galamba): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quero começar por agradecer a todos os membros desta comissão parlamentar de inquérito a oportunidade para me fazer ouvir após três semanas durante as quais mantive a reserva pública possível.

Desempenhei as funções de adjunto em gabinetes de três governos liderados pelo Dr. António Costa, durante seis anos. Adjunto na Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, no XXI Governo Constitucional e adjunto no Ministério das Infraestruturas e da Habitação, nos XXII e XXIII Governos Constitucionais, função que mantive, em janeiro passado, quando mudou a sua designação para Ministério das Infraestruturas.

Do primeiro ao último dia, cumpri sempre as minhas funções de forma empenhada e leal. Particpei em processos complexos e de responsabilidade, que obrigavam a jornadas de trabalho contínuas, que muitas vezes começavam às 9 horas da manhã e apenas terminavam às 4 da manhã, vários dias seguidos.

Considero ter sido leal, rigoroso e trabalhador durante todos estes anos. Leal nas diligências efetuadas para o Ministério das Infraestruturas; leal nas dezenas de vezes em que cooperei com o gabinete do Primeiro-Ministro através do Ministério; leal sempre que trabalhei na articulação entre o Governo e o Grupo Parlamentar do PS e leal porque nunca soneguei ou omiti informação para a tomada de decisão política dos membros do Governo com quem trabalhei.

Creio que foi por tudo isto que fui convidado pelo Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, que me conhece há cerca de uma década, para ser seu adjunto. Tenho muito orgulho no trabalho que desenvolvi em equipa nestes seis anos, com destaque para o meu envolvimento e empenho no processo de recuperação da TAP. Guardo na memória a minha participação no processo que culminou nos acordos de emergência com todos os sindicatos da TAP, bem como no processo de elaboração e de aprovação do plano de reestruturação junto da Comissão Europeia.

Entre outras tarefas de responsabilidade que desempenhei fui coordenador de dois grupos de trabalho relacionados com a melhoria operacional nos aeroportos do Faial e da Madeira e, recentemente, representei o Ministro das Infraestruturas numa reunião no Ministério das Finanças sobre o processo de abertura de capital da TAP. A minha competência, seriedade, empenho e lealdade nunca foram colocadas em causa ao longo de seis anos por nenhum dos governantes com quem lidei, apesar de eu não ser membro do Partido Socialista.

Foi, por isso, com incredulidade que vi tudo isto mudar num ápice. Nas três últimas semanas, fui alvo de um tratamento público insultuoso, difamatório e deplorável. Enquanto cidadão anónimo, sem poder de decisão, fui ameaçado pelo SIS (Serviço de Informações de Segurança), fui injuriado e difamado pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Infraestruturas e fui alvo de uma campanha montada pela poderosa máquina de comunicação do Governo, que procurou criar uma narrativa falsa sobre os factos ocorridos.

Apesar de ter de enfrentar esta campanha, nunca deixarei de defender a verdade. Uma mentira repetida mil vezes apenas se torna em verdade se os defensores da verdade o permitirem e eu não o permitirei, mesmo que quem repita a mensagem sejam poderosos responsáveis políticos, com os meios do Estado ao seu dispor e quem defende a verdade seja um mero cidadão.

Não permitirei que destruam o meu bom nome e é também por isso que aqui estou: para defender a verdade e a justiça, para lutar pela minha honra e dignidade e para mostrar aos meus filhos que mesmo perante as maiores infâmias e adversidades, nunca devemos deixar de defender a verdade.

Quem espera que eu venha aqui para fazer um ajuste de contas ficará desiludido, venho defender a verdade dos factos, até porque não sinto mais nada que não seja orgulho pelo que fiz como adjunto em defesa do interesse público, sobretudo no que está relacionado com a TAP, empresa, posso mesmo dizer isto, cuja camisola visto há quatro anos, como todas as pessoas com quem trabalhei no Ministério das Infraestruturas, no Ministério das Finanças e na própria TAP reconhecerão.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, de seguida, deter-me-ei nos temas que creio serem de maior relevância para a CPI. Começo com o caso das notas das reuniões de 16 e de 17 de janeiro de 2023.

Na manhã do dia 11 de janeiro deste ano, o gabinete da Sr.^a Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares deu conhecimento por *e-mail* ao Ministério das Infraestruturas de um requerimento potestativo do Grupo Parlamentar do Chega para uma audição urgente à Presidente da Comissão Executiva da TAP, a Sr.^a Eng.^a Christine.

Nesse dia à tarde, o mesmo gabinete informa o Ministério das Infraestruturas de que, e cito: «A referida audição se irá realizar já sexta-feira, dia 13 de janeiro. Para a audição, o Grupo Parlamentar do PS solicita o envio de elementos informativos que possam sustentar as intervenções na audição.» Lê-se ainda no *e-mail*: «O Grupo Parlamentar do PS está disponível para se considerar importante, uma reunião preparatória da audição. Deixamos ao vosso critério a necessidade dessa reunião.» Mais tarde, os Assuntos Parlamentares informam o Ministério das Infraestruturas do adiamento da audição da CEO da TAP para o dia 18 de janeiro.

Nessa tarde de 11 de janeiro, o Dr. Marco Rebelo, Chefe de Gabinete em substituição do Ministério das Infraestruturas, pede-me para, e cito: «Preparar os elementos e avaliar da pertinência da reunião sugerida», com conhecimento da Chefe de Gabinete, Dr.^a Eugénia Correia. Respondo ao Dr. Marco Rebelo e à Dr.^a Eugénia Correia pelas 17 horas e sugiro por escrito que a resposta ao Grupo Parlamentar do PS deve referir que: «O Ministério das Infraestruturas está obviamente disponível para uma reunião preparatória com o Grupo Parlamentar do PS, caso os Deputados julguem pertinente a realização da mesma.» A resposta enviada ao Grupo Parlamentar respeitou a minha sugestão.

A 13 de janeiro, o Ministério dos Assuntos Parlamentares informa o Ministério das Infraestruturas, e volto a citar, que «o Grupo Parlamentar do PS solicita a realização da reunião preparatória» e pede uma data para o seu agendamento. Após vários *e-mails* é acordado com o Ministério dos Assuntos Parlamentares que a reunião com o Grupo Parlamentar do PS teria lugar dia 17 de janeiro, às 12 horas.

No dia 16 de janeiro de 2023, às 8 horas e 45 da manhã, realiza-se uma reunião preparatória na qual participam o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, a então CEO da TAP, a diretora do Departamento Jurídico da TAP e eu próprio. Esta reunião visava articular a gestão da informação a ser feita pela CEO na audição parlamentar marcada para dois dias depois, a 18 de janeiro, na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Nessa reunião, como sempre acontecia, participei com o meu computador em cima da mesa de reuniões e tirei notas sobre os principais pontos abordados. Desde que iniciei funções no Governo que tiro notas nas reuniões com entidades externas, sempre com o computador em cima da mesa de reuniões. Tenho registo de centenas de reuniões em que utilizei o computador para tirar notas. Só no presente ano acompanhei o Sr. Ministro

das Infraestruturas em 17 reuniões com entidades externas e em todas usei o computador para retirar notas na presença do Dr. João Galamba e dos intervenientes, facto, aliás, confirmado pelo próprio Sr. Ministro na conferência de imprensa que deu a 29 de abril. Se esta comissão parlamentar de inquérito pretender, posso detalhar datas, locais e as entidades externas presentes nestas reuniões. É por isso inverosímil achar-se que eu não tinha as notas de uma reunião tão importante como aquela que está em causa.

Na reunião de 16 de janeiro, o Sr. Ministro das Infraestruturas convida a CEO da TAP a participar, no dia seguinte, numa reunião preparatória de audição parlamentar, diante do Grupo Parlamentar do PS e o Ministério, facto confirmado publicamente pelo Dr. João Galamba na conferência de imprensa a que já aludi.

Na tarde de 16 de janeiro, a CEO da TAP fala comigo ao telefone e comunica-me a intenção de participar na reunião preparatória do dia seguinte, entre o Ministério das Infraestruturas e o Grupo Parlamentar do PS. De imediato informo por escrito o Sr. Ministro das Infraestruturas via *WhatsApp*, e cito: «A TAP quer participar na reunião da manhã com o Grupo Parlamentar do PS. Pode ser?», tendo recebido como resposta «Pode». De imediato envio um *e-mail* aos serviços do Ministério das Infraestruturas a solicitar o envio do convite para a participação da CEO da TAP na reunião preparatória a realizar-se no dia seguinte, 17 de janeiro, via plataforma *Zoom*.

Nessa reunião estiveram presentes, para além de mim próprio, a CEO da TAP, a Diretora do Departamento Jurídico da TAP, a Dr.^a Manuela Simões, a técnica especialista do Ministério das Infraestruturas, a Eng.^a Cátia Rosas, e uma assessora da Sr.^a Ministra dos Assuntos Parlamentares, entre outros participantes. Assumi o papel de coordenador da mesma, intermediando as intervenções do Deputado do PS, Dr. Carlos Pereira, e as da CEO. Foi enquanto cumpri essa função que fui retirando notas sobre os

aspectos mais importantes, o que, obviamente, resultou num documento com várias gralhas e abreviaturas, dada a sobreposição destas tarefas.

No dia 18 de janeiro, acompanhei pela televisão a audição parlamentar e, uma vez mais, tirei notas sobre os principais pontos, tal como fazia sempre com tudo o que estivesse relacionado com a TAP.

No dia 4 de abril de 2023, nesta comissão parlamentar de inquérito é tornado público, na audição à então CEO da TAP, a existência da reunião preparatória do dia 17 de janeiro. Tendo em conta o impacto político e mediático que tal informação gerou, no seu seguimento o Sr. Ministro das Infraestruturas reuniu comigo no dia seguinte, 5 de abril, para abordarmos o tema da reunião preparatória de 17 de janeiro e, antes, repito, o Grupo Parlamentar do PS, o Ministério das Infraestruturas, o Ministério dos Assuntos Parlamentares e a TAP estando presentes na reunião de 5 de abril, o Sr. Ministro, a Sr.^a Chefe de Gabinete e a Eng.^a Cátia Rosas. O ambiente no gabinete era tenso.

Nesse dia eu já tinha sido interpelado por vários membros do gabinete no sentido de recolher informações sobre a marcação da reunião preparatória de 17 de janeiro. Recordo-me, inclusivamente, que até à realização desta reunião, no dia 5 de abril, com o Sr. Ministro das Infraestruturas, tinha sido apenas detetado um *e-mail* meu, enviado ao Dr. Marco Rebelo, Chefe de Gabinete em substituição, a pedir para ser enviado o convite à TAP para a referida reunião. Naquele momento, senti que pairava a ideia de que a decisão de juntar a então CEO da TAP à reunião com o Grupo Parlamentar tinha sido minha.

Nesta reunião indico explicitamente ao Sr. Ministro e restantes presentes ter tomado notas da reunião de 17 de janeiro, que registei no meu computador, e menciono também a reunião de 16 de janeiro, na qual, recordo, participaram o Sr. Ministro e a então CEO da TAP. Indico

igualmente que são registos informais, retirados no bloco de notas do computador, com gralhas.

Nesse momento, descrevo que as notas resumiam o que tinha sido abordado em ambas as reuniões, tendo ficado claro que, na reunião de 17 de janeiro, tinham sido enunciadas algumas das perguntas a serem efetuadas pelo Grupo Parlamentar do PS e tinham sido referidas as respostas, bem como a estratégia comunicacional a adotar então pela CEO da TAP. Em momento algum me foram solicitadas as notas pelo Sr. Ministro ou pela Sr.^a Chefe de Gabinete. Repito, em momento algum me foram solicitadas as notas, sendo certo que sabiam da sua existência.

Ainda nessa reunião de 5 de abril, o Sr. Ministro disse não ver problema no facto de a reunião de 17 de janeiro ser realizada, tendo confirmado a realização da reunião de 16 de janeiro, na qual o próprio tinha participado, com a então CEO da TAP. O Dr. João Galamba disse ainda que tinha sido o próprio, nessa reunião, a indicar à então CEO a existência de uma reunião preparatória entre o Ministério das Infraestruturas e o Grupo Parlamentar do PS, a ter lugar no dia seguinte, facto igualmente confirmado pelo Sr. Ministro na conferência de imprensa do dia 29 de abril.

Nesse momento, a Dr.^a Eugénia Correia, que me pareceu desconhecer a existência da reunião do dia 16 de janeiro, indicou claramente que não seria revelada a existência da reunião que contou com a participação do Sr. Ministro das Infraestruturas e da então CEO da TAP. A Dr.^a Eugénia Correia indicou-me ainda que, em caso de requerimento pela CPI, as notas não seriam entregues, por serem um documento informal.

Nessa noite de 5 de abril, e perante as dúvidas que sentia ainda existirem sobre a minha responsabilidade de juntar a então CEO da TAP à reunião com o Grupo Parlamentar, envio, via *WhatsApp*, ao Sr. Ministro das Infraestruturas um *print screen* de uma interação tida entre nós na tarde de 16 de janeiro, onde ficava evidente que tinha sido o próprio Dr. João

Galamba a autorizar a participação da então CEO da TAP na reunião com o Grupo Parlamentar de 17 de janeiro.

Na manhã do dia seguinte, 6 de abril, a Dr.^a Eugénia Correia solicita-me que procure todas as comunicações com a então CEO da TAP que pudessem estar relacionadas com a marcação da reunião. Indico que não tenho praticamente nada, porque a então CEO tinha ativa no *WhatsApp* a opção de apagar as mensagens uma semana após as mesmas serem enviadas.

Nesse momento, a Dr.^a Eugénia Correia ordena uma intervenção no meu telemóvel para tentar recuperar essas mensagens. Porém — e não tenho nenhuma explicação para este facto —, essa intervenção no meu telemóvel acabou por resultar no apagão total de todo o meu arquivo de *WhatsApp* no telemóvel.

No dia seguinte, 6 de abril, é emitido um comunicado da imprensa no Ministério das Infraestruturas, onde se indica que eu estive presente na reunião de 17 de janeiro, em representação do gabinete. Quero aqui deixar claro que não participei do processo de elaboração do comunicado, nem na sua aprovação final e soube pela imprensa que o mesmo tinha sido publicado.

Do comunicado constam três elementos que me surpreenderam: primeiro, o comunicado omite a realização da reunião de 16 de janeiro, entre o Sr. Ministro das Infraestruturas e a CEO da TAP. Segundo, omite o facto de o Sr. Ministro ter tido um papel explícito e ativo na promoção da participação da TAP na reunião com o Grupo Parlamentar do PS, referindo-se ao contrário, que o Dr. João Galamba não se opôs à participação da TAP na reunião. Terceiro e último elemento, o comunicado refere o meu nome, facto que, como imaginam, me deixou verdadeiramente perplexo. Em seis anos como adjunto do Governo, nunca vi nomes de membros de um gabinete referidos em comunicados de imprensa. Esta identificação nominal era, naturalmente, ainda mais grave, dado que já estava a decorrer esta CPI e, a partir daquele momento, passei a poder ser chamado à mesma.

A sucessão de acontecimentos nestes primeiros dias de abril, que culmina com a produção deste comunicado de imprensa, representou para mim um momento decisivo porque foi a demonstração de que havia, já nessa altura, intenção de omitir informação, numa clara tentativa de desresponsabilização política.

Nas duas semanas seguintes, não tenho registo de qualquer contacto da parte do Sr. Ministro das Infraestruturas ou da Sr.^a Chefe de Gabinete sobre este tema.

A 24 de abril, a Eng.^a Cátia Rosas indica-me, pouco antes das 18 horas, quando estava eu de saída do Ministério das Infraestruturas, que o Gabinete ia responder à comissão parlamentar de inquérito, no âmbito de um requerimento, que não existiam notas da reunião do dia 17 de janeiro entre o Grupo Parlamentar e a ex-CEO da TAP. Nesse momento mostra-me um papel impresso com as respostas. Nessa proposta de resposta omite-se, novamente, que a participação da CEO da TAP na reunião tinha resultado da iniciativa do Sr. Ministro das Infraestruturas numa reunião prévia e omite-se que a reunião de 17 de janeiro tinha sido uma reunião preparatória com o Grupo Parlamentar do PS, sobre a audição à Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP, segundo o título da reunião. E, naturalmente, omite também a informação de que havia notas destas reuniões, ainda que informais.

É nesse momento que chamo a atenção da Eng.^a Cátia Rosas para o facto de, no seguimento do comunicado do Ministério das Infraestruturas, de 6 de abril, no qual o meu nome tinha sido mencionado, ser provável vir a ser chamado à comissão parlamentar de inquérito e que, a acontecer, seria obrigado, em nome da verdade, a contradizer a informação que estava naquela resposta.

A Eng.^a Cátia Rosas retorquiu, dizendo que o que existia eram as minhas notas informais, ao que eu respondi que, ainda assim, eram notas e

que, se fosse questionado na CPI sobre o tema, teria de as revelar. A Eng.^a Cátia Rosas informou-me que a resposta para a CPI teria de ser enviada naquele dia, algo que eu desconhecia em absoluto, por não ter sido, em momento algum, envolvido no processo de elaboração desta resposta. Ficou combinado que me enviaria a proposta de resposta por *e-mail*, para eu enviar, por *e-mail*, até às 19 horas desse dia, as minhas sugestões e que, entretanto, a própria falaria com a Sr.^a Chefe de Gabinete. Foi a primeira vez, já depois de eu sublinhar que teria de falar delas, caso fosse à CPI, que me pediram para enviar as notas. Repito: foi a primeira vez que me pediram para enviar as notas.

De seguida, saio do Ministério e recebo um *e-mail* da Eng.^a Cátia Rosas às 18 horas e 8 minutos e o mesmo começa assim, e cito: «Apoio, Ministério das Infraestruturas, fazer ofício, que tem de sair hoje, com o seguinte teor e em resposta ao pedido abaixo, e fazer ofício autónomo ao Gabinete da Ministra dos Assuntos Parlamentares, a dar conhecimento desta resposta».

Nesse momento, presumi, erradamente, que a resposta iria seguir tal como estava. Dei, naquele momento, bem ou mal, o tema como fechado, o que me levou a não enviar nenhuma sugestão de alteração. Estive afastado do telemóvel, das 18 horas e 30 minutos às 20 horas e 20 minutos. Durante esse período, a Eng.^a Cátia Rosas liga-me três vezes. Devolvo a chamada às 20 horas e 26 minutos e a Eng.^a Cátia Rosas pergunta-me se eu tinha visto o *e-mail*, ao que respondo que sim e explico porque não respondi. A Eng.^a Cátia Rosas refere que eu era o único destinatário e que aquele *e-mail* não havia sido enviado ao apoio. Explico-lhe que, por lapso meu, que assumo, não tinha reparado nos destinatários e que, sendo assim, responderia de imediato com as sugestões de alteração. A Eng.^a Cátia Rosas informa-me de que não seria preciso responder, dado que tinha sido efetuado um pedido de prorrogação do prazo para responder à comissão parlamentar de inquérito.

O novo prazo era até às 9 horas e 30 minutos da manhã do dia 26 de abril. Fica então combinado que eu enviaria as minhas sugestões de resposta ao requerimento até ao final do dia seguinte, dia 25 de abril. Repito, fica combinado que eu enviaria as minhas sugestões de resposta ao requerimento até ao final do dia 25 de abril, feriado, que era o dia seguinte. Tendo presente esta combinação, assim como outros compromissos que tinha nesse feriado, organizo-me para tratar do envio destas sugestões até ao final do dia.

Na madrugada de 25 de abril, recebo uma mensagem da Dr.^a Eugénia Correia, às 2 horas e 57 minutos, a pedir as minhas notas com a máxima urgência. Recebo uma mensagem do Sr. Ministro, de teor semelhante, às 4 horas e 14 minutos. Apenas li as mensagens após as 14 horas do dia 25 de abril, pois nessa manhã estive bastante ocupado com uma atividade pessoal que me foi bastante exigente. Terminada essa atividade pelas 14 horas, depois de ler as duas mensagens, respondo o seguinte, às 14 horas e 11 minutos, e cito: «Olá Eugénia e João, boa tarde. Só vi agora o telemóvel. As notas que referi ontem à Cátia são as mesmas que referi e li na nossa reunião no gabinete de Eugénia. Na altura, considerámos todos que, sendo algo informal, não seria de relevar. No entanto, depois disto, segui um comunicado de imprensa a indicar o meu nome, como tendo estado presente na reunião. Como referi então, tal decisão criou a possibilidade de eu ser chamado à comissão parlamentar de inquérito. Se tal acontecer, eu terei de referir que tenho estas notas. Dito isto, creio que a decisão de não revelar a existência destas notas deve ser revista.»

A Sr.^a Chefe de Gabinete tinha-me telefonado cinco vezes, entre as 12 horas e 59 minutos e as 13 horas e 23 minutos, mas conforme já disse, não estive com o telemóvel nessa manhã.

O Sr. Ministro, às 14 horas e 36 minutos, solicita-me por mensagem que entre em contato com a Dr.^a Eugénia Correia. Depois de várias tentativas, consigo finalmente chegar ao contacto, às 14 horas e 52 minutos.

Nessa chamada, a Dr.^a Eugénia Correia dirige-se a mim num tom muitíssimo exaltado, algo que nunca tinha ocorrido até então. Pede-me insistentemente que envie de imediato as notas, ao que informo insistentemente que isso seria impossível, porque não estava ainda em Lisboa, onde estava o computador, e que tinha combinado com a Eng.^a Cátia Rosas enviar as notas até ao final do dia, no âmbito das sugestões de resposta ao requerimento da CPI.

Nesse momento, percebo que a Dr.^a Eugénia Correia, que estava em Singapura, pensa que já é final do dia, e eu clarifico que em Portugal são 15 horas e que até às 22 horas, como combinado anteriormente, eu enviaria as notas. A Dr.^a Eugénia Correia aceita e fica renovado o compromisso de enviar toda a informação até ao final do dia.

O Sr. Ministro das Infraestruturas, entretanto, telefona-me às 16 horas e 55 minutos, 17 horas e 9 minutos e 17 horas e 13 minutos. Nesse período já me encontrava em Lisboa, no entanto, estava com os meus filhos a participar no desfile do 25 de Abril, não tendo, por isso, ouvido o telefone. Às 17 horas e 17 minutos devolvo a chamada ao Sr. Ministro. O Dr. João Galamba atende-me exaltado, grita e exige-me que eu vá buscar o computador imediatamente para enviar as notas. Informo que naquele momento tal era impossível, e que já tinha combinado com a Sr.^a Chefe de Gabinete que iria enviar as notas ao final do dia.

Devo aqui mencionar, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que fiquei extremamente perturbado pela forma completamente desrespeitosa e inaceitável com que o Sr. Ministro falou comigo. Nunca um superior hierárquico tinha falado comigo daquela forma.

Nesse mesmo dia à noite, enviei por *e-mail*, às 22 horas e 8 minutos, como sempre esteve combinado, ao Sr. Ministro das Infraestruturas e à Sr.^a Chefe de Gabinete, por *e-mail*, as notas que tirei das reuniões das 16 horas e de 17 horas de janeiro. Ou seja, enviei as notas dentro do prazo combinado

com a Eng.^a Cátia Rosas no dia anterior e com a Sr.^a Chefe de Gabinete nessa tarde.

Para além das notas da reunião do dia 17 de janeiro fiz questão de enviar também as notas da reunião do dia 16 de janeiro, embora as mesmas nunca me tenham sido solicitadas. Recordo que a existência dessa reunião de 16 de janeiro não era do conhecimento público. Enviei ainda às 22 horas e 19 minutos as minhas sugestões de alteração à resposta a enviar à comissão parlamentar de inquérito no âmbito do requerimento que tinha sido feito ao Ministério das Infraestruturas, onde volto a transcrever as notas da reunião de 17 de janeiro.

As minhas diversas sugestões foram no sentido da divulgação das notas tiradas na reunião de 17 de janeiro. Gostaria de me disponibilizar para entregar à CPI estes *e-mails*, mas foi-me cortado o acesso ao meu *e-mail* de trabalho logo no dia 26 de abril e o Governo nunca respondeu, até à presente data, ao meu pedido de acesso ao arquivo de *e-mails* a que tenho legalmente direito.

Tendo presente a proposta de resposta do Ministério das Infraestruturas ao requerimento da CPI, bem como as omissões contidas no comunicado de imprensa do Ministério das Infraestruturas de 6 de abril sobre o mesmo tema, parece-me evidente a existência de um padrão de omissões e contradições, algo que já foi inclusive, realçado publicamente por membros do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Fica, aliás, claro que se havia alguém a querer esconder ou omitir factos, essa pessoa não era eu. Já agora, vale a pena perguntar que interesse ou vantagem teria eu, um mero adjunto, que sempre foi leal e honesto no seu trabalho, em omitir ou ocultar esta informação. Não consigo vislumbrar absolutamente nada.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, abordarei de seguida a questão do meu acesso à informação classificada. Como é hoje público, foram

desencadeados, a pedido do Ministério das Infraestruturas, diversos meios do Estado para recuperar o computador que eu utilizava como instrumento de trabalho, alegadamente devido à informação classificada que estava no computador.

Em primeiro lugar, quero afirmar perante as Sr.^{as} e os Srs. Deputados desta Comissão que eu não roubei nem furtei computador algum. Não me irei deter neste ponto, estando, obviamente, disponível para prestar os esclarecimentos necessários ao longo desta audição, mas eu queria focar-me agora na informação confidencial e no acesso à mesma.

Saí do Ministério das Infraestruturas por volta das 21 horas e 30 minutos do dia 26 de abril, acompanhado por quatro agentes da PSP, a quem eu tive de telefonar para pôr fim ao meu sequestro dentro do edifício do Ministério das Infraestruturas.

Fui para casa e copieei a informação que estava no computador com o qual trabalhei nos últimos quatro anos: documentos pessoais, fotografias da minha família e amigos, documentos relacionados com o meu doutoramento, mas também, evidentemente, notas das reuniões nas quais eu tinha participado e diversos documentos de trabalho.

Assim que terminei de o fazer, às 23 horas e 2 minutos, enviei um *e-mail* dirigido ao Sr. Diretor do CEGER, o Centro de Gestão da Rede Informática do Governo, com o conhecimento do Sr. Ministro das Infraestruturas, da Sr.^a Chefe de Gabinete e do elo do CEGER no Ministério das Infraestruturas. O *e-mail* partiu do meu endereço pessoal porque o acesso à minha conta de *e-mail* profissional já tinha sido, nesse momento, bloqueado, àquela hora. Disponibilizo-me, naturalmente, para enviar uma cópia deste *e-mail* à comissão parlamentar de inquérito.

Suspeito que em nenhum momento o Sr. Ministro das Infraestruturas ou a Sr.^a Chefe de Gabinete tenham informado as autoridades contactadas, tanto quanto sei o SIS, a PJ (Polícia Judiciária) e até outros membros do

Governo contactados, da minha total disponibilidade para entregar voluntariamente o computador. Neste *e-mail* informo que iria cessar funções como adjunto; informo que, estranhamente, perdi o acesso ao meu *e-mail* do Ministério. Solicito o *backup* do meu *e-mail* no Gabinete do Ministro das Infraestruturas e dos documentos da minha autoria armazenados na *cloud* do Ministério. Solicito o agendamento para a entrega do computador e do telemóvel de serviço e a entrega dos *backups* pedidos, tal como me é legalmente garantido.

Três semanas depois, Sr.^{as} e Srs. Deputados, ainda ninguém, da parte do CEGER ou de outra entidade do Governo, respondeu a este *e-mail*, que, recorde, foi também enviado para o Sr. Ministro das Infraestruturas e para a Sr.^a Chefe de Gabinete. Sublinho: após três semanas, ainda ninguém me entregou o *backup* dos meus *e-mails* do Gabinete do Ministério, o *backup* do meu trabalho, nem sequer me agendou uma data para entregar o telemóvel de serviço, conforme solicitei no dia 26 de abril.

O telemóvel que aqui tenho, Srs. Deputados, não é apenas um telefone, é um minicomputador...

Neste momento, o depoente exhibe um telemóvel.

... como sabem, obviamente com capacidade para armazenar ficheiros, incluindo ficheiros classificados.

Estranhamente, nunca foi preocupação do Sr. Ministro das Infraestruturas e do Governo recuperar o telemóvel que eu prontamente me disponibilizei para entregar. Toda a coação e abuso de poder a que fui sujeito pelos meios do Estado usados pelo Governo de forma desproporcionada, desnecessária e, na opinião de muitos, ilegal, foi dirigida exclusivamente para a recuperação do computador. Porquê, Sr.^{as} e Srs. Deputados? Porque, como já referi, era efetivamente no computador que eu guardava as notas

sobre todas as reuniões em que participava e não no telemóvel. Ou ainda, porque o objetivo do Governo não era a salvaguarda da informação classificada, mas sim a intimidação e a ameaça a um cidadão sem qualquer poder político.

Continuo, a esta hora, a aguardar que seja feito, por parte do Governo, o agendamento para eu entregar este minicomputador.

Sobre os documentos classificados importa esclarecer o seguinte: todos os documentos classificados, foram-no por minha sugestão e parecer. Repito: todos os documentos classificados, foram-no por minha sugestão e parecer.

Os documentos são classificados no seguimento do pedido feito por esta CPI ao Ministério das Infraestruturas. Nessa altura, eu indico à Sr.^a Chefe do Gabinete 10 documentos que deveriam, a meu ver, ser classificados por conterem informação confidencial sensível, que, a ser conhecida, poderia trazer um dano para a TAP. Refiro-me, por exemplo, a partes do plano de reestruturação da empresa, com dados sobre a rentabilidade das rotas, a taxa de ocupação de certas rotas ou informação financeira sensível, que nenhuma empresa expõe aos seus concorrentes.

Segundo me foi explicado durante o processo de classificação dos documentos, no qual apenas eu e a Sr.^a Chefe do Gabinete participamos com militares do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), os documentos classificados são aqueles que são entregues fisicamente aos militares do GNS, os restantes deveriam desaparecer.

Ora, como imaginam, é praticamente impossível que tal aconteça, porque há dezenas de cópias dos ficheiros digitais. Por exemplo, o plano de reestruturação da TAP deverá ser acedido por várias pessoas da TAP que não foram credenciadas, ou seja, que não estão autorizadas para ter acesso a informação classificada, mas é natural que tenham acesso, são as pessoas responsáveis pela execução do plano.

O mesmo se passa no Ministério das Finanças e no Ministério das Infraestruturas, e também na própria Comissão Europeia, já agora, que tem necessariamente acesso a este documento para monitorizar o cumprimento do plano.

O mesmo se passa com o *market sounding* relativo à privatização da empresa, cujas cópias estão nas mãos de pessoas não credenciadas, quer da TAP, quer do Ministério das Finanças.

O mesmo acontecerá com outros documentos que foram classificados como confidenciais, por meu parecer, junto do GNS, e que tinha no meu computador e no meu telemóvel.

Alguns destes documentos fazem parte da correspondência da TAP com o Ministério das Infraestruturas e podem ser consultados livremente pelos membros dos gabinetes que acedem ao sistema de arquivo documental, desde secretárias a adjuntos, sem que para tal tenham sido sujeitos ao processo de credenciação previsto na lei.

Informo as Sr.^{as} e os Srs. Deputados que não tenho na minha posse qualquer documento classificado, seja em formato digital ou físico. Eliminei todas as cópias que tinha dos documentos classificados, com os quais trabalhei durante anos e que conheço perfeitamente.

Sempre fui, como disse, um profissional dedicado, leal e honesto. O maior reconhecimento disso é o facto de a minha credibilidade, respeitabilidade e responsabilidade ter tido tradução na confiança depositada em mim para participar em todas as reuniões de negociação com a Comissão Europeia, um dossiê muito sensível para o destino da TAP e do País. E isso manteve-se com o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, que me mandou para participar em reuniões relativas ao processo de abertura de capital da empresa, nas quais tive acesso a informação sensível que, obviamente, nunca divulguei, nem divulgarei, a bem do interesse nacional.

Não deixei de ser honesto, honrado e leal depois de ser afastado de um gabinete do Governo. Não havia, por isso, nenhum risco de transmissão de informação classificada em minha posse, nem nunca houve, e essa informação não foi divulgada, mesmo que o Governo se tenha esquecido de vir buscar este telemóvel,...

O depoente exige novamente o telemóvel.

... que me voluntariei a entregar desde que saí do Ministério e onde tinha guardado informação classificada, que eu próprio tive o cuidado de apagar.

Nunca, em momento algum, faria algo que pudesse prejudicar a TAP ou Portugal. Todo o meu trabalho nos últimos quatro anos foi dedicado precisamente a trabalhar em prol dos interesses da TAP e do meu País.

Sei que a minha intervenção já vai longa, Sr. Presidente, mas estou prestes a concluir.

Não é fácil ficar semanas a ser publicamente destruído por uma instituição que lealmente servi. Ao longo deste período, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Infraestruturas dirigiram-me acusações injuriosas, difamatórias e deploráveis, sobre o que aconteceu no dia 26 de abril. Essa campanha, alimentada pela máquina de comunicação do Governo, teve como principal objetivo afetar a minha honra e credibilidade perante o País e perante os membros desta Comissão.

Às 20 horas e 40 minutos do dia 26 de abril, o Sr. Ministro das Infraestruturas liga-me e comunica-me que estava despedido. Manifestei o meu desagrado pelo facto de me despedir por telefone, algo que viola os meus padrões de decência elementar e, julgava eu, os do Dr. João Galamba, que se dirigiu a mim em termos absolutamente impróprios numa relação laboral e que me escuso de reproduzir aqui. A chamada durou pouco mais de

um minuto e em momento algum me foi referido qualquer despacho de exoneração, nem qualquer impedimento de acesso ao ministério.

Os factos que ocorreram naquela noite de 26 de abril, depois de eu ter entrado no ministério para recolher os meus pertences e sem que alguém me tenha proibido de entrar, foram amplamente noticiados nos meios de comunicação nas últimas semanas.

Queria reafirmar, aqui, a mensagem que tenho passado desde o primeiro momento em que começaram a ser espalhadas mentiras sobre o que aconteceu naquela noite e deixar claro, perante esta Comissão e perante o País: não agredi ninguém, apenas me libertei, em legítima defesa, de quatro pessoas que me empurraram e puxaram e me tentaram tirar a mochila.

Fui eu que chamei a polícia para abandonar o edifício onde me tinham sequestrado. Não roubei, furtei ou fugi com o computador que me foi adstrito pelo Ministério das Infraestruturas. Não parti nenhum vidro do ministério com a minha bicicleta ou com qualquer outro objeto. Estas acusações, com as quais membros do Governo tentaram manchar o meu bom nome, são falsas, injuriosas e difamatórias, como o tempo e os factos demonstram.

Tenho 37 anos, nasci na liberdade que o 25 de Abril deu ao nosso País. Estou convicto de que vivo num Estado de direito democrático, onde a presunção de inocência protege qualquer cidadão. Infelizmente, sinto na pele que os maiores responsáveis das nossas instituições políticas, que deviam dar ao País um exemplo de confiabilidade, credibilidade, autoridade e de respeitabilidade, não respeitam os mais básicos princípios de um Estado de direito.

É porque acredito nos princípios de uma sociedade decente, uma sociedade em que as instituições e os seus representantes não humilham cidadãos impunemente, que me defenderei das acusações e pugnarei pela defesa dos meus direitos nas instâncias judiciais próprias.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, para terminar, queria recordar como comecei.

Servi, durante seis anos, três governos liderados pelo atual Primeiro-Ministro de Portugal. Tenho muito orgulho no trabalho desenvolvido ao longo deste período e na dedicação que demonstrei, não só ao Governo e ao Ministério das Infraestruturas, mas também à TAP, como empresa estratégica que é para a economia nacional.

Desempenhei as minhas funções sempre com empenho, responsabilidade, lealdade, do primeiro ao último dia. Essa lealdade à TAP, ao interesse público e ao País não desapareceu só porque fui afastado do Ministério das Infraestruturas.

O meu nome, a minha dignidade, foram alvos de uma campanha injuriosa, mentirosa e difamatória, movida por altos responsáveis políticos, com os meios do Estado ao seu dispor. Defender-me-ei nas instâncias judiciais apropriadas, como é próprio num Estado de direito democrático, enquanto aguardo que este episódio termine para que eu possa reconstruir a minha vida.

Muito obrigado pela atenção. Estou, obviamente, disponível para prestar os esclarecimentos que julguem pertinentes, nomeadamente no que tange ao lamentável episódio da intervenção do SIS, isto se as Sr.^{as} e os Srs. Deputados entenderem que tal faz parte dos trabalhos desta comissão parlamentar de inquérito.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Frederico Pinheiro.

Eu sugeria, se estiver de acordo, que pudéssemos distribuir o seu depoimento por todos os grupos parlamentares. Isso facilitaria quer a leitura, a releitura, quer a interpretação, enfim, e pediria aos serviços para que se disponibilizassem para que pudessem reproduzir o documento.

Assim sendo, vamos então começar a nossa reunião e, de acordo com a rotatividade que imprimimos... Pedia silêncio na sala, pedia o máximo de silêncio na sala. Está muita gente e pedia silêncio para que pudéssemos ouvir a primeira intervenção, que vai pertencer ao Chega, ao Sr. Deputado André Ventura.

Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Começo por cumprimentá-lo, a si e a esta Comissão.

Sendo a minha primeira participação nestes trabalhos, e para não perder mais tempo, vou dirigir-me e focar-me naquilo que foi hoje dito aqui e nas questões que aqui tratamos.

Começava por dizer que é inacreditável aquilo que ouvimos aqui hoje e com um pendor muito, muito significativo, e eu espero que, quer as instituições democráticas políticas, quer o Ministério Público estejam atentos e que esta Comissão faça chegar ao Ministério Público alguns dos elementos que hoje aqui foram revelados e, sob juramento, aqui indicados.

Dr. Frederico, em nome do Chega, agradeço-lhe a disponibilidade para vir a esta Comissão de Inquérito, a sua disponibilidade para com a verdade e, sobretudo, a sua preocupação com a verdade.

Foi exonerado por telefone, já todos percebemos isso, foi acusado de roubo por um primeiro-ministro e por um ministro. Deve ser uma situação inédita em democracia, ser acusado de roubo por um primeiro-ministro e por um ministro.

Por isso, gostava de lhe perguntar duas coisas iniciais, muito simples: se recorreu, ou não, à força física e à violência para se apropriar de um aparelho que pertencia ao Estado; e se, o que parece depreender-se daquilo que já nos disse aqui, vai processar o Primeiro-Ministro e o Ministro Adjunto por lhe imputarem condutas criminosas de forma falsa.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

De facto, acho necessário, e justo, esclarecer o que aconteceu, até porque, como referi, nas últimas três semanas, o Governo e o Ministério das Infraestruturas, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Infraestruturas fizeram-me acusações injuriosas, difamatórias e inadmissíveis.

Trabalhei no dia 26 de abril. Nessa noite, como referi, às 20 horas e 40 minutos, o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, liga-me e comunica-me que estou despedido. No momento, o Sr. Ministro das Infraestruturas dirigiu-se a mim em termos absolutamente impróprios numa relação laboral. Foi um choque.

A chamada dura 1 minuto e 22 segundos e em momento algum me é referido qualquer despacho de exoneração, nem qualquer impedimento de acesso ao Ministério das Infraestruturas. A palavra «exoneração» não foi sequer utilizada e não me é apresentado qualquer impedimento de acesso às instalações do ministério.

Estava perto de Sete Rios quando recebo o referido telefonema. Estou a dirigir-me, de bicicleta, para casa e a caminho fica o Ministério das Infraestruturas. Decido ir ao ministério recolher os meus pertences para não ter de voltar mais ao gabinete no dia seguinte. Não faço qualquer desvio no meu caminho para ir ao ministério. Ainda hoje passo quase todos os dias pelo Ministério das Infraestruturas, porque faz parte de um dos meus trajetos quotidianos.

Entro no Ministério das Infraestruturas como sempre o tinha feito nos quatro anos anteriores. Ninguém me proibiu de entrar, nem mesmo o segurança do edifício, não houve nenhuma ordem para me impedirem de entrar no edifício. Subo ao 4.º piso, onde se situa o Ministério das Infraestruturas, e vejo a Dr.^a Paula Lagarto, assessora de imprensa, a vigiar

a minha sala. Estava, claramente, à espera de que eu fosse ao ministério, mas o computador estava no mesmo sítio. Ninguém o tinha retirado do local.

A Dr.^a Paula Lagarto estava tensa e nervosa. Quando me vê, diz, de forma muitíssimo exaltada, para me dirigir ao gabinete da Sr.^a Chefe de Gabinete, a Dr.^a Eugénia Correia. Repete duas vezes. Em ambos os casos recuso e digo que vou arrumar as minhas coisas e que me vou embora.

O computador estava em cima da minha secretária, repito, onde sempre estava. Não tinha sido removido.

Nesse momento, a Dr.^a Paula Lagarto começa a gritar e a chamar a Dr.^a Eugénia Correia, dizendo que eu não queria ir ao gabinete dela e que estava a levar o computador embora.

Numa questão de segundos, chegam ao meu gabinete a Dr.^a Eugénia Correia e a Eng.^a Cátia Rosas. A Sr.^a Chefe do Gabinete diz-me que eu não vou levar o computador do ministério. O ambiente é tenso e o tom ameaçador.

Nesse momento, a Dr.^a Eugénia Correia agarra a minha mochila, onde estava o computador, e a Dr.^a Paula Lagarto e a Eng.^a Cátia Rosas procuram agarrar-me os braços e empurram-me, com o intuito de me fazerem largar a mochila. Não largo. E, nesse momento, chega a Dr.^a Rita Penela, igualmente assessora de comunicação, que também tenta agarrar e agarra a minha mochila.

Neste momento, tenho quatro membros do gabinete do Ministro das Infraestruturas a agarrarem-me e a empurrarem-me e a procurarem tirar-me a mochila, numa situação completamente absurda e quase surreal.

Sublinho, neste ponto, que há mesmo um comunicado que foi enviado pelo Ministério das Infraestruturas para as redações, em *off*, onde se admite isto mesmo: foram as pessoas do Ministério das Infraestruturas que se atiraram para cima de mim, com o objetivo de me tirarem a mochila. Posso distribuir esse comunicado pela CPI, se assim o entenderem.

Ordeno aos gritos para me largarem. Não o fazem e eu liberto-me e, de imediato, vou para a garagem, pelas escadas, que se situam no piso -1. Tento abrir a porta da garagem, mas percebo que me trancaram dentro do edifício.

De imediato, ligo à PSP (Polícia de Segurança Pública), às 21 horas e 2 minutos, e relato o que tinha sucedido. Peço ajuda para me libertarem do edifício onde me prenderam. A PSP indica que vai enviar ajuda.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, detenho-me neste ponto do relato para salientar que não houve qualquer agressão da minha parte. Fui agarrado por quatro pessoas, que me tentavam impedir de trazer a minha mochila. Liberto-me em legítima defesa e chamo a polícia.

Reforço este ponto: fui eu que chamei a polícia, às 21 horas e 2 minutos, logo a seguir a ter conseguido libertar-me das quatro pessoas que me agarravam, empurravam e que me queriam tirar a mochila.

E faço-o porque sou o agredido e não o agressor e tenho um relatório médico onde estão descritos os ferimentos que me provocaram.

Nesse momento, pego na minha bicicleta e subo pelas escadas ao piso 0, onde se encontra a entrada principal. Tento sair, mas, como suspeitava, também essa porta está trancada.

O segurança recusa-se a abrir a porta, porque diz ter recebido ordens para fechar o edifício. Estou, nesse momento, muito aflito, porque percebo que estou sequestrado no ministério. Tinha acabado de ser manietado por quatro pessoas. Estou completamente sozinho e ninguém me vem ajudar.

Discuto com o segurança, que se recusa de forma persistente a abrir a porta. Ao contrário do que foi publicamente difundido, não há nenhum vidro partido com uma bicicleta ou com qualquer outro objeto.

Aliás, três dias depois do incidente, realizou-se uma conferência de imprensa no Ministério das Infraestruturas, na qual participaram dezenas de jornalistas que entraram no edifício pela porta por onde, supostamente, eu

teria partido um vidro. E, no Ministério das Infraestruturas, na entrada, apenas existem portas de vidro. Ninguém viu nada partido, pela simples razão de que essas alegações são falsas.

Cerca de 20 minutos depois de ter chamado a PSP, volto a subir ao 4.º piso, para arrumar outros bens pessoais que não tinha tido tempo de arrumar. Entro na minha sala e não está lá ninguém. Retiro o computador da mochila e todos os outros bens.

Neste momento, chegam quatro elementos da PSP, que eu tinha chamado. Relato à PSP o que se tinha passado. Arrumo as minhas coisas na mochila e arrumo o computador, em frente aos elementos da PSP.

Findo o relato, um agente da PSP recolhe os meus dados e pergunta-me se pretendo apresentar participação. Respondo nos seguintes termos: «Não. Eu só quero ir para casa ter com a minha família.» Os agentes da PSP informam-me de que tenho seis meses para efetuar uma participação, mas a minha única intenção era sair do ministério e deixar o sucedido para trás.

Estou com os agentes da PSP cerca de 10 minutos, no Ministério das Infraestruturas, a dois metros das casas de banho. Ninguém saiu das casas de banho nesse momento.

O Ministério das Infraestruturas tornou pública a informação de que as pessoas que estariam escondidas nas casas de banho — o que, tendo em conta que eu estava a tentar sair do ministério, faz pouco sentido — souberam pelo telefone que eu estava no 4.º piso acompanhado da PSP, que eu tinha chamado.

Estas quatro pessoas não tiveram aqui uma oportunidade de ouro para me denunciarem à PSP, em frente aos agentes?

No *Expresso* desta semana lê-se que a PSP, quando chegou ao 4.º piso, procurou pessoas presentes. Fez-se ouvir, mas ninguém respondeu. Fico, sinceramente, com a dúvida se as quatro pessoas estavam realmente escondidas de mim, que tinha chamado a polícia por ter sido manietado e

sequestrado no Ministério das Infraestruturas, ou se estavam, na verdade, escondidas da PSP.

De seguida, desço no elevador, acompanhado de dois dos quatro agentes da PSP, que dão ordem ao segurança para abrir a porta. Saio do ministério sem pressa, de bicicleta, com uma mochila pesada nas costas e com um livro na mão. Por tudo isto, ando lentamente na bicicleta, a caminho de casa, ao contrário da narrativa disseminada publicamente.

Creio que fica claro que não fujo do ministério, após ter roubado um computador. Saio do ministério lentamente, após a PSP me ter aberto a porta, acabando, dessa forma, o meu surreal sequestro dentro do edifício.

Sr. Deputado, com tudo o que acabo de descrever, quero deixar novamente claro: não agredi ninguém, libertei-me em legítima defesa de quatro pessoas e chamei, de imediato, a polícia. Não roubei, furtei ou fugi com um computador do Ministério das Infraestruturas. Saí do ministério na presença da PSP, que eu próprio tinha chamado. Não houve nenhum vidro partido com uma bicicleta ou com qualquer outro objeto, como é facilmente verificável no local.

Estas acusações, com as quais membros do Governo tentaram manchar a minha reputação, são falsas, injuriosas e difamatórias, como o tempo e os factos têm demonstrado, nas últimas três semanas.

A verdade acaba por vir sempre ao de cima e, desta vez, nem foi preciso esperar muito tempo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Dr. Frederico. Em relação aos documentos que aqui referiu, nomeadamente ao relatório médico, penso que seriam do maior interesse para esta Comissão, e outros que se reportam aos factos que aí relatou.

Há aqui um dado que me parece importante. O crime de sequestro é um crime público e penso que, nos termos do Regime Jurídico dos Inquéritos

Parlamentares, esta Comissão deve dar conhecimento ao Ministério Público dos factos que acabou de relatar, para que o Ministério Público, sem necessidade de qualquer participação sua em seis meses, ou em 10 ou em 20, possa levar a cabo esta ação criminal, porque — repito — o crime é público e o Ministério Público deve pegar no que aqui foi dito, nesta comissão parlamentar de inquérito.

Em todo o caso, Dr. Frederico, há uma questão que me parece aqui importante também. Já percebemos o contexto espacial e físico em que a ação ocorreu. Pergunto-lhe se quando o Ministro João Galamba o contacta para o exonerar, sem qualquer despacho, sem referir a exoneração, usa alguma ameaça física e se a expressão que ficou tornada pública — «se estivesse ao pé de mim, levaria dois socos» — ou algo parecido lhe foi transmitido por telefone, porque isso é importante para esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, Sr. Deputado, foi isso que aconteceu.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Muito obrigado. Sr. Presidente, é importante termos esta informação registada também.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu nunca vou interromper, pode prosseguir.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Certo, já percebi, Sr. Presidente.

Dr. Frederico Pinheiro, uma das expressões que utilizou durante a sua intervenção penso que a qualquer Deputado nesta sala deixa particularmente

perturbado e aos juristas deixará triplamente perturbado. Disse — penso que a expressão é esta, corrigir-me-á se tiver enganado —: «A Dr.^a Eugénia ordenou então uma intervenção no meu telemóvel.»

Isto é de uma gravidade extrema, e gostava de saber, e penso que esta Comissão de Inquérito tem de saber, a que título é que uma chefe de gabinete ordena uma intervenção no seu telemóvel, que intervenção foi essa e o que é que apagou e que serviço é que levou a cabo — se foi o CEGER ou se foi outro — qualquer intervenção no seu telemóvel, porque isso é uma medida exclusivamente judicial e de polícia.

Por isso, gostávamos de saber que tipo de intervenção foi, quem deu a ordem e quem a executou.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que aconteceu foi o que eu referi e tentei relatar com o máximo pormenor. Naquele dia, na manhã de 6 de abril — recordo, é o dia seguinte à noite em que eu envio o comprovativo ao Dr. João Galamba, Sr. Ministro das Infraestruturas, de que o próprio tinha dado a autorização e aprovado a participação da CEO (chief executive officer) da TAP na reunião do dia 17 de janeiro —, a Sr.^a Chefe de Gabinete pede-me para procurar todas as comunicações com a Eng.^a Christine. Eu falava, maioritariamente, com a Eng.^a Christine ou ao telefone ou por mensagens de *WhatsApp*, que tinha esse mecanismo de se apagarem todas as semanas automaticamente.

Nesse momento, a Dr.^a Eugénia Correia insiste para eu procurar mais informação e pede a um técnico de informática que existe no gabinete para se tentarem recuperar essas mensagens. O resultado dessa intervenção foi o que eu relatei, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Dr. Frederico consentiu em que esse técnico acesse ao seu telefone?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Com certeza, Sr. Deputado. É um telefone também de serviço e eu não tinha interesse nenhum em esconder qualquer tipo de informação ou de comunicação e tentei cooperar, sempre que me foi solicitada essa cooperação.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pensa que foi apagada alguma informação, nessa intervenção que foi feita no seu telefone?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Foi apagado todo o registo que eu tinha no meu telefone dos documentos e conversas do *WhatsApp* anteriores à manhã de 6 de abril deste ano.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, mais uma vez, nos termos do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, peço que fique em ata e que seja comunicada ao Ministério Público a destruição de elementos de natureza profissional e pessoal, sem autorização judicial, para que o Ministério Público faça o devido percurso, em termos de ação penal.

Dr. Frederico, sabemos hoje que houve não uma, mas duas reuniões, graças à sua intervenção, de preparação com a ex-CEO da TAP, para a preparação de um agendamento que tinha sido feito pelo Chega.

Nessa reunião, quando confrontado, o Ministério das Infraestruturas respondeu que teriam estado nessa reunião várias pessoas e ocultou o nome dos Deputados do Partido Socialista, em ofício, de vários números, um deles é o 1035, mas há o 937, se não me engano também, de resposta a esta Comissão de Inquérito.

Pergunto-lhe se é verdade que dois Srs. Deputados do Partido Socialista — um deles já referido e outro o Sr. Deputado Carlos Ribeiro

Barbosa — portanto, se os Deputados Carlos Pereira e Carlos Ribeiro Barbosa estiveram presentes nessas duas reuniões?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, apenas tenho registo da presença do Sr. Deputado Dr. Carlos Pereira. Sei que estavam outras pessoas na reunião, para além daquelas que registei nas minhas notas, mas, na verdade, eu apenas tirava notas dos principais tópicos das reuniões e, se mais algum Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista esteve presente, não teve qualquer intervenção nessa reunião.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É verdade, Dr. Frederico, que avisou o Ministro João Galamba da existência dessas notas da reunião a 5 de abril e, nessa altura, cito, «todos consideraram que, sendo algo informal, não seria de revelar, mesmo a esta Comissão de Inquérito».

Queria perguntar-lhe diretamente se esse «todos» inclui o Ministro João Galamba.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, nessa reunião, a reunião era dirigida pela Dr.^a Eugénia Correia, Chefe de Gabinete, e pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, o Dr. João Galamba, que eram quem tomava e quem toma as decisões políticas. Mais ninguém toma decisões no Gabinete.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Depreendo, Dr. Frederico, que isso é um «sim», que o Ministro João Galamba disse para não se enviar estas notas a esta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, essa indicação foi dada pela Sr.^a Chefe de Gabinete, na presença do Sr. Ministro.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Na sua perspetiva — e aqui gostava de perceber a sua perspetiva porque, da sua intervenção, foi uma questão relevante —, a razão do Sr. Ministro das Infraestruturas para que as notas não fossem reveladas foi o que levou a que pedisse ao SIS (Serviço de Informações de Segurança) para tomar intervenção? Para que fosse mais rápido, mais célere e para poder acautelar que essas notas não seriam tornadas públicas?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, apenas posso repetir aquilo que disse na minha intervenção. Obviamente que é uma suposição e acredito que se o propósito estivesse relacionado com os documentos classificados, obviamente teriam tido o cuidado de recuperar o telemóvel onde estavam documentos classificados, e isso não foi feito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há pouco, na sua intervenção, referiu-se a um outro aspeto que me parece particularmente importante e relevante: disse que foi ameaçado pelo SIS. Sei, Sr. Presidente, e conheço os limites que esta Comissão tem nessa matéria, mas tenho de lhe perguntar isto, Dr. Frederico: quando foi contactado, quem o contactou e como se apresentou? Quando alguém o contactou para recuperar o aparelho, é verdade ou não que lhe disseram que estava a haver muita pressão política para o recuperar? Cito: «Era melhor resolver as coisas a bem do que a mal.» Foi assim que o contactaram e foi assim que o Serviço de Informações chegou a si?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, permita-me uma intervenção — e o tempo vai parar, com tranquilidade — para poder fazer alguma pedagogia. Peço-lhe até que me ajude a fazer alguma pedagogia a todos os Srs. Deputados sobre esta matéria.

Todos, com certeza, estamos interessados naquilo que é o dever de transparência e de verdade que os nossos cidadãos merecem. É evidente que, para que isso aconteça, é necessário, obviamente, objetividade. Eu diria até que a melhor forma de honrarmos este Parlamento é respeitarmos quem nos elege, que são, de facto, os portugueses, sendo o mais objetivos possível, não perdendo tempo com acessórios e indo ao que, de facto, é fundamental e que é o objeto desta Comissão.

Eu diria que, se me permite, tudo aquilo que seja a apreciação da conduta dos agentes intervenientes, isto é, dos Srs. Ministros, dos Srs. Secretários de Estado, dos Srs. Adjuntos, mesmo em correlação com aquilo que se cruza com o SIS, obviamente que sim, há abertura para se perguntar. O mesmo já não acontece sobre matéria interna que diga respeito ao SIS. A sua funcionalidade e a sua orgânica interna, como o Sr. Deputado muito bem sabe, está em matéria de segredo de justiça, na 1.^a Comissão, até à porta fechada. Obviamente, das perguntas que fez, há uma pergunta que tem essas características, que foi com quem contactou o SIS. Se me permite, todas as outras são legítimas, essa não.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, estou perfeitamente de acordo. Retiro a questão sobre quem o contactou e pergunto-lhe se esse quem que o contactou, que não vamos saber agora quem foi, referiu que estava a haver muita pressão política para recuperar o aparelho e era melhor resolver as coisas a bem do que a mal.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, tenho aqui, de facto, uma explicação e um relato do que aconteceu naquela noite. Passarei a ler o texto que preparei sobre este tema. Se achar necessário interromper a minha leitura em qualquer ponto, agradeço que me indique, pelas razões já enunciadas.

O contacto com o SIS começou após eu enviar, às 23 horas e 2 minutos, um *e-mail* ao CEGER, ao Ministério das Infraestruturas, ao Ministro das Infraestruturas e à Sr.^a Chefe do Gabinete a disponibilizar-me para entregar o computador e o meu telemóvel de serviço.

Às 23 horas e 5 minutos, recebo uma chamada de um número desconhecido e não atendo. Às 23 horas e 11 minutos, nova insistência. Decido atender. A pessoa que fala comigo é um homem que se identifica como agente do SIS. Refere que me está a ligar por causa do computador e da informação que lá está dentro.

A minha primeira reação é de choque e de incredulidade. Obviamente que desconfiei que pudesse ser uma mentira. Nunca imaginei ser contactado por alguém do SIS.

Propõe o agente eu ligar para a sede do SIS e dar uma palavra-código a quem atender. O agente depois ligar-me-ia de volta com o código, confirmando assim, desta forma, o facto de ser realmente do SIS.

Faço o contacto com a sede do SIS às 23 horas e 16 minutos. Sou contactado com a palavra-código pelo agente do SIS às 23 horas e 39 minutos. Nesse momento, as minhas dúvidas já se tinham adensado sobre a legitimidade de o SIS vir buscar o computador. Tenho juristas na família que me estavam a alertar para o facto de o SIS estar a extravasar os seus poderes. Dou nota destas inquietações ao agente e, nesse momento, o mesmo refere que está a ser muito pressionado de cima, que eu sei que há informação classificada no computador e o que melhor é resolvemos isto a bem, porque depois tudo se pode complicar. Esta ameaça é repetida mais duas vezes ao longo das conversas que tive com o agente.

Respondo ao agente que sei perfeitamente o que é que está no computador, que é informação da TAP e não de outro tipo, que eu próprio já me tinha voluntariado para entregar o computador e que, sabendo da importância da informação que estava no computador, eu não podia, pura e

simplesmente, entregar o computador sem ter nenhum comprovativo da entrega.

O agente do SIS indica-me claramente que se eu entregasse o computador nunca mais ouviria falar do mesmo.

Risos do Deputado André Ventura.

Confio, mas peço para entregar o computador na presença de uma familiar, que é a procuradora-geral-adjunta. Nesse momento, o agente do SIS fica preocupado, diz-me que eu estou a escalar — utilizou esta expressão — e rejeita a solução. Diz que o melhor é resolvermos isto apenas entre os dois; que, se eu quisesse ter a certeza, até o poderia acompanhar à sede do SIS para efetuar a entrega no local.

Por tudo isto, o telefonema dura 13 minutos e 22 segundos, devido a todas as dúvidas que eu tinha naquele momento. Peço ao agente para refletir 5 minutos.

Passado esse tempo, voltámos a falar telefonicamente e falámos durante 5 minutos e 15 segundos. Durante essa chamada, o agente volta a assegurar-me de que nunca mais ouviria falar do computador. Fica combinado que entregaria o computador na minha rua.

Saio de casa sozinho, encontro o agente no fim da minha rua. O agente identifica-se, cumprimentamo-nos, o agente volta a referir que o assunto morre ali. Entrego o computador pela meia-noite.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, só para lhe dizer que houve aqui um engano, tem 5 minutos e 35 segundos. Já efetuados, 5 minutos e 35, mais aqueles 13 segundos.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Dr. Frederico, quando entregou o aparelho já tinha acedido às informações que pretendia ou foi-lhe completamente bloqueado esse acesso anteriormente? Tem ou não alguma cópia dessa informação que tenha feito durante o tempo que teve o aparelho consigo antes de entregar o computador neste cenário muito estranho — que eu, mais uma vez, peço à Comissão de Inquérito que faça chegar ao Ministério Público para os devidos efeitos —, nomeadamente a atuação de um alegado agente dos serviços de informações?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, imagino que esteja a referir-se aos documentos classificados, certo? Os documentos classificados, como referi, foram-no por minha sugestão e não estavam apenas no computador. Estavam também no telemóvel. E tinha também cópias físicas desses documentos — estamos a falar de documentos que eu consultava regularmente, faziam parte do meu trabalho. Sr. Deputado, não tenho nenhuma cópia desses documentos atualmente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dr. Frederico, tenho algumas questões que me parecem especialmente importantes.

Foi por sua sugestão e parecer, disse na sua intervenção, que os documentos foram classificados. Esta parte é especialmente importante. Quem é que classificou o documento? Qual o grau com que foi classificado? Como sabe, nos termos da legislação em vigor, há vários tipos de classificação. Quando é que foi determinada essa classificação? Porque temos notícias que dizem que apenas foram classificados depois da Comissão de Inquérito. Não é estranho que só haja essa preocupação depois de se iniciar uma comissão de inquérito, parecendo que se está a querer esconder essa informação do público?

O computador estava autorizado e protegido pelo Gabinete Nacional de Segurança para ter estes documentos? Tudo isto é exigido na lei, para este

tipo de documentos classificados. Portanto, quem o classificou, depois do seu pedido e parecer? Qual foi o grau dessa classificação? Soubemos por notícias que inclusive o SIS dizia não saber o grau da confidencialidade destes documentos, soubemos por notícias. Quais os trâmites que esse processo teve? O seu computador, esse computador, estava autorizado e preparado — porque há uma série de situações que têm de ser preparadas — , para acolher essa informação? Pois, caso contrário, poderíamos estar perante outro crime, a par de outros de que já tivemos aqui conhecimento hoje.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Confirmando, Sr. Deputado, que os documentos apenas foram classificados após serem requeridos por esta comissão parlamentar de inquérito.

Digo também que é natural, e não poderia ser de outra forma. Só eu é que poderia ter sugerido a classificação dos documentos por uma razão muito simples. Eu, apenas eu, no gabinete, é que conhecia o conteúdo daqueles documentos. Como creio que sabem e que consultaram, existem milhares de páginas de documentos relacionados com a TAP e eu li praticamente todas essas páginas, portanto, só eu é que sabia o que é que estava na maioria dos documentos.

Sugeri e indiquei à Sr.^a Chefe de Gabinete a classificação de 10 documentos e assim foi feito, aliás, deixe-me dizer, de uma forma exemplar pelo próprio Ministério das Infraestruturas. Se bem me recordo, creio que inicialmente chegaram aqui alguns documentos que tinham sido autotransmitidos por algumas entidades sem nenhum poder legal e esse erro não foi cometido pelo Ministério das Infraestruturas.

Em relação ao grau de classificação, Sr. Deputado, não tenho registo do grau de classificação. Participei na reunião com a Sr.^a Chefe de Gabinete e três militares do Gabinete Nacional de Segurança, onde se discutiu o grau

de classificação dos documentos, mas, segundo sei, creio que a própria Comissão sabe qual o grau de classificação desses documentos porque foram enviados com as devidas reservas a esta comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Dr. Frederico, há uma questão que eu gostaria de enfatizar aqui e pedir-lhe uma resposta também clara, se o tal computador estava ou não autorizado e protegido pelo Gabinete Nacional de Segurança para este efeito. Esta é uma questão particularmente relevante do ponto de vista legal, saber se este computador estava preparado para acolher esta informação.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, tal como referi na minha intervenção inicial, os documentos não estão apenas num local. Os documentos não estavam apenas no meu computador. Estavam, por exemplo, no meu telemóvel, estão no sistema de arquivo do Ministério das Infraestruturas, estão, naturalmente, no Ministério das Finanças, na própria TAP e alguns na Comissão Europeia.

Portanto, há vários locais onde os documentos se encontram, sendo que, segundo nos foi informado pelo Gabinete Nacional de Segurança, os documentos classificados são as versões impressas que foram enviadas a esta Comissão.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Tanto quanto é do meu conhecimento, havendo documentos classificados e, sobretudo, em certos níveis de classificação, os aparelhos que os acolhem têm de ter todos, independente do número de aparelhos, determinadas salvaguardas. Penso que é importante garantir que neste caso não sabemos se isso está a acontecer ou não, porque, sublinho, esta não é apenas uma questão de irregularidade, pode ser uma questão de crime.

Sr. Presidente, penso que ainda tenho pelo menos 1 minuto para a minha intervenção final, não?

O Sr. **Presidente**: — Terá alguma tolerância, 1 minuto não tem.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Uma última questão que tenho, Dr. Frederico, é a seguinte. O Dr. Frederico teve a seu cargo o dossiê da TAP desde Pedro Nuno Santos, portanto, já acompanhou o dossiê da TAP desde essa altura. Isso significa que acompanhou também a questão da indemnização a Alexandra Reis, todo o processo de saída de Alexandra Reis da TAP.

E há aqui duas questões que são particularmente importantes. Uma é se no Ministério das Infraestruturas, visto que era o Dr. Frederico que acompanhava este processo, quando Alexandra Reis tem aquela forma de sair da TAP, mas depois vai para a NAV Portugal e acaba como Secretária do Tesouro, no Ministério das Finanças, se não houve nenhum sinal de alerta no Ministério das Infraestruturas para este acontecimento.

A segunda questão é se não achou estranho, depois de tudo o que aconteceu, ver alguém sair com esta indemnização e acabar como Secretária de Estado do Tesouro, com o conhecimento que tem do dossiê e com a forma como tudo aconteceu. Mas, sobretudo, pelo seu conhecimento do espaço-tempo do Ministério das Infraestruturas, se não houve reação dos intervenientes — porque sei que lidava diretamente com o secretário de Estado, que também vamos ouvir aqui —, quando se vê que, afinal, Alexandra Reis vai parar ao Ministério das Finanças. Isso foi indiferente aos titulares políticos e a quem trabalhava no ministério? Não houve uma reação a isso?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Frederico Pinheiro, faça favor.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, esse processo foi decidido a um nível político ao qual eu não tinha acesso, portanto, eu não participei no processo de saída da Eng.^a Alexandra Reis da TAP.

O Sr. **Presidente**: — Dou agora a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, quero só dar uma nota muito rápida. Eu acho que era de bom tom que a Comissão requeresse o comunicado em *off* a que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro fez referência — o comunicado em *off* do Ministério das Infraestruturas —, bem como essas tais notas que também foram referidas, sem prejuízo de, depois, fazermos o requerimento formal.

O Sr. **Presidente**: — Assim será, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Cumprimento o Sr. Frederico Pinheiro e quem o acompanha, obviamente.

Do que eu percebi, o problema não são tanto os documentos confidenciais — que estão por todo o lado no ministério, e também estão no telemóvel, tal como estão no computador —, são mais as notas que, efetivamente, estão no computador, que são notas de muitos anos, de muitas reuniões, com muitos ministros. Eu gostaria de lhe perguntar se está lá algo comprometedor para a posição política de algum ministro ou do Primeiro-Ministro.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, nas notas — creio que o tema que está aqui em causa são as notas das reuniões do dia 17 e do

dia 16 de janeiro —, estamos a falar de posições políticas que não tinham sido conhecidas na altura.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não são essas notas. Estou a referir-me a todas as notas de que falou. Disse que tinha notas de reuniões de há muitos anos. A pergunta é sobre essas notas todas.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Pode repetir a pergunta?

O Sr. **Presidente**: — Eu vou parar a contagem de tempo para voltar a fazer a pergunta, mas faça a pergunta com o máximo de objetividade, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A pergunta está muito objetiva, mas eu vou repetir. Nas notas das reuniões que disse que tirou nestes últimos anos, que é a única coisa que eu percebo que está no computador e não está no telefone, tem lá alguma coisa que possa comprometer a posição política de algum ministro ou de algum primeiro-ministro, que justifique o facto de lhe terem tirado o computador, mas não o telemóvel?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, como imagina, eu tenho centenas de notas de reuniões com entidades externas nas quais participei — centenas. Portanto, eu não me recordo exatamente do que está em cada um desses documentos, nem, obviamente, me cabe, a mim, revelar o que está nessas notas. Estamos a falar, muitas vezes, de informação interna dos ministérios. Creio que não será objeto desta Comissão de Inquérito eu estar aqui a revelar o que foi referido nessas reuniões.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo. Então, porque é que levaram o computador e não o telemóvel, se os documentos em relação à TAP estão nos dois?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não me cabe a mim fazer esse julgamento, Sr. Deputado. Eu estou a relatar os factos e foi exatamente isso que aconteceu.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Teve receio que usassem informações que estão no computador para o condicionar de alguma forma?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, creio que é claro que não houve uma verdadeira preocupação, como tem sido transmitido publicamente, com a segurança da informação classificada, porque essa informação, como referi, não estava em risco, não está em risco e estava armazenada em múltiplos suportes físicos e digitais.

Portanto, o que eu posso concluir, é esse o meu entendimento, é que toda esta intervenção, de ativação dos meios do Estado, como o SIS ou a própria Polícia Judiciária, foi desnecessária — porque eu já me tinha voluntariado para entregar o computador e o telemóvel —, foi desproporcionada e foi, acima de tudo, também, isso é importante referir, ineficaz. Porque se, de facto, a preocupação eram os documentos, essa preocupação seria ineficaz se eu tivesse intenção de os revelar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me perguntar-lhe uma coisa. Falou aqui várias vezes da Dr.^a Cátia Rosas, que, supostamente, é uma técnica especialista, que também é vereadora na Câmara de Lisboa, mas que, do nada, está aqui nesta reunião política de 5 de abril e, depois, está na

proposta de resposta à Comissão de Inquérito. Afinal, o que é que a engenheira — é engenheira, penso eu — fazia no ministério?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A Eng.^a Cátia Rosas também participa na reunião de 17 de janeiro com o grupo parlamentar e a então CEO da TAP. A função da Eng.^a Cátia Rosas é a de efetuar a intermediação entre o Ministério dos Assuntos Parlamentares e o Ministério das Infraestruturas.

Portanto, todos os pedidos que são efetuados pelo Parlamento ao Ministério dos Assuntos Parlamentares e que são enviados ao Ministério das Infraestruturas são tratados pela Eng.^a Cátia Rosas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Relativamente à tal proposta de resposta à Comissão de Inquérito, em que disse que se omitiu o processo, a participação do Sr. Ministro e também a existência de notas, quem é que lhe entregou esta proposta de resposta?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — É a Eng.^a Cátia Rosas que me mostra uma impressão da proposta de resposta, aliás, um método que nunca tinha utilizado. Eu já tinha colaborado com a Eng.^a Cátia Rosas em inúmeros pedidos de informação efetuados pelo Parlamento, através do Ministério dos Assuntos Parlamentares, e a interação era sempre efetuada por *e-mail* e, desta vez, foi-me mostrado um documento físico com a proposta de respostas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, não sabe quem é que o elaborou? Nunca lhe foi dito quem é que elaborou aquela proposta?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu gostaria de saber também se já sabe porque é que foi demitido, efetivamente. O que é que lhe foi dito ao telefone para justificar essa demissão? Do que eu percebo, há aqui um desajuste em relação aos prazos, mas, no fim das contas, o documento foi enviado. Por isso, qual é que foi a justificação para a sua demissão?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A justificação que me foi dada na altura foi a do atraso no envio das notas, mas, como eu referi, eu não me atrasei em momento nenhum no envio das notas da reunião. Eu cumpri o prazo que tinha sido acordado tanto com a Sr.^a Eng.^a Cátia Rosas como com a Sr.^a Chefe de Gabinete.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E considera que havia mais algum motivo ou mais alguma razão para essa demissão? Eu acho que, certamente, se devem falhar muitos prazos no Ministério das Infraestruturas, e também já se pediu aqui a prorrogação de vários prazos, por isso, falhar um prazo parece-me não ser um grande motivo.

Gostaria de saber se há mais algum motivo, se há alguma história por trás disso, algum desentendimento.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu sempre tive uma relação leal e cordial com todos os elementos do gabinete do Ministro das Infraestruturas, que tinham chegado ao gabinete em janeiro deste ano. Tínhamos, obviamente, uma interação muito intensa, porque eu tratava e lidava com os temas da TAP, que, como sabem, está sempre no centro do debate político-mediático, e nunca houve nenhum problema até ao dia 26 de abril.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas, em relação àquele telefonema, já agora, pergunto-lhe quais foram os termos impróprios que o Sr. Ministro usou. Acho que não é do nada que uma pessoa passa a tratar outra assim.

Por isso, além dessa pergunta, até lhe faço uma segunda. Tendo em conta que vinha do ministério de Pedro Nuno Santos, pergunto se foi bem aceite, ou não, neste ministério de João Galamba, ou se, basicamente, já havia uma intenção anterior de o substituir.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Como eu referi, eu já conhecia o Dr. João Galamba há cerca de 10 anos, ou mais. Apesar de eu não ser membro do Partido Socialista, já nos conhecíamos e tínhamos uma relação cordial. E o Dr. João Galamba convidou-me, no início de janeiro, para ser membro do seu gabinete, para ser adjunto do seu gabinete, enquanto Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E em relação ao telefonema?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Peço desculpa, Sr. Deputado. Pode repetir?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A primeira pergunta tinha sido em relação ao telefonema e ao que lhe tinha sido exatamente dito nesse telefonema.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Tal como confirmei aquando da pergunta do Sr. Deputado André Ventura, o Sr. Ministro das Infraestruturas ameaçou-me fisicamente, e creio que isso é comprovado se, eventualmente, houver acesso a essa chamada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Em relação às notas, e fazendo a transição para a reunião, eu gostaria de lhe perguntar o seguinte: falou aqui num alinhamento, numa estratégia comunicacional — foi isso que eu apontei —, e queria perguntar-lhe se isto era uma coisa regular, haver reuniões entre PS, Governo e entidades públicas, digamos assim, quando vinham cá ser ouvidas, ou se foi uma exceção haver estas três entidades numa reunião preparatória.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não tenho memória de todas as reuniões preparatórias em que participei. Era normal, como é sempre normal, efetuar reuniões preparatórias entre o Governo e o Grupo Parlamentar do PS. Não me recordo, mas posso procurar nos meus registos, se, eventualmente, nestes anos em que estive no Governo, houve alguma reunião com a participação de entidades externas ao Governo, ou empresas participadas, com o Grupo Parlamentar do PS e o ministério. Mas não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sendo alguém que está lá há todos estes anos e que teve tantas reuniões, claramente o facto de não se recordar penso que indica que não é prática normal. Pode ter acontecido uma ou outra vez, mas não parece uma prática normal, senão, certamente, recordar-se-ia.

Eu queria só voltar muito rapidamente, apesar de já ter sido aqui muito perguntado, à parte do que aconteceu no ministério. Quem é que deu as ordens para se fechar o ministério? Sabe isso?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, Sr. Deputado, não tenho essa informação.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E o *e-mail* ao Centro de Gestão da Rede Informática, enviou-o já depois de ter saído do ministério, certo?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto. Às 23 horas e 2 minutos, com conhecimento ao Sr. Ministro das Infraestruturas e à Sr.^a Chefe de Gabinete.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Foi aí que lhe bloquearam o acesso ao *e-mail*?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Nesse momento, já tinha o acesso ao meu *e-mail* de trabalho bloqueado, por isso esse *e-mail* é enviado do meu endereço pessoal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pode precisar quando é que lhe bloquearam o acesso ao *e-mail*?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu creio que terá sido entre as 21h30 e as 23 horas. Eu não tenho a certeza do momento em que me foi bloqueado o acesso ao *e-mail*, da hora exata.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Porque, efetivamente, sem haver... Quer dizer, aquilo que temos aqui é um despedimento pelo telefone, não havia exoneração formal, no ministério ainda não se tinha passado, ou estava-se a passar, e, entretanto, já lhe tinham bloqueado o acesso ao *e-mail*, o que também é uma coisa estranha.

E por falar noutra coisa, não só estranha, mas grave, em relação àquilo que falou sobre a intervenção no seu telefone, eu queria perguntar-lhe se quando lhe pediram o telefone lhe disseram que iam eliminar coisas ou

quando pegou no telefone é que viu que tinha sido tudo eliminado, incluindo conversas, obviamente, com os ministros.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Segundo me indicaram, o objetivo era recuperar algumas das mensagens que tinham sido automaticamente eliminadas, das minhas conversas com a Eng.^a Christine.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, numa tentativa de recuperar coisas apagadas, conseguiram apagar tudo. Basicamente é isto.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, esse foi o resultado da intervenção.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, depois, queixou-se disso a alguém? Não achou estranho pegar no telefone e já não estar lá nada?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, pois, eu lamento que isso tenha acontecido, obviamente, até porque isso condiciona, e muito, o meu trabalho de pesquisa de informação para prestar os esclarecimentos a esta comissão parlamentar de inquérito. Aliás, também estou condicionado nessa tarefa, porque não tenho nenhuma resposta ao meu pedido de acesso ao arquivo dos meus *e-mails*, enquanto trabalhador do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas queixou-se disso a alguém, à chefe de gabinete ou ao Sr. Ministro, de pegar no telefone e não estar lá nada?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, não efetuei nenhuma queixa formal, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não efetuou nenhuma queixa formal, mas queixou-se disso, ou não?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Obviamente que lamentei a situação junto do técnico de informática que fez a intervenção no telemóvel.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E o que é que lhe foi respondido? Não é normal pegarem no telefone para recuperar coisas e apagarem o telefone todo, parece-me um pouco, quer dizer, um abuso de autoridade, não é?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O que me disseram foi que não havia nenhum *backup* na minha *cloud* daquelas mensagens e que, então, não tinha sido possível recuperar o arquivo das minhas mensagens, que tinham sido eliminadas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — *Ok*. Queria perguntar-lhe se, excetuando este episódio, obviamente, havia muita pressão partidária — não só política, mas partidária — em relação à operação da TAP; se sentia alguma guerra interna, digamos assim, na operação da TAP. Vou dar um exemplo: a Sr.^a CEO esteve aqui e disse que o Ministério das Infraestruturas lhe disse que só podia falar com esse ministério e não mais com outro, que, obviamente, depois afetou uma série de coisas. Gostaria de saber se havia essa pressão, digamos assim.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, não tenho conhecimento profundo dessas dinâmicas. O que lhe posso dizer é que, nesse

caso concreto, participei em várias reuniões com o Ministério das Infraestruturas, a TAP, e o Ministério das Finanças.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por falar em reuniões entre os dois, disse que tinha estado recentemente numa reunião a representar o MI (Ministério das Infraestruturas) com o Ministério das Finanças sobre o processo de abertura de capital da TAP — foi assim que falou —, para não dizer privatização. Gostaria de lhe perguntar quando é que começou esse processo.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Do conhecimento que tenho, o processo formal iniciou-se há poucas semanas, numa reunião do Conselho de Ministros.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E sem ser o formal?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Creio que foram feitas algumas declarações nesta Casa nesse sentido, sobre o processo de abertura de capital da empresa, e foi nesse momento que tudo se terá passado, Sr. Deputado, mas não tenho aqui, de facto, informação através da qual lhe consiga dizer o dia exato em que isso se iniciou. Mas terá sido na altura em que tudo foi referido aqui, no Parlamento, Sr. Deputado. Não tenho, de facto, esses registos, neste momento.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por acaso, discordo bastante disso, de que foi na altura em que tudo começou a ser referido aqui. Foi bastante antes. Há reuniões praticamente de há um ano; também já se tornou aqui público, na CPI, que a Evercore está já há quase 10, 11 meses a trabalhar

sem contrato. Por isso, pergunto-lhe: teve também reuniões nesta parte, daquilo a que o Governo chamou *market sounding*, certo?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O *market sounding* foi uma tarefa efetuada pela empresa, o Governo não participou nesse procedimento, apenas tivemos acesso ao relatório final.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Ao relatório final da Evercore, certo? É isso que me está a dizer?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O relatório é da TAP, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, é um relatório da TAP, feito com base em reuniões de uma outra empresa que lhe está a prestar esse serviço, é isso?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, desconheço o processo de elaboração do relatório, tive acesso ao relatório final, mas desconheço como é que foi efetuado esse relatório.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Só lhe pergunto, muito rapidamente, ainda sobre a reunião, porque há pouco saltei aqui estes passos. Da reunião preparatória, já percebemos que não se recorda, por isso não deve ser muito normal. Efetivamente, o que aconteceu nessa reunião?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Está a referir-se a que reunião?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — À reunião preparatória do dia 17 de janeiro.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, creio que as notas, entretanto, foram enviadas para esta comissão parlamentar de inquérito, e o que está lá resume, em traços gerais, aquilo que foi efetuado.

O Sr. Deputado Carlos Pereira iniciou a dizer que perguntas é que iria efetuar, e a Sr.^a Eng.^a Christine mostrou as respostas que daria em relação àquelas perguntas, falou da sua estratégia comunicacional, e eu próprio recordei à Sr.^a Eng.^a Christine aquilo que tinha sido solicitado pelo Sr. Ministro no dia anterior, que passava por focar a apresentação nos resultados que estavam a ser alcançados para a TAP, em detrimento de alguns assuntos mais polémicos, naquele momento, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obviamente, isso já foi bastante falado; obviamente que, ouvindo agora a sua confirmação, é diferente, a mim continua sem parecer um ato normal, e já percebi, pelo menos isso, que não era uma prática regular.

Queria perguntar-lhe também sobre a reunião do dia 16, coisa que, efetivamente, a Comissão desconhecia, o público também desconhecia e, por isso, pergunto-lhe o que é que foi falado nessa reunião. E se bem ouvi há pouco, também disse que tem notas dessa reunião, que a CPI também não tem, certo?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, de acordo com as notas que eu retirei dessa reunião, ela foi realizada no Ministério das Infraestruturas no dia 16 de janeiro deste ano, às 8 horas e 45 minutos, e contou com a minha presença, com a presença do Sr. Ministro das Infraestruturas, com a presença da Sr.^a CEO da TAP, Eng.^a Christine, e da Dr.^a Manuela Simões.

Nessa reunião, a Sr.^a Eng.^a Christine alertou para o nervosismo do Dr. Manuel Beja naquele momento, relacionado com o processo que estava em curso, e a Eng.^a Christine indicou-nos que tinha dito à IGF (Inspeção-Geral de Finanças), sobre o caso da Alexandra Reis, que tinha divergências profissionais com a mesma. Foi referido pelo Ministério das Infraestruturas, nomeadamente pelo Sr. Ministro à CEO, e foi-lhe pedido para falar e focar a sua intervenção no plano de reestruturação e nos resultados que estavam a ser alcançados, que esse devia ser o foco principal, centrar a discussão em torno dos sucessos da TAP.

Foi igualmente solicitado para serem enquadrados os salários e benefícios da empresa no *standard* da indústria. Foi referido um problema, pela Eng.^a Christine e pela Dr.^a Manuela Simões, de uma questão relacionada com as férias, que tinham sido acumuladas pelos trabalhadores da empresa durante o período da pandemia. Foi abordada a questão do problema legal do valor que tinha sido pago à Eng.^a Alexandra Reis.

Nessa reunião tivemos também conhecimento do pagamento que estava a ser efetuado ao Trey Urbhan, que tinha sido um administrador nomeado pelo anterior acionista privado, e foi referida também a questão da comunicação, o facto de o Ministério das Finanças não ter sido informado, naquele momento, da rescisão com a Eng.^a Alexandra Reis.

São essas as notas que tenho, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E, por acaso, recorda-se do que o Sr. Ministro João Galamba disse em relação quer à demissão de Alexandra Reis, quer em relação a essa não-relação, não-comunicação, com o Ministério das Finanças?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, Sr. Deputado, não tenho apontamentos concretos sobre aquilo que foi exatamente dito pelo Sr. Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já percebi que não tem mais notas, estou a perguntar-lhe se se lembra.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, a reunião foi há mais de quatro meses. Não, não me recordo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado.

Queria ainda perguntar-lhe em relação ao plano de reestruturação. Na altura, daquilo que também já tivemos acesso com a Comissão Europeia, a Comissão Europeia exigia uma partilha de perdas mais alta, menos cortes, menos injeção dos contribuintes e também que se procurasse um novo investidor privado. Gostaria de saber se esse esforço foi feito ou não. Na realidade, não me parece que tenha sido feito.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, se me permite, vou sugerir-lhe que solicite essa informação aos responsáveis políticos ou à própria empresa, porque esse esforço não passou por mim, obviamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quem disse que esteve no processo inteiro e conhecia muito bem o processo não fui eu, foi o Sr. Doutor, por isso é que lhe faço esta pergunta e dou-lhe essa hipótese de reconsiderar. E, já agora, pergunto-lhe se confirma que desde o início havia a intenção de privatizar a TAP depois, tendo lá colocado 3.2 mil milhões, tirando os privados de lá, nacionalizar para depois voltar a privatizar?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que disse e confirmo e reafirmo é que participei nas reuniões e no processo de elaboração do plano de reestruturação da TAP. O que está no plano de reestruturação da TAP é, efetivamente, a necessidade de se efetuar esse esforço de financiamento junto de um parceiro privado em condições de mercado. O ministério, e nomeadamente eu, nunca participei em contactos da empresa com a banca. Isso são questões que são tratadas pela área financeira da empresa. É por isso que lhe digo, Sr. Deputado, que desconheço o que foi feito nesse sentido.

Se pudesse repetir a segunda pergunta, agradecia, Sr. Deputado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito bem, vou perguntar muito rapidamente: viu o Sr. Primeiro-Ministro a defender o ministro, a fazer-lhe uma série de acusações, até o acusou de roubar o computador. Queria perguntar-lhe como é que viu isso e se foi contactado por alguém do gabinete do Primeiro-Ministro para ouvir a sua versão.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, como deve imaginar, ouvi, incrédulo e em choque, tanto as declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas como as declarações do Sr. Primeiro-Ministro, e nunca fui contactado por nenhum membro do gabinete do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Uma última pergunta: disse que tinham classificado como confidenciais 10 documentos a seu pedido. Se tiver aí a lista pedia-lhe que nos dissesse quais são esses 10 documentos.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Sr. Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, falta a resposta.

O Sr. **Presidente**: — Ah, muito bem.

Risos.

Peço imensa desculpa. Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, infelizmente, não tenho aqui a lista, mas a lista desses documentos está nesta comissão parlamentar de inquérito. O que tenho é o ofício que foi enviado para a comissão parlamentar de inquérito, aquele ofício no qual participei — participei na elaboração desse ofício com a Sr.^a Chefe de Gabinete —, respeita os documentos que eu tinha sugerido serem classificados, à exceção de um, porque fiz essa sugestão por excesso. Na verdade, e se bem me recordo, eu tinha sugerido que o contrato da Sr.^a CEO, a Eng.^a Christine, fosse também classificado, devido à informação que tinha de segredo da relação da empresa com os administradores, mas essa sugestão não foi atendida, portanto, creio que foram enviados nove documentos para esta comissão parlamentar de inquérito e são esses documentos que estão aqui nesta Comissão, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, agora sim. Muito obrigado, Sr. Deputado, muito obrigado, Dr. Frederico Pinheiro.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados. Começo por cumprimentar o Dr. Federico Pinheiro e também quem o acompanha.

Diria que há várias matérias que temos aqui, diante de nós. Há, naturalmente, a situação que motivou o essencial da sua intervenção no início desta audição, com os factos inacreditáveis que relatou e que, evidentemente, devem ser investigados pelas autoridades. Julgo que há diligências nesse sentido, há as competências próprias que as autoridades judiciárias devem assumir e analisar. Há a situação que está, eventualmente, na origem desses acontecimentos no ministério, que é o problema das tais famosas notas elaboradas por si, na reunião ou nas reuniões de 16 e 17 de janeiro, na preparação da audição que se utilizou na Assembleia da República. E há a TAP, que, independentemente da gravidade, e sem prejuízo da gravidade destes acontecimentos concretos, continua a ser, para nós, a razão de ser desta Comissão de Inquérito. Portanto, há um aspeto que ainda gostaria de retomar, que tem já vindo aqui a ser abordado, e gostaria também de esclarecer e confirmar aqui uma questão, e depois gostaria, a seguir, de passar, digamos assim, à intervenção que assumiu no acompanhamento que teve das questões da companhia.

Gostaria de começar por lhe pedir que retomasse aquilo que na sua intervenção inicial ainda chegou a referir, que foi, digamos, o percurso que o Dr. Federico Pinheiro teve nas funções que desempenhou em diversos gabinetes ministeriais, e não só do Governo, e que pudesse fazer a resenha desse percurso e das funções que assumiu, que lhe foram atribuídas, nesses momentos.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Posso referir o que disse inicialmente.

Na verdade, desempenhei as funções de adjunto em gabinetes de três Governos liderados pelo Dr. António Costa, nestes últimos seis anos. Comecei em 2017, na Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, onde, até 2019, fazia o acompanhamento das áreas da educação e economia, e, em 2019, acompanho o Dr. Pedro Nuno Santos, que tinha sido nomeado Ministro das Infraestruturas e da Habitação, na constituição do seu gabinete e, desde o primeiro momento, começo a acompanhar o setor da aviação, na verdade, todos os temas que são relacionados com a aviação. Tal manteve-se quando é nomeado um novo ministro, neste caso o Dr. João Galamba, para o Ministério das Infraestruturas, que me convidou para me manter no cargo.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quanto a essas diferentes missões que teve, digamos assim, no contexto dos governos e dos gabinetes ministeriais, fazia-lhe uma pergunta que tem a ver com, digamos, as preparações, as articulações, os contactos que normalmente fazem parte do trabalho, digamos, dos gabinetes entre Assembleia da República e governos, e há um aspeto que não pode deixar de ser sublinhado e, por isso, vou voltar ao tema: uma coisa é um Deputado ter a liberdade de procurar ouvir e reunir quem entende que é necessário para as suas funções. Um Deputado pode pedir uma reunião com um administrador hospitalar ou com um diretor de uma faculdade ou com um diretor de uma empresa ou um administrador, no plano institucional, para se inteirar das informações de que precisa. Outra coisa, completamente diferente, é termos um gestor público a ser transformado em assessor partidário, por ordem interna de um ministro ou de um responsável político que tutela esse gestor público no plano governamental.

Portanto, falou aqui de educação, economia, aviação, a partir de 2019, e disse, há pouco, que não se recorda de ter acontecido uma situação como esta.

Queria mesmo confirmar, pois uma coisa destas a gente não esquece, uma situação como esta que acabámos de referir, a gente não esquece. Ter um gestor público chamado pela tutela para dar apoio ao partido é uma coisa diferente. Portanto, nunca tratou, nem tomou conhecimento de que tenha acontecido alguma coisa semelhante a esta. Este foi verdadeiramente um caso excecional. Confirma?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu não tenho memória, Sr. Deputado. Eu posso confirmar nos meus registos, mas eu não tenho memória de algo semelhante se ter passado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Eu pedia-lhe ainda que me dissesse, quanto ao acompanhamento às questões da aviação e, particularmente, às questões da TAP, a partir de 2019 — portanto, em contexto pré-pandémico, como agora se costuma dizer —, e antes de entrarmos no plano de reestruturação da TAP, que acompanhamento é que teve, presumo eu em nome do gabinete do Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, à data, sobre os contactos que na TAP estavam a ser feitos para uma eventual passagem para a esfera, por exemplo, da Lufthansa.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não participei em nenhuma reunião que tivesse esse intuito. É isso que eu lhe consigo dizer, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E não teve conhecimento, em reunião ou fora de reunião, de qualquer informação que tivesse a ver com a preparação da entrada da TAP sob o controlo da Lufthansa? Ou, peço desculpa, de outra companhia?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O único conhecimento que eu tive era da informação que era pública, Sr. Deputado, pela comunicação social. De facto, falava-se muito, havia algumas notícias da preparação da venda de uma participação do privado à companhia aérea Lufthansa, mas eu nunca participei em nenhum contacto desse género.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Participou, aí sim, já o referiu, no processo de elaboração do plano de reestruturação da TAP.

Queria pedir-lhe que nos pudesse relatar quais foram os contactos que teve, designadamente com os representantes dos trabalhadores da companhia, relativamente às opções que acabaram por prevalecer, de cortes salariais, de despedimentos e de destruição de postos de trabalho para além dos despedimentos, digamos, que contribuição deu no acompanhamento que teve a essa matéria relativamente ao processo de decisão.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu participei em, se não centenas, está lá perto, de reuniões, em centenas de horas, senão milhares de horas de reuniões com os sindicatos, se não me engano, na altura, em janeiro de 2021, quando se estavam a negociar os acordos temporários de emergência, Sr. Deputado, foi essa a minha participação.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Os acordos chamados de «acordos temporários de emergência» resultaram de uma coisa que foi, digamos, a *reprise* do filme de, salvo erro de 1997, do regime sucedâneo do PSF na TAP a palavra, na altura, que foi decidir-se, no Governo, que a TAP ia ficar sem contratação coletiva. Portanto, suspendia-se a democracia, deixava de haver acordos de empresa e, então, na iminência de ficar com o Código do Trabalho e com o FTL, não há lei fora disto.

Eu pergunto-lhe qual foi o envolvimento que teve e qual foi, digamos, a análise e a discussão, no contexto do ministério, que desencadeou essas decisões, que foram uma espada por cima dos trabalhadores e dos seus representantes.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu acompanhava as reuniões e o que era referido nas reuniões, entre a empresa e as estruturas representativas dos trabalhadores, no caso os sindicatos, porque houve uma ou duas reuniões com a Comissão de Trabalhadores, durante este processo, mas a grande maioria das reuniões foi com os sindicatos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E qual era o seu papel nessas reuniões? Era apenas elaborar as notas que depois ia transmitir para, eventualmente, o ministro? As notas iam para quem?

Já agora é um tema que acho que ainda se pode recuperar: a informação que trazia dessas reuniões era para quê e era para quem, para além de si próprio ou da sua própria memória?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Naquele momento, aliás como se veio a comprovar, apesar de ser obviamente um processo difícil e doloroso, como o Sr. Deputado sabe, para todas as partes, considerava-se que era importante a celebração destes acordos temporários de emergência com todas as estruturas sindicais. E isso era importante para se apresentar um compromisso nos contactos que o Governo tinha com a Comissão Europeia.

Portanto, o papel que eu tinha, de facto, era o acompanhamento político dessas reuniões e acompanhar o estado em que as negociações decorriam. Tinha uma participação muito, muito limitada, Sr. Deputado, porque as negociações foram efetuadas entre a empresa e os trabalhadores.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se quiser aproveitar o seu segundo...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tenho 3 centésimas de segundo, mas o resto fica para as rondas seguintes.

Para nos entendermos todos, falando em português, quando diz que o seu papel era apenas o de acompanhamento político, o que é que quer dizer «acompanhamento político»? Eu tenho a minha ideia do que será acompanhamento político, mas acho que cada pessoa terá a sua ideia. Então, para a gente pensar todos no mesmo plano, qual é esse papel, neste caso?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Nas reuniões das quais estamos a falar, Sr. Deputado, eu, de facto, tirava notas sobre o que era debatido, o estado das negociações, a posição das diferentes partes sobre os diferentes temas que estavam em discussão.

Na verdade, era esse o meu papel e, depois, sempre que me era solicitado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, eu fazia o ponto de situação das reuniões e das negociações que estavam a decorrer.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Federico Pinheiro, dou agora a palavra ao Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, precisava de fazer uma interpelação à Mesa, até para me preparar para um conjunto de perguntas que queria fazer ao Sr. Dr. Federico Pinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Para que feito, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Porque há uma informação a que tentámos aceder e que é relevante para esta audição, mas, como não temos essa informação, gostava de ter os bons ofícios junto do Sr. Presidente para a alcançar.

É público que foram entregues, no dia 26 de abril, os documentos por parte do Ministério das Infraestruturas. No entanto, eles só foram disponibilizados aos Deputados no dia 27 de abril.

A pergunta que lhe queria colocar, que não é despicienda para esta audição, é a que horas é que esses documentos foram entregues à Comissão.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, a indicação que tenho dos serviços, do *e-mail* do dia 26 de abril, foi às 22 horas e 58 minutos.

Pausa.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Podia repetir, por favor?

O Sr. **Presidente**: — Pode repetir qual é o *e-mail* pretendido, Sr. Deputado?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É o do envio da informação que, depois, foi considerada classificada. A resposta do Ministério das Infraestruturas,...

O Sr. **Presidente**: — Que foi distribuída aos Deputados, certo?

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No dia 27, exatamente. Foi distribuída aos Deputados no dia 27, mas quando é que a Comissão a recebeu por parte do Ministério das Infraestruturas?

Pausa.

Sr. Presidente, se quiser que eu seja mais explícito, a minha preocupação, em particular, não é em relação ao conjunto da informação, mas às notas das reuniões do dia 16 e do dia 17, do dia 17 em particular. Quando é que estas foram entregues à Comissão?

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Tenho a informação de que essa informação, do dia 26, foi cedida à seguinte hora: 13 horas e 22 minutos.

Foi cedida, à Comissão, às 13 horas e 22 minutos, no dia 27.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Aos Deputados da Comissão?

O Sr. **Presidente**: — Sim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No entanto, a entrega à Assembleia da República, por parte do ministério, aconteceu no dia 26. Pelo menos esta é a informação que o próprio ministério...

O Sr. **Presidente**: — No dia 26, no dia 26, exatamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E a que horas é que ele foi entregue por parte do Ministério? Essa é a minha pergunta, é relativamente ao ato de entregar...

O Sr. **Presidente**: — Como lhe disse no início, às 22 horas e 58 minutos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Eu não tinha percebido, Sr. Presidente. O meu pedido de esclarecimento, Sr. Presidente, é porque não tinha percebido. Muito obrigado, Sr. Presidente.

É interessante perceber que houve duas horas com grandes contactos, naquele ministério, entre SIS, a Polícia Judiciária, o Governo e a Assembleia da República.

Se me permite, então, agora queria, em primeiro lugar, cumprimentar o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, o seu advogado, o Dr. João Nabais, e perguntar-lhe o seguinte: referiu que, no dia 24 de abril, depois das 18 horas, foi confrontado com um texto para resposta à comissão parlamentar de inquérito. Pergunto-lhe se esse texto já pressupunha que toda a informação necessária para responder à comissão parlamentar de inquérito já estava salvaguardada e à espera do *ok* para ser enviada.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, foi um pouco antes das 18 horas que eu fui confrontado pela Eng.^a Cátia Rosas com a proposta de resposta a um requerimento efetuado por esta comissão parlamentar de inquérito, e eu não tinha sido envolvido no processo de preparação dessa informação.

Nesse requerimento há uma pergunta especificamente dedicada à existência de notas e a proposta de resposta que tinha sido efetuada, pelo ministério, era de que não existiam notas da reunião.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas a prorrogação pedida à comissão parlamentar de inquérito, da informação que tem, decorre desse diferendo sobre o envio das notas, ou sobre a existência de notas, ou de alguma outra informação que faltava para resposta à Comissão de Inquérito?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O que aconteceu, Sr. Deputado, é que eu fui confrontado com esta informação pela Sr.^a Eng.^a Cátia Rosas, pouco antes das 18 horas, mas eu já estava de saída do gabinete e tinha um compromisso às 18h30.

Comprometi-me, junto da Eng.^a Cátia Rosas, a enviar as minhas sugestões de resposta ao requerimento até às 19 horas, porque eu teria ali uma possibilidade entre as 18h30 e as 19 horas de trabalhar com o meu computador naquela sugestão de respostas ao requerimento.

Como referi, no *e-mail* que eu recebi, e que li no telemóvel, o texto é dirigido ao apoio do Ministério das Infraestruturas. Então, eu não percebi, naquele momento, que eu ainda teria a possibilidade de efetuar as sugestões de resposta na resposta a ser enviada à comissão parlamentar de inquérito.

Como tal, dei o tema como encerrado e falei novamente com a Eng.^a Cátia Rosas, por volta das 20 horas e 26 minutos, se não me engano — tenho essa informação, aqui, nas minhas notas — e, nessa altura, a Eng.^a Cátia Rosas comunica-me que tinha sido solicitada a prorrogação, pelo Ministério das Infraestruturas à CPI, do prazo para entrega da resposta ao requerimento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — E indica-lhe que esse pedido de prorrogação adveio da sua não resposta anterior ou houve outras matérias que levaram a esse pedido de prorrogação?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, a indicação que me dão é que o próprio apoio do Ministério das Infraestruturas só trabalhava até às 8 horas da noite, creio, e que como eu não tinha respondido no prazo — recorde que tinha sido confrontado, pela primeira vez, com aquela solicitação por volta das 6 horas da tarde —, tinha sido solicitada à comissão parlamentar de inquérito a prorrogação do prazo até às 9 horas e 30 minutos do dia 26 de abril.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, permita-me validar a seguinte afirmação: se tivesse dado uma resposta antes das 20 horas concordando com o conteúdo do texto, ele teria sido respondido à Comissão de Inquérito, porque não haveria nenhuma outra informação pendente.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tinha a informação correta.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

A informação... A proposta de resposta que me é apresentada é uma proposta praticamente fechada. Portanto, se eu desse o *ok*, a proposta seguiria para a comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor indica que, depois, demorou um pouco mais de 24 horas a dar a resposta final, que chegou no dia 25 de abril, pouco depois das 22 horas, com as suas notas para a Chefe de Gabinete e para o Sr. Ministro.

Por isso, desde dia 25 de abril, às 22 horas, toda a informação estava reunida para envio à comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

De facto, há um período de cerca de 24 horas até eu enviar as notas, mas tudo dentro do prazo que tinha sido acordado, primeiro, no dia 24 de abril, com a Eng.^a Cátia Rosas. E, em segundo lugar, no dia 25 de abril, com a Dr.^a Eugénia Correia, Chefe de Gabinete, tinha ficado combinado que eu teria até ao final do dia, por volta das 22 horas, para enviar as sugestões de alteração à resposta ao requerimento da comissão parlamentar de inquérito, onde, obviamente, na minha opinião, tal como eu depois escrevi, teriam de constar as notas da reunião de 17 de janeiro.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Consegue explicar porque é que demoraram mais 24 horas, depois de terem essa informação, que era a única que faltava, para responder à comissão parlamentar de inquérito?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, como referi, não fui envolvido, para além destes momentos, no processo de elaboração da resposta ao requerimento da comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No dia 26, apresentou-se ao trabalho, como normalmente, e trabalhou no ministério todo o dia. Saiu do ministério por volta de que horas?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, não me recordo exatamente por volta de que horas saí, mas terei saído por volta das 4 horas da tarde, para ir buscar os meus filhos à escola. Não tenho registo do momento em que saí do ministério, mas terá sido por volta dessa hora.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Durante esse dia, teve alguma conversa com algum dos seus superiores sobre o conteúdo das notas, sobre o que aconteceu nos dias anteriores?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, apenas fui abordado pela Eng.^a Cátia Rosas sobre a resposta que eu tinha sugerido dar.

Sr. Deputado, se quiser, posso descrever o que é que aconteceu na manhã do dia 26.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, eu agradecia-lhe, por favor.

Pausa.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu tinha a ideia de que tinha escrito algo sobre essa manhã. Não trouxe esses apontamentos comigo, mas posso tentar descrever brevemente.

O que aconteceu foi que, na manhã de 26 de abril, falei com a Eng.^a Cátia Rosas, que me perguntou se eu tinha a certeza de que eram exatamente aquelas as notas que eu tinha tirado na reunião. E eu disse que aquelas eram as notas que eu tinha tirado, era aquilo que estava escrito.

A Eng.^a Cátia Rosas perguntou-me novamente se eu tinha a certeza de que tinha sido aquilo que tinha sido falado na reunião. Eu refiro à Eng.^a Cátia Rosas que ambos tínhamos estado presentes na reunião, que, obviamente, não me recordava do que tinha sido falado especificamente na reunião, mas tinha tirado notas, então confiava nas notas que tinha tirado, e que, como a Eng.^a Cátia Rosas não tinha tirado notas sobre a reunião — o que acho estranho —, obviamente confiava nas minhas notas.

No seguimento desta informação, a Eng.^a Cátia Rosas pede-me o documento para ser enviado à comissão parlamentar de inquérito. Eu

imprimo as minhas notas e dou esse documento à Eng.^a Cátia Rosas, e, nesse momento, a Eng.^a Cátia Rosas pede-me o documento original para se enviar à comissão parlamentar de inquérito. Eu estranhei, porque disse: «Não tenho conhecimento de, em momento algum, ter sido enviado um documento em bloco de notas para a comissão parlamentar de inquérito.» E o assunto ficou encerrado nesse momento, nunca mais tivemos qualquer interação sobre o documento.

Quando saí do gabinete, mais tarde, encontrei a Eng.^a Cátia Rosas na rua, despedindo-nos cordialmente, normalmente, nunca mais tivemos nenhuma interação, até essa noite, durante esse dia.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Interpreta o que aconteceu na noite desse dia como uma tentativa derradeira de que as notas não fossem entregues à comissão parlamentar de inquérito?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu estou aqui para referir os factos, o que aconteceu exatamente naquele dia, com o máximo pormenor, daquilo que me recordo, e por isso tentei detalhar ao máximo tudo aquilo que aconteceu.

Portanto, a interpretação, obviamente não me cabe, a mim, efetuá-la, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Imagino que tenha sido uma passagem traumática dessa noite no ministério.

Mas, das diversas interações que existiram, não houve nenhuma referência a essa ideia de que as notas não deveriam ser entregues ou a se pretendia ainda rever essa posição? Não existiu essa referência?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A última interação que tive sobre as notas em questão foi na manhã do dia 26 de abril. Podemos interpretar essa interação da forma que entendermos, mas foi a última interação que tive sobre as notas com alguém do gabinete.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Na conversa telefónica em que o Ministro das Infraestruturas, João Galamba, o informa do seu despedimento, não refere as notas?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O Sr. Ministro justifica o meu afastamento, o meu despedimento — no caso, a palavra utilizada foi essa — , do Ministério das Infraestruturas com o atraso no envio das notas. Não tinha havido nenhum atraso, mas não houve nenhuma interação... Não havia possibilidade de uma interação racional com o Sr. Ministro naquele momento.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas essa referência à questão das notas é feita nesse telefonema irracional do Sr. Ministro?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto. Justifica o meu despedimento com o atraso no envio das notas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Regressando atrás no tempo, dos factos que foram descritos ao longo do trabalho desta Comissão de Inquérito dá ideia de que o seu contacto, em particular, com os diversos CEO da TAP, muda ao longo do tempo, em particular na relação que existia com os anteriores titulares do ministério, quer o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, quer o Secretário de Estado Hugo Mendes, e o atual titular, João Galamba.

Refiro isto porque há várias provas, já referidas, de comunicação direta da CEO Christine com esses titulares. No entanto, o que aconteceu depois da chegada do Ministro João Galamba ao ministério parece ser diferente.

Confirma esta mudança de atitude? Passou ela a falar mais consigo do que com o ministro, no relacionamento com o Ministério das Infraestruturas? Houve alguma alteração no padrão de contacto com a TAP?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, não tenho registo das interações que eram efetuadas pela então CEO da TAP, Eng.^a Christine, com o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba. Não tenho esse registo formal, digamos assim.

No gabinete anterior, do Dr. Pedro Nuno Santos, enquanto ministro, havia a prática de os contactos com a Administração da TAP serem efetuados pelos titulares dos cargos políticos, portanto, no caso, o então, Secretário de Estado das Infraestruturas, Dr. Hugo Mendes, e, obviamente, o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. Pedro Nuno Santos.

Num primeiro momento, de facto, no início do ano, existem algumas interações que tenho com a Eng.^a Christine, sempre do conhecimento do Sr. Ministro das Infraestruturas e da Sr.^a Chefe de Gabinete, creio que por uma questão de a Eng.^a Christine já me conhecer, do trabalho que tínhamos desenvolvido em conjunto ao longo dos anos. Creio que apenas por isso e mais nada, porque a Eng.^a Christine reunia formalmente e regularmente com o Sr. Ministro das Infraestruturas, o Dr. João Galamba.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas estes contactos, sendo do conhecimento do Sr. Ministro, não foram de nenhuma forma coartados pelo Sr. Ministro. Ele não foi nenhum impeditivo para que eles acontecessem, nem obstaculizou a que eles acontecessem, tinha plena confiança em si.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, nunca recebi nenhuma indicação para não falar diretamente com a Eng.^a Christine. Aliás, como referi, informei tanto o Sr. Ministro como a Dr.^a Eugénia Correia dos contactos que tinha regularmente, até por *WhatsApp*, com a então CEO da TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Tendo participado nesse período, no início do ano, o processo de demissão da então CEO aconteceu por atuação de dois ministérios, o Ministério das Infraestruturas e o Ministério das Finanças, no entanto, sem uma posição unívoca dos dois ministérios.

Pergunto-lhe se foi pacífica, dentro do Ministério das Infraestruturas, e no relacionamento com o Ministério das Finanças, essa demissão.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não participei nem fui envolvido no processo de substituição da Administração da TAP que ocorreu durante este ano.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Nem sequer na decisão da formulação jurídica para responder a esse processo de demissão?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não participei em nenhuma reunião relacionada com esse caso, até porque não sou jurista, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, regressando ainda mais atrás no tempo, queria focar-me agora no que aconteceu em 2020 e nas diversas sequências de acontecimentos que levaram a que David Neeleman saísse da TAP com uma indemnização de 55 milhões de euros.

Há várias perguntas que ficaram ainda sem resposta até este momento. Como creio que terá participado nessa matéria, gostava de lhas fazer, mas faço-lhe antes essa pergunta: participou, desde o início, nesse processo, que levou à entrada de capital do Estado português na TAP?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, como é público, esse processo foi coordenado e dirigido pelo Ministério das Finanças. Portanto, se me permite, sugiro que efetue essas perguntas aos respetivos ministérios.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas a formulação do acordo parassocial que decorreu dessas alterações teve o envolvimento do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu nunca participei em nenhuma reunião que envolvesse qualquer tipo de acordo com o então investidor privado da TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O Sr. Doutor não participou, mas tem conhecimento de o Ministério das Infraestruturas ter participado?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu não participei, por isso não tenho qualquer registo da participação de elementos do Ministério das Infraestruturas nesse contacto. Admito que tenham existido, Sr. Deputado, mas não tenho qualquer registo desse envolvimento, porque não participei nesses contactos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Houve uma denúncia, na sequência desse acontecimento, já posteriormente até, por parte da CEO

Christine, que referia que os A330 foram comprados acima do preço. Terá dito ela que envolveu a tutela nessa denúncia, incluindo a PARPÚBLICA.

Tem conhecimento dessa informação?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

A TAP deu-nos conhecimento, numa reunião, de que tinha solicitado uma auditoria à compra dos aviões durante a altura em que o investidor privado controlava a empresa.

Essas três auditorias, uma auditoria económica e duas jurídicas, foram enviadas ao Ministério das Infraestruturas, eu próprio fiz a análise desses documentos, fiz o resumo, dei a conhecer os principais pontos desse resumo ao, então, Sr. Ministro das Infraestruturas, o Dr. Pedro Nuno Santos, e, de imediato, foi decidido que essa informação tinha de ser comunicada ao Ministério Público, porque eram ali apurados factos que, legalmente, obrigavam o ministério a informar o Ministério Público.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, foi a CEO ou a Administração da TAP que fez essa avaliação de *motu proprio* inicialmente sem intervenção da tutela política?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A Administração da TAP solicitou essas auditorias a entidades externas.

O ministério nunca esteve envolvido nesses resultados, nem nesse processo; nós apenas tivemos conhecimento dos relatórios finais.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Por isso, ela avisou o ministério e o ministério avisou o Ministério Público sobre essa decorrência. No entanto, todas essas contabilidades afetavam também o plano de reestruturação da TAP. Isso afetou, de alguma forma, a tática do Ministério

das Infraestruturas para esse processo, ou foram indiferentes para esse processo?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, no âmbito das negociações do plano de reestruturação junto da Comissão Europeia, o ministério desconhecia qualquer auditoria ou análise em torno da compra dos aviões que tinha sido efetuada pelo investidor privado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Restam-me 50 segundos e eu queria fazer-lhe uma pergunta muito direta sobre a reunião de dia 17.

Já nos referiu, há pouco, que se lembra notoriamente de o Sr. Deputado Carlos Pereira ter intervindo nessa reunião, mas que haveria também outros membros do Grupo Parlamentar do PS nessa reunião.

Pergunto-lhe se se lembra quais eram os membros do Grupo Parlamentar do PS que participaram nessa reunião e se os pode identificar, para nosso conhecimento.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, para ficar claro, eu não me recordo se estava presente algum membro, além do Dr. Carlos Pereira, do Grupo Parlamentar do PS. Não me recordo mesmo. Admito e sei que estavam mais pessoas na reunião além daquelas que eu anotei, mas as outras pessoas que estiveram presentes, não sei de que...

Estamos a falar de uma reunião por *Zoom*, em que, muitas vezes, as câmaras estão desligadas, ou existem muitas câmaras ligadas... eu só anotei a presença das pessoas que tiveram um papel mais relevante na reunião, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas nestas reuniões era normal haver só um Deputado do Grupo Parlamentar do PS a participar nelas, ou era

normal haver mais Deputados a participar?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu cheguei a ter reuniões só com o Deputado Carlos Pereira e cheguei a ter reuniões também com mais membros do Grupo Parlamentar do PS. Variava, Sr. Deputado. Por isso é que eu não consigo garantir que, de certeza, havia outra pessoa do Grupo Parlamentar do PS presente na reunião.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — O senhor reafirma que a estratégia comunicacional para a reunião foi cabalmente estruturada e articulada entre a CEO da TAP, o Grupo Parlamentar e na decorrência das orientações anteriores da parte do Sr. Ministro João Galamba.

Para terminar, considera que é essa a informação constante das notas que o Ministro João Galamba não queria que fossem entregues à comissão parlamentar de inquérito?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O que as notas da primeira reunião de 16 de janeiro demonstram é que houve uma preparação da audição da Sr.^a CEO da TAP com o Ministério das Infraestruturas, com a participação do Sr. Ministro das Infraestruturas, sendo que a audição seria no dia 18 de janeiro.

As notas que eu tenho da reunião de 17 de janeiro, que envolveu o Grupo Parlamentar do PS, demonstram que o Deputado Carlos Pereira indicou as perguntas que pretendia efetuar na reunião, a Sr.^a CEO indicou as respostas que daria àquelas perguntas e eu próprio recordei à CEO da TAP as indicações que lhe tinham sido transmitidas na reunião do dia anterior sobre a estratégia comunicacional. Foi isso, Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, se me permite, queria repetir a parte final da minha pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É que estava explícita na minha pergunta a posição do Sr. Ministro João Galamba sobre a entrega dessa informação à comissão parlamentar de inquérito e eu não fiquei absolutamente esclarecido, em respostas anteriores, sobre se ele era da opinião de que não deveria ser entregue essa informação à comissão parlamentar de inquérito.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que creio que é importante, da minha parte, dizer para esclarecer essa dúvida é o seguinte: primeiro, no comunicado de imprensa emitido pelo Ministério das Infraestruturas no dia 6 de abril é omitida a realização da reunião do dia 16 de janeiro entre o Sr. Ministro das Infraestruturas e a CEO da TAP; segundo, é omitido também o facto de o Sr. Ministro ter tido um papel explícito e ativo na promoção da participação da TAP na reunião com o Grupo Parlamentar do PS, sendo que o comunicado apenas referia, ao contrário, que o Dr. João Galamba não se tinha oposto à participação da TAP na reunião.

Por último, creio que a informação que consta dos *e-mails* em torno da proposta de resposta ao requerimento da comissão parlamentar de inquérito demonstra, claramente, a tentativa de omissão de informação relevante no que concerne à existência da reunião do dia 16 de janeiro, às notas, aos temas da reunião 17 de janeiro, aos participantes dessa mesma reunião e à agenda que estava prevista para essa mesma reunião.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, continua a ficar

equívoca a participação do Sr. Ministro nesta questão...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, então, se fizer favor, responda o mais objetivamente possível.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, como referi, eu não participei nem no processo de elaboração, nem na decisão final em torno do comunicado de imprensa, e, em relação à resposta ao requerimento da comissão parlamentar de inquérito, os únicos contactos que tive foram com a Eng.^a Cátia Rosas.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Doutor.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente...

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Presidente, não sei se é possível fazer uma pequena pausa...

O Sr. **Presidente**: — Sim, iremos fazer uma pequena pausa entre a primeira e a segunda rondas, a menos que queira, por alguma razão, neste momento...

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, Sr. Presidente, preciso de ir à casa de banho.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

Faremos, então, uma pequena pausa.

Eram 16 horas e 48 minutos.

Srs. Deputados, estamos em condições de retomar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 1 minuto.

Dado que aproveitámos este intervalo, obviamente já não vamos fazer intervalo entre a primeira e a segunda rondas.

Vou, desde já, dar a palavra ao Sr. Deputado, Bruno Aragão, do Partido Socialista.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Cumprimento as Sr.^{as}, os Srs. Deputados e o Dr. Frederico Pinheiro, agradecendo-lhe os esclarecimentos que já nos trouxe.

Permita-me só organizar as várias questões que tenho, e que foram sendo suscitadas, em três blocos, para facilitar.

Para isso, peço-lhe que esclareça, novamente, quantos anos é que esteve em funções em gabinetes ministeriais.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Seis anos, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E desses seis anos, qual foi o período em que esteve com o dossiê TAP, que é, enfim, aquele que nos importará mais aqui?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Os últimos quatro.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, diria que esteve de 2018, 2019

até 2023.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Desde 2019 até 2023.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse período apanha, sobretudo, já depois da recompra, ou da reconfiguração acionista, o período de covid, o plano de reestruturação, que foi um período extremamente difícil, pesado.

Penso que, na sua intervenção inicial, falou até do envolvimento que teve na negociação com os sindicatos, nos acordos de emergência, porque foi, naturalmente, um período difícil, que também já abordámos aqui nesta Comissão.

Em todo esse período, quais eram as suas responsabilidades, ou as suas funções, em concreto, relativamente a este dossiê?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu fazia o acompanhamento político de todos os temas relacionados com a política da aviação.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E, diria, fazia-o com muita profundidade, face à complexidade do próprio dossiê?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Fazia o acompanhamento que me era solicitado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação e, mais tarde, pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nesse período de quatro anos, só nos últimos quatro meses é que o dossiê está com o Sr. Ministro das Infraestruturas, João Galamba, sendo que a maior parte do tempo foi ainda com o Sr. Dr. Pedro Nuno Santos, ex-Ministro das Infraestruturas e da

Habitação. Confirma?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse plano de reestruturação foi um plano duro e difícil para a TAP, sobretudo a sua preparação. O seu envolvimento nessa preparação, permite-lhe, em traços gerais, referir como é que foi gerido o processo entre o ministério e a União Europeia, entre o ministério e a TAP? É que há aqui algumas dúvidas sobre estes canais e sobre se eles foram corretamente utilizados.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — No âmbito do plano de reestruturação da TAP foram efetuadas dezenas de reuniões que contaram com a presença de elementos do Ministério das Infraestruturas, do Ministério das Finanças, nomeadamente da PARPÚBLICA e dos assessores jurídicos e económicos que tinham sido contratados pela PARPÚBLICA para o efeito.

Pontualmente, eram efetuadas reuniões com elementos da própria Comissão Europeia e em algumas reuniões participavam elementos da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Diria que nessa gestão e nesse processo, que foi um processo complexo, a informação circulou como deveria circular pelos canais certos, que a informação foi sendo enviada para a União Europeia como tinha de ser pelo ministério, do ministério para a TAP, a que a TAP foi respondendo e, a partir disso, chegou-se à solução que, depois, veio a acabar na aprovação no dia 21 de dezembro de 2021.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A comunicação com a Comissão Europeia era efetuada, essencialmente, de forma formal, pelo Ministério das Finanças, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, desse ponto de vista, não houve nada atípico neste processo que nós devêssemos ter conhecimento ou que não funcionasse pelos canais normais?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não me recordo de algo atípico, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ainda relativamente a esse período, que foi um período que gerou bastante informação, surgiu, de facto, um conjunto de auditorias que acabam por ser conhecidas como os fundos Airbus, ou até os processos indemnizatórios anteriores.

O Sr. Doutor disse, há pouco, e eu gostaria que confirmasse, que essas auditorias têm origem na TAP. É a TAP, o seu Conselho de Administração, a Comissão Executiva, que solicita essas auditorias. Confirma esta informação?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Confirmo, Sr. Deputado.

Essa comunicação foi-nos efetuada pela TAP. Fomos informados de que tinham chegado à conclusão de que existiam pagamentos que não deveriam ser feitos naqueles montantes e que a própria empresa tinha decidido solicitar auditorias a essa compra dos aviões.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, não foi o ministério que, em algum momento, solicitou, ou deu indicação, ou pediu que se procurasse alguma coisa dentro do processo que pudesse, depois, dar origem a uma auditoria ou a um processo do género?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que lhe posso

garantir é que eu não estive presente em nenhuma reunião em que essa indicação tivesse sido dada à Administração da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E quando isso é comunicado ao ministério, o que o ministério faz é fazer seguir isso para os devidos canais, do ponto de vista legal, jurídico, a que está obrigado. Confirma? Tem essa informação?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Quando a TAP nos envia as três auditorias há ali um período, não me recordo de quantos dias, em que eu me dediquei a analisar detalhadamente a informação, efetuei uma nota sobre a informação contida nas auditorias para o Sr. Ministro das Infraestruturas, mal a terminei, entrei em contacto com o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, na altura o Dr. Pedro Nuno Santos, e, de imediato, o Sr. Ministro decidiu, creio que com algum apoio jurídico, enviar a informação para o Ministério Público, porque creio que até legalmente a isso estava obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E da análise que faz e do que se recorda — e já passou algum tempo —, pareceu-lhe haver substância que informasse ou que tenha informado depois o ministério para seguir, enfim, com as devidas averiguações... E, evidentemente, as entidades judiciais depois têm de fazer a sua avaliação, portanto não estou a posicionar-me quanto ao que venha a acontecer.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A informação que eu transmito ao Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, Dr. Pedro Nuno Santos, é a que consta das referidas auditorias. São três auditorias, e, como referiu, creio que compete, agora, às autoridades competentes efetuarem a devida análise.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Para concluir esta fase sobre todo esse processo de reestruturação, quando, em 2020, surgiu a pandemia, o Sr. Doutor está nestas funções, está a acompanhar este dossiê, a TAP entra num processo — tal com muitas outras empresas, mas esta pela sua dimensão — muito difícil, há uma tentativa de encontrar junto dos acionistas privados uma solução, e já tivemos vários depoimentos sobre isso.

Qual é a ideia que recorda, ou que tem, dessa informação, desse período e da solução que, depois, acaba por ser avançada, de o próprio Estado entrar com capital e, de outra maneira, capitalizar a empresa?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A informação da qual eu me recordo, creio que também é informação pública, é de que existia um bloqueio acionista na empresa que tinha de ser resolvido para que fosse possível a empresa ser resgatada, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, o Estado faz o esforço que os acionistas, enfim, por motivos que também não estou aqui a avaliar, entendem não fazer, porque não têm condições, ou o que for, não vou qualificar aqui. Confirma? É a impressão que tem?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A informação que existe e que eu tenho também, Sr. Deputado, é que, de facto, foi feito um esforço substancial do Estado para resgatar a companhia aérea.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Acompanhou estes quatro anos, ou três anos e meio, que foram anos de uma intensidade muito grande, mas, depois, tudo se precipita e, na verdade, acabamos por resumir — e esta audição tem sido um pouco isso — a um período muito concreto que surge para esta

Comissão, e é assim que ele se espoleta, a propósito de uma reunião que o Grupo Parlamentar do PS teve com a CEO da TAP no dia 17 de fevereiro e das notas que, depois, terá feito a partir daí.

Pedia-lhe que confirmasse que, de acordo com essas notas, que nós temos disponibilizadas, disse que: o Sr. Deputado Carlos Pereira disse o que ia perguntar, a Sr.^a ex-CEO da TAP disse o que ia responder, houve a informação do que era a estratégia de comunicação e foi isto. Das notas que tem e do que se recorda dessa reunião, foi isto?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Exatamente, Sr. Deputado, foi isso mesmo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É que na audição nesta Comissão, a ex-CEO da TAP diz a mesma coisa: fizeram-lhe perguntas, ela disse o que ia responder, e foi.

O Deputado Carlos Pereira disse a mesma coisa e, portanto, três dos intervenientes, que não partes de interessadas, diria eu, alguém que está como observador, como é o Sr. Doutor, confirmam exatamente a mesma informação. Mas, na sua explicação inicial, disse que ouviu também a audição que depois ocorreu, e que é pública, que toda a gente pode consultar, e que ouviu com atenção. Confirma?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Independentemente da posição sobre essa reunião e do parecer que a Assembleia da República sobre isso já discutiu e já aprovou, dessa audição, notou alguma informação que tenha sido manipulada, que não tenha sido correta, que, erradamente, tenha sido transmitida? Tem memória dessa audição e do que se discutiu?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, peço desculpa, refere-se à audição do dia 18, ou à reunião do dia 17?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim, a da Comissão de Economia, que penso que foi aquela que referiu na sua intervenção inicial, porque era aquela que acompanhava, como é natural, dentro das suas funções.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu tenho, de facto, notas bastante detalhadas da audição do dia 18 de janeiro. Não as tenho aqui presentes, nem as tenho comigo, portanto não estou em condições para responder a essa pergunta.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — E se esta Comissão solicitasse essas notas, veria dificuldade em disponibilizá-las? É sempre um pedido que a Comissão pode fazer, mas pergunto-lhe, com honestidade, sem nenhuma ratoeira.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não há problema nenhum, o que consta das minhas notas são as perguntas efetuadas pelos Srs. Deputados e as respostas dadas pela Sr.^a CEO da TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não tem, portanto, memória de que tenha havido uma informação que erradamente tenha sido transmitida porque manipulada, ou combinada, ou articulada?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, só para ficar claro: refere-se à informação prestada pela Sr.^a CEO da TAP, a Eng.^a Christine?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim, evidentemente.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Como deve compreender, existe aqui uma assimetria de informação muito grande entre o que a Sr.^a CEO da TAP sabe ou sabia da empresa e a informação que eu tinha da companhia aérea.

Portanto, eu não estava em condições de aferir se a informação prestada pela Sr.^a CEO da TAP estava incorreta ou não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sim, evidentemente, do conhecimento que tem e da profundidade com que conhecia os assuntos; não a informação para lá do conhecimento que tinha, portanto, daquela que consegue avaliar, naturalmente.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Exato, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Permita-me, resolvida e esclarecida esta questão das notas, que acabou por levar tanto tempo, sobre uma reunião em que todos os intervenientes coincidem na memória que têm e, ultrapassando, finalmente, essa questão, tudo depois se precipita nesse mês relativamente à entrega ou não, à disponibilização ou não dessas notas, que, afinal — e a avaliação será, depois, de cada um —, corroboram a informação que a própria CEO e o Deputado Carlos Pereira tinham afirmado.

Queria aqui confirmar uma coisa, só porque não fiquei com essa ideia clara: no dia 16 houve uma reunião com o Sr. Ministro das Infraestruturas e no dia 17 houve essa reunião. É a CEO que lhe liga dando nota de que quer participar nessa reunião?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, essa é a informação

da qual eu me recordo e não tenho qualquer registo de contacto escrito ou telefónico com a CEO da TAP. É a informação da qual eu me recordo! Mal terminei o contato com a CEO da TAP, eu enviei um *SMS* via *WhatsApp* ao Dr. João Galamba, Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, tirando esse momento, não houve nenhum momento anterior em que isso tivesse sido colocado, ou premeditado, ou agendado. Pergunto: surgiu no seguimento desse telefonema, que surgiu, naturalmente, no seguimento da reunião do dia 16? E não estou aqui a tentar passar nenhuma ideia....

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, correto. A informação que é pública e que foi tornada pública no final do mês passado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, é que foi o próprio a convidar a então CEO da TAP para participar na reunião do dia 17 de abril.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Esse pormenor, peço-lhe que clarifique, fica um pouco confuso, de acordo com a informação que temos.

Temos a informação que, de facto, o Sr. Ministro disse: «Atenção, vai acontecer esta reunião», e, depois, temos a informação seguinte a dizer que a CEO contacta e diz: «Eu gostaria de participar.» É isto que lhe peço que confirme.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não tenho nas minhas notas, como referi, da reunião 16 de janeiro, nenhum registo dessa comunicação feita pelo Sr. Ministro à Sr.^a CEO da TAP. Essa informação foi-me referida pelo Sr. Ministro das Infraestruturas na reunião que nós tivemos no dia 5 de abril. A informação que existe é a que tem sido tornada pública pelo próprio Sr. Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Agradeço o seu esclarecimento, porque nos ajuda também um pouco a ir fechando as diferentes informações.

Pergunto-lhe agora sobre a informação que estaria no computador, não sobre o que aconteceu no momento. Já deu um conjunto de informação, sabemos que decorrem processos ou, pelo menos, há uma queixa-crime, é a informação que temos, não temos mais informação do que isso, mas a minha pergunta é: há algum tipo de informação que estivesse no computador, ou em alguma plataforma sua que tenha vazado — peço desculpa pela expressão — ou que tenha sido partilhada com alguém que não do ministério ou dos gabinetes e da Comissão de Inquérito?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, não houve nunca nenhuma partilha de informação classificada com pessoas externas ao ministério.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Classificada ou informação que tenha, e que tenha por algum motivo passado?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Mas está a referir-se exatamente a quê, Sr. Deputado? Desculpe, não estou a perceber a pergunta.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Informação que tivesse no computador. Tinha um conjunto de notas, tinha informação classificada, tinha, enfim, um conjunto de material no próprio computador... é sobre o conjunto dessa informação que pergunto.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu tinha no meu computador muita informação... deduzo que se refira à informação de trabalho, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Evidentemente.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Informação de trabalho era partilhada com os elementos do Ministério das Infraestruturas, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Na minha primeira ronda, esta é uma última pergunta, porque não tenho muito mais tempo.

De todo esse período há um momento, que é aquele que relata muito na sua intervenção inicial, que depois espoleta todos os acontecimentos que relatou.

Até esse momento correu tudo bem e depois foi só esta questão em concreto, ou houve algum acontecimento, alguma coisa que entenda partilhar com a Comissão?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Como referi, eu sempre tive uma relação cordial e respeitosa com o Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, uma pessoa que conheço há cerca de 10 anos, não do Partido Socialista, do qual eu não faço parte, mas conheço o Dr. João Galamba antes de ser nomeado e empossado como ministro.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Dr. Frederico Pinheiro.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Presidente, as Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Dr. Frederico Pinheiro e o Sr. Advogado.

Começo por dizer, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que aquilo que ouvimos hoje com rigor, com profundidade e com serenidade, é profundamente chocante

e perturbador. É chocante e é perturbador! É chocante e perturbador, porque hoje ouvimos com grande rigor, ao longo de 40 minutos, algo que nunca pensei ser possível.

Recordo que esta Comissão de Inquérito começou por ser à gestão política da TAP. Encontramos ao longo dela contradições, das contradições encontramos omissões, das omissões encontramos mentiras, mas hoje, do que estivemos aqui a falar foi de crimes. Crimes, alguns deles graves, praticados num órgão de soberania, envolvendo agentes políticos.

Mais do que isso: hoje, foi ferida a base do que é um Estado de direito. Nós não podemos ter, em circunstância alguma, serviços de informações do Estado a atuar no interesse, ou na defesa de governos ou de partidos.

Portanto, o que ouvimos, aqui, hoje é demasiado grave para morrer aqui ou para ficar aqui. Oxalá existam outros órgãos a ouvir o que está a acontecer, porque isto extravasa, claramente, aquilo que eu pensava possível ouvir numa comissão de inquérito.

Sr. Presidente, é chocante e é perturbador, mas não é surpreendente. Eu recordo a VV. Ex.^{as} que, neste momento, o Ministério das Infraestruturas, liderado pelo Dr. João Galamba, continua a sonegar à Comissão de Inquérito um conjunto de informação alargada que nós pedimos, e pedimos, e pedimos três vezes.

Nós sabemos que a entrega de documentos à Comissão de Inquérito não é uma disponibilidade, é uma obrigação. E V. Ex.^a sabe, como eu sei, que foi insistência nossa e, creio, insistência da Mesa e, portanto, já não é esquecimento, neste momento é manifesta sonegação!

Não estamos a falar de dois ou três documentos, estamos a falar de mais de cem, mais de cem que nós encontramos pelo cruzamento de informação que já temos.

Portanto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, isto é grave, mas, infelizmente, é um padrão.

Sr. Doutor, se eu bem percebi — e ajude-me a tentar compreender e percorri alguns dos momentos a que se referiu —, V. Ex.^a era, deixe-me dizer assim, um membro do gabinete do Ministério das Infraestruturas, de confiança, até porque estava lá há muito tempo e tramitava um dossiê sensível como o da TAP. Podemos concluir isso?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Também, se bem percebi, V. Ex.^a tinha por hábito e responsabilidade fazer notas de todas as reuniões em que participava. É verdade?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, de todas as reuniões com entidades externas ao ministério, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Toda a gente do gabinete sabia que, perdoe-me a expressão, o Frederico tira notas quando há reuniões com entidades externas. É verdade?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Exatamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, então ninguém teria dúvidas que também nestes casos o Sr. Doutor teria notas das reuniões. Portanto, dúvidas, só se fossem dúvidas no sentido de as fazer desaparecer.

Para si, existia algum motivo para o Sr. Ministro ter dúvidas de que existiam notas suas nestas duas reuniões?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu participei na reunião de 16 de janeiro com o Dr. João Galamba, com o meu computador, enquanto tirava

notas. Na reunião de 17 de janeiro também participei com o meu computador, enquanto tirava notas.

Não estava presente o Sr. Ministro das Infraestruturas, mas estava presente a Eng.^a Cátia Rosas, que é membro do gabinete do Sr. Ministro.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — A sua responsabilidade chegava ao ponto de representar o Sr. Ministro em reuniões externas, das quais retirava notas para lhe dar informação. É correta a conclusão?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito bem.

Sr. Doutor, como é que a Dr.^a Christine Widener descobriu que ia haver uma reunião secreta do Partido Socialista a preparar a audição dela?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Pela informação que já é do conhecimento público, Sr. Deputado, foi o Sr. Ministro das Infraestruturas que informou, então, a CEO da TAP, no dia 16 de janeiro, que no dia seguinte se iria realizar uma reunião entre o Grupo Parlamentar do PS e o Ministério das Infraestruturas com o objetivo de preparar a audição do dia 18 de janeiro.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ainda nessa reunião, o Sr. Ministro já relatou — foi ele que relatou — que sugeriu a presença dela na reunião do grupo parlamentar.

Conhecendo a V. Ex^a, o ministro e a CEO, e sabendo o que é a tutela de uma empresa pública, como é que interpreta uma sugestão do ministro?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, na verdade, eu não efetuei essas interpretações. Eu tomei notas e, neste caso, nem tomei nota

dessa sugestão efetuada pelo Sr. Ministro. Não considerei a informação relevante para o acompanhamento do dossiê da TAP.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Quem nos ouve avaliará o que é que vale uma sugestão do ministro a um dirigente a este nível.

Sr. Doutor, ainda na reunião dia 17, que disse que foi uma reunião por *Zoom*, existe normalmente uma listagem de *e-mails* nessa reunião que é possível obter. Ela foi gravada?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não participo no processo de marcação das reuniões, nem na parte técnica de gravação das reuniões, e eu não tenho qualquer gravação dessa reunião, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Perdão?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não tenho qualquer tipo de gravação do que aconteceu nessa reunião, apenas as minhas notas.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — E que são bastante claras.

Queria fazer-lhe outra pergunta, aproveitando o facto de cá estar. Tem a ver com a célebre conferência de imprensa que redundou na exoneração ou despedimento da CEO e do Presidente do Conselho de Administração.

Na sequência dessa conferência de imprensa, feita pelos dois ministros com tutela, tem conhecimento de alguma iniciativa do Ministério das Infraestruturas ou da PARPÚBLICA, por vossa indicação ou indicação do Ministério das Finanças, no sentido de tentar obter uma confirmação, uma validação jurídica mais forte para aquela exoneração? Esse tema foi abordado no gabinete?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não participei no processo de decisão da exoneração da anterior CEO da TAP, nem do anterior Presidente do Conselho de Administração. Não estive envolvido em nenhuma reunião que tenha tido esse objeto.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, quantas pessoas fazem parte do gabinete do Sr. Ministro?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Entre técnicos, especialistas e adjuntos, são umas 10, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor consegue confirmar-me que após uma conferência de imprensa daquela importância este assunto não foi abordado, mesmo que informalmente, entre todos?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O conhecimento que eu tenho é que quem participou nas reuniões relacionadas com a fundamentação da exoneração da então CEO e do então Presidente do Conselho de Administração era a Chefe de Gabinete, a Dr.^a Eugénia Correia. Mas eu não participei em nenhuma reunião e não tenho nenhuma forma de confirmar esta informação, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O parecer da IGF é divulgado na sexta-feira e a conferência de imprensa é na segunda-feira. Nestes três dias, o que é que aconteceu de relevante relativamente a este tema? Tem conhecimento de alguma coisa?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu só tive acesso ao parecer da IGF na segunda-feira durante a conferência de imprensa, à qual eu assisti presencialmente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então, o Sr. Doutor não presenciou nem tem conhecimento, direto ou indireto, do facto de o Sr. Ministro, nesses três dias, ter preparado a decisão, ter reunido com o Ministério das Finanças, ter reunido com o Dr. Luís Rodrigues, ter convidado, ter obtido a aceitação dele, por forma, na segunda-feira, a anunciar? Desconhece completamente estas iniciativas do Sr. Ministro?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, se me permite, sugiro-lhe que efetue essas perguntas ao Dr. João Galamba, que estará presente amanhã aqui na comissão parlamentar de inquérito.

Risos de Deputados do PSD.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ai, não tenha a mínima dúvida. Só estou a perguntar é se tem conhecimento também, para nos ajudar a chegar mais perto da verdade.

Não tem conhecimento de nada?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Eu não participei em nenhuma interação, nem acompanhei o Sr. Ministro em nenhuma dessas interações, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Até porque não podemos ir a todas, vamos ao momento da sua saída. Tudo isto é demasiado grave.

Há uma questão que lhe queria colocar que é a seguinte, e que é um pouco estranha. Do seu telemóvel, o que era relevante eram as mensagens; do seu computador, o que era relevante eram as notas. Essas eram as duas preocupações. Pergunto-lhe: quando o telemóvel lhe foi retirado ou pedido, esteve presente na operação que redundou no apagamento total de tudo o que lá estava?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sim, o técnico de informática estava ao meu lado com o meu telemóvel, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Como é que se chamava esse técnico?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O técnico de informática foi nomeado pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, essa informação é pública. Chama-se Filipe Alves.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Filipe Alves. Foi o técnico do apagamento, neste caso, certo?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Foi o técnico que procedeu à intervenção no meu telemóvel, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ele deu-lhe alguma explicação? Nunca vi um ministro nomear um técnico para apagar mensagens, mas ele deu-lhe alguma explicação para ter errado ou ter falhado na obtenção dessas mensagens?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Tal como referi anteriormente, Sr. Deputado, a explicação que foi dada é que não havia nenhum *backup* da informação que eu tinha guardado no telemóvel, portanto não foi possível recuperá-la posteriormente.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — O Sr. Doutor referiu-nos também, e isso parece relevante, que quando sai... quando sai, não, quando vai buscar o seu computador e acontece o conjunto de factos que nos relatou, quando sente que está — e está — sequestrado, fechado no ministério, o Sr. Doutor ligou à PSP.

Tem conhecimento de que tenha havido mais alguma chamada para a PSP? Ou seja, os agentes da PSP que compareceram no local foram aqueles que chamou, ou pode ter havido outros?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Os agentes da PSP que me abordaram foram aqueles que eu tinha chamado. Aliás, isso foi-me confirmado pelos próprios agentes.

Durante o tempo em que estive no Ministério das Infraestruturas não fui contactado por mais nenhum agente que tenha chegado ao Ministério das Infraestruturas por ter sido, supostamente ou alegadamente, efetuada outra chamada paralela, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Eu pedi-lhe que esclarecesse porque confesso que há pouco fiquei um bocadinho confuso.

Em bom rigor, o Sr. Doutor foi duas vezes ao seu gabinete, se eu bem entendi: foi uma vez, saiu, e depois voltou. Podia explicar-me essa sequência de factos? Porque eu não percebi porque é que voltou.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Correto, Sr. Deputado. Eu acabei por voltar ao gabinete cerca de 20, 25 minutos após ter descido, enquanto aguardava a PSP, porque não tinha tido oportunidade de recuperar muitos dos meus bens pessoais, questões pessoais, mesmo. Estamos a falar de bens que eu tinha no gabinete onde trabalhava há quatro anos. Tinha lá vários bens pessoais e eu não tinha tido tempo, por causa daquela confusão toda, de os recuperar.

Portanto, voltei ao gabinete. O gabinete estava vazio, não estava lá ninguém. Aproveitei para retirar tudo da mochila e, passado nem um minuto, a PSP chega.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, estava lá, estava deserto o ministério, conhece a versão que foi dada pelo Sr. Ministro. A PSP fez-se anunciar: ou seja, quem estivesse lá, por muito escondido que estivesse, teria sentido a presença da polícia, ou é possível que tenham continuado fechados na casa de banho?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não reparei que alguma pessoa estivesse escondida na casa de banho. Também não acho que houvesse motivo para isso, porque o que tinha acontecido é que eu próprio tinha tentado sair do Ministério das Infraestruturas e, por isso, eu chamei a PSP. Portanto, não havia nenhum risco.

A informação que foi tornada pública pelo próprio Ministério das Infraestruturas é que as quatro pessoas que estavam escondidas, ou as pessoas que estavam supostamente escondidas na casa de banho, têm conhecimento, através de uma chamada que efetuam ao segurança, de que eu me encontro com quatro polícias no 4.º piso do edifício. Ainda assim, ninguém sai do sítio onde estava.

Portanto, é essa a informação que eu tenho.

A informação que também conheço foi a que veio esta semana na edição do *Expresso*, em que a polícia relata isso mesmo, de que quando chegou se fez anunciar e que ninguém mostrou estar fosse onde fosse, e que isso criou alguma estranheza nos polícias que tinham sido chamados por mim.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, por falar em estranheza, não sei se nos pode ajudar, mas a interação por *WhatsApp* que tem com o Sr. Ministro, no famoso «liga à Eugénia» e quando explica que há a questão das notas, há uma mensagem que foi apagada pelo Sr. Ministro, que é emitida e apagada. Teve oportunidade de ler essa mensagem? Foi às 5 horas e 42 minutos.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não, Sr. Deputado.

Eu estava a dormir nessa altura e o Sr. Ministro estava em Singapura. Havia uma diferença de horário, que creio que é de sete horas, portanto o Sr. Ministro provavelmente estava acordado, e eu, às cinco e tal da manhã não estava acordado, pelo que nunca li essa mensagem, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Um outro tema, porque o tempo não nos deixa mais opções, é o seguinte: o Sr. Ministro foi inquirido por mim mesmo neste Parlamento sobre o motivo pelo qual o Conselho de Administração da TAP foi impedido de apresentar publicamente as contas de 2022, conforme era a sua vontade. E o Sr. Ministro respondeu-me que ninguém impediu porque ninguém pediu. Ora, nós estamos profunda e documentadamente convencidos que isto falta à verdade.

Tem conhecimento de como é que se processou esta apresentação, ou melhor, esta não apresentação das contas?

Pausa.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o conhecimento que eu tive dessa interação, se bem me recordo, foram os *e-mails* que foram enviados pela Sr.^a Chefe de Gabinete, Dr.^a Eugénia Correia, e tive conhecimento por algo muito prático. Creio que foi nesse dia que estava a acompanhar a Dr.^a Eugénia Correia na elaboração do ofício para a comissão parlamentar de inquérito. Creio que foi nesse mesmo dia que, portanto, tive conhecimento dessa informação e creio que o Parlamento já teve acesso a esses *e-mails* que foram enviados à TAP.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nesses *e-mails* é dito para não falarem com os jornalistas e não fazerem a conferência.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Não tenho aqui os *e-mails* comigo, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr. Doutor, por último: como ouvimos todos, eu hoje comentava com os meus colegas, antes de começar esta audição, que nesta Comissão de Inquérito, hoje, mais uma vez, entre hoje e amanhã, teríamos na Comissão de Inquérito um aldrabão. Só não sabia se era hoje ou se era amanhã.

Dito isto, Sr. Doutor, face àquilo que nos relatou, que são factos — na sua versão, deixe-me dizer assim, graves, que diz porem em causa a sua honra, dignidade e o seu bom nome e que são falsos e, portanto, tem de ser reposta a verdade, custe o custar —, a pergunta que lhe deixo, em conclusão, é se V. Ex.^a vai ou não acionar os meios que o tal Estado de direito em que queremos acreditar tem para repor a sua dignidade e honra, nomeadamente pela difamação ou injúria, ou pior, de que foi alvo.

Pausa.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que lhe posso dizer neste momento, até porque estamos a abordar matérias judiciais, é que a minha intenção sempre foi deixar todo o sucedido para trás. Foi isso mesmo que indiquei à PSP quando me perguntaram se queria apresentar uma participação, e eu não queria.

Posteriormente, ficaram públicas várias declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas, mas também do Sr. Primeiro-Ministro, que me deixaram completamente chocado.

Depois da bizzarria, de tudo o que aconteceu no Ministério das Infraestruturas, para mim foi um choque — é mesmo essa a palavra — tremendo ouvir não só as declarações do Sr. Ministro das Infraestruturas, mas principalmente as declarações do Sr. Primeiro-Ministro.

Obviamente que eu não... Continuo na posse de todos os meus direitos legais. Ainda não tomei nenhuma decisão sobre essa questão, Sr. Deputado, mas obviamente que essa decisão será tomada sempre com o meu apoio jurídico. Neste momento estou completamente concentrado em retomar a minha vida normal, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, relativamente ao início da sua intervenção e aos *e-mails* a que se referiu, para além da insistência formal que os serviços fizeram relativamente a esses *e-mails*, quero também dizer que, informalmente, envidei esforços no sentido de esses *e-mails* poderem estar na Comissão ainda antes da vinda do Sr. Ministro das Infraestruturas.

Portanto, creio que esses *e-mails* estarão na Comissão antes da vinda do Sr. Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Então, agora sim, vamos passar à segunda ronda, que, como é do conhecimento geral, é uma ronda que contempla 5 minutos para cada grupo parlamentar, em continuidade, e depois segue-se a resposta do depoente.

Sr. Deputado André Ventura, do Chega, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, continuando...

O Sr. **Presidente**: — Pedia algum silêncio na sala, por favor. Pedia algum silêncio.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Obrigado, Sr. Presidente.

Continuando naquela que é a nossa função, a de apurar a verdade, penso que hoje tem ficado bastante clara a tentativa de intoxicação a que fomos sujeitos nas últimas semanas, em termos de ocultação de informação.

Por isso é que temos insistido tanto, Sr. Doutor, na presença nas reuniões. Não é porque ela seja, por si, algo que já nos surpreenda, porque já estamos habituados a isso, e penso que o País, neste momento, já tem suficiente informação sobre isso, mas porque até a informação de que se dispõe, em termos de ofícios dos ministérios, como o do Ministério dos Assuntos Parlamentares, a que acedemos, dão conta da presença de Deputados que, depois, no ofício do Ministério das Infraestruturas, se nega ou se omite. E só aí se vê a falta de verdade com que estamos confrontados nesta Comissão.

O Sr. Doutor já disse que não se recordava, mas há um ofício do Ministério dos Assuntos Parlamentares que refere a presença não só do Deputado Carlos Pereira, mas também do Deputado Carlos Ribeiro, que

penso que será o Deputado Carlos Barbosa Ribeiro. E isto mostra bem o nível de falta de verdade a que estamos sujeitos.

Sobre essa preparação de reuniões, Sr. Doutor, eu queria perguntar-lhe se é verdade aquilo que tem sido noticiado, não só que foram articuladas perguntas e respostas, em relação a que perguntas faria o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que respostas seriam dadas, mas, inclusivamente, que haveria articulação dessas perguntas em relação, por exemplo, a questões como o afastamento de Alexandra Reis, ou até ao porquê de terem sido acionadas outras sociedades de advogados que não o apoio jurídico da TAP, enquanto resposta a esta Comissão, porque sabiam que ia ser questionado aqui porque é que foi um escritório de advogados externo e não o apoio jurídico da TAP a fazer isso.

Mais: segundo notícias que vieram a público, houve até uma indicação para a CEO se fingir chocada se lhe falassem de divergências pessoais com Alexandra Reis.

Sr. Presidente, isto é o grau zero da política: vir a uma Comissão fingir-se chocada — fingir só, porque, para estar nos documentos 24 horas antes, ninguém fica chocado 24 horas antes. Portanto, estar aqui a dizer: «Finja-se chocada, quando lhe perguntarem sobre divergências pessoais»... Se isto for verdade... Sr. Doutor, talvez possa confirmar, porque isto foi público, está espalhado por todo o lado e era importante que quem esteve nessa reunião, como é o seu caso, pudesse dizer se isto é verdade: deram indicações à ex-CEO para se assumir chocada se lhe falassem das divergências pessoais com Alexandra Reis? Isto é gravíssimo e acho que não preciso explicar porquê.

Mas houve outra frase que me chamou particularmente a atenção e, por isso, perguntava-lhe também se é verdade que a engenheira técnica Cátia Rosas lhe disse o seguinte: «Para responder à CPI é melhor dizer que não existem notas da reunião.» Porque, disse o Frederico: «Se eu for chamado a

esta reunião, terei de mentir ou contradizer aquela resposta, e poderia ter de enfrentar consequências penais.» Ou seja, foi a engenheira técnica do Ministério das Infraestruturas que lhe disse para dizer que não existiam notas dessa reunião, facto que o Frederico não aceitou, por não querer faltar à verdade, nomeadamente perante esta Comissão. Portanto, temos uma funcionária do Ministério das Infraestruturas, obviamente, e, na minha opinião, indiscutivelmente sob ordens de um ministro, a pedir-lhe para mentir a uma comissão de inquérito.

Finalmente, Sr. Dr. Frederico Pinheiro, permita-me que me foque no telemóvel que tem consigo e que diga o seguinte: o telemóvel que hoje apresentou a esta Comissão de Inquérito é particularmente importante, porque mostra, conforme ficou claro na sua intervenção, que o problema do Ministério das Infraestruturas não era o acesso aos documentos da TAP, nem à reestruturação da TAP, porque esses continuam acessíveis para si, através do telemóvel. Mas os contactos via *WhatsApp* ou SMS, esses, sim, foram importantes e foram — Sr. Presidente, eu queria sublinhar esta expressão — ilegalmente apagados, face ao regime jurídico documental que temos, face ao regime jurídico dos documentos eletrónicos que temos, ilegalmente apagados, repito, de um telemóvel.

Portanto, Sr. Dr. Frederico Pinheiro, eu diria que o telemóvel que aí tem, e cujos elementos foram apagados, é um elemento decisivo para apurar a verdade a que esta Comissão de Inquérito está sujeita, porque pode trazer luz sobre as comunicações, nomeadamente com a ex-CEO da TAP, que foram apagadas, mas também com o próprio Ministro João Galamba.

Sr. Presidente, penso que temos a autoridade e o poder, face ao Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, para solicitar ao Dr. Frederico Pinheiro que deixe connosco o telemóvel, como documento que é, uma vez que o regime jurídico dos documentos eletrónicos permite conceber as SMS e os *WhatsApp* como um documento eletrónico, aliás, várias vezes pela

jurisprudência entendidos como prova documental, e penso que pacificamente, no nosso sistema jurídico, entendidos como tal.

Esta é uma questão que, obviamente, terá de ser analisada e discutida. Sr. Presidente, penso que, face à centralidade do documento e à possibilidade de a Polícia Judiciária, através do seu centro informático, recuperar algumas das mensagens, trocas, etc., isto seria decisivo para o apuramento da verdade. Eu sou jurista, não sou técnico de informática, nem, obviamente, percebo muito de recuperar mensagens do *WhatsApp*, SMS ou outros tipos, mas, pelo que li e pelo que sei, é vasto o conhecimento, em Portugal, nomeadamente dos órgãos de polícia criminal, que devem coadjuvar esta Comissão de Inquérito, na recuperação de elementos e na recuperação de mensagens, mesmo quando apagadas.

Portanto, o Chega deseja, primeiro, perguntar ao Dr. Frederico Pinheiro se está disponível para deixar à ordem desta Comissão de Inquérito o telemóvel, para que, no prazo mais curto, seja entregue à Polícia Judiciária e esta possa recuperar essas mensagens, ou — o que seria não desejável —, Sr. Presidente, pedir à Comissão de Inquérito, e a si, enquanto representante dos poderes desta Comissão de Inquérito, que possa solicitar ao Dr. Frederico Pinheiro que deixe esse telemóvel para análise, não nossa, mas para entrega à Polícia Judiciária, que terá os instrumentos para entregar a esta Comissão os documentos eletrónicos, nos termos do regime jurídico dos documentos eletrónicos e da assinatura, que está em vigor em Portugal.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Frederico Pinheiro, faça favor.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pelas perguntas que efetuou.

Em relação à dinâmica da reunião do dia 17 de janeiro, creio que fui claro sobre a mesma na resposta que dei ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Queria também deixar claro que, pelas notas que tomei dessa reunião, não houve nenhuma indicação para a CEO se mostrar chocada. O que aconteceu foi que a Sr.^a CEO da TAP, a Eng.^a Christine, disse que estava chocada com as informações públicas, segundo as quais a CEO tinha sugerido a substituição da Eng.^a Alexandra Reis por motivos meramente pessoais. E é indicado nessa reunião, pela Sr.^a Engenheira, que os motivos estão relacionados com a preparação da capacidade da TAP para enfrentarem a recuperação pós-covid.

A dinâmica da interação com a Eng.^a Cátia Rosas foi um pouco ao contrário daquilo que foi relatado, na verdade. Eu indico à Eng.^a Cátia Rosas que se aquela for a resposta a ser enviada à comissão parlamentar de inquérito, obviamente terei de contradizer a resposta que o ministério se preparava para enviar. Naquele momento, a Eng.^a Cátia Rosas diz-me: «Mas as notas que tu tens são notas informais.» E eu respondo: «Com certeza, são notas informais, mas, mesmo assim, se eu for chamado à comissão parlamentar de inquérito, se me perguntarem se existem notas, eu terei de dizer que existem.»

Em relação ao telemóvel, Sr. Deputado, o telemóvel não é meu. Portanto, o telemóvel foi-me atribuído pelo Ministério das Infraestruturas, e eu pedi ao Ministério das Infraestruturas e ao CEGER para indicarem, ou efetuarem, um agendamento para entrega do mesmo. Estou à espera de que me respondam a essa minha intenção, de devolver o telemóvel ao Ministério das Infraestruturas. O telemóvel foi formatado por mim, até porque, como referi, continha informação classificada, que de imediato, obviamente, fui apagando do telemóvel, após o meu afastamento do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para fazer um requerimento.

Na sequência da resposta que foi dada pelo Dr. Frederico Pinheiro, e uma vez que há o perigo iminente e real de ser entregue este equipamento ao Ministério das Infraestruturas, o Chega deseja requerer que ele fique nesta Comissão de Inquérito e não seja entregue ao Ministério das Infraestruturas, porque contém prova que, se voltar ao seu autor, coloca em causa a descoberta da verdade e a sua imparcialidade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, eu estava a olhar para o regime jurídico.

O artigo 13.º, relativamente aos poderes das comissões, no seu n.º 1, diz: «As comissões parlamentares de inquérito gozam dos poderes de investigação das autoridades judiciais que a estas não estejam constitucionalmente reservados.» Depois, o n.º 2 diz: «As comissões têm direito à coadjuvação das autoridades judiciárias, dos órgãos da polícia criminal e das autoridades administrativas, nos mesmos termos que os tribunais.»

Ora bem, a interpretação que faço, e salvo melhor interpretação, é a de que não temos o poder para ficar com o material, portanto, com o telemóvel, como alega, mas terei, obviamente, o poder para comunicar aos órgãos de polícia criminal que façam a recolha do telemóvel e o entreguem à Comissão. É assim que interpreto estes dois números do artigo 13.º — Poderes das comissões.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, não é essa a minha interpretação, mas respeito a sua, evidentemente, e compreendo-a, até por um princípio de prudência hermenêutica e de interpretação.

Pergunto se seria possível — e é uma questão que faço, não querendo o Sr. Presidente usar de um poder de autoridade de investigação criminal — questionar o Dr. Frederico Pinheiro sobre se ele voluntariamente não prefere deixar o documento ao Parlamento para ser entregue à Polícia Judiciária, em vez de o entregar ao Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Presidente**: — Penso que entendi, Sr. Deputado André Ventura, e tem toda a autoridade para poder perguntar ao Sr. Dr. Frederico Pinheiro. Se ele quiser fazê-lo voluntariamente aos órgãos de polícia criminal, claro que sim.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Pergunto então, Sr. Presidente, se o Dr. Frederico Pinheiro está disponível para deixar o telemóvel, ou nesta Comissão de Inquérito, ou a um órgão de polícia criminal, no prazo mais curto possível.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Com certeza, Sr. Deputado. Eu estou há três semanas à espera de um agendamento para entregar o telefone...

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu penso só, Sr. Presidente, que isto é importante: esta Comissão não lhe está a pedir que entregue ao Ministério das Infraestruturas o telemóvel, esta Comissão está a sugerir-lhe — na falta de uma palavra melhor — que deixe o telemóvel à guarda desta Comissão de Inquérito, que o entregará à Polícia Judiciária, ou, então, que o entregue à Polícia Judiciária, sendo assinado por esta Comissão de Inquérito, porque

é importante que seja no âmbito desta Comissão de Inquérito, e não uma entrega a outro título qualquer. Portanto, a Comissão de Inquérito assinaria que lhe pediu que entregasse o telemóvel para perícia à Polícia Judiciária.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Frederico Pinheiro, por uma questão de prudência, se assim o entender, claro que sim, se assim o entender.

Queria que respondesse a esta questão.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Presidente, de facto, desconheço o regime jurídico aplicável à entrega do telemóvel. Eu entregarei o telemóvel a quem ele for legalmente devido.

O Sr. **Presidente**: — Como lhe disse, entendi, ou interpretei, do artigo 13.º, n.º 1 e n.º 2, que a Comissão, a ficar com o telemóvel, teria de o comunicar aos órgãos de polícia criminal para poderem recolher o telemóvel, a menos que o senhor, sob consignação, ou assinatura, da própria Comissão, entenda fazê-lo aos órgãos de polícia criminal.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, se interpretei bem, então, seria feito um pedido pela Comissão, nos termos do artigo 13.º, n.º 2, para que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro entregasse à Polícia Judiciária esse telemóvel para análise.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza.

Não passaria pelas mãos da Comissão, mas iria diretamente para os órgãos de polícia criminal.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — De acordo, Sr. Presidente e Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Fica, então, assim deferido. Muito obrigado.

Pausa.

Temos, então, agora a oportunidade de o Dr. Frederico Pinheiro responder em conjunto a todas as questões que o Sr. Deputado André Ventura colocou.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não, ele já respondeu.

O Sr. **Presidente**: — Ah, já respondeu? *Ok.*

Então, daria a palavra ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Volto a cumprimentar o Sr. Frederico Pinheiro e dizer-lhe... Sr. Presidente, posso só...

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Como há muita gente na sala, eu pedia, mais uma vez, que fizessem o menor ruído possível para que possamos ouvir a intervenção e a interpelação do Sr. Deputado Bernardo Blanco. Muito obrigado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se o Sr. Frederico Pinheiro hoje não estiver aqui a mentir, penso que perante tudo o que se ouviu só há uma hipótese: o Sr. Ministro tem de se demitir.

Quero começar por lhe perguntar uma coisa, que há pouco já não tive tempo para tal. Na sua intervenção inicial falou de uma máquina de propaganda do Governo PS. Gostava que desenvolvesse um bocadinho ao que é que se referia. Em segundo lugar, gostava, também, de lhe perguntar se o computador tem dados apenas da TAP ou se tem dados de mais empresas.

Pedia-lhe que fosse apontando, porque agora, como não é pergunta/resposta, fica um bocadinho difícil de registar tudo.

A segunda pergunta é sobre se o computador tinha apenas dados sobre a TAP ou também relativos a outras empresas, como, por exemplo, a Metropolitano de Lisboa.

Além disso, queria perguntar-lhe se confirma que o Governo ainda não lhe deu acesso ao *e-mail* e, por isso, não consegue enviar os *e-mails* à CPI.

Há pouco fiquei sem perceber completamente duas coisas que queria clarificar. Disse que no dia 24 de abril houve um *e-mail*, antes das 18 horas, de Cátia Rosas, correto? E aí já não havia referências às notas, certo?

Também para clarificar, se anotei bem, disse que a Chefe de Gabinete, na presença do próprio Ministro João Galamba, tinha dado indicação para não se enviar notas. Era também para clarificar isto e, já agora, saber quando é que isso aconteceu, quando é que foi dada essa indicação na presença do Ministro João Galamba.

Gostaria, também, de perguntar se antes dessa intervenção no telefone, em que ficou sem o *WhatsApp*, havia mensagens que poderiam ser úteis a esta CPI e, se sim, daquilo que se lembra, quais seriam.

Queria perguntar, também, se já tinha assistido a outros episódios em que o Sr. Ministro tivesse reagido de forma tão intempestiva, tão irritada, seja com membros do gabinete ou outros.

O SIS informou-o sobre quem é que tinha contactado o próprio SIS? Disse, também, que se tinha sentido ameaçado pelo SIS e eu gostava de saber, concretamente, em quê.

O Sr. Ministro, ou algum outro membro do Governo ou do gabinete do Sr. Ministro, contactou-o, desde o dia 27 de abril? Se sim, sentiu, em algum desses contactos, alguma forma de condicionamento?

Queria perguntar-lhe sobre a operação da TAP. Em 2020, consideraram outros cenários ou considerou apenas, na altura, a nacionalização, coisa que, como se sabe, não foi prática seguida em mais nenhum País sem ser o nosso?

Quando o dinheiro foi injetado havia alguma convicção de que ele poderia ser devolvido ou foi basicamente assumido que o dinheiro não iria ser devolvido aos portugueses? Em relação a essas negociações, pergunto-lhe também se estava previsto que após a injeção a companhia fosse — a prazo, obviamente —, vendida e se tal foi uma obrigação da Comissão Europeia ou não.

Aquando da primeira injeção e do primeiro empréstimo — aliás, dos 1200 milhões de euros, que até tinha aquele contrato de financiamento à parte —, já estava previsto que houvesse injeções posteriores, ou na altura achava-se mesmo que os 1200 milhões de euros chegariam e só depois é que se percebeu que seria um valor muito mais avultado, que acabou em 3,2 mil milhões de euros?

Como foi a sua relação com a tutela da altura, com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, e que diferenças havia para a tutela atual? Já agora, aproveito para perguntar se mantém contactos — obviamente sobre a TAP, não em termos pessoais — com o Sr. ex-Ministro, agora Deputado Pedro Nuno Santos, relativamente à TAP, durante estes meses em que o ministro já era João Galamba.

Por último, queria perguntar-lhe se teve algum conhecimento da indemnização paga a Alexandra Reis por conversas informais de gabinete. Já percebi que não teve nenhuma reunião formal, mas pergunto-lhe se o gabinete soube do processo e do que estava a acontecer.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, sobre a máquina de propaganda a que eu me referi, posso resumir o que é que aconteceu nas últimas três semanas.

No dia 26, fui ameaçado pelo Serviço de Informações de Segurança; no dia 27, fui contactado, à porta de casa, pela Polícia Judiciária; nos dias seguintes, fui injuriado e difamado pelo Primeiro-Ministro e pelo Ministro das Infraestruturas.

Fui alvo de uma campanha governamental que procurou montar uma narrativa falsa e mentirosa, com a ajuda de vários assessores de diferentes gabinetes e com a ajuda dos contactos diretos do próprio Ministro das Infraestruturas, junto dos jornalistas e documentadores.

Cortaram-me o acesso às comunicações do meu número de telemóvel, que era o meu número de telemóvel, durante duas semanas; retiraram-me de imediato, no dia 26, o acesso ao meu *e-mail* de trabalho; não responderam, nas últimas três semanas, ao meu pedido de acesso ao arquivo da minha informação de trabalho, que constava no *e-mail* e no meu computador de trabalho; o Governo, e os seus assessores, chegaram ao ponto de indicar, a determinados órgãos de informação social, a piscina pública onde eu levo os meus filhos às aulas. E, como se nada disto fosse suficiente, o Ministério das Infraestruturas obteve acesso a todos os meus registos de chamadas.

Sr. Deputado, quando me refiro a essa campanha é exatamente a todos estes pontos que eu me refiro.

Em relação ao *e-mail* da Eng.^a Cátia Rosas, o mesmo é-me enviado às 18 horas e 8 minutos do dia 24 de abril, e a sugestão de resposta que constava

nesse *e-mail* era de que não existiam notas da reunião ocorrida a 17 de janeiro e, por exemplo, no ponto da ordem de trabalhos, não se referia nada, quando o título da própria reunião era «reunião preparatória da audição da Presidente da Comissão Executiva da TAP.»

Sim, confirmo, a Sr.^a Chefe de Gabinete deu a indicação para não se divulgarem as notas, por as mesmas serem um documento informal, na presença do Sr. Ministro João Galamba, no dia 5 de abril.

Em relação aos dados que constavam no *WhatsApp* posso presumir que sim, Sr. Deputado. Obviamente, não me recordo da informação, mas o que lhe posso dizer é que, obviamente, o meu processo de recolha de informação para prestar esclarecimentos à comissão parlamentar de inquérito está muito, e foi muito, condicionado por eu não ter acesso não só a esta informação como, obviamente, à informação e às trocas de *e-mails*.

Em relação aos episódios intempestivos, ou irritados, do Sr. Ministro João Galamba — creio que foi essa a expressão que utilizou —, o que lhe posso dizer é que comigo isso nunca tinha acontecido. O SIS, o agente que me contactou do SIS, nunca me disse quem é que tinha efetuado o pedido, apenas me dizia que estava a ser muito pressionado de cima.

Em relação ao facto de eu me ter sentido ameaçado pelo SIS, Sr. Deputado, creio que é claro, para todos os presentes nesta sala, que qualquer cidadão que é contactado a meio da noite por um agente do SIS se sente intimidado. E quando esse mesmo agente diz, três vezes, que «é melhor resolvemos isto a bem, senão a situação complica-se», obviamente que se sente ameaçado e condicionado.

Em relação a todos estes pedidos de informação sobre o processo de resgate da TAP, o que eu lhe posso sugerir é que efetue essa pergunta aos titulares dos cargos políticos.

Por não ter ficado registado na gravação, não foi possível transcrever as palavras do orador.

Ah, em relação ao facto de... sim, a Dr.^a Eugénia Correia tentou contactar-me duas vezes por telefone, no dia 28 de abril, às 18 horas e 17 minutos, e na quinta-feira passada, às 19 horas e 2 minutos, por chamada via *WhatsApp*.

Em relação ao contacto do Dr. Pedro Nuno Santos: não tenho nenhum contacto especial com o Dr. Pedro Nuno Santos para falarmos sobre a TAP. Sou amigo do Dr. Pedro Nuno Santos, mantive uma relação... já conhecia o Dr. Pedro Nuno Santos antes de me convidar para trabalhar na Secretaria de Estado dos Assuntos Parlamentares, e mantemos, obviamente, uma relação de amizade e não fui envolvido, seja de que forma, no processo de rescisão do contrato com a Eng.^a Alexandra Reis.

Sr. Deputado, creio que terei respondido às suas questões. Obrigado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, é muito rápido.

Percebo este ponto de nós fazermos as questões, obviamente, também aos ministros, não é? Mas não é só aos ministros e até agora, por acaso, ainda ninguém se recusou a responder a estas perguntas relacionadas com a reestruturação da TAP. Eu acho que as perguntas têm, obviamente, de ser respondidas e nem são perguntas muito complicadas, são três perguntas rápidas.

A primeira é porque é que optámos pela nacionalização e não por outros cenários — já foi aqui perguntado *n* vezes e nós vamos fazendo elencagem das respostas.

A segunda é se, desde aí, se já estava acordado que era para privatizar e, por isso, se já estávamos a pôr dinheiro a saber que íamos perder.

E a terceira é se se assumiu logo, nessa altura, quem estava no processo, como é o caso, que o dinheiro era para lá ficar e não ia ser devolvido.

São três perguntas simples.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Frederico Pinheiro, entende complementar a sua resposta?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, do que me recordo neste momento foi da informação que eu próprio ajudei a preparar para o Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, creio que em dezembro de 2020, na altura em que é apresentada a proposta do Governo do plano de reestruturação que tinha sido enviado à TAP. E, se não me engano, na altura o valor indicativo eram 3,6 mil milhões de euros.

Lembro-me de ter tido algumas interações com adjuntos do Ministério das Finanças, de termos feito alguns cálculos com base nas informações que eram «postadas» pela própria companhia aérea, e havia aqui alguma incerteza, porque, se bem se recorda Sr. Deputado, o cenário de recuperação do setor da aviação era muito, muito incerto.

Em relação ao processo de venda e ao compromisso de venda, o que lhe posso afirmar, Sr. Deputado, é informação que é pública. Na decisão relativa ao resgate da companhia aérea, da nossa companhia aérea, da TAP, não está nenhuma obrigação para a empresa ser alienada. Nenhuma. Não existe essa necessidade e não há esse compromisso do Estado português. Os documentos são oficiais e essa informação é pública. Essa informação creio que é pública e creio que foi referida pelo Sr. Ministro das Infraestruturas e da Habitação, em dezembro de 2021, quando o plano de reestruturação foi aprovado.

Em relação à recuperação dos valores, Sr. Deputado, não consta nenhuma obrigação sobre essa questão, ou seja, uma recuperação direta do valor no plano de reestruturação que é aprovado pela Comissão Europeia. Creio que o entendimento que existe, e que é público, é que a recuperação desse valor vem através dos impactos positivos e do benefício que isso pode trazer para a economia portuguesa, Sr. Deputado. Mas, como digo, essa é a informação que é pública.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Frederico Pinheiro.

Passamos, então, agora, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria colocar três ou quatro questões ao Dr. Frederico Pinheiro e começo já por este tema, que estava mesmo agora a referir relativamente ao compromisso assumido, ou não, de privatizar a TAP.

Eu posso não escrever em lado nenhum e posso não assumir o compromisso perante ninguém de que irei privatizar uma companhia, mas posso ter esse propósito e não o anunciar.

No processo que conduziu ao plano de reestruturação da TAP houve muitas reuniões, internamente no ministério e com outras entidades. O Dr. Frederico Pinheiro participou em muitas delas e foi registando o que era discutido nessas reuniões.

A pergunta que lhe queria fazer é sobre se, nessas discussões que presenciou, surgiu, e em que momento, a consideração de que a reestruturação da TAP e o momento que estava a ser atravessado era uma etapa à qual se seguiria a privatização.

Faço esta pergunta porque tem surgido, de forma muito clara, ao longo destas audições na Comissão de Inquérito, na estratégia de alguns e, digo eu,

também do próprio Governo, a ideia de que estaríamos perante uma oportunidade de «agora é que isto vai», até porque estaríamos anteriormente numa oportunidade que se perdeu na negociação entre o Sr. Neeleman e a Lufthansa, supostamente, com o conhecimento dos administradores nomeados pelo Estado.

Ligado a isto, queria fazer-lhe uma segunda pergunta para pedir-lhe que retomasse a questão da reunião, ou das reuniões, não percebi bem, em que participou do lado do Ministério das Finanças, sobre o tema da privatização, nomeadamente, que reunião ou reuniões foram essas, quem é que participou e em que momento. Presumo que não seja no Ministério das Finanças, mas peço-lhe esse esclarecimento.

A terceira e quarta perguntas que quero fazer não têm nada a ver com isto, têm a ver especificamente com aqueles acontecimentos do dia 26 e 27 de abril, do ministério, serviços de informações, forças de segurança.

De acordo com os factos que nos transmite relativamente à interação com o agente do SIS que nos relatou, os mesmos dão conta, claramente, de uma intervenção deste serviço que parte de uma abordagem, neste caso, telefónica. Isto é, ninguém lhe bateu à porta. Foi um telefonema e, na sequência desses telefonemas, o senhor saiu da sua casa, pelo que percebi.

Eu queria perguntar-lhe se até hoje o senhor foi ouvido pelo Conselho de Fiscalização do Serviço de Informações da República Portuguesa (CFSIRP). É que o Conselho de Fiscalização do SIRP afirmou que não esteve em causa qualquer atuação policial do SIS. E aquilo que o senhor nos relata, aquilo que o senhor nos contou, põe em crise estas considerações. Portanto, pergunto-lhe se foi ouvido pelo Conselho de Fiscalização do SIRP, ou se foi contactado, de alguma forma, pelo Conselho de Fiscalização.

Finalmente, acabou de nos referir também, há momentos, que foi contactado à porta da sua casa pela Polícia Judiciária, no dia 27, ou seja, no dia seguinte a estes acontecimentos. Eu fiquei com a ideia de que o senhor

não chamou Polícia Judiciária nenhuma, estavam lá os senhores, à sua espera, e queria pedir-lhe que nos relatasse essa interação que teve com o Sr. Agente ou com os Srs. Agentes da Polícia Judiciária. Isto é, por alma de quem é que isso aconteceu e o que é que aconteceu?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, o que lhe posso dizer sobre o compromisso para a privatização da TAP é que do lado do Ministério das Infraestruturas sempre houve, obviamente, a desconfiança que da parte da Comissão Europeia poderia existir essa pressão e a necessidade desse compromisso e houve um firme envolvimento para que isso não constasse no plano de reestruturação da TAP, e não consta.

Portanto, nunca, em momento algum, existe um compromisso do lado público para o resgate ser uma etapa intermédia no âmbito de uma privatização ou abertura de capital da empresa.

A minha participação em representação do Sr. Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, numa reunião com o Ministério das Finanças, em torno da privatização da empresa, está relacionada com o decreto-lei, o diploma que será, a seu tempo, aprovado em Conselho de Ministros com as condições para a privatização.

Eu fui contactado — correto, Sr. Deputado — pelo agente do SIS com um telefonema. O agente do SIS solicita-me a morada e eu pergunto, até um pouco incrédulo: «Mas o SIS não sabe onde é que eu vivo?» E o agente diz-me: «Tem de ser o Frederico a dar-me a morada». E, na verdade, quando eu ia a completar a morada toda, o agente interrompe-me, para eu não dizer o andar e a porta onde eu vivo e, portanto, essa informação, pelo menos por mim, não foi transmitida e eu, sinceramente, achei isso um pouco surpreendente porque sempre imaginei que o SIS soubesse onde era a minha casa.

Em relação ao Conselho de Fiscalização do SIRP, nunca fui

contactado ou ouvido no âmbito da elaboração de qualquer relatório, da tomada de decisão ou da elaboração de conclusões, fosse de que documento fosse. Nunca, em momento algum!

Em relação à interação com a Polícia Judiciária, Sr. Deputado, o que aconteceu foi que no dia seguinte, quando saí de casa para levar os meus filhos à escola, naquele momento os meus filhos não estavam comigo, mas eu fui buscar a minha bicicleta para os levar à escola e, quando saio de casa, sou interpelado por um agente. Quando este se aproxima de mim para se identificar, verifico que a carteira de identificação era semelhante à carteira do agente do SIS. E eu até, prontamente, refiro: «Não me diga que é do SIS, novamente». E o agente diz-me: «Do SIS?! Não, sou da Polícia Judiciária», identifica-se. Foi um contacto cordial.

Eu solicito ao agente da Polícia Judiciária para me dar tempo de levar os meus filhos à escola. Assim foi. Demoro cerca de 20 a 30 minutos a ir e a vir. Quando regresso, sou novamente contactado pelo Sr. Agente e por uma agente, que estavam à minha espera num carro. Não entram em minha casa, falamos num pátio das traseiras, numa área comum.

Da interação que tenho, na verdade, recordo-me da surpresa dos agentes da Polícia Judiciária quando eu refiro que entreguei o computador ao SIS. Na verdade, eu próprio, enquanto cidadão, fiquei surpreendido e constrangido com a falta de articulação que estava a existir neste caso. Tentei nunca, publicamente, falar muito sobre esta interação. Apenas fui dando algumas notas a alguns órgãos de comunicação social, quando surgiram notícias falsas de rusgas a minha casa, de intervenções coercivas da Polícia Judiciária.

Quando eu refiro esta informação aos agentes da Polícia Judiciária, um agente, que depois me é indicado pela Sr.^a Agente que estava lá que era o agente principal, afasta-se para falar ao telefone. Passado pouco tempo, 10 e 15 minutos, regressa, diz que está tudo resolvido, pede desculpa pela

intromissão, temos uma conversa cordial e nunca mais fui contactado pela Polícia Judiciária, Sr. Deputado.

Creio que respondi às perguntas que colocou.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Bruno Dias pediu a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, a primeira das minhas perguntas tinha a ver com a intenção manifestada, ou não, nas reuniões. Não disse «compromisso» com a União Europeia. Disse a «intenção» manifestada, ou não, para privatizar a TAP.

Compreendo que possa ter havido um mal-entendido, mas não era sobre a interação com a União Europeia ou com a Comissão, nem o compromisso que não foi assumido — já ficou claro que não.

A minha pergunta era sobre a intenção de privatizar a companhia ter, ou não, surgido nas reuniões em que o Dr. Federico Pinheiro participou.

Sobre essa informação, se ainda for possível responder, eu agradecia.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, Sr. Deputado.

Dr. Federico, se entender complementar, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, eu não participei em nenhuma reunião onde tenha existido alguma proposta clara da parte da Comissão Europeia para se assumir um compromisso no sentido da privatização da empresa por parte do Estado.

Não sei se estou a responder diretamente à sua pergunta. Não tenho nenhum registo nem memória de este tema ser abordado claramente nas reuniões.

Obviamente que houve alguns contactos nos quais eu não estive

presente, contactos a um nível superior. Mas o que lhe digo é que nós sabemos o histórico da intervenção da Comissão Europeia nestes processos de reestruturação de empresas de diversos setores. Obviamente que havia sempre esse receio, mas eu nunca tive conhecimento de interações claras com esse propósito, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. Federico Pinheiro, parece-se que se começa a desenrolar à nossa frente quer uma fita do tempo, quer uma sequência de acontecimentos que deixam bastante claro que houve uma má decisão inicial de um Governo envolver uma gestora pública de uma empresa tutelada pelo Estado de forma que seria publicamente criticável do ponto de vista político. Depois, uma tentativa de omitir essa informação da Comissão de Inquérito. E, face ao desespero em não conseguir omitir essa informação, o desencadear de um conjunto de acontecimentos que se tornou um furacão absolutamente incompreensível e imprevisível.

Todavia, há, nesse momento em que tudo colapsa do ponto de vista da razoabilidade, uma tentativa de correção posterior. Isto porque os factos que aqui relatou entre as 9 e as 10 horas da noite, em que esteve impedido de sair do Ministério das Infraestruturas — eu queria fazer um conjunto de perguntas sobre isso —, bem como aquilo que acontece depois — os contactos imediatos com o SIS, o que faz com que, como dizia hoje a Sr.^a Ministra da Justiça, na mesma fita de tempo — a par do contacto que o SIS está a fazer com o Sr. Doutor, está a ser pedido à Sr.^a Ministra da Justiça para servir de intermediária com a Polícia Judiciária —, mostram bem que há, em primeiro lugar, o acionar ou um instrumentalizar do SIS e só depois o envio

às 22 horas e 58 minutos, de acordo com a informação à comissão parlamentar de inquérito, quase a querer resolver essa matéria, quando já não havia nenhuma ação possível a fazer, e depois o acionar da Polícia Judiciária, que só chega na manhã seguinte a inteirar-se da questão do computador.

Isto mostra, de facto, um conjunto de condutas públicas e de falta de razoabilidade na tomada de decisão sob pressão que deixam muito em causa a conduta do Ministro João Galamba. E se dúvidas já havia no passado, agora fica manifestamente evidente que as condições para o suportar no Governo estão para lá do razoável.

Contudo, há um conjunto de perguntas que lhe queria fazer.

Em primeiro lugar, do seu conhecimento do ministério, quem é que manda no ministério? É o ministro? É o chefe de gabinete? São os adjuntos que mandam nas decisões? Quem é que decide o que se faz estruturalmente no ministério? E pergunto-lhe se isso é o caso de uma resposta à Comissão de Inquérito, se não é uma das decisões estruturantes num ministério.

Depois, como é que se garante a segurança do ministério? No Ministério entra qualquer pessoa? Qual é o procedimento de entrada no Ministério das Infraestruturas? Um cidadão qualquer entra por lá adentro e chega ao 4.º piso sem qualquer interpelação? Alguém que seja proibido de entrar, consegue entrar no ministério? Ou, afinal, é depois de o Sr. Doutor estar lá dentro que decidem que é *persona non grata* no ministério e aí é que foi decidido que teria deixado de ter acesso?

Este seria mais um dos exemplos de tomadas de decisão em cima do joelho, com a temperatura a aquecer e sem a razoabilidade, sem a ponderação necessárias.

Gostava que me relatasse esse processo de entrada no ministério. Como é normalmente o processo de entrada? Há segurança, não há segurança? Pedem identificação, não pedem identificação? Qualquer um entra lá? É importante para nós termos essa informação.

Por último, a questão relativa ao SIS e à Polícia Judiciária. Referiu que o agente do SIS lhe falou das pressões superiores. Identificou-as? Disse como é que elas estavam a ocorrer? Há mais informação sobre isso?

Disse-nos que a Polícia Judiciária só no dia a seguir é que lá foi e com surpresa é que percebeu que o SIS tinha chegado na noite anterior e desconhecia até da entrega do computador. Quando referiu isso, o que é que os agentes da Polícia Judiciária disseram? Havia também pressão sobre eles para agir?

Mas, nestas duas vertentes, quer do lado do SIS, quer do lado da Polícia Judiciária, o que é que estava em causa? Era um computador? Era a informação do computador? Era uma informação em abstrato? O que é que estava em causa? É que, como referiu, se havia documentos que não lhe foram pedidos, porque é que não foram pedidos, se era a informação que era o essencial? Se havia um telemóvel que tinha informação, porque é que não lhe foi feita uma pergunta muito direta, que é: «onde é que está toda a informação classificada? Queremos essa informação classificada toda»? Não achou estranha essa vertente? Das duas, uma: ou o SIS não sabia do que é que andava atrás — é uma possibilidade —, ou, se sabia, não era a informação que queria, era um computador, e não a informação que era classificada. O mesmo não se passava com a Polícia Judiciária?

São estas perguntas que lhe deixo e agradeço os seus esclarecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Dr. Frederico Pinheiro, antes de responder — todas as perguntas que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares fez são legítimas —, não queria deixar de relembrar-lhe o seguinte, sem querer condicionar a sua resposta relativamente a esta matéria: há uma completa abertura para a apreciação da conduta dos agentes intervenientes, ou seja, ministros, secretários de Estado, adjuntos, etc. Não há abertura para uma informação ou apreciação política ou jurídica da atuação de qualquer das forças policiais

que foram referidas. Para isso, não haverá abertura, porque, como é óbvio, está sob segredo de justiça e segue em 1.ª Comissão.

Não queria deixar de lhe fazer este reparo, antes de responder.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas questões.

Sobre quem toma as decisões no ministério, imagino que seja o Sr. Ministro das Infraestruturas, que é quem tem autoridade política para tal. Acredito que assim seja, Sr. Deputado. Creio que é uma pergunta que pode fazer nas audições seguintes.

Sobre o processo de entrada no Ministério das Infraestruturas, o que lhe posso referir é que há um processo de entrada. Quem pode entrar, por exemplo, na garagem do ministério, como foi o caso, tem de ter um cartão para abrir a garagem. Eu entrei normalmente no ministério. Na garagem existe videovigilância, portanto, todas as pessoas que entram através da garagem são detetadas pelo serviço de segurança. Para quem pretende entrar pelo piso 0 existe uma portaria, onde estão um, dois seguranças. Naquela hora estava um segurança e eu entrei normalmente no ministério, não houve nenhum impedimento. Tinha as minhas autorizações todas ativas, portanto, entrei normalmente, como costumo entrar.

As pressões superiores referidas pelo agente do SIS não foram especificadas, portanto, foi esta a expressão utilizada, mais do que uma vez.

O que lhe posso dizer é que, de facto, a Polícia Judiciária ficou surpreendida pela informação que eu dei relacionada com a entrega do computador ao SIS, ou seja, não era do conhecimento da Polícia Judiciária que esta entrega tinha sido feita.

Há, de facto, uma concentração... Aliás, antes, quero dizer que a conversa com os agentes da Polícia Judiciária foi muito cordial, muito compreensiva, foi rápida, os agentes tiveram o cuidado de ouvir a minha

versão e foram embora passado pouco tempo. Passados 20, 30 minutos, esta conversa acabou.

Em relação às perguntas que efetua, creio que são muito pertinentes. Ou seja, de facto, não houve nunca ninguém — do SIS, da PJ, do CEGER, do Governo, seja de que entidade for — a perguntar-me: «Tem cópias destes documentos em algum outro suporte físico ou digital? Em discos de armazenamento? No telemóvel? Queremos ir buscar o telemóvel.» Sr. Deputado, eu tinha, por exemplo, cópias de alguns destes documentos em discos externos pessoais. As cópias destes documentos tinham sido efetuadas antes de os próprios documentos serem classificados, ou seja, eram cópias que eu tinha efetuado há um ou dois anos. Tive o cuidado de, após estes acontecimentos, verificar se estes documentos tinham sido copiados e se existiam noutros suportes, e apaguei-os. Ou seja, eu tinha cópias dos documentos classificados e tinha efetuado essas cópias antes de os próprios documentos terem sido classificados, por minha sugestão, Sr. Deputado.

Mas, de facto, nunca houve nenhuma interação, nunca houve nenhuma real preocupação em saber se existiam outras versões, na minha posse ou noutros locais, desses documentos, dos documentos classificados, Sr. Deputado.

As notas estavam só no computador e não estavam no telemóvel, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Doutor, relativamente a esta questão, que já foi aqui bastante falada, da intervenção do SIS, disse que o SIS não sabia a sua morada, mas eu tenho aqui alguma dificuldade.

Há declarações suas ao *Expresso* do dia 28, portanto, já depois disto, já depois do dia 27, da intervenção da Polícia Judiciária, e há declarações suas depois, numa edição que sai da revista *Visão* no dia 4. Não sei quando terá dado essa informação, a edição é do dia 4.

A informação não é propriamente congruente, porque, na informação que dá ao *Expresso* diz que entregou voluntariamente, que não houve intervenção policial. Portanto, a ideia que passa é esta, que foi, aliás, totalmente corroborada pelo comunicado que nós temos do Conselho de Fiscalização do SIRP, que é a única coisa pública que temos, porque a reunião foi à porta fechada, portanto, não posso dizer mais do que isso. Mas esta informação é um pouco diferente daquela que aparece mais detalhada nesse artigo da revista *Visão*, no qual, aí sim, diz que foi ameaçado e até o tipo de ameaça que houve. Ou seja, num primeiro momento parece haver cooperação, num segundo momento parece haver ameaça.

Gostava que pudesse esclarecer isto e que concretize, enfim, que ameaça foi esta, como é que foi ameaçado, porque, por aquilo que percebemos, isto aconteceu na rua, houve a questão do código, portanto, houve aqui uma cooperação, que foi essa informação vinculada no dia 18.

Pergunto-lhe também se no dia 27 essa intervenção da Polícia Judiciária não tinha a ver com o que aconteceu no dia anterior e se não foi nesse seguimento.

Quando chegou ao ministério, a informação que temos, pela comunicação social, é a de que estaria uma assessora no seu gabinete e que o computador estaria lá. Por aquilo que deduzo, quando foi ao ministério, não tinha pensado nisso. Quer dizer, passou a caminho de casa, foi ao ministério, retirou a sua informação.

A pergunta que eu faço é porque é que tinha de estar lá uma assessora e se ela não poderia simplesmente pegar no computador, levar o computador, e apagar o que tivesse a apagar. Porque é que tinha de estar lá uma assessora

e, sobretudo, se havia essa necessidade, porque é que o computador não foi simplesmente removido e apagado pelo técnico de informática ou outro? Porque é que o computador ficou lá?

Por aquilo que percebemos, só há denúncia, ou melhor, só há intervenção do SIS quando informação confidencial sai do ministério. Portanto, a partir daí é que há essa questão, até do ponto de vista da própria orgânica, pois o Ministério das Infraestruturas tem um particular foco do SIS por causa das infraestruturas críticas e de todas as questões de segurança.

Pergunto-lhe, tendo o seu telemóvel a informação confidencial, como disse, porque é que não entregou também o telemóvel, juntamente com o computador, ao SIS.

Pergunto-lhe também, relativamente à informação — esta pergunta, já a fiz, mas renovo-a —, se houve alguma partilha de informação, em algum momento pessoal ou confidencial, para lá do Ministério das Infraestruturas ou da própria comissão de inquérito.

Pergunto-lhe se pode confirmar o nome do técnico, porque já referiu o nome, para que fique registado. Falo do técnico que, supostamente, ou alegadamente, na sua versão, terá apagado aquele conteúdo, aquelas mensagens. Em que data é que isso ocorreu?

Pergunto-lhe se tem conhecimento, uma vez que era adjunto num gabinete, do código de conduta que resulta da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2022, de 9 de maio, que, no fundo, obriga as pessoas dos gabinetes a um conjunto de regras. Tem conhecimento dessa resolução? Se sim, considera que cumpriu esses deveres estabelecidos?

Peço só que o tempo agora não conte, Sr. Presidente, só para me organizar aqui nas minhas notas. Peço desculpa, é só para não me perder e não me faltar nada.

Pausa.

O Sr. **Presidente**: — Podemos considerar a sua intervenção terminada, Sr. Deputado?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ainda não, Sr. Presidente.

Pergunto-lhe se o telemóvel em que o Ministério das Infraestruturas terá os registos dessas ligações é o seu telemóvel profissional.

Relativamente às suas notas, nós sabemos, pelo que vamos percebendo, que as notas foram entregues no dia 25 e que, no dia 24 à noite, ficou de disponibilizar essas notas. Pergunto-lhe se sendo essas notas tiradas num *notepad* ou numa coisa do género, como já referiu, se elas tinham necessidade de edição, se precisavam de ser revistas. Sei que, às vezes, quando se tira notas desse tipo é de uma forma mais rápida, mas as notas que nos chegam, apesar de tudo, têm gralhas, têm abreviaturas. Portanto, o que lhe pergunto é se sendo só um envio, um *copy-paste*, se isso não podia ter sido logo tudo disponibilizado. Porque é que necessitou desse dia para rever as notas e para as enviar?

O Sr. **Presidente**: — Dr. Frederico Pinheiro, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, é só uma nota, justamente porque não tem a ver...

O Sr. **Presidente**: — Muito rapidamente, Sr. Deputado, pois já ultrapassou o seu tempo.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não tem a ver com a minha inquirição, nem com o Dr. Frederico. É uma questão diferente, mas quero que fique registada em ata, relativamente a uma insinuação que já foi aqui feita duas vezes.

Portanto, é só para clarificar algo, relativamente à tal reunião, porque já ficou esclarecido o que aconteceu e, não havendo muito foco, já duas vezes foi dito que havia um Deputado Carlos Ribeiro nessa reunião. O Partido Socialista não tem nenhum Deputado Carlos Ribeiro. Isto tem de ficar esclarecido, para que não haja nenhuma dúvida.

O Sr. **Presidente**: — Ficará, com certeza, registado em ata, Sr. Deputado.

Sr. Dr. Frederico Pinheiro, tem a palavra.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, muito obrigado pelas questões.

Diz que existem duas versões diferentes do que eu fui dizendo sobre a intervenção do SIS e eu peço que olhe bem para a recolha de informação que fez dos media. O que acontece é que, num primeiro momento, existem notícias falsas, como muitas que foram saindo, dizendo que existiram rugas à minha casa. É nesse momento que eu digo que entreguei o computador voluntariamente, que não existiram rugas de nenhuma entidade, nem do SIS, nem da Polícia Judiciária.

Em relação às ameaças, Sr. Deputado, há pouco referi isso aqui, não sei se o Sr. Deputado o registou. Mas creio que qualquer cidadão — volto a repetir — que é contactado pelo SIS a meio da noite fica um pouco inquieto e que quando o agente do SIS refere que é melhor resolvermos isto a bem ou

as coisas podem complicar-se, qualquer cidadão se sente condicionado e até ameaçado, Sr. Deputado.

A intervenção da Polícia Judiciária está apenas, repito, apenas relacionada com o computador, o que não deixa de, obviamente, ser claro e nos permite tirar conclusões sobre o que é que realmente aconteceu no ministério, na noite do dia 26.

Eu não entreguei o telemóvel, Sr. Deputado, porque ninguém me pediu o telemóvel, até agora. Eu próprio me voluntariei para entregar o telemóvel. Eu enviei um *e-mail* no dia 26. Não é só o telemóvel, Sr. Deputado, é o telemóvel e o computador. Eu digo que estou disponível para entregar o computador. Não há necessidade, no meu entendimento, depois desta informação, de se ativarem meios como o SIS ou até a PJ.

Eu não sei! Temo que essa informação não tenha sido partilhada com os restantes membros do Governo que foram contactados no sentido da preocupação que existia em torno do computador, por causa dos, supostamente, documentos confidenciais.

O telemóvel é um telemóvel de serviço, é um telemóvel de trabalho, Sr. Deputado. É um telemóvel que me foi entregue pelo Ministério das Infraestruturas.

O técnico em causa, o técnico Filipe Alves... Tal como eu referi, a intervenção foi ordenada pela chefe de gabinete, não foi uma ideia do técnico de informática e foi efetuada no dia 6 de abril.

Não partilhei nenhuma informação classificada fora do gabinete, isso é claro, nem enquanto adjunto nem depois de ter sido afastado do Ministério das Infraestruturas, apesar de ter na minha posse os documentos e apesar de os conhecer de trás para a frente, Sr. Deputado.

Eu li o plano de reestruturação da TAP dezenas de vezes, conheço os dados, praticamente todos, do plano de reestruturação, participei na sua elaboração, não preciso do plano de reestruturação para passar a informação

cá para fora, se fosse essa a minha intenção. Obviamente que nunca farei algo que prejudique a TAP, nem nunca farei, acima de tudo, algo que prejudique o nosso País. Isso nunca acontecerá, Sr. Deputado!

E, sim, obviamente que as notas precisavam de ser editadas, porque, tal como eu referi, as notas da reunião do dia 17 de janeiro foram efetuadas por mim enquanto coordenava a reunião, ou seja, enquanto falava com o Deputado Carlos Pereira, enquanto falava com a Eng.^a Christine, foi nesse âmbito que eu tomei as notas.

Sr. Deputado, para a questão ficar aqui muito clara: como já é público, a minha formação de base é jornalismo. Para mim, o que é estranho, digolhe sinceramente, Sr. Deputado, é estar num evento, ou numa reunião importante e não tirar notas. Isso, para mim, é muito estranho!

Portanto, eu tiro sempre notas em todos, em praticamente todos, os eventos onde participo. Aliás, eu tirava sempre notas nas reuniões nas quais acompanhava o Sr. Ministro das Infraestruturas com entidades externas ao ministério.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Dr. Frederico Pinheiro.

Vamos, então, para a última intervenção do PSD, pelo que dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Dr. Frederico Pinheiro, referiu, a certa altura da sua intervenção inicial, uma questão de um padrão de omissão e contradição.

Ora, nós estamos a tentar perceber esse padrão, que começa — e foram todos felizes até 5 de abril — com a questão da divulgação das notas, depois com a questão da reunião de dia 16, que não era para ser divulgada, depois há a questão do computador, depois há a questão das mensagens... Há aqui

um padrão, a que se referiu, e eu gostava de tentar perceber, pelas suas palavras, onde é que o encontra, embora nós consigamos ver aqui vestígios.

Uma outra coisa que nos provoca alguma surpresa é o comportamento do gabinete. Eram pessoas que trabalhavam juntas há anos, admito que tivessem relações mais do que pessoais, relações de amizade e de estima, e, de repente, permita-me a ligeireza da expressão, parece que toda a gente ficou doida e decidiu atuar por sua conta e risco, ainda para mais — e também fica a saber — a reação deles já existe, neste momento, e já estão a dizer que o senhor é um mentiroso...

A reação foi uma reação física, eu nunca vi um agente público que, de repente, se mete à frente de alguém para levar o computador e metem-se logo quatro pessoas na frente de um adulto a... Portanto, não se percebe muito bem o que é que aconteceu a estas pessoas, que desespero era este que as impedia de permitir que o senhor saísse fosse qual fosse a consequência. Não fazia parte de nenhum dos deveres deles, com certeza, acautelar fisicamente a preservação daquele computador. Há aqui algo de desesperado que eu gostava de tentar perceber.

Por falar em desesperado, também é um bocadinho desesperada a intervenção do SIS. A linguagem parece uma linguagem mais de café do que propriamente de um agente do Estado a atuar num órgão de grande responsabilidade e, portanto, percebendo o que nos diz, gostaria também de manifestar a minha estranheza — se é que pode acrescentar alguma coisa — relativamente ao facto de que tudo era gravíssimo até entregar o computador, depois de entregar o computador já nada é gravíssimo, já nada há para acrescentar, nem para esclarecer, nem para aditar, nada, nenhuma pergunta. Isto também é estranho! Este computador, de facto, encerra alguma coisa...!

E, por falar em computador, a Comissão de Inquérito vai pedir o conteúdo desse computador, porque, nem que seja classificada, a informação que lá está é classificada, mas nós cá estaremos para a tramitar. Classificada

numa sala, duas salas, ou três salas....

E, portanto, se nos puder dizer, nem que seja genericamente: porque é que é classificada? O que é que lá existe de tão grave que está a pôr o Governo e o ministro com os cabelos em pé?

Em relação à data de exoneração, todas as pessoas invocam, ainda agora nas notícias que leio, que o senhor entrou e não podia entrar no ministério... Eu nunca vi uma exoneração pelo telefone e, portanto, admito que à data em que lá foi não estava exonerado coisa nenhuma. O que sabemos é que em 10 minutos não podia entrar nem sair e numa hora ficou sem *e-mail*. Isto aconteceu! Isto aconteceu num órgão do Estado, num órgão de soberania. Uma exoneração que não existiu: foi um telefonema!

E, com isto, quase me apetece terminar, porque, se isto for verdade, não há condições mínimas para amanhã o Sr. Ministro vir cá na qualidade do ministro: o Sr. Ministro ameaçou fisicamente e disse que «eu não te demito pessoalmente para não te dar dois socos». Um ser humano, um cidadão que se comporta desta maneira numa relação de ministro com o seu subordinado não tem condições mínimas para muita coisa, nomeadamente para ser ministro.

Eu precisava que me confirmasse isto, porque isto é demasiado grave para passar com ligeireza nesta Comissão.

Já agora, queria também esclarecer, porque referiu, quando houve aquela interação física em que as suas colegas ou ex-colegas tentaram impedi-lo, que também se defendeu e também foi agredido, se tem algum registo dessas agressões para que possamos ver os meios de prova que tem daquilo que afirma.

Por último, pergunto-lhe, dado que acompanhou muito de perto este dossiê: quem interagiu com a TAP, ou com a CEO da TAP, ou com o Conselho de Administração, muitas vezes em representação do próprio ministro, era o Secretário de Estado Hugo Mendes. Era assim que

funcionava?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Queria começar por um dos primeiros pontos que referiu sobre a reação que já existe por parte do Ministério das Infraestruturas.

Eu acho indecente continuar a assistir a estes ataques pessoais na comunicação social com a ameaça velada de se colocarem cá fora imagens de videovigilância. Eu acho isso inacreditável! Eu gostava que existissem imagens de videovigilância sobre o que aconteceu realmente no 4.º piso — aliás, Sr. Deputado, a informação pública que foi passada em *off* pelo Ministério das Infraestruturas refere, claramente, e admite que são dois elementos do Ministério das Infraestruturas que têm a iniciativa de se atirarem para a minha mochila. Isso está claro! Nesse mesmo comunicado diz-se que as pessoas que estavam escondidas na casa de banho sabem que a PSP, que eu tinha chamado, está no ministério a falar comigo e ninguém sai do sítio onde estava para efetuar a denúncia de, supostamente, terem sido agredidas.

Sr. Deputado, eu quero dizer uma coisa sobre a entrada ou a saída do ministério: eu não sou jurista, mas, na verdade, de todos os contactos que tenho tido com o apoio jurídico, até comentários públicos que têm sido efetuados na comunicação social, acho que é claro que eu tinha direito a entrar no ministério. Mas, se não tinha, Sr. Deputado, ninguém me impediu de o fazer. Ninguém! Eu entrei no ministério normalmente, mas de uma coisa eu tenho a certeza, Sr. Deputado, apesar de não ser jurista: eu tinha direito de sair!

E há aqui um ponto que é central: eu fui sequestrado dentro do

ministério! E foi por isso que eu chamei a polícia e o que a polícia foi lá para fazer foi simples: foi dar ordens para me deixarem sair do ministério. Portanto, não há aqui fuga nenhuma! A polícia apenas cumpriu a lei que, obviamente, se não o fizesse, estava a ser conivente com uma situação completamente ilegal, Sr. Deputado.

Tal como referi na minha intervenção inicial, já para me antecipar a imagens que podem ser colocadas cá fora ilegalmente — porque eu sei, há vários dias, que existe essa pressão do Ministério das Infraestruturas para arranjar as imagens, e este comunicado só o vem demonstrar — obviamente que eu estava muito ansioso com a situação que estava a viver, Sr. Deputado, naquele momento. Tinha acabado... As imagens, a existirem, serão as imagens do piso 0, depois de eu ter sido maniatado por quatro pessoas, por ter chegado à conclusão que estava sequestrado no Ministério das Infraestruturas e depois de o segurança me ter dito que não abria a porta do ministério.

Portanto, Sr. Deputado, obviamente que eu, naquele momento, estava tranquilo. E digo e repito tudo o que disse inicialmente: não há nenhum vidro partido, Sr. Deputado! Não há nada!

Em relação à informação que estava classificada no computador, Sr. Deputado, toda a informação classificada foi enviada para a comissão parlamentar de inquérito, portanto, essa informação foi enviada nos termos...

Informação classificada no meu computador não há nenhuma, além daquela que foi enviada à comissão parlamentar de inquérito. O meu computador tem imensa informação, Sr. Deputado. Eu, há pouco, não respondi ao Sr. Deputado Bernardo Blanco, mas eu acompanhava todos, ou praticamente todos, os temas relacionados com a aviação.

Portanto, eu tenho muita informação no meu computador sobre diversos temas, Sr. Deputado. Como eu referi, eu fui coordenador de dois

grupos de trabalho relacionados com o aeroporto do Faial e com o aeroporto da Madeira, tenho lá informação sobre isto. Eu tenho muita informação de trabalho, Sr. Deputado, mas não é informação classificada.

Sobre o que refere dos termos com que o Sr. Ministro se dirigiu a mim naquele telefonema em que me informou que eu estou despedido, sim, confirmo a informação que eu dei aqui na comissão parlamentar de inquérito, Sr. Deputado. Foi isso que aconteceu! Eu não gravei a chamada, mas sei que existem metadados que podem confirmar que isso aconteceu.

Não sei se estou a falhar aqui alguma pergunta que colocou.

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — E as provas físicas?

O Sr. Dr. Frederico Pinheiro: — Sr. Deputado, como referi inicialmente, não queria dar seguimento a este processo de forma pública.

No entanto, no dia seguinte, apercebi-me de que já começava a ser montada uma narrativa falsa em relação aos factos que tinham ocorrido no Ministério das Infraestruturas e dirigi-me no dia 27 à noite ao Hospital de São José para serem efetuados os registos das lesões que eu tinha no âmbito dessa alteração, Sr. Deputado, e é isso que tenho comigo.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado, Sr. Dr. Frederico.

Vamos, agora, passar à terceira ronda, sendo que a Mesa regista as inscrições dos Srs. Deputados André Ventura, Paulo Rios de Oliveira, Paulo Moniz, Bernardo Blanco e Bruno Aragão.

Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. André Ventura (CH): — Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Dr. Frederico Pinheiro, quase a finalizar esta audição, queria lamentar que seja confrontado com esta questão: porque é que não entregou

o telemóvel ao SIS?

É, pelo menos, constrangedor que, depois de sabermos que estamos a falar, com toda a probabilidade, de uma ação ilegal, de uma ação que teve os contornos que foram aqui relatados, se questione quem está aqui a depor sobre porque é que não entregou mais.

Bom, não entregou porque o SIS não pediu, conforme foi dito, e eu peço que confirme isso, que o SIS nunca lhe pediu o telemóvel, mas, graças a Deus que não o entregou. Por isso, é que vamos poder ter, pelo menos, a análise pericial desse telemóvel, feita pela Polícia Judiciária, e é isso que vai permitir que esta Comissão de Inquérito possa, eventualmente, ter acesso a mais informação que clarifique essa situação.

Dr. Frederico, à hora que estamos aqui a falar, penso que saberá, o ministério ao qual pertenceu e várias colaboradoras publicam um comunicado a acusá-lo de mentir a esta Comissão de Inquérito, que está a faltar à verdade e que têm elementos de prova sobre isso. É lamentável, como disse, que aconteça à hora que estamos aqui a falar e que estamos a confrontá-lo.

Por isso, Sr. Presidente, eu sei que hoje estou a ser um pouco chato com requerimentos, mas prometo que as próximas não serão assim. Eu acho que nós temos aqui um consenso em que se o Ministério das Infraestruturas está a ameaçar pôr cá fora essas imagens, se esta Comissão tem poderes de obtenção de prova e de recolha de elementos, eu penso que pode haver um consenso generalizado para que esta própria Comissão de Inquérito intime o Ministério das Infraestruturas a entregar a videovigilância daquele dia e das câmaras do piso onde ocorreram estas situações, onde fique claro que não só não houve nenhuma ação agressiva da parte do Dr. Frederico Pinheiro como, eventualmente, não são as ações de sequestro e de outro tipo de ilícitos criminais que foram cometidos.

Portanto, havendo, aparentemente, consenso do próprio Dr. Frederico nesse aspeto — pelo menos parece-me, depois dirá a esta Comissão se manifesta esse consenso ou não —, temos aqui elementos que são relevantes: o segurança não o deixar sair; funcionários não o deixarem entrar; a posse de elementos confidenciais e classificados no aparelho. Acho que temos todas as condições de usar os nossos poderes e pedir ao Ministério das Infraestruturas — intimar, não é pedir, é intimar o Ministério das Infraestruturas —, com o consentimento do próprio, que entregue de forma confidencial, evidentemente, a esta Comissão a videovigilância daquelas horas e daquele período temporal em que estes factos ocorreram.

Fica o requerimento já feito da parte do Chega, Sr. Presidente, para que essa videovigilância...

O Sr. Presidente: — Pedia-lhe que o formalizasse.

O Sr. André Ventura (CH): — Já está a ser feito neste momento e entregaremos dentro de poucos segundos, minutos, o requerimento por escrito à Comissão. Porque sabemos, Sr. Presidente, que está a pedir outros elementos ao Ministério das Infraestruturas, vamos acrescentar este, e queríamos dizê-lo aqui formalmente, para que seja entregue todo o material de videovigilância, se for manifestado também esse consentimento.

Sr. Presidente, não tenho muito mais a dizer, o meu tempo terminou. Quero apenas concordar com o que disse o meu colega do PSD: de facto, amanhã, quem estiver aqui a depor como Ministro das Infraestruturas já devia ser ex-Ministro das Infraestruturas.

O Sr. Presidente: — Muito obrigado. Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Frederico Pinheiro, temos todos a consciência da gravidade do que foi esta audição, da gravidade do que foi aqui explicitado e descrito e do impacto que isto, necessariamente, terá de ter.

Portanto, creio que esta é uma audição que marca uma mudança muito grande naquilo que é a abordagem desta Comissão de Inquérito ao seu objeto, porquanto foram aqui relatados factos que extravasam, em muito, aquilo que nós podemos aceitar no debate político e na diferença política que temos. Isto mexe com coisas muito mais graves e ouvimos aqui descrições que mais se aproximam de 1973 do que de 2023, descrições inacreditáveis.

Em segundo lugar, vou tentar perguntar-lhe, só para esclarecer, o seguinte: há pouco eu referi que perguntei ao Sr. Ministro das Infraestruturas porque é que ele tinha impedido a divulgação das contas da TAP em conferência de imprensa e ele respondeu-me que não tinha impedido nada, que foi uma coisa coordenada.

Eu já encontrei, parece que há um *e-mail* enviado pela Eugénia Correia ao Gonçalo Pires, CFO, a dizer que «os resultados da TAP deverão ser objeto de comunicado e não deve ser efetuada qualquer conferência de imprensa ou dada qualquer entrevista sobre o assunto.» Conhece este *e-mail*, certamente, e se este *e-mail* for verdadeiro, o Sr. Ministro mentiu-me.

Por último, quero deixar também uma curiosidade: tão rápidos foram os seus ex-colegas a fazer um comunicado à *Lusa* sobre aquilo que se passou, mas não conseguimos encontrar um desmentido para os SMS, um desmentido para as reuniões, um desmentido para as notas; sobre isso não houve tempo para desmentir, só houve tempo a dizer-se que estava muito colérico ou pouco. Olhe que se eu estivesse sequestrado, não faria muito menos!

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado Sr. Deputado Paulo Rios. Dou agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Moniz.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): —Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Dr. Frederico Pinheiro.

Uma das grandes preocupações e angústias desta audição de hoje é que os factos ocorreram em torno do 25 de Abril. Estamos a falar do 49.º aniversário da Revolução da Liberdade, em que, aliás, o Sr. Doutor participou, conforme nos relatou.

E o que é que vemos nesses dias? Vemos o senhor a ser ameaçado pelo SIS, que, segundo as suas palavras, disse «é melhor resolver isto a bem», por três vezes; vemos o senhor a ser sequestrado num ministério, um órgão de soberania; vemos, pela primeira vez, o Sr. Presidente do Conselho a dizer que houve um roubo do computador, eu não tenho memória de o Sr. Presidente do Conselho, alguma vez, ter deixado a política para comentar a justiça, ele diz sempre «o que é da justiça à justiça, o que é da política à política.» Mas, desta vez, o Sr. Presidente do Conselho de Ministros, de facto, extravasou pela primeira vez, tal é a agonia.

Vemos uma confusão entre o que é o Estado e os interesses do Governo e do Partido Socialista, estamos numa asfixia de funcionamento das instituições democráticas, quase 50 anos passados, estamos num momento em que os serviços de segurança abordam um cidadão à meia-noite, à porta da residência, o que nos faz lembrar o que de pior tem o exercício de ser Presidente do Conselho.

Dr. Frederico, o seu depoimento deixa-nos uma enorme preocupação da saúde democrática que o Partido Socialista tomou as instituições. Este é um Governo que é autoritário e que lembra o pior do funcionamento da autoridade.

Queria perguntar-lhe se no exercício da sua colaboração para que se descubra a verdade se acede a ceder a esta Comissão os autos da PSP procedidos, através do seu pedido à PSP, uma vez que o Partido Socialista chumbou, nesta Comissão, o nosso requerimento para este efeito.

Pedia-lhe ainda, por favor, se porventura teve acesso à documentação do seu computador, a todas as suas notas, incluindo no tempo do Dr. Pedro Nuno Santos, se o senhor nos pode fazer chegar a esta Comissão todas essas notas, para que nós possamos ficar de posse, também, da informação com origem em si.

Porque já vimos *WhatsApp* apagados, já vimos computadores que passam 24 horas num circuito até chegarem às autoridades legalmente no exercício da Polícia Criminal, não sabemos o que é que se passa com esses equipamentos neste período. Suscitamos informação, por requerimento, para saber quais eram as medidas para garantir a integridade dos dados, o que foi chumbado pelo Partido Socialista.

Tememos pela informação completa a que esta Comissão tem acesso, por isso, finalizo, pedindo-lhe a sua boa colaboração, enviando as suas cópias a esta Comissão para que, acima de tudo, o exercício da liberdade se faça com o descobrimento da verdade.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O depoente fala com o seu advogado.

Pausa.

Vamos esperar, então, que o Dr. Frederico Pinheiro possa estabelecer o contacto com o seu advogado.

Pausa.

Podemos, então, Sr. Dr. Frederico Pinheiro?

Dr. Deputado Bernardo Blanco, faça favor.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Dr. Frederico Pinheiro, também outro Pinheiro, o ex-Primeiro-Ministro Pinheiro de Azevedo, tinha dito «eu não gosto de ser sequestrado, é uma coisa que me chateia!», e eu não sei qual foi a sua reação, ainda não ouvi, mas, certamente, numa situação destas, não se espera uma reação normal. Isso aí acho que é consensual.

Em relação às imagens, e porque estava a dizer que sabe que o Ministério das Infraestruturas está a fazer uma grande pressão para ter essas imagens e, quiçá, divulgá-las, pergunto-lhe, primeiro, como é que sabe disso.

Em segundo lugar, disse também que houve contactos diretos do Sr. Ministro João Galamba com comentadores e jornalistas. Queria perguntar-lhe quem foram. Terceiro, sobre o comunicado não oficial, quero perguntar-lhe se sabe quem é que o escreveu e como é que ele foi divulgado. No mesmo é dito que o senhor bateu, desferiu socos sobre as assessoras, e eu queria perguntar-lhe, também, se isso é verdade.

Tinha dito, há pouco, uma coisa que eu, pelo menos, ainda não tinha ouvido, e que foi o facto de lhe terem cortado o acesso ao número de telemóvel durante duas semanas. Queria perguntar-lhe, também, quando é que isso aconteceu e se sabe como é que isso aconteceu.

Além disso, disse uma coisa ainda mais grave: que o Governo até tinha passado à comunicação social o nome da piscina pública onde leva os seus filhos. Gostava também de saber como é que soube disto e quem é que disse o quê a quem.

A seguir disse, também, que o Ministério das Infraestruturas teve acesso às chamadas do seu telemóvel. Pergunto-lhe como é que soube disso e, já agora, quando e quem é que teve acesso, porque isto, obviamente, é mais uma coisa muito grave desta lista que nunca pensámos ser possível.

Disse, também, que os gabinetes e as assessorias do Governo trabalharam nesta campanha comunicacional contra si. Quero perguntar-lhe se tem provas disso, que exemplos é que nos pode contar disso.

Por último, queria perguntar-lhe se tem alguma documentação no computador relativa ao novo aeroporto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Aragão, do Partido Socialista, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão (PS)**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vou continuar a colocar as questões sem fazer nenhum tipo de consideração sobre elas, até porque ainda vamos ouvir várias pessoas e, portanto, foi exatamente por isso que aprovámos a sua vinda aqui, para que isso possa ser possível.

Coloco-lhe agora três questões finais, uma ou duas repetidas da versão anterior, ou da ronda anterior, há pouco não quis interromper a sequência dos trabalhos.

Relativamente ao código de conduta que eu referi, se tem conhecimento dele e, se sim, caso tenha, se considera que cumpriu os deveres aí estabelecidos.

Relativamente ao telefonema que referiu em que é despedido, se em algum momento considerou que isso era uma exoneração, ou não, ou se o entendeu dessa forma, sobretudo considerando o que é, enfim, o decreto-lei que regula o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo, se o entendeu como uma exoneração.

E se relativamente à informação, incluindo as notas, se aquela que estava prevista enviar e que tinha de ser enviada a esta Comissão, se foi enviada.

O Sr. **Presidente**: — Para terminar, tem a palavra o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tivemos conhecimento de uma notícia, do meu ponto de vista inusitada, de a depoente seguinte ter participado num comunicado de imprensa, que foi lançado ainda durante esta audição.

Aparentemente não teve a calma para esperar umas horas até vir contar a sua versão dos factos. Costuma dizer-se que quem não deve não teme...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Lá está!

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — ... e quem deve, procura rapidamente esconder que deve. Creio que é este o grave problema que está aqui em cima da mesa.

Queria pedir-lhe, até porque é o próprio ministério a raiz de todos estes problemas, e que está a criar este caso como um dos casos da comissão parlamentar de inquérito, que o Sr. Presidente peça ao Ministério das Infraestruturas toda a informação que tenha, seja a videovigilância, seja a informação que entenderem por bem sobre o que aconteceu, e que no-la enviem. Porque gerir a informação desta forma não é de quem quer trazer verdade aos acontecimentos.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, penso que haverá um requerimento já nesse sentido, por parte do Chega, que depois avaliaremos no final.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito bem. Creio que ele tem de ser feito de forma mais lata possível, Sr. Presidente, para não dar azo a nenhuma forma artística de gestão da informação.

O Sr. **Presidente**: — Se, eventualmente, entender formalizar algum requerimento, também tem esse direito, como sabe.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Agora diretamente para o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, percebe-se que, digamos, não decorreu destes últimos acontecimentos uma boa relação com as ex-colegas de trabalho, provavelmente não haverá jantares de empresa nos próximos invernos, mas pergunto-lhe se foi sempre assim, se era essa a prática comum ou se é a cultura instituída por um ministro que não sabe estar, enquanto ministro, neste contexto.

Referiu-nos o seu telefonema em que foi despedido, em que disse que havia uma forma de tratamento que não era aceitável, mas referiu-nos, nas 48 horas anteriores, 72 horas desde segunda-feira, um conjunto de outros telefonemas, quer do ministro, quer da chefe do gabinete, que também não cumpriam a realidade que deveria ser normal nos ministérios, da urbanidade necessária, não só do relacionamento entre superiores hierárquicos e as pessoas que comandam, mas até entre iguais. Desse ponto de vista, há uma urbanidade que se prevê que, quer legalmente, quer socialmente, o ministério cumpra. Eu pedia-lhe a sua opinião sobre isso: o que é que fez desencadear toda esta realidade?

Sabemos que o Ministro das Infraestruturas o acusa de ter escondido as notas. Aceita essa acusação? Escondeu as notas? Daquilo que nos referiu, só se o ministro não tivesse ouvido os alertas, mas é mesmo assim? Referiram várias vezes, para o desacreditar, os acontecimentos na noite do dia 26. Aceita as acusações que estão agora em cima da mesa, quer o arremessar da sua bicicleta contra a entrada do ministério, quer os atos de violência, ou vê isso como parte de uma campanha para desacreditar a sua afirmação?

E, dito de outra forma, se tem mais provas do que aquelas que nós conhecemos para dar maior músculo às suas declarações aqui. Nós vamos ter, quer a seguir, quer amanhã, aqui declarações que serão, obviamente, contraditórias com as suas, e queríamos perceber se há alguma coisa, que não as notas referentes às reuniões de dia 16 e de dia 17, que possa justificar aquilo que se está atualmente a passar. Da sua conduta, do conhecimento que tem do tratamento de dossiês dentro do ministério, pergunto se há alguma coisa que possa justificar aquilo que lhe está a ser feito e esta atuação, não só do Ministro das Infraestruturas, mas de todo o Governo, perante a sua pessoa.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora, para responder em conjunto, Dr. Frederico Pinheiro, faça favor.

Pausa.

Tranquilo, Dr. Frederico Pinheiro. Quando entender que está em condições, responda.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu, na verdade, sobre a questão da informação que está a ser transmitida neste momento, publicamente, pelo Ministério das Infraestruturas, só posso subscrever o que o Sr. Deputado Pedro Filipe Soares referiu...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. Frederico Pinheiro, parece que há problemas de som.... É a distância, só, *ok*.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Na verdade, o que estava a dizer é que só posso subscrever as preocupações que foram relatadas pelo Sr. Deputado Pedro Filipe Soares.

Quero recordar aquilo que referi na intervenção inicial: existe o princípio da presunção da inocência e eu estou disponível para cooperar com todas as entidades com que seja necessário para ter uma avaliação justa de tudo aquilo que aconteceu.

O que não pode acontecer, de facto, Sr. Deputado, é ser, diariamente e de forma recorrente, colocada informação seletiva cá fora, seja de que tipo for, para me tentar desacreditar — acho que esse não seria o ponto. Estamos a assistir aqui a uma série de ataques pessoais que, refiro, são deploráveis.

Sobre este processo reafirmo tudo o que disse anteriormente, aqui na Comissão, tanto na minha intervenção inicial como, obviamente, durante a intervenção. Esses são os factos, é a informação que existe.

Como devem imaginar, Srs. Deputados, estou aqui a prestar depoimento na comissão parlamentar de inquérito com todo o à-vontade, mas, obviamente, é perturbador assistir a mais uma ameaça de divulgação, seja do que for, ainda por cima de informação seletiva, como referi anteriormente.

Obviamente que, posteriormente ao facto de ter sido maniatado por quatro pessoas e de ter percebido que estava sequestrado no Ministério das

Infraestruturas, com certeza que o que acontece no piso 0 não é de uma pessoa tranquila. Eu estava muito aflito quando percebi que estava sequestrado dentro do Ministério das Infraestruturas e que estava sozinho, sem qualquer tipo de ajuda.

Portanto, Sr. Deputado, estou disponível para todos os tipos de cooperação que seja necessária, para prestar toda a informação que me seja requerida pela Comissão ou por qualquer outra entidade. Sempre tive essa disponibilidade e mantenho-a, obviamente.

Queria também referir, Srs. Deputados, um aspeto que me parece importante, porque, três semanas após os eventos, continuamos a assistir a uma série de tentativas de desacreditação da minha pessoa, publicamente, e nunca partiu de mim qualquer divulgação dos eventos que tinham ocorrido no dia 26. Nunca!

A informação começa a vir para a comunicação social, por iniciativa do Governo, no dia 28 de abril, na sexta-feira à tarde, e eu limito-me a reagir a todas as acusações que me são feitas. É isso que eu faço, Srs. Deputados. Cheguei mesmo ao ponto de ver interações de mensagens com o Sr. Ministro truncadas na comunicação social, Srs. Deputados, e obviamente que nesses pontos eu tinha de reagir.

Sr. Deputado, em relação a essas interações do Sr. Ministro com comentadores e com jornalistas, creio que terá uma boa oportunidade, amanhã, de efetuar essas perguntas ao Sr. Ministro das Infraestruturas. Obviamente que não me cabe, a mim, estar aqui a denunciar as pessoas visadas, que foram as envolvidas nesses contactos, e creio que é uma informação que pode ser confirmada junto do Sr. Ministro.

Como podem ser também confirmadas junto da Sr.^a Chefe de Gabinete ou do Sr. Ministro as tentativas de acesso e o acesso ao meu histórico de chamadas, Sr. Deputado; como, se calhar, pode ser confirmada a questão da ameaça física que me foi efetuada pelo Sr. Ministro; como também pode ser

efetuada, Sr. Deputado, a confirmação de existir informação sobre este tema, que foi colocada a circular por elementos do Ministério das Infraestruturas, em grupos de estruturas do Partido Socialista, Sr. Deputado. Isto é informação que existe. Eu não tenho provas, mas sei que isso existiu e vi tudo isso.

Essa informação pode ser confirmada junto das pessoas que vão ser inquiridas aqui, na audição, e o mesmo acontece com o facto de ter havido essa tentativa de me encontrarem na piscina pública onde levo os meus filhos às aulas, Sr. Deputado. Eu fui avisado pelos funcionários da piscina! Fui avisado pelos funcionários da piscina, como fui avisado por vários jornalistas de que havia várias informações falsas a correr para denegrirem a minha imagem — jornalistas que me conheciam, Sr. Deputado, a dizer que não acreditavam e que, obviamente, aquilo era falso, avisaram-me do que estava a acontecer. E disseram-me que os contactos não eram apenas com elementos do Ministério das Infraestruturas, Sr. Deputado.

Sim, Sr. Deputado, Bruno Aragão, confirmo e creio que respeitei o código de conduta dos adjuntos e assessores.

Sr. Deputado Pedro Filipe Soares, sobre se há algo que possa justificar tudo isto que aconteceu, acho que não há nada que pudesse ter sido feito que justificasse tudo aquilo que aconteceu na minha vida nas últimas três semanas. Nada!

Não há nada suficientemente grave que alguém possa fazer para ser contactado pelo SIS, para ser contactado pela Polícia Judiciária, para deixar de ter acesso às comunicações, para deixar de ter acesso ao *e-mail*, para não lhe responderem aos pedidos de *backup*, para ver a sua vida pessoal devassada, para receber ameaças de divulgação deste ou daquele dado pessoal. Acho que nada justifica isso, Sr. Deputado.

Acho que tudo deve ser resolvido nas instâncias judiciais adequadas para o efeito, porque elas existem por uma razão, Sr. Deputado. Por isso é

que já não existem fogueiras no Rossio; existem tribunais para as pessoas serem julgadas de forma justa. E o que está a acontecer neste momento é um processo de difamação e injúrias da minha pessoa, em praça pública, por parte de uma entidade que, obviamente, tem acesso a muito mais informação do que eu e, obviamente, tem um poder comunicacional muito superior ao de um cidadão anónimo, Sr. Deputado.

Creio que respondi às perguntas dos Srs. Deputados.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, Sr. Dr. Frederico Pinheiro.

Sr. Deputado Paulo Moniz, faça favor.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Talvez por não me ter apercebido, uma vez que foram feitas várias perguntas em bloco, não tenho a certeza se o Sr. Doutor respondeu à minha pergunta e solicitação de entregar os autos da PSP pedidos por si e a informação que tenha no seu computador, que tenha ficado com ela, de todas as suas notas, incluindo as do tempo da colaboração com o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Pode complementar, Sr. Dr. Frederico Pinheiro?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Deputado, em relação ao auto da PSP, tenho de solicitar o mesmo à PSP, porque, de facto, como referi, a minha principal preocupação naquele momento era sair do Ministério das Infraestruturas. Eu não queria dar seguimento a nada daquilo que tinha acontecido.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Mas peça o auto e faça-o chegar ao processo.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Com certeza, correto. E aplica-se ao auto o mesmo que se aplica ao pedido do Sr. Deputado.

Estarei disponível para prestar todas as informações que forem julgadas pertinentes e que forem requeridas pela comissão parlamentar, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — No seguimento da resposta que foi dada pelo Sr. Dr. Frederico Pinheiro, queria confirmar, Sr. Presidente, que já entregámos junto de si o requerimento a pedir as imagens de videovigilância ao ministro.

O Sr. **Presidente**: — Já o tenho, já o tenho.

Sr. Deputado Paulo Moniz, pode continuar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Tendo ficado clara a disponibilidade do Dr. Frederico Pinheiro para nos fazer chegar quer o auto, que naturalmente solicitará à PSP, quer todas as notas das reuniões que tenha em arquivo, digamos, desde o tempo do Dr. Pedro Nuno Santos, eu queria solicitar à Mesa, na pessoa do Sr. Presidente, naturalmente, e aos serviços que ficasse ao vosso cuidado a comunicação e a recolha desta informação para posterior divulgação entre os membros da comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Paulo Moniz.

Srs. Deputados, termino...

O Sr. Dr. **João Nabais** (Advogado do depoente): — Sr. Presidente, posso?

O Sr. **Presidente**: — Terei de dar a palavra ao Sr. Depoente.

O Sr. Dr. **João Nabais**: — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente**: — Não, não pode, Sr. Doutor, não pode. Tem de ser o Sr. Depoente a traduzir aquilo que, eventualmente, queira dizer.

Pausa.

Dr. Frederico Pinheiro, faça favor.

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Sr. Presidente, o que me estava aqui a ser informado é que, antes da iniciativa de divulgação das imagens tem de ser efetuado o pedido de preservação das imagens. E, obviamente, estarei disponível para a divulgação de toda a informação que possa ser importante para o esclarecimento dos acontecimentos junto da comissão parlamentar de inquérito, garantindo que é divulgada toda a informação e não apenas uma divulgação parcial dos factos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

Então, se me permitir, Sr. Deputado André Ventura, dado que o requerimento vem do Chega, para termos alguma tranquilidade para fazer a análise, sugeria-lhe que amanhã pudéssemos discutir e votar o requerimento, no dia de amanhã.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sim, Sr. Presidente, faz todo o sentido. Até porque, consciente do regime jurídico dos 30 dias para a conservação destas imagens, faz todo o sentido que haja um aditamento, na sequência do que foi dito agora pelo Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, muito obrigado.

Bom, antes de terminarmos, gostaria de dizer às Sr.^{as} Deputadas e aos Srs. Deputados que, depois de termos feito uma análise mais detalhada e mais tranquila da questão da entrega do telemóvel, não só com base nos n.^{os} 1 e 2 do artigo 13.º, que acabei de ler, do Regimento Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, mas também num dos direitos que li, no início do depoimento, que está no n.º 4 e que diz que o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo, vou ler um auto de entrega, para perceber se estamos todos de acordo e se o depoente está de acordo com este auto de entrega, que depois será assinado por mim e pelo depoente, ficando na nossa posse, fechado no cofre, o respetivo telemóvel do Dr. Frederico Pinheiro.

Passo a ler o auto de entrega:

«No decurso da audição do Dr. Frederico Pinheiro, ex-Adjunto do Ministro das Infraestruturas, Dr. João Galamba, realizada no dia 17 de maio na Comissão de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP, a Comissão de Inquérito solicitou ao depoente a entrega voluntária do telemóvel de serviço, ainda em sua posse e que trouxe para a audição, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 138.º do Código de Processo Penal, aplicável à Comissão de Inquérito por remissão ao n.º 4 do artigo 17.º do RJIP (Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares), a fim de ser assegurada a sua recolha pela Polícia Judiciária com o intuito de esta proceder a uma intervenção técnica para proceder à recuperação de todas as mensagens do telemóvel,

alegadamente apagadas na sequência de uma intervenção pelo técnico informático do Ministério das Infraestruturas Filipe Alves, cujo teor a Comissão considera inserir-se no âmbito do objeto do inquérito.

Assim, no dia 17 de maio de 2023,...» — vou precisar aqui de alguns elementos, Dr. Frederico Pinheiro — «... o Sr. Dr. Frederico Pinheiro procedeu à entrega voluntária à Comissão de Inquérito do referido telemóvel de serviço, de marca...» ...?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — Samsung.

O Sr. **Presidente**: — «... Samsung, modelo...» ...?

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — O IMEI...

O Sr. **Presidente**: — Pode verificar nas definições...

O Sr. Dr. **Frederico Pinheiro**: — A21s.

O Sr. **Presidente**: — Vou continuar a ler: «... A21s, que ficou à guarda desta Comissão com o intuito único e exclusivo de ser entregue à Polícia Judiciária no mais curto espaço de tempo possível, com aquela finalidade, acionando a Comissão de Inquérito o disposto no n.º 2 do artigo 13.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares, solicitando a colaboração das autoridades judiciárias e dos órgãos de polícia criminal, com o objetivo da entrega a esta Comissão da prova documental que considere necessária ao cumprimento do seu mandato, meio este que considera necessário, adequado e proporcional à salvaguarda ou integridade da informação que entende constituir prova documental indispensável.»

Este auto de entrega é efetuado em duplicado, ficará um para a Comissão e outro para o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, ficando um exemplar, portanto, com cada um de nós — «... Palácio de São Bento ...»; temos de assinar, quer o depoente, quer eu próprio, se estiverem todos de acordo com este documento.

Assim sendo, seria importante que fizesse a entrega do telemóvel aqui, publicamente, para ficar também registada essa entrega e que, simultaneamente, pudesse também assinar o documento do auto de entrega.

Neste momento, o depoente entrega o telemóvel ao Presidente da CPI e assina o auto de entrega.

Assim sendo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, finalizamos esta audição. Resta-me agradecer ao Dr. Frederico Pinheiro e ao seu advogado a presença nesta Comissão. Muito obrigado.

Vamos interromper a reunião para depois iniciarmos a segunda audição. Muito obrigado a todos.

Eram 19 horas e 25 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 20 horas.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos tentar estabilizar uma vez mais, procurando ter mais silêncio na sala. Vamos iniciar a segunda audição.

Queria começar por agradecer à Dr.^a Eugénia Correia, que se encontra presente nesta Comissão na qualidade de Chefe de Gabinete do Sr. Ministro

das Infraestruturas, e, antes de mais, vou ler-lhe os direitos e deveres do depoente, que vou enunciar de seguida e que resultam da articulação das normas do RJIP (Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares) com normas do Código de Processo Penal, referentes à prova testemunhal.

Direitos: o depoente tem o direito a não responder a perguntas quando alegar que das respostas resulta a sua responsabilidade penal, nomeadamente quando, da resposta, puder resultar a violação de segredo de justiça, punível criminalmente nos termos do artigo 371.º do Código Penal. Ao depoente não podem ser feitas perguntas sugestivas ou impertinentes ou de qualquer natureza, que possam prejudicar a espontaneidade e sinceridade das respostas. O depoente tem direito a ser inquirido sobre factos de seu conhecimento direto, é o princípio da imediação, e o depoente tem direito a apresentar objetos ou documentos que podem servir de prova, fazendo-se menção da sua apresentação e junção ao processo.

Relativamente aos deveres: o depoente tem o dever de depor sobre factos relativos ao objeto do inquérito, mantendo-se à disposição da Comissão de Inquérito até ser por ela desobrigado. A recusa do depoimento só se tem por justificada nos termos gerais da lei processual penal. O depoente deve cumprir as ordens legítimas da Comissão de Inquérito, nomeadamente quanto à forma como o depoimento deve ser prestado, sob pena de incorrer na prática de crime de desobediência qualificada (artigo 19.º do Regime Jurídico dos Inquéritos Parlamentares). O depoente deve responder com verdade às perguntas que lhe forem dirigidas, sob pena de incorrer no crime de falso testemunho (artigo 360.º do Código Penal). Quando conveniente podem ser mostradas peças do processo e documentos que a eles respeitem; não pode servir de meio de prova o depoimento de quem recusar ou não estiver em condições de indicar a pessoa ou fonte através da qual tomou conhecimento indireto dos factos.

E, para terminar, a manifestação de meras convicções pessoais sobre factos ou a sua interpretação só é admissível nos casos seguintes e na estrita medida neles indicada: *a*) Quando for impossível cindi-la do depoimento sobre factos concretos; *b*) Quando tiver lugar em função de qualquer ciência técnica ou arte.

Sr.^a Doutora, queria que me confirmasse que não existe nenhum depoimento inicial.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia** (Chefe de Gabinete do Ministro das Infraestruturas): — Obrigada, Sr. Presidente. Não há nenhum depoimento inicial.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo nenhum depoimento inicial, dou a palavra ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente, cumprimento-o também, obviamente.

Sr.^a Doutora, não havendo nenhum depoimento inicial, penso que também já tivemos aqui um mini depoimento, com um comunicado que saiu na imprensa há pouco tempo, quando, obviamente, vinha aqui falar imediatamente a seguir. Não me parece a melhor prática, mas tudo bem.

A primeira pergunta que gostava de lhe fazer é se a alegada agressão de Frederico Pinheiro ocorreu antes ou depois de tentarem recuperar a tal mochila.

O Sr. **Presidente**: — Como sabe, Sr.^a Dr.^a Eugénia, estamos num processo de pergunta-resposta, que não vou interromper para ganharmos algum tempo.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, relativamente à questão que colocou, o Dr. Frederico Pinheiro foi instruído por mim no sentido de não levar o computador, que não lhe pertencia. E, continuando a guardar o computador na mochila, foi sempre dizendo «vou levá-lo» Expliquei que não o podia levar, que estava exonerado, o computador é do Estado e que não podia levar esse computador. E, portanto, quando o Dr. Frederico Pinheiro acabou de colocar o computador dentro da mochila e passa para sair tento agarrar a mochila.

Nesse momento, o Dr. Frederico Pinheiro agrediu-me, a mim e, depois, a outra colega, a Dr.^a Paula Lagarto, que estava presente e tentou igualmente agarrar a mochila do computador.

Nunca houve intenção de agarrar o Dr. Frederico Pinheiro, a intenção era impedir a saída do computador que não lhe pertencia, que pertencia ao Estado e ele não tinha qualquer direito a levá-lo para onde quer que fosse, tendo em conta que estava exonerado.

E, portanto, a resposta a isso é que agarrei a mochila do Dr. Frederico Pinheiro, nem toquei nele, agarrei a mochila e o Dr. Frederico Pinheiro, em consequência, dá-me um murro, a mim e, depois, a Dr.^a Paula Lagarto tentou igualmente agarrar a mochila, recebeu vários murros e, conseqüentemente, a Dr.^a Rita Penela tenta igualmente agarrar a mochila.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pergunto-lhe, primeiro, se viu algum documento formal dessa alegada exoneração e, de acordo com o relato de violência que aqui descreveu, porque é que depois decidiram fechar as portas do edifício a uma pessoa que alegadamente vos tinha agredido?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a lei dos gabinetes ministeriais é pública e será, certamente, conhecida por todos nós: as exonerações não dependem de prévio despacho. O despacho deve ser

publicado em *Diário da República*, como, aliás, foi, e não dependem de prévio despacho, nem as exonerações, nem as nomeações.

Portanto, o Dr. Frederico Pinheiro estava exonerado desde as 8 horas e 45 minutos do dia 26 de abril — exonerado e, portanto, impedido de entrar no ministério, por ordem expressa do Sr. Ministro das Infraestruturas —; apareceu no ministério para recuperar um computador que não lhe pertencia e que não tinha o direito de levar, porque não é um computador pessoal, não é um computador para uso pessoal, é um computador cuja titularidade é do Estado e destinado a uso profissional, que tinha cessado — cessado — antes de o Dr. Frederico Pinheiro ingressar no Ministério das Infraestruturas para recuperar e levar um computador, o que não podia fazer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Falta só a resposta à minha segunda pergunta: porque decidiram fechar as portas do edifício a uma pessoa que alegadamente...

O Sr. **Presidente**: — Já parámos a contagem de tempo. Pode responder, Sr.^a Dr.^a Eugénia.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Peço imensa desculpa, Sr. Deputado.

O que acontece é que tendo o Dr. Frederico Pinheiro levado à força um computador que não lhe pertence — essa ordem não foi dada por mim, mas por um elemento do meu gabinete —, o que se tentou fazer foi impedir que o computador saísse do ministério. Como é lógico, quando se está perante um roubo, o que se tenta fazer é proibir que a pessoa que está a cometer esse ato concretize o ato. Essa ordem foi dada, efetivamente, ao senhor da segurança, para impedir que o computador saísse ilegitimamente do Ministério das Infraestruturas, onde, aliás, se encontrava, na altura em que o Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado.

Tive o particular cuidado, antes de o Sr. Ministro das Infraestruturas proceder à exoneração do Dr. Frederico Pinheiro, de confirmar que o computador estava nas instalações do Ministério das Infraestruturas. Estando o Dr. Frederico Pinheiro exonerado não havia qualquer razão para pensar que ele lá regressasse exonerado, e acrescento: exonerado e proibido expressamente, pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, de regressar às instalações. Portanto, estando o computador no ministério — situação que acautelei previamente —, e tendo o Sr. Ministro exonerado o Dr. Frederico, como ele muito bem sabe, não havia qualquer razão para pensar que o Dr. Frederico, 10 minutos depois de ser exonerado, regressasse ao ministério.

Não sei se...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Queria perguntar-lhe se, caso fosse despedida, não voltaria ao seu posto de trabalho para ir buscar os bens que lá tivesse, até bens pessoais que ficam lá. Não me parece que seja algo completamente anormal.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, há uma grande diferença entre bens pessoais e bens que não nos pertencem, como é o caso do computador. Em segundo lugar, as coisas processam-se desta maneira: ninguém ficaria com os bens pessoais do Dr. Frederico Pinheiro. Aliás, mandei recolhê-los, entregá-los na secretaria-geral, para poderem ser entregues ao Dr. Frederico Pinheiro. Portanto, não estamos a falar de bens pessoais, Sr. Deputado, mas de um bem do Estado, que não era pertença do Dr. Frederico Pinheiro.

Portanto, desse ponto de vista, não, Sr. Deputado. Proibido de entrar nas instalações, o que o Dr. Frederico Pinheiro deve fazer, como qualquer outra pessoa, é solicitar que lhe sejam entregues os seus bens pessoais, coisa que aconteceria, bem como os documentos pessoais que estivessem no seu

computador. Sendo, apesar de tudo, um computador de uso profissional, pode acontecer que as pessoas guardem, também nesse computador, documentos pessoais. E, desse ponto de vista, o que havia a fazer era solicitar a cópia, identificando, naturalmente, os documentos pessoais que pretendia que lhe fossem entregues. É assim que as coisas se processam, Sr. Deputado, não é ir, depois de proibido e exonerado, buscar um bem que não é pessoal, não é pessoal — aliás, o que eu disse ao Dr. Frederico, nessa ocasião, era que não podia levar o computador, não que não pudesse levar coisas suas; não devia estar ali, mas, já que estava, pois certamente que poderia levar as suas coisas. O computador é que lhe disse que não podia levar do ministério.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Se havia essa preocupação toda com o computador profissional, porque é que não houve também com o telemóvel profissional e porque é que, passadas todas estas semanas em que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro diz que se voluntaria para o entregar, ainda não foi pedido?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a preocupação foi simultânea: às 9 horas e 1 minuto dessa noite, foi solicitado telefonicamente, e depois confirmado por *e-mail* às 21 horas e 17 minutos um e às 21 horas e 11 minutos outro, ao CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo) que promovesse de imediato o bloqueio do computador e do telemóvel.

Entretanto, Sr. Deputado — e isto acontece às 9 horas, houve um telefonema para o secretariado, que já não se encontrava no gabinete —, fizeram-se telefonemas para o secretariado, que já estava em casa, para se promover de imediato o cancelamento do telemóvel, bem como do computador. Tenho aqui os *e-mails*, depois posso... Os *e-mails* demoraram

cerca de 10, 11 minutos a sair, mas primeiro foi feita uma solicitação telefónica. A preocupação foi igual, exatamente igual.

Sucedede, porém, que depois dos acontecimentos bem estranhos que ocorreram tive oportunidade de falar com o Sr. Diretor do CEGER, e perguntei-lhe: «O telefone?». «Está cancelado». Pronto, assunto resolvido. E note-se, já agora, Sr. Deputado, para que fique clarificada uma situação que talvez não esteja devidamente clarificada, o equipamento telefónico também pertence ao Estado e o número de telefone pertence ao gabinete. O número de telefone pertence ao gabinete, o telefone pertence ao Estado e o computador também.

Portanto, falando com o Sr. Diretor do CEGER, já depois das situações do conhecimento público, o que me foi transmitido foi que o telefone estava cancelado, portanto, sem problema. Eu não sou informática, sou jurista, Sr. Deputado. E quanto ao computador, perguntei se era possível bloquear o acesso a todos os elementos constantes do computador — refiro-me, naturalmente, a documentos, *e-mails* —, se era possível bloquear, no sentido de que não pudessem ser transmitidos, exportados, impressos, consultados, e isso foi-me dito que não era possível, que não era possível promover esse procedimento, porque o computador não estava ligado à rede interna do Governo — o Governo tem uma rede interna informática. Não estando ligado, a expressão que até foi utilizada foi que é um equipamento *stand-alone*, pelo que está desconectado da rede interna do Governo e sem qualquer possibilidade de intervenção a nível da documentação nele constante. Portanto, o que estava em cima da mesa era um telefone resolvido e um computador por resolver.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quem deu a ordem de fechar as portas do edifício?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Foi uma das colegas, não sei qual delas. Nessa noite, estava eu, a Dr.^a Cátia Rosas, que é técnica especialista do gabinete, a Dr.^a Paula Lagarto, que é assessora de imprensa, a Dr.^a Rita Penela, que é assessora de imprensa, e a nossa chefe do apoio administrativo, porque era necessário que ela estivesse ainda no gabinete àquelas horas porque eu ainda tinha um ofício para assinar, para remeter, precisamente, aqui, à comissão parlamentar de inquérito.

Portanto, nós éramos as pessoas que estávamos no ministério nessa noite e uma delas ligou. Na sequência de o Dr. Frederico ter agredido as pessoas e fugido com o computador, alguém ligou para o segurança. Não fui eu!

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Fugido? Se a porta estava fechada, não dá bem para fugir. Mas o que eu lhe quero perguntar, mais uma vez, é que tendo em conta que estavam quatro ou cinco pessoas, que até já escreveram um comunicado juntas, não sabe quem é que ligou, quem é que deu a ordem para fechar as portas do edifício?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não perguntei.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Sr. Ministro João Galamba estava a par disso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Desculpe, o Sr. Ministro João Galamba foi ficando a par do sucedido após as agressões, porque, Sr. Deputado, tudo se passa num momento temporal de 10 minutos, basicamente. Porquê? Porque o Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado às 8 horas e 45 minutos. Eu vinha com o Sr. Ministro de Singapura e aterrámos em Lisboa às 8 horas dessa noite, dia 26 de abril. Aterrámos às 8 horas da

noite. O Dr. Frederico foi exonerado às 8 horas e 45 minutos, sensivelmente a meio caminho do aeroporto até ao gabinete.

Eu dirigi-me de imediato para o gabinete, porque tinha, como já referi, um ofício para assinar, para envio de documentação à comissão parlamentar de inquérito e, quando chego ao ministério, o Dr. Frederico Pinheiro chega sensivelmente 5, 10 minutos depois de mim e é quando eu lhe digo que não pode levar o computador. É quando ele agride, é quando ele foge e, no meio desses acontecimentos, o Sr. Ministro é informado de que estava a ocorrer uma situação muito invulgar e que era necessário transmitir-lhe o que estava a ocorrer.

Portanto, isso foi-lhe sendo transmitido. O Sr. Ministro não estava no ministério, já tinha seguido para a sua residência, pelo que foi necessário ir transmitindo o que estava a suceder.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu agradeço a resposta, mas vou voltar a perguntar se o Sr. Ministro sabia desta ordem de fechar as portas, ou não.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — O Sr. Ministro não foi informado no momento que se determinou que as portas fossem fechadas. O Sr. Ministro foi informado que o Dr. Frederico Pinheiro tinha regressado ao gabinete, tinha agredido pessoas, tinha levado o computador de serviço e que tinha fugido pelas escadas abaixo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me perguntar-lhe outra coisa: os documentos que nós sabemos que estão classificados, são essencialmente documentos financeiros. E eu pergunto-lhe se há lá mais algum tipo de documento — tenho aqui outra coisa que eu não estou a ver — e se considera

proporcional fechar alguém num edifício por estar na posse daqueles documentos, que, por exemplo nós aqui, no Parlamento, também os temos.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, os documentos que foram objeto de classificação são documentos que foram extraídos do computador do Dr. Frederico Pinheiro, porque não se encontravam disponíveis no arquivo do Ministério das Infraestruturas. Foram extraídos do computador do Dr. Frederico Pinheiro para poderem ser objeto de classificação, para poderem ser remetidos à comissão parlamentar de inquérito que os tinha solicitado.

Tendo em conta que a TAP é uma empresa estratégica para o País, estratégica para todos os portugueses, tendo em conta que a TAP funciona num sistema de concorrência, todos os dados financeiros referentes à TAP merecem o nosso maior cuidado, porque a TAP concorre com outras empresas, a TAP ia ter, como já teve, o início do seu processo de privatização, e, portanto, a todos nós cabe —, e acho que também aos Srs. Deputados —, proteger a informação financeira relevante da TAP, para que não causemos inadvertidamente prejuízo à TAP, que significa prejuízo para todos nós, portugueses.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me voltar um pouco atrás e perguntar-lhe: quando a polícia chegou, porque é que não saíram da casa de banho — ou de onde estavam, não sei — e porque é que não denunciaram o sucedido à polícia, o tal roubo do computador, as agressões, etc.?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, foram feitos dois telefonemas pelo senhor da segurança para o 112, a que eu não assisti, mas foram feitos: um telefonema foi feito pela Dr.^a Rita Penela, para o 112, a que

eu assisti, e outro telefonema pela Dr.^a Cátia Rosas, para a PSP do Bairro Alto, que era o número de telefone que ela tinha no seu telemóvel.

Portanto, do Ministério das Infraestruturas foram feitos, para além do telefonema do Dr. Frederico Pinheiro, mais quatro telefonemas naquele momento, quase todos eles, com uma diferença de poucos minutos entre eles: dois pelo senhor da portaria, um telefonema pela Eng.^a Cátia para a PSP do Bairro Alto, e um para o 112, que eu própria ouvi porque foi feito do meu gabinete pela Dr.^a Rita Penela.

Na sequência desses telefonemas, o que nós esperávamos, naturalmente, era que as entidades competentes que chegassem ao ministério pudessem tratar do ocorrido e da situação.

Depois de o Dr. Frederico Pinheiro ter fugido pelas escadas abaixo, ouvimos do 4.º andar muito barulho, proveniente da entrada do ministério. Foi quando nos apercebemos que ele estaria ainda dentro do edifício, porque quando foi dada a indicação — já disse, por uma das colaboradoras, não sei quem, que não perguntei — não sabíamos se o Dr. Frederico teria ficado ou não fechado dentro do edifício. Isso era uma coisa que não se sabia quando se pediu ao senhor da portaria que fechasse o edifício — o que é normal que se mande fazer quando está um roubo em curso.

Apercebemo-nos mais tarde de que havia muito barulho proveniente da entrada do edifício. Foi o momento em que julgámos que, se calhar, o Dr. Frederico Pinheiro ainda estaria dentro das instalações e é o momento em que resolvemos — com receio, na verdade — refugiar-nos no sítio mais seguro. Refugiadas nesse sítio ficámos à espera, porque tínhamos feito, nós, no gabinete, dois telefonemas; o Sr. Ministro das Infraestruturas também tinha feito um contacto com a PSP e, portanto, aguardávamos que as autoridades nos contactassem, porque foram reportadas agressões e o roubo de um computador.

Era o que aguardávamos que tivesse acontecido, mas não aconteceu. Aguardávamos ser contactadas pelas autoridades policiais que tínhamos chamado e aguardávamos na casa de banho que nos fossem de lá retirar, até porque há uma mensagem remetida ao Sr. Ministro, às 21 horas e 20 minutos, por aí — mas, pronto, as datas estão aqui, eu posso deixar isso, posso deixar estes documentos aos Srs. Deputados —, em que o Sr. Ministro me informa que já tinha contactado também a PSP e que iria ser enviado alguém ao local.

Portanto, para além das chamadas que foram feitas por nós também houve uma feita pelo Sr. Ministro, e eu respondo-lhe, nessa mensagem, «que venham depressa» e informo que estamos fechadas na casa de banho. Portanto, o que era normal esperar era que as autoridades policiais chegassem e que fossem ter com as pessoas que também os chamaram e que estavam na casa de banho. Não sucedeu assim, é isso que eu estou a dizer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, nem sequer deu pela polícia chegar, é isso que me está a dizer?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Exatamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Então, aquilo que foi noticiado recentemente, de que a polícia tinha chegado com algum «estrondo», não valida nada disso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Nós estávamos fechadas na casa de banho, corremos para lá quando percebemos que o Dr. Frederico estava nas instalações. Não sei qual foi o momento em que as autoridades policiais chegaram; fui identificada nessa noite e falámos com as autoridades, mas já depois de o Dr. Frederico Pinheiro ter saído do edifício e na sequência de o senhor da portaria ter ido, ele próprio, à casa de banho informar que o Dr.

Frederico já tinha saído do ministério e que a polícia se preparava para sair também.

Ora, nessa altura, duas das colegas foram para o átrio e eu fui para a minha sala.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E aí não foram falar com a polícia?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Duas colegas foram, eu fui para a minha sala tratar da situação do computador.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já vou a essa situação, sendo que isso é relevante; quer dizer, a polícia chegou e não foi falar com a polícia. Mas já lá vamos.

Deixe-me colocar-lhe duas questões ainda. Primeira: só há videovigilância cá em baixo, certo? No piso onde supostamente houve as agressões, os confrontos, não há videovigilância, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Infelizmente, Sr. Deputado, descobrimos precisamente isso nessa noite. Há uma câmara de videovigilância no 4.º andar, antiga, que não funciona.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas, então, se não funciona é porque já pediram acesso às imagens e já as tiveram, é isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu pedi nessa mesma noite acesso às imagens ao IMT, que é quem dispõe dessas imagens. Foi-me respondido, por *e-mail*, que as imagens apenas podiam ser transmitidas às autoridades policiais.

Eu própria peguei nesse *e-mail* onde pedi as imagens, e na resposta que me foi transmitida, de que só podiam ser transmitidas as imagens de videovigilância às autoridades policiais, eu peguei nesses dois *e-mails* e fiz um ofício para a Polícia Judiciária e para a PSP, dando nota desses dois *e-mails* para que soubessem que havia imagens de videovigilância do piso 0.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Mas como é que já sabe que a câmara que deveria ter filmado as agressões não funciona? Como é que já lhe foi dada essa informação?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Perguntei ao Sr. Presidente do IMT.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quando o segurança vos disse que a polícia estava prestes a ir embora, como me disse não foi falar com a polícia. E eu pergunto-lhe primeiro, porquê. E já me disse que foi tratar do assunto computador, pelo que gostaria que o desenvolvesse, para sabermos o que é que seria assim tão mais urgente do que falar com a polícia sobre o roubo, sobre agressões, sobre tudo aquilo que denunciou aqui.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Quando o senhor da portaria informou que o Dr. Frederico Pinheiro tinha já saído do edifício, perguntei-lhe se tinha saído com o computador ou sem o computador. Foi-me transmitido que tinha saído com o computador. Como duas colegas foram para baixo, para o piso 0, falar com a polícia, que depois regressou com elas ao 4.º andar, eu fui tratar da questão do computador, que me parece bem mais relevante para o interesse público do que ir chamar a polícia quando duas colegas já tinham ido fazer isso.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Certo, mas não me explicou, então, o que é que fez sobre o computador, quais foram os desenvolvimentos.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, já transmiti, nas respostas que lhe dei, que falei com o Diretor do CEGER para saber se o computador poderia ser totalmente bloqueado no que diz respeito ao seu conteúdo e acessos.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — E considera que não tendo sido... Aliás, pergunto ao contrário: essa alegada exoneração, essa exoneração não formal, foi comunicada ao Gabinete Nacional de Segurança, ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, aqui não há exonerações não formais, há exonerações nos termos da lei. A lei não exige a prévia publicação do despacho em *Diário da República*. Portanto, há uma exoneração, não é não-formal nem informal, é uma exoneração nos termos da lei, tal como o início de funções.

O Dr. Frederico Pinheiro, iniciou funções no dia 4 de janeiro, o seu despacho de nomeação surgiu publicado no *Diário da República* bem mais tarde e com data de assinatura bem mais tarde. É assim que funcionam os gabinetes, é assim que está previsto na lei.

Desculpe, Sr. Deputado, há uma parte da pergunta que não lhe respondi, sobre se o Gabinete Nacional de Segurança foi informado da exoneração. Mas digo-lhe que não, não foi.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Pois é, eu não sou jurista, mas do pouco que já vi parece-me que se não tiver sido, o Sr. Frederico Pinheiro poderia continuar a aceder. Mas isso será certamente uma discussão depois para outros fóruns. E eu corrijo, não é uma exoneração não-formal, é uma

exoneração por telefone e já vimos que, infelizmente, muita coisa é gerida aqui por telefone.

Queria ainda perguntar-lhe sobre o desenvolvimento desses contactos e, no fim de toda essa cadeia de contactos — que, entretanto, também já foi noticiada —, se confirma que foi contactada pelo SIS.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, quando se torna claro, pela conversa que tive, que mantive com o Sr. Diretor do CEGER, que não era possível bloquear por completo o funcionamento daquele computador, agi no cumprimento das orientações que me foram sempre transmitidas para o exercício das minhas funções de chefe de gabinete.

Eu exerço funções agora no Ministério das Infraestruturas, que é um ministério com infraestruturas críticas e essenciais. Exerci, previamente, as mesmas funções de chefe de gabinete no gabinete do Sr. Secretário de Estado da Energia, que é também um gabinete com um serviço público essencial e crítico. Portanto, recebo instruções e indicações de como proceder em situações de eventual potencial risco e agi em conformidade com as orientações que recebi para o exercício das minhas funções.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor, vamos parar a contagem de tempo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, já estamos aqui há sete horas, portanto, era bom que as respostas fossem objetivas. O que eu perguntei não foi nada disso. O que eu perguntei foi se recebeu um contacto do SIS ou não. Foi só isto. Era um sim ou um não. Era só isto.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Eugénia, é evidente que a pergunta é feita da forma que o Sr. Deputado entende. A resposta, é claro, também é

dada da forma que a Sr.^a Dr.^a Eugénia entende. De qualquer das formas, peço-lhe a máxima objetividade possível.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, de novo, no exercício e cumprindo as orientações que recebi, pedi uma chamada para o SIRP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Vou usar o tempo, Sr. Presidente.

Eu pergunto novamente se recebeu ou não uma chamada do SIS. Sim ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Depois de ter pedido uma chamada para o SIRP, sim, recebi uma chamada do SIS.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Gostava de saber o que é que reportou ao SIS nessa chamada.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Reportei que tinha sido levado do Ministério das Infraestruturas um computador onde estavam incluídos documentos classificados, bem como todos os documentos relevantes dos últimos anos referentes à TAP, e que tinha sido levado o computador por um adjunto previamente exonerado.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Por isso, falou do alegado roubo, isto é, falou do indício de um crime e, já agora, para confirmar, pergunto se também falou das agressões e da violência ou se ficou pelo alegado roubo do computador.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não falei em alegado roubo porque os telefonemas foram muitos e, portanto, cingi-me à

informação essencial, ou seja, foi levado um computador por um adjunto exonerado, computador esse que contém informação muito relevante para uma empresa estratégica do País. Documentos classificados, mas não só, toda a documentação mais relevante dos últimos anos referente à TAP estaria naquele computador, por aquilo que me apercebi no curto espaço de tempo em que estava naquele gabinete.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bernardo Blanco, se me permitem, antes de dar continuidade, gostaria de dizer o seguinte: tudo aquilo que se insere no âmbito de eventual crime ou roubo não se insere no objeto do inquérito, como é do inquérito, como é do seu conhecimento, até porque se encontra sob investigação jurisdicional e, portanto, temos de respeitar aquele que é o princípio da separação de poderes entre o poder legislativo e o poder judicial.

Relembro também o seguinte: a tipificação do roubo é um conceito técnico-jurídico que compete às autoridades judiciais, como o Sr. Deputado bem sabe. De qualquer das formas, como aleguei no início, ainda assim, há uma completa abertura da minha parte para apreciação daquilo que são condutas de ministros, secretários de Estado, dos agentes intervenientes em todo este processo. Não haverá, com certeza, abertura, como compreende, para aquilo que são informações ou a apreciação política ou jurídica dos respetivos órgãos de polícia criminal, ou do SIS, ou do SIRP.

Posto isto, foi só mesmo para o relembrar, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se me permitir, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O Sr. Presidente disse, neste seguimento, que é uma interpretação judicial e não política. Eu relembro que os termos «roubo» e «furto» foram usados pelo Sr. Primeiro-Ministro e pelo Sr. Ministro das Infraestruturas, a quem não reconhecemos competência jurídica. Mais: esta Comissão, em termos jurídicos, tem muito mais responsabilidade do que o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro. Nesse seguimento, eu peço ao Sr. Presidente que deixe prosseguir a audição nos moldes em que está.

Muito obrigado.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza que a audição vai prosseguir. Eu só chamei a atenção para a questão da tipificação do roubo ou crime e para a respetiva inserção naquele que é o âmbito ou o objeto do próprio requerimento.

De qualquer das formas, a audição vai prosseguir como disse.

Faça favor, Sr. Deputado Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, só para dar nota de que penso que disse sempre «alegado» roubo, tive esse cuidado, e até, volto a dizer, a expressão «roubo» não é minha, estou a usá-la. Posso usar outras, no comunicado do Sr. Ministro é «furto», não é «roubo», mas estou sempre a tentar dizer «alegado».

Voltando a esta sequência em que estávamos: disse, então — não sei com quem falou do SIS —, que um computador com muita informação confidencial, e não só, sobre a TAP tinha sido levado. E do que eu percebi — mas peço só que me confirme, já não me lembro —, não falou nada de agressões, da alegada violência que tinha acontecido no ministério, correto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, as indicações que eu tinha para cumprir e respeitar era transmitir qualquer situação que, aos meus olhos, pudesse constituir algum risco. E o risco, Sr. Deputado, não está nas agressões que foram feitas naquele ministério, mas no facto de que fora daquele ministério estava um computador com informação muito relevante do ponto de vista financeiro, e não só, certamente, de uma empresa estratégica para o País. Alertei relativamente a essa situação, que considerei, na altura, um risco, e cumpri as orientações que tinha para o efeito.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Disse aqui que estava a cumprir indicações. Não percebi se eram indicações gerais de conduta ou se eram indicações que alguém lhe tinha dado.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Indicações que recebi, tendo em conta o facto de trabalhar numa área governativa onde estão infraestruturas críticas essenciais.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Quem é que lhe deu essas indicações?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — O SIRP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O SIRP? Já houve muitas versões estes dias, já não é propriamente a coisa mais fácil de entender aqui. Mas foi o CIS que depois a contactou, certo? Não foi o SIRP que lhe deu indicações para contactar o SIS, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, as indicações que eu recebi são genéricas e não foram recebidas nessa noite. Eu, nessa noite, cumpri com as indicações que já me tinham sido transmitidas anteriormente.

Como lhe expliquei, tendo em conta a área sensível e crítica em que me encontro a trabalhar, sobre infraestruturas críticas para o País, eu recebo indicações de como proceder em situações de potencial risco. E tendo recebido essas indicações... Não nessa noite, naturalmente, nessa noite, repito, eu cumpro com as indicações que tinha recebido previamente na altura do início de funções.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me voltar aqui um bocadinho atrás.

Tinha sido noticiado, há poucos dias, que alguém do gabinete do Ministro João Galamba telefonou para a Presidência do Conselho de Ministros a reportar o roubo. Quem foi essa pessoa?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o meu secretariado estava em casa e quando eu peço uma chamada para o SIRP a nossa secretária não tinha o número de telefone do SIRP; portanto, ligou para a secretaria-geral no sentido de obter esse número de telefone para me poder fazer a chamada.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Para a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Essa é a secretaria-geral que presta apoio à nossa área governativa.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Estou apenas a confirmar.

Tanto o SIRP, como também o Diretor do SIS, ambos estavam incontactáveis, e depois, aí sim, recebeu, então, a tal chamada do SIS, onde já reportou aquilo que nos disse. Correto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não vou entrar detalhadamente em matérias sobre as quais já terão sido prestadas informações na Assembleia da República e à porta fechada.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah...! Ah...!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — O que lhe transmiti foi o seguinte: eu tenho indicações para que sempre que alguma situação de risco potencial ocorra o transmitir ao SIRP. Considerarei que essa situação, ocorrida naquela noite, era uma situação de potencial risco para uma empresa, e eu pedi uma chamada telefónica para o SIRP para a relatar.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Deixe-me avançar: o Sr. Dr. Frederico Pinheiro esteve aqui e disse que foi feita uma intervenção ao telemóvel dele — penso que a seu pedido, se anotei aqui bem. Eu queria perguntar-lhe se isto é verdade ou não.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o Dr. Frederico Pinheiro, enquanto desempenhava funções no gabinete, recebeu indicações minhas, ele e todos os elementos do gabinete, para terem todos os assuntos referentes ao gabinete reportados por escrito. Ou seja, não se trabalha em questões do gabinete por *WhatsApp*, mensagens não recuperáveis...

Risos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, peço que evitem estes... — não são apartes, pelo contrário —, que acabam por criar algum sussurro e algum barulho, o que perturba a audição. Peço essa colaboração aos Srs. Deputados.

Faça favor, Dr.^a Eugénia.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, naturalmente que as comunicações entre os elementos do gabinete também se fazem por *WhatsApp*, por mensagens e por telefone. Os assuntos do gabinete que precisam de ser trabalhados não se trabalham dessa maneira e eu tinha solicitado que tudo quanto seja pedido de reunião conste devidamente de um *e-mail*.

Ora, o que sucedeu foi que tendo havido uma situação relativamente a uma reunião ocorrida entre o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dois elementos do meu gabinete e a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP, eu solicitei ao Dr. Frederico que me remetesse, então, o pedido da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP para estar presente nessa reunião.

O Dr. Frederico, como sempre, não se lembrava de nada, não tinha nada e eu perguntei como foi — se foi ao telefone, se foi uma mensagem — , como é que esse pedido tinha chegado. Não se recordava do modo como isso tinha ocorrido e eu pedi-lhe: «Por favor, podes verificar no teu telemóvel se há mensagens, se há telefonemas dessa data?». Foi-me transmitido que as mensagens da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva têm um mecanismo segundo o qual só estão disponíveis durante um período.

Assim, perguntei ao informático que trabalha no gabinete do Sr. Ministro das Infraestruturas, daquela área governativa que faz a ligação com o CEGER, se havia alguma maneira de recuperar essas mensagens. Foi-me transmitido que havia um programa que poderia, eventualmente, conseguir recuperar essas mensagens, e ele próprio foi ter com o Dr. Frederico para lhe dizer qual era o programa informático que permitiria tentar recuperar essas mensagens. Quem instalou o programa ou cumpriu as indicações dadas pelo informático do gabinete foi o Dr. Frederico, ele próprio, e isso é testemunhado por várias pessoas, incluindo o próprio informático.

Não houve ninguém, a não ser o Dr. Frederico, a mexer naquele telefone, mas de acordo com as indicações que lhe estavam a ser transmitidas pelo informático que, supostamente, lhe estava a dizer como instalar o programa ou o mecanismo informático para recuperar as mensagens.

Ninguém mexeu no telemóvel do Dr. Frederico Pinheiro e se este tivesse sido mexido, poderia, porque não só o equipamento não é dele, como o número de telefone também não é da titularidade do Dr. Frederico Pinheiro, mas do gabinete. Mas não foi, não foi mexido por ninguém, foi o próprio Dr. Frederico Pinheiro que, seguindo as indicações do informático, tentou verificar no seu telemóvel se era possível recuperar as mensagens e acabou por apagar tudo, segundo o que ele disse.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Posso perguntar-lhe se estava lá?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não estive lá o tempo todo, mas fui lá, porque eu é que levei o informático ao gabinete do Dr. Frederico, porque ele foi logo para o seu gabinete, e eu é que levei lá o informático para ver se era possível fazer essa recuperação e ainda vi o Dr. Frederico agarrado ao seu telefone e o informático a dar-lhe instruções. Depois saí porque não fiquei ali a ver até ao fim.

Desculpe, já agora, só para completar, há testemunhas que viram até ao fim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — É só porque o Sr. Dr. Frederico Pinheiro deu-nos uma versão diferente desses acontecimentos e disse, se bem me lembro, que foi o técnico informático a agir sobre o telefone, que ele não sabia que as mensagens iam ser apagadas e quando pegou no telefone percebeu que o resultado daquela operação, digamos assim, foi que as

mensagens do *WhatsApp* tinham todas desaparecido. E eu pergunto-lhe se esse era o intuito.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o que o Dr. Frederico Pinheiro referiu não tem suporte em nenhuma das testemunhas, incluindo eu própria, que não assisti ao processo até ao fim, mas assisti ao início desse processo. O intuito não era fazer perder mensagens, Sr. Deputado, era recuperar, eventualmente, uma mensagem em que a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP tivesse transmitido ao Sr. Ministro a vontade de estar presente na reunião com o Grupo Parlamentar do PS, tal como o Dr. Frederico Pinheiro transmitiu ao Sr. Ministro das Infraestruturas.

O Dr. Frederico Pinheiro transmitiu ao Sr. Ministro das Infraestruturas que a Presidente da Comissão Executiva da TAP queria estar presente na reunião com o Grupo Parlamentar do PS, e o que eu pedi ao Dr. Frederico é que me desse a prova dessa pretensão, prova que ele devia ter, na medida em que eu já tinha transmitido a todos os membros do gabinete que pedidos de reunião devem constar de um documento escrito, nem que seja um simples *e-mail*, que não havia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Entretanto, já sabemos que foi mesmo o Ministro João Galamba que informou a CEO sobre a reunião de 16 e depois também autorizou a sua participação.

O Dr. Frederico Pinheiro disse, também, aqui, que a Doutora tentou contactá-lo no dia 28 de abril, e depois, já quase duas semanas depois, no dia 11 de maio, já depois da exoneração. Pergunto-lhe se confirma estas tentativas de contacto.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, como é evidente, eu fui recuperar as mensagens que troquei com o Dr. Frederico Pinheiro sobre

os acontecimentos em análise e, sem querer, o telefone fez a ligação. Mas não falei com ele, nem tinha qualquer intuito de falar com ele. Sim, em dias diferentes, não recuperei todas no mesmo dia e fui procurando. Procurar as mensagens que estão aqui, fazer o *print screen* das mencionadas mensagens para poder disponibilizar aos Srs. Deputados.

Não, não contactei o Dr. Frederico voluntariamente, foi apenas o facto de estar a manusear as mensagens que aqui tenho e que poderão depois ser disponibilizadas que levou inadvertidamente a que o telefone fizesse a chamada. Tocou certamente uma única vez ou coisa parecida e, de imediato, desliguei, porque não era esse o objetivo, foi inadvertido. Mas sim, foram feitas duas chamadas, inadvertidamente.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Confiando, obviamente, nessa informação, deixe-me só voltar aos acontecimentos daquela noite.

Foi posto a circular, digamos assim, um *Word*, que era um comunicado não oficial dos acontecimentos daquela noite, com muito detalhe. Eu gostaria de saber quem é que o escreveu, porque o documento não está assinado, não tem nenhuma identificação do ministério, não tem nada.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, esse documento foi escrito por mim, foi escrito pela Dr.^a Rita Penela, que presenciou os acontecimentos, a Dr.^a Paula Lagarto e a Eng.^a Cátia Rosas. As pessoas que presenciaram esses acontecimentos foram as pessoas que fizeram essa cronologia, se lhe pudermos chamar assim.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — O Dr. Frederico Pinheiro também tinha dito, na audição anterior, que os gabinetes e assessorias do Governo trabalharam nesta campanha comunicacional contra o mesmo. Eu pergunto-

lhe se sabe alguma coisa sobre isto ou se é apenas uma especulação do Dr. Frederico Pinheiro.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu nem imagino o que é que isso possa querer dizer. Naturalmente que fizemos uma conferência de imprensa; naturalmente que fizemos essa cronologia, que foi pelo nosso gabinete de imprensa transmitida aos Srs. Jornalistas. Portanto, não consigo sequer entender o que é que essa expressão quer dizer.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Já agora, essa cronologia, este documento não oficial, foi enviado como, aos jornalistas?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Olhe, Sr. Deputado, desconheço, mas julgo que por *e-mail*, provavelmente, ou por telefone, não faço a mínima ideia.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — A mim, do pouco que sei, parece-me que foi por *WhatsApp*, mas confio, então, nessa informação.

Deixe-me perguntar-lhe, ainda, outra coisa sobre as informações do Dr. Frederico Pinheiro, que disse também que o Ministério das Infraestruturas tentou ter acesso às chamadas do seu telefone. Sabe alguma coisa sobre isto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, como lhe referi, o número de telefone a que o Dr. Frederico se refere não era dele. O número de telefone era do gabinete do Ministro das Infraestruturas — o dele, como o meu, como todos os outros. E, portanto, Sr. Deputado, sou eu que pago as faturas e sou eu que recebo a faturação detalhada de todos os telefones do gabinete, como era esse.

Posteriormente, o Dr. Frederico Pinheiro, após a sua exoneração, solicitou a passagem do número para a sua titularidade. Foi trazido ao meu conhecimento pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, que é quem nos presta o apoio administrativo, que o Dr. Frederico Pinheiro tinha solicitado a portabilidade para o seu nome. E eu respondi: «Com certeza, está dada a autorização para a portabilidade.»

Portanto, o número de telefone — não o equipamento, mas o próprio número de telefone — é do gabinete do MI (Ministro das Infraestruturas), sou eu que pago as faturas e sou eu que recebo a faturação detalhada desse número, como de todos os outros, incluindo o do Sr. Ministro das Infraestruturas.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Eu, depois dessa resposta, fico com muito medo de ter qualquer equipamento do Estado! Mas avancemos.

Deixe-me perguntar-lhe: alguma vez, tentaram omitir as notas da reunião à CPI?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu fiz uma reunião no dia 5 de abril, no gabinete com... Depois de muita notícia na comunicação social sobre essa reunião da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP com o Grupo Parlamentar do PS, onde estiveram dois elementos do meu gabinete, incluindo o Dr. Frederico Pinheiro, eu fiz uma reunião no gabinete onde estiveram presentes: eu própria, o Dr. Frederico Pinheiro, a Eng.^a Cátia Rosas, que é quem assegura a ligação do nosso gabinete à Assembleia da República, a Dr.^a Rita Penela, que é assessora de imprensa e que eu resolvi que estivesse logo presente, para não ter de estar a repetir factos, e o Dr. Marco Rebelo, na altura, chefe de gabinete em substituição.

Nessa reunião não estive presente o Sr. Ministro das Infraestruturas, ao contrário daquilo que, ainda, tive a oportunidade de ouvir o Dr. Frederico

Pinheiro transmitir hoje a esta Comissão de Inquérito. E podem testemunhá-lo cinco pessoas: eu, a Eng.^a Cátia Rosas, a Rita Penela e o Marco Rebelo — não são cinco, são quatro, são as pessoas que estiveram presentes nessa reunião e que reuniram com o Dr. Frederico Pinheiro.

Essa reunião destinou-se a obter toda a documentação relativa à marcação dessa reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nomeadamente os *e-mails*, que tinham sido trocados com o gabinete da Sr.^a Ministra dos Assuntos Parlamentares, com as datas, com quem ia, com quem não ia, o *link* do *Teams*, enfim, são documentos que estão todos na posse dos Srs. Deputados e que foram reunidos no âmbito dessa reunião.

Nessa reunião foi perguntado, por mim, ao Dr. Frederico Pinheiro o que é que tinha acontecido nessa reunião. Disse não se lembrar. E perguntei: «Não há notas?» E, perguntado por mim, insistentemente, disse: «Não há notas.» Perguntei quem tinha estado nessa reunião e também não se recordava.

Portanto, o Dr. Frederico Pinheiro, relativamente a essa reunião onde estive presente e que diz ter coordenado, não se lembra do que aconteceu, não tem notas e não se lembra, sequer, das pessoas que estiveram presentes.

Esta conversa foi tida com quatro testemunhas, como já identifiquei. É a diferença entre aquilo que o Dr. Frederico Pinheiro vai transmitindo e os factos, que podem ser comprovados. Essa reunião teve a presença das pessoas que eu estou a identificar.

Não havendo notas, Sr. Deputado, foi feita a reunião de todos esses documentos e foi produzido um comunicado de imprensa do Ministério das Infraestruturas no dia 6, no dia seguinte. Os documentos foram reunidos nessa reunião destinada, precisamente, à obtenção de toda a informação para se poder fazer esse comunicado, e foi sempre afirmado que não havia notas.

Mais tarde, a comissão parlamentar de inquérito solicita também essa documentação, que eu já tinha reunido anteriormente e que, portanto, estava

já pronta para poder ser remetida. Além da documentação relativa à reunião, a comissão parlamentar de inquérito enviou também um conjunto de perguntas e, nessas perguntas, uma delas era se havia atas ou notas da reunião ocorrida.

Portanto, as respostas à comissão parlamentar de inquérito foram preparadas com base nos elementos recolhidos. E os elementos recolhidos foram os referidos *e-mails*, que estão já entregues, e, na resposta às questões, foi referido que não havia notas, porque isso foi o que foi sempre transmitido pelo Dr. Frederico Pinheiro.

Como o prazo de resposta para a comissão parlamentar de inquérito sobre esses dois pedidos terminava no dia 24 de abril e como eu me desloquei no dia 22 de abril a Singapura com o Sr. Ministro em missão de trabalho, deixei, na sexta-feira, dia 21 de abril, todos os documentos preparados e as respostas para poderem ser enviados no dia 24, dia em que eu estaria ausente do País. Deixei os documentos preparados, deixei os ofícios assinados à Eng.^a Cátia Rosas, deixei tudo pronto de acordo com a informação recolhida e, repito, Sr. Deputado, com as testemunhas que estiveram nessa reunião, na qual não estive o Sr. Ministro das Infraestruturas.

Deixando tudo preparado, Sr. Deputado, saí no dia 22 de abril para Singapura.

Fazendo, enfim, a compensação horária, que são sete horas de diferença, a Dr.^a Cátia Rosas tenta entrar em contacto comigo, algures entre as 6 horas, 7 horas da tarde de segunda-feira, dia 24, que, para mim, era meio da noite e, portanto, não ouvi o contacto telefónico.

A Dr.^a Cátia Rosas manda-me uma mensagem em que refere: «Tive de pedir prorrogação de prazo por informação, entretanto, que chegou quer do gabinete MAP, quer do Frederico, que era preciso confirmar.»

Eu, às 2 horas e 41 minutos da manhã, em Singapura, mando esta mensagem à Eng.^a Cátia Rosas: «Que informação? Informação do Frederico?»

Agora? Já reunimos todos sobre este tema há quase um mês, que informação tem o Frederico agora?» Isto para mim foi informação, não foram notas, porque eu recebo a indicação da Eng.^a Cátia de que há informação do Dr. Frederico Pinheiro.

Portanto, eu pergunto: «Que informação?» Esta mensagem foi remetida às 2 horas e 42 minutos da manhã da noite de segunda-feira. A Eng.^a Cátia Rosas responde: «Posso ligar?» E eu liguei, de imediato, para saber, então, que informação era esta, e diz a Eng.^a Cátia Rosas que havia umas notas da reunião. E eu perguntei-lhe, de novo: «Notas? Como, notas? Estivemos todos na reunião, não havia notas, agora há notas. E já tens as notas?» E a Eng.^a Cátia Rosas referiu que tinha dado ao Dr. Frederico, para conferir, as respostas que íamos enviar, o Dr. Frederico informou às 6 horas ou às 7 horas da tarde que havia notas para remeter, e a Eng.^a Cátia Rosas pediu as notas ao Dr. Frederico, que disse que ia sair e que as remeteria mais tarde.

A Eng.^a Cátia Rosas manda ao Dr. Frederico um *e-mail* com a resposta que tínhamos, para que o Dr. Frederico pudesse, então, enxertar as suas notas. O Dr. Frederico não enxertou as notas a tempo, a engenheira avisou que o prazo teria de ser até às 8 horas da noite, porque depois o apoio administrativo iria embora e nós precisávamos de responder, mas o Dr. Frederico não enviou as notas a tempo. Não as tendo enviado, a Eng.^a Cátia Rosas, por sua iniciativa, e bem, solicitou, de imediato, a prorrogação do prazo, pedido esse de prorrogação que me transmite nesta mensagem que posso deixar aqui aos Srs. Deputados.

Quando isto me foi transmitido, eu, de imediato, terminado o telefonema com a Eng.^a Cátia Rosas, mandei uma mensagem ao Dr. Frederico Pinheiro a solicitar o envio imediato das notas.

O Dr. Frederico não respondeu, nas muitas horas que se seguiram, e eu informei o Sr. Ministro das Infraestruturas que... Deixe-me só voltar um

pouco atrás, Sr. Deputado, estava aqui à procura... Esta mensagem é das 2 horas e 47 minutos: «Frederico, parece que agora há notas da reunião, que quando reunimos não tinhas. Manda as notas para mim e para a Cátia com a máxima urgência, se faz favor. Obrigada.»

Transmito ao Sr. Ministro que, aparentemente, há umas notas que é preciso remeter à CPI, que tinha deixado os ofícios já prontos e assinados, mas que o Dr. Frederico não só saiu do Ministério sem entregar as notas, como lhe estava a mandar mensagens e as notas não apareciam.

O Sr. Ministro das Infraestruturas remete, ele próprio, também, uma mensagem ao Dr. Frederico Pinheiro, que também tenho aqui e poderei deixar aos Srs. Deputados, que é a seguinte: «Como é que tu te lembras que tens notas um mês depois da reunião em que a Eugénia pediu tudo o que havia sobre a reunião com o grupo parlamentar? Por causa disso tivemos de pedir prorrogação de prazo para envio de documentos.»

Nem à minha mensagem, nem à mensagem do Sr. Ministro das Infraestruturas, o Dr. Frederico Pinheiro respondeu, razão pela qual eu tentei vários contactos telefónicos. Finalmente, consegui falar com o Dr. Frederico Pinheiro e pedi-lhe que enviasse, de imediato, as notas que agora dizia ter.

O Dr. Frederico Pinheiro respondeu que só ia enviar as notas no final do dia 25 de abril e eu disse-lhe para as enviar imediatamente, que essas notas eram necessárias para incorporar na resposta, que eu ia fazer um voo de 16 horas e queria ver as notas primeiro, não para impedir, naturalmente, a sua remessa, mas porque eu vejo tudo o que vem para a CPI, e o Dr. Frederico disse que mandaria as notas cinco ou seis horas depois.

O Sr. Ministro também fez um telefonema ao Dr. Frederico a insistir na remessa das notas e o Dr. Frederico disse que não as remeteria tão depressa, mas só no final do dia 25 de abril. E, de facto, remeteu-as no final do dia 25 de abril. Mais de 28 horas depois de terem sido solicitadas as notas, remeteu-as.

Essas notas foram remetidas pelo Dr. Frederico e incorporadas na resposta para a comissão parlamentar de inquérito. Naturalmente que, no ofício que remeti a esta comissão parlamentar de inquérito, evidenciei que as notas não tinham sido objeto de confirmação por nenhum dos presentes na reunião. Porquê? Porque, para mim, era necessário alertar que, sendo eu jurista, sei como se provam as reuniões; provam-se por atas, que são documentos onde se escreve aquilo que sucedeu na reunião e que são assinados por todos os presentes, que confirmam, precisamente, que o que aconteceu na reunião é o que está descrito no documento.

É assim que se provam os conteúdos das reuniões. Ora, sendo notas pessoais, do ponto de vista probatório, se quisermos, têm valor muito reduzido.

As circunstâncias em que estas notas aparecem implicariam, naturalmente, que eu deixasse o alerta de que essas notas não foram conferidas nem confirmadas por nenhum dos presentes, para que, se esta comissão parlamentar de inquérito quisesse apurar, realmente, da veracidade desse conteúdo, pudesse promover, naturalmente, esses procedimentos.

Relativamente a estas notas, queria ainda referir o seguinte: quando tomei conhecimento de que, afinal, havia notas, solicitei à Eng.^a Cátia Rosas que as pedisse ao Dr. Frederico e que lhe pedisse também o ficheiro informático em que as mesmas foram feitas. Porquê? Porque o ficheiro informático permitiria, pelo menos, confirmar que tinham sido feitas no dia 17 de janeiro.

O Dr. Frederico Pinheiro não entregou o ficheiro informático e entregou um papel com as notas que diz ter tirado. Esse papel, que demorou 28 horas a ser entregue, tinha sempre sido negado — e, atenção, isto não é uma perceção minha, é uma situação comprovada por todas as pessoas que estiveram na mesma sala que eu e o Dr. Frederico Pinheiro.

Portanto, as notas foram remetidas a esta comissão parlamentar de

inquérito após um pedido de prorrogação de prazo, não havendo qualquer intenção — nunca houve! — de esconder a existência de notas que, até ao dia 24 de abril, nem eu própria sabia que existiam, nem o Sr. Ministro.

Já agora, gostaria de referir também que, na sequência da minha mensagem para o Dr. Frederico Pinheiro a dizer para enviar as notas, o Dr. Frederico Pinheiro mandou uma mensagem em contrassenso e em contraciclo, porque eu peço-lhe as notas e o Dr. Frederico Pinheiro envia uma mensagem a dizer que sempre disse que tinha notas, que tinha lido as notas e que havia uma decisão nossa, minha, ou do Sr. Ministro, ou dos dois, de não entregar as notas à CPI.

Tenho aqui essa mensagem e quero, apenas, deixá-la. Essa mensagem é posterior à mensagem em que eu lhe peço as notas; se fosse anterior, talvez fizesse sentido, mas, sendo posterior, é até irracional, porque eu peço as notas e o Dr. Frederico responde: «Eu acho que devo enviar as notas, porque eu acho que as notas devem ser enviadas à CPI, porque eu sempre disse que as notas deviam ser enviadas à CPI, porque vocês decidiram não enviar, mas essa decisão deve ser revista.» Esta mensagem foi emitida na sequência de uma mensagem em que eu pedi as notas e na sequência de uma mensagem que ele também já tinha recebido do Sr. Ministro das Infraestruturas a dizer para enviar as notas.

Sr. Deputado, se calhar, fui muito longa na resposta, mas, assim, talvez permita fazer a sequência das notas. A sequência das notas, Sr. Deputado, basicamente é isto. São notas que nunca pretendemos esconder à comissão parlamentar de inquérito.

Assumo que a decisão de prorrogação não foi tomada por mim, porque não estava contactável, mas a minha decisão não seria outra. O ministério solicitou a prorrogação para garantir a entrega das notas, a entrega das notas foi efetuada na noite dos acontecimentos publicamente conhecidos naquele ministério e, depois desses acontecimentos — aliás, foi a razão pela qual eu

me desloquei ao ministério, foi precisamente para assinar o ofício para a comissão parlamentar de inquérito —, depois de tudo isso, o ofício foi assinado e enviado e as notas aqui estão.

Agora, caberá, certamente, à Comissão poder aferir junto de outros presentes da veracidade do seu conteúdo.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Sr. Presidente, primeiro, gostaria de requerer — e depois enviarei o pedido por escrito — estes documentos não oficiais das assessorias de imprensa, pois penso que deveríamos pedi-los.

Segundo, queria pedir se era possível baixar o ar condicionado, que isto assim está insuportável.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado está a pedir para subir...

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Não, é o contrário. Isto está aqui uma dinâmica muito estranha... Aqui está muito calor...!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, para eu perceber: pretende que se aumente ou que se diminua?

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Que se diminua a temperatura, Sr. Presidente; o ar condicionado que se aumente...

O Sr. **Presidente**: — Estamos a tratar disso, Sr. Deputado.

Vamos, então, passar à segunda ronda, dando a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Dr.^a Eugénia Cabaço...

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu uso sempre Eugénia Correia.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem.

Queria começar por cumprimentar a Dr.^a Eugénia Correia e retomar uma afirmação que fez, que, julgo, também é relevante, ainda mais relevante, tendo em conta o histórico do ministério e estas discussões sobre a TAP.

Todavia, antes disso, não posso deixar de partilhar aqui um problema que tenho e que, acho, é a primeira vez que me acontece nesta Comissão de Inquérito: é que eu quero falar sobre a TAP e não consigo!

Bom, eu tenho feito questão de em todas as audições da Comissão de Inquérito sobre a TAP colocar questões sobre a TAP e acho que hoje não vou conseguir. E isto é mau! É mau para a TAP, é mau para a Assembleia da República, é mau para o País, e já nem falo para quem nos ouve lá fora, já estou só a pensar, mesmo, em quem está a fazer esta discussão... Eu estava a ouvir e estava a pensar: ao ponto a que isto chega...! Em que a comissão parlamentar de inquérito sobre a gestão da TAP e sobre a tutela da TAP está a discutir telefonemas ao SIS e computadores portáteis...!

Bom, eu acho que não podemos deixar de tratar dos assuntos que aqui nos trazem esta noite. Tenho muita pena de não poder fazer perguntas sobre a TAP, mas também tenho de admitir que não haveria grandes condições para isso e, portanto, vamos aos *WhatsApp*.

A doutora, há pouco, disse que os assuntos do gabinete do ministério não podem ser tratados por *WhatsApp*, independentemente de haver trocas de mensagens por *WhatsApp*, como toda a gente faz, isso é uma coisa normal, mas que os assuntos que têm de ser trabalhados, os assuntos do gabinete, têm de passar por um *e-mail*, porque não é com um telefonema ou com uma mensagem do *WhatsApp* que se vão resolver. É isto, não é? Foi isto que afirmou?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado.

Mas, sem prejuízo de, naturalmente, os membros do gabinete comunicarem entre si e até com terceiros, naturalmente, por *WhatsApp*. Mas se há um pedido de reunião, esse pedido de reunião deve estar por escrito no gabinete.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ó doutora, então, se isso vale para um pedido de reunião, porque é que não vale para uma exoneração de um membro do gabinete?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a exoneração de um membro do gabinete foi feita nos termos da lei.

Vozes do PSD: — Hummm...!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Foi feita nos termos da lei e nos termos da lei dos gabinetes, que não é uma lei igual, não tem um regime igual a uma nomeação para um qualquer outro cargo.

A lei dos gabinetes tem uma norma, expressamente explícita, de que o início de funções nos gabinetes não depende da prévia publicação, e as nomeações e as exonerações seguem os mesmos procedimentos.

Como tive oportunidade de explicar há pouco, o Dr. Frederico Pinheiro iniciou funções no gabinete no dia 4 de janeiro e o seu despacho de nomeação não é dessa data. E não pode, nos termos da própria lei que expressamente salvaguarda isso, ser, sequer, questionado o exercício das funções antes da publicação do despacho, desde que o despacho contenha essas datas na sua abrangência, e o mesmo se aplica às exonerações, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ó doutora, onde é que está escrito que o mesmo se aplica às exonerações?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Pois, Sr. Deputado, aí já é preciso ser jurista, não é? É que a lei...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ou seja, o artigo 11.º do decreto-lei que refere diz que os membros dos gabinetes se consideram, para todos os efeitos, em exercício de funções a partir da data indicada no despacho de designação, independentemente da publicação na II Série do *Diário da República*.

Ora, eu, que não sou jurista, não consigo ver aqui escrito «exoneração», mas é preciso um jurista ver. E, portanto, um jurista ao ler que isto se aplica à nomeação, entende que isto passa a aplicar-se também à exoneração.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, os procedimentos de nomeação e de exoneração seguem as mesmas regras.

Não vou discutir consigo juridicamente, não me parece que seja esta a sede, posso, apenas, transmitir-lhe que o Dr. Frederico Pinheiro estava exonerado às 8 horas e 45 minutos daquele dia, situação que o Dr. Frederico Pinheiro bem sabe porque enviou um *e-mail* às 23 horas e 3 minutos, onde reconhece que tinha sido dispensado de funções, e porque, no dia seguinte, apresentou-se no seu local de origem para trabalhar.

Portanto, Sr. Deputado, compreendo que possa ter dúvidas jurídicas sobre essas questões, não serei eu a tirar-lhas, certamente, mas o Dr. Frederico Pinheiro estava exonerado no dia 26 de abril.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sabe, por acaso, de cor, o artigo 16.º dessa lei?

A Sr.ª Dr.ª **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O artigo 16.º diz que os membros dos gabinetes cessam funções por despacho do respetivo membro do Governo com a exoneração do membro do Governo respetivo — portanto, se o Sr. Ministro fosse exonerado ia também o membro do gabinete —, ou com o decurso do prazo fixado no despacho de designação, quando esta tenha sido efetuada por tempo indeterminado.

O despacho de nomeação não tinha prazo, o Sr. Ministro não foi exonerado, onde é que está o despacho nesse dia?

A Sr.ª Dr.ª **Eugénia Correia**: — O despacho não tem de ser elaborado nesse dia, tem de reportar efeitos ao dia da exoneração.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Vou passar para outro tema, porque o tempo é curto, e isto leva-nos muito longe.

Eu queria perguntar-lhe o seguinte: além do plano de reestruturação da TAP, que já sabemos que estava no computador portátil que estava adstrito ao Dr. Frederico Pinheiro, que outros documentos é que a Sr.ª Doutora sabia que estavam nesse computador portátil?

A Sr.ª Dr.ª **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, todos os documentos que foram remetidos a esta comissão parlamentar de inquérito, classificados como confidenciais, foram extraídos de documentos constantes do computador do Dr. Frederico Pinheiro.

Porque é que foram extraídos do computador do Dr. Frederico

Pinheiro? Porque não constam do arquivo do Ministério das Infraestruturas.

Portanto, quando os Srs. Deputados, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito, pediram um conjunto de documentação, que não consta do arquivo do Ministério das Infraestruturas, o Dr. Frederico Pinheiro, que estava encarregado de trabalhar os assuntos da comissão Parlamentar de Inquérito à TAP e era o adjunto do gabinete que acompanhava esses assuntos, extraiu do seu computador os documentos que correspondiam às solicitações dos Srs. Deputados, documentos esses que, tendo dados financeiros e económicos relevantes da TAP que não podem ser conhecidos pelos seus concorrentes, pelos futuros interessados na privatização, foram objeto de classificação.

E, Sr. Deputado, permita-me, agora, aproveitar esta oportunidade que a sua pergunta me suscita, para esclarecer o seguinte: a classificação desses documentos não visou escondê-los dos Srs. Deputados e da comissão parlamentar de inquérito. Foi feita precisamente para os poder entregar. Entregar como? Com segurança.

Sr. Deputado, o Dr. Frederico Pinheiro, relativamente a esses documentos, o que dizia era que não podem ser enviados porque contêm dados financeiros e muito sensíveis sujeitos a segredo comercial. Ora, bem mal se compreenderia que nós não pudéssemos remeter aos Srs. Deputados de uma comissão parlamentar de inquérito os documentos financeiros mais relevantes da TAP.

Se compreende isso, Sr. Deputado, também certamente compreenderá que eu tinha obrigação de proteger a empresa de acessos de terceiros, que não os Srs. Deputados, a esse tipo de documentação, porque será certamente uma documentação que interessa a muitas outras empresas ou entidades que não podem ter acesso a eles. Não porque os documentos sejam secretos ou para esconder ao País, mas porque prejudicam uma empresa estratégica para o País se forem revelados, pelo menos neste momento, enquanto o plano de

reestruturação está em curso ou enquanto a privatização da TAP está a iniciar o seu caminho.

Portanto, a única maneira de conseguir conciliar o direito dos Srs. Deputados a aceder à informação completa para poderem exercer as suas funções, sem com isso prejudicar também o interesse da TAP — que, refiro, é o do País e também, certamente, dos Srs. Deputados —, é promover a classificação.

Tive a oportunidade de ouvir muitos comentários sobre a classificação, como se a classificação visasse impedir os Srs. Deputados de aceder aos documentos. Não, a classificação foi feita para garantir o acesso dos Srs. Deputados aos documentos e garantir com alguma segurança, de modo a conter qualquer possibilidade de extravio dessa informação para os meios de comunicação social ou para outras empresas interessadas.

Portanto, Sr. Deputado, sim, foi feita a classificação dos documentos, não por iniciativa do Dr. Frederico Pinheiro, mas por minha iniciativa, embora o Dr. Frederico Pinheiro me tivesse identificado, porque eu não tenho acesso ao computador do Dr. Frederico Pinheiro. Não tenho acesso ao computador das pessoas que trabalham no gabinete. Cada um tem o seu computador profissional, que lhe está atribuído, com uma *password*. Portanto, não tendo eu os documentos no arquivo do Ministério, tive de solicitar ao Dr. Frederico Pinheiro que procurasse no seu computador os documentos que podiam corresponder àquilo que os Srs. Deputados tinham pedido. Tendo ele identificado os documentos que tinham dados económicos relevantes, decidi promover o procedimento de classificação. Naturalmente que o despacho de classificação foi do Sr. Ministro, mas os contactos com o Gabinete Nacional de Segurança foram meus.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — De que data foi esse despacho de classificação, só para eu recordar?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Olhe, Sr. Deputado, não sei de cor, mas dir-lhe-ei o seguinte: o último dia do prazo para envio desses documentos foi o dia em que esses documentos foram classificados para os poder remeter. Não obstante já ter havido uma prorrogação de prazo, estando o Dr. Frederico encarregado da recolha de toda essa documentação, a verdade é que, a dois dias do fim do prazo, os documentos lá estavam. A argumentação era de que não podiam ser remetidos por conter o segredo comercial e, portanto, nas vésperas do fim do prazo, contactei o Gabinete Nacional de Segurança. No último dia desse prazo, o Gabinete Nacional de Segurança deslocou-se às instalações do MI (Ministério das Infraestruturas) e foi promovida a classificação. Foi esse o dia do despacho do Sr. Ministro. Não sei de cor, mas corresponde ao dia do envio da documentação, porque o Gabinete Nacional de Segurança saiu das instalações do MI com os documentos para eles próprios trazerem à Assembleia da República. Portanto, o dia em que os Srs. Deputados receberam os documentos foi o dia em que a classificação foi feita.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sendo assim, a Sr.^a Doutora ficou a saber da existência desses documentos e do facto de os seus ficheiros estarem no computador portátil do Dr. Frederico Pinheiro, por causa da Comissão de Inquérito e do requerimento que foi enviado e da resposta que o Dr. Frederico Pinheiro deu, é isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu já tinha ouvido falar, naturalmente, do plano de recuperação da TAP. Não fiquei a saber da existência do plano nesse dia. Foi nessa altura que fiquei a saber que ele não constava do arquivo do gabinete. Nessa altura fiquei a saber disso e que constava do computador do Dr. Frederico. Já lhe transmiti o processo, como

se processou. O Dr. Frederico identificou os documentos que podiam corresponder aos pedidos dos Srs. Deputados. Todos aqueles que tinham informação comercialmente mais sensível foram por ele identificados. Foram extraídas cópias do seu computador e foram objeto de classificação para as podermos entregar.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Podia acontecer o Dr. Frederico Pinheiro ter aquelas coisas todas copiadas em discos externos em casa. Passou-vos essa ideia? Ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado, podia acontecer. O que verifiquei, nessa altura, foi que não constavam dos arquivos do Ministério das Infraestruturas. Constavam do computador e, sim, podiam estar guardados noutros dispositivos eletrónicos. Podiam ter sido transmitidos a quem quer que fosse.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Ora, a questão é: como é que o gabinete do Ministro das Infraestruturas tem documentos com essa importância toda em lado nenhum do arquivo do ministério, mas apenas num portátil? Se o portátil se partisse? Se caísse da bicicleta? Os dados referentes a empresas estratégicas têm condições no ministério, do ponto de vista da segurança da informação, para serem armazenados para garantir essa confidencialidade? Ou não têm?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a sua pergunta é muito pertinente, mas tem de a fazer a quem geriu o gabinete do MI antes de mim. Eu cheguei no dia 4 de janeiro e esses documentos são todos anteriores a essa data.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eh, lá!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Neste momento, e desde que eu cheguei ao gabinete no dia 4 de janeiro, todos os documentos do gabinete estão no arquivo. Têm o ofício de saída, têm as entradas registadas e constam do arquivo como, julgo eu, deve ser.

O que aconteceu antes do dia 4 de janeiro, não sou eu que sei o que aconteceu. Do arquivo do meu gabinete, sou eu responsável; do arquivo de gabinetes que não são meus, não sou. Mas sim, tem razão, não estando no arquivo do gabinete, será certamente muito mais difícil o controlo dessa informação e colocou-me na dependência de um computador ao qual eu não tenho acesso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Qual é a diferença do tratamento dado, em termos arquivísticos, a um ofício, vamos ver, de um presidente de junta a queixar-se da falta de comboios ou do plano estratégico da TAP, no que diz respeito ao ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não tem diferença. As coisas dão entrada e não têm diferença enquanto não forem classificadas, Sr. Deputado. Não têm. As coisas dão entrada, ficam registadas no sistema SmartDOCS do gabinete e, se não tiverem de ter nenhuma saída, ficam ali. Não estão é no computador das pessoas. Podem estar, se as pessoas do gabinete tiverem necessidade de trabalhar esses documentos, mas também constam do sistema informático SmartDOCS de gestão documental do gabinete.

No plano de reestruturação da TAP, embora tendo a indicação de que é um documento sensível, que consta lá, essa identificação não é uma classificação de segurança. A partir do momento em que ele é classificado,

aí sim, será um documento classificado. Nem ficou sequer no gabinete, está no Gabinete Nacional de Segurança.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Doutora, há aqui um problema que eu queria só esclarecer. Nós temos aqui, com data de entrada em março deste ano, o documento classificado como confidencial e enviado pelo Ministério das Infraestruturas. Precisamente o documento que a senhora diz que não estava no arquivo. Como é que explica que esse documento tenha sido enviado se os senhores não o tinham?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não estou a reconhecer esse *e-mail* que tem aí e não sei a que documento se refere.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É o ofício DAC 15-2023-18, de 16 de março, enviado pelo Ministério das Infraestruturas, e que veio através do Gabinete Nacional de Segurança.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Então, se veio através do Gabinete Nacional de Segurança é o documento que foi classificado, mas foi entregue pelo Gabinete Nacional de Segurança.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Em março e não em fim de abril?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Em março, sim, Sr. Deputado. Já agora, permita-me esclarecer. Os documentos que foram classificados, foram classificados num dos primeiros pedidos que foram feitos por esta comissão parlamentar de inquérito. Não sei a data de cor, mas sim, em março. Sim, em março.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Fui só eu que fiquei com a ideia de que tinha sido no final de abril?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não, nós também!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É que me pareceu que transmitiu a mesma ideia, de que era no final de abril, no último dia do prazo, que era o dia 26.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, não, Sr. Deputado. No último dia do prazo, final de abril, falamos de notas. Sobre documentos classificados, só foi remetido a esta comissão parlamentar de inquérito um conjunto de documentos e uma única vez. Uma única vez. Foram trazidos aqui pelo Gabinete Nacional de Segurança. Sim, são do mês de março. São do mês de março.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem. Então, desde esse dia até ao dia dos fatídicos acontecimentos do ministério, 26 de abril à noite, o processamento da informação dos documentos sensíveis e altamente importantes continuou guardado no portátil atribuído ao Dr. Frederico Pinheiro. Foi isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não houve processamento. Não houve processamento. As indicações recebidas pelo Gabinete Nacional de Segurança no dia da classificação, em março — no último dia do prazo, em que remetemos esses documentos, portanto o dia em que eles foram classificados —, foram que esses documentos não podiam mais ser manuseados, fotocopiados, utilizados. Portanto, eu não os tinha no arquivo do gabinete.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Doutora, se não tivesse havido uma comissão de inquérito e se não tivessem pedido as notas do Dr. Frederico Pinheiro, ele, muito provavelmente, ainda seria adjunto do ministro, estaria a esta hora com o portátil nas mãos, com aqueles documentos todos, e não se passava nada. E a estruturação, a organização da informação, a segurança da informação no ministério não teria tido alterações, como não teve. Confirma que não teve alterações, se havia aquela crise toda com o portátil?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a diferença na questão que coloca é que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro, após a sua exoneração, não pertence ao gabinete do Sr. MI (Ministro das Infraestruturas) e, portanto, não deve ter acesso a esse tipo de documentação. Os documentos que foram classificados foram extraídos. Foi uma impressão que o Dr. Frederico Pinheiro fez do seu computador. E, Sr. Deputado, eu não tenho acesso aos computadores profissionais das pessoas que colaboram no gabinete. Não recebi indicações do Gabinete Nacional de Segurança para impor a destruição desses documentos, que, aliás, não podia impor. Não podia impor porque não tenho acesso a esses computadores. As indicações que recebi foi que não podiam ser manuseados. Portanto, se eles estavam lá antes do procedimento da classificação, lá continuaram depois do procedimento de classificação.

O problema, Sr. Deputado, é que o Dr. Frederico Pinheiro pertencia ao gabinete do Sr. Ministro, tinha o seu computador de trabalho com os documentos associados e tinha dever de sigilo profissional. A partir do momento em que o Dr. Frederico sai do gabinete e passa a ser um ex-adjunto, não pode continuar a ter acesso a esses documentos, é só isso.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — A senhora acaba de dizer que a diferença é que o Dr. Frederico Pinheiro estava exonerado e, como tal, não podia ter

acesso ao computador e há pouco admitia que ele até podia ter cópias daquilo tudo em discos externos em casa. Tenho de lhe dizer, parece mesmo, que o problema aqui era apagar as notas, era chegar às notas e não era aos documentos que ele até podia ter em casa, copiados, etc.

Eu tenho o meu tempo mesmo a terminar e queria só abordar um último tema, que tem a ver com a afirmação que fez também há pouco, a dizer que, estou a citá-la, «no cumprimento das minhas funções e seguindo as orientações que me foram dadas, pedi uma chamada para o SIRP, na noite do dia 26 de abril», e acrescentou, «não foi nesse momento que me deram orientações, não foi ninguém que nesse momento desse essa orientação, foi antes disso que me tinha sido já transmitida essa orientação». E perguntando-lhe por quem, respondeu «pelo SIRP».

Ora, eu não lhe vou perguntar sobre as circunstâncias nem sobre as pessoas que lhe deram essas orientações, vou lhe perguntar apenas se até hoje foi ouvida ou contactada pelo Conselho de Fiscalização do SIRP.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, nunca fui contactada pelo Conselho de Fiscalização do SIRP.

Relativamente ao seu comentário anterior, permita-me que lhe esclareça o seguinte: eu não tenho, nem tem ninguém no gabinete, capacidade ou possibilidade de qualquer controlo que seja feito por controlo de cópias de discos externos, como referiu. Não é possível, Sr. Deputado, fazer isso, porque as pessoas necessitam de trabalhar nos documentos para que o trabalho apareça feito. Se copiam documentos para um disco externo, para uma *pen*, ou se os fotocopiam, isso é uma situação que não há maneira de impedir, nem aqui, nem em lado nenhum. Percebe isso, não?

O pecado capital, Sr. Deputado, mais complicado e também alertado pelo Gabinete Nacional de Segurança, é que os documentos que foram classificados são fotocópias retiradas de documentos pré-existent num

computador de uma pessoa. Se fossem do arquivo do gabinete, eles não eram fotocopiados, eram classificados e levados. Percebe?

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado Bruno Dias, Sr.^a Dr.^a Eugénia, muito obrigado.

Vamos dar a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Queria cumprimentar a Dr.^a Eugénia Correia, que é jurista de formação e tem essa preparação de base, e eu queria perguntar-lhe qual é a cobertura jurídica que encontra para tentar impedir que o Dr. Frederico Pinheiro saísse do Ministério das Infraestruturas no dia 26 à noite.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu não tenho de encontrar a cobertura jurídica, basta-me transmitir-lhe que o Dr. Frederico Pinheiro estava, a meus olhos, perante várias pessoas, a levar um instrumento de trabalho que não é dele, que já estava exonerado.

Se quiser colocar a questão de outra maneira, Sr. Deputado, vamos colocar a hipótese académica de que o Dr. Frederico Pinheiro não estava exonerado. Quem é o chefe de gabinete? Ele ou eu? Quem é que lhe disse que ele não podia levar o computador? Eu, chefe de gabinete. Portanto, pode dar a volta que quiser, Sr. Deputado, mas o Dr. Frederico Pinheiro não poderia levar um computador quando o chefe de gabinete lhe diz que não pode levar. Não sendo já eu chefe de gabinete dele, como não era, porque o Dr. Frederico Pinheiro estava exonerado à data, também não o podia levar. É como quiser qualificar juridicamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Doutora, agradeço a sua explicação, mas não foi isso que lhe perguntei. O que eu lhe perguntei, e sendo a Sr.^a Doutora jurista percebe bem a dimensão da pergunta, é qual é a validade jurídica que justifica ter impedido pela força alguém de sair do gabinete.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não foi impedido pela força, ponto número um. Foi dada a indicação — e já lhe transmiti que não foi por mim, mas que poderia ter sido; não foi, mas poderia ter sido — para que a porta do ministério fosse fechada, para evitar a consumação de um furto, de um roubo, como quiser qualificar, de uma apropriação ilícita, como quiser, juridicamente, qualificar. Estava a ser levado do ministério um computador por uma pessoa que não o podia levar. E, portanto, se quiser usar também a expressão «legítima defesa», também a pode usar, porque legítima defesa não é só para agressões.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Doutora, eu insisto na pergunta que estou a fazer, porque me parece que está a percebê-la, mas não está a querer responder-lhe.

A Sr.^a Doutora referiu aqui, logo nas suas primeiras intervenções, que agarrou a mochila de Federico Pinheiro. Este é um ato que implica uma força, porque não nos disse que esteve a fazer mimos à mochila de Federico Pinheiro, tentou impedi-lo de levar a mochila. E, por isso, insisto neste ponto: qual é a validade jurídica para o ato que foi exercido por si e, pelo menos nas suas palavras, por uma colega, para impedir que o Federico Pinheiro saísse do gabinete onde estava?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, segurar, agarrar a mochila do Dr. Federico Pinheiro foi para impedir que ele concretizasse a

ação de levar o computador do ministério. E se a quiser qualificar juridicamente, as autoridades competentes o farão. Levar um computador que ele não podia levar do ministério e impedir que ele concretizasse essa ação.

O fecho das portas do ministério visa o mesmo. Sr. Deputado, quando está um crime em curso — porque um furto é um crime, um roubo é um crime, uma apropriação ilícita é um crime —, o que tem de fazer é impedir o seu cometimento. E foi isso que foi feito, tentando segurar a mochila e mandando fechar a porta do ministério para que o computador não saísse das instalações do ministério, naturalmente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.^a Doutora tem uma vantagem sobre mim, porque eu não sou jurista, mas até eu, que não sou jurista, sei que a justiça pelas próprias mãos não está no nosso direito penal, nem tem uma previsão de validade que lhe permita aduzir esse argumento para poder dizer que pela força poderia ser alguém impedido de sair do gabinete ou do ministério. Por isso, eu insisto nesta pergunta: sendo a Sr.^a Doutora jurista, sendo a chefe de gabinete e, por isso, a responsável máxima, até perante as suas colegas que lá estavam, e que estavam num posto hierárquico inferior, qual é a validade jurídica da ação que em conjunto foi realizada por vocês? Porque eu percebo, se houve um furto ou um roubo, qual é o enquadramento jurídico; não percebo e gostava de perceber qual é o enquadramento jurídico da vossa ação em particular.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, já lhe transmiti qual é o enquadramento jurídico. Foi impedir a concretização de um ato que não está de acordo com a lei. A qualificação desse ato ficará para as entidades competentes, bem como a qualificação dos atos praticados por mim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.^a Doutora referiu que, nesse momento, estava a Sr.^a Doutora, a Dr.^a Paula Lagarto, a Dr.^a Rita Penela e a Eng.^a Cátia Rosas, e que alguém terá ligado para o segurança e pedido para encerrar as portas. Referiu que não sabia quem. Pergunto-lhe qual das quatro pessoas — dado que não tendo sido a Sr.^a Doutora, terá sido uma das outras três — ligou para o segurança para pedir que encerrasse as portas.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, como referi há pouco ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, não sei quem foi porque não fiz essa pergunta. Sei que essa chamada foi feita; foi feita por uma das pessoas do meu gabinete, não foi feita por mim, mas podê-lo-ia ter sido. Não sei quem a fez, não perguntei, honestamente, Sr. Deputado.

Tendo em conta a singularidade dos acontecimentos e o que tem vindo a suceder, não fiz essa pergunta. Sei que foi feita, foi feita por uma pessoa do meu gabinete, poderia ter sido feita por mim, mas não sei identificar, já respondi isso ao seu colega. Não sei qual foi a pessoa, em concreto, que fez essa chamada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Doutora, em abstrato, a acusação que pode estar perante essa decisão é uma acusação de sequestro. Passaram três semanas desde os acontecimentos. Uma acusação de sequestro é uma acusação grave e eu tenho muitas dificuldades em acreditar que a Sr.^a Doutora não teve curiosidade de perceber quem é que no seu gabinete poderia ter tomado uma decisão que pode ser catalogada como sequestro e não ter sequer feito uma pergunta a três pessoas que trabalham diretamente consigo sobre quem fez este telefonema. Por isso, eu pergunto-lhe se sabe mesmo ou se está aqui algum tipo de encobrimento sobre este putativo crime.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, a investigação criminal, se houve, de facto, sequestro, caberá às autoridades e, nessa altura, certamente que todos poderemos ser chamados a prestar informação e aí se saberá.

Não, Sr. Deputado, não perguntei sobre esse assunto. Perguntei, sim, quem tinha feito os telefonemas para a PSP, preocupei-me com outras coisas, não me preocupei com isso porque essa indicação de sequestro, Sr. Deputado, não faz para mim grande sentido. Mas também não estamos aqui para qualificar juridicamente, isso é uma qualificação, é uma apreciação de dados que não é a mim que cabe.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Doutora, sabe que também não é a mim que cabe fazer essa qualificação, mas cabe-nos, a nós, apurar os factos. E, desse ponto de vista, a Sr.^a Doutora disse-nos aqui que sabia que houve cinco chamadas, ou quatro pessoas diferentes a fazer cinco chamadas para a PSP. Melhor: uma ligou para o 112, outra para a PSP do Bairro Alto, duas foram feitas pela mesma pessoa da portaria para a PSP e até o Sr. Ministro das Infraestruturas ligou para a PSP. Estes pormenores sabe-os todos, mas quem pode ter cometido o crime de sequestro ao pedir ao porteiro que fosse também parte desse crime, a Sr.^a Doutora não sabe.

Eu creio que percebe que é inverosímil aquilo que nos está a tentar dizer aqui, que mais parece um encobrimento do que, verdadeiramente, o apuramento da realidade

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, aqui não há nenhum encobrimento, nem eu vejo qualquer indício do crime de sequestro; portanto, naturalmente, não vendo eu qualquer indício de crime de sequestro, nem me cabendo a mim ver isso, não fui tentar apurar quem é que tinha feito a

chamada e, portanto, quem tinha praticado o crime de sequestro. Isso para mim não tem qualquer sentido, Sr. Deputado. Por isso, não perguntei.

Eu não estou a encobrir ninguém. Já lhe disse, Sr. Deputado, que havendo investigações pelas autoridades competentes, naturalmente que isso será apurado com a maior das facilidades. Não perguntei porque, para mim, não há crime de sequestro, nem isso é uma questão que tenha qualquer cabimento num caso destes. Preocupei-me, sim, em saber quem é que tinha ligado para a PSP, na sequência de notícias que foram saindo na comunicação social, de que, afinal, no ministério ninguém tinha chamado a PSP e apenas o Dr. Frederico Pinheiro. Portanto, sim, fui saber.

Quanto ao sequestro, não fui saber porque isso não tem qualquer cabimento, do meu ponto de vista pessoal e, portanto, eu faço as perguntas de acordo com a situação que considero adequada e normal.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas nós aqui temos de fazer as perguntas para avaliar todos os acontecimentos e não ter uma visão parcelar da realidade.

A Sr.^a Doutora disse-nos que a indicação prévia que tinha do SIRP — depreendi eu, peço-lhe que me corrija se eu estiver a citar mal —, sendo genérica sobre a atuação relativamente a documentos classificados, implicava o contacto com o SIRP, que, não tendo diretamente o contacto, o fez através da sua secretária, que não estava no gabinete, que ligou à Secretaria-Geral da PCM e que depois ligou ao SIRP para esse efeito. Confirma isto que eu acabei de dizer?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, vou repetir: eu tenho instruções genéricas que não foram transmitidas naquele dia para aquele caso concreto. São indicações de como proceder em situações que possam ter, aparentemente, algum risco — ainda que não tenham, desde que tenham uma

aparência de algum risco — ou alguma situação fora do comum, ainda que por mais simples ou irrelevante, devo reportar. E foi o que fiz, reporte.

E, portanto, não tendo o secretariado no gabinete, eu pedi à minha secretária que efetuasse uma chamada para o SIRP. A minha secretária, que estava em casa, não tendo esse número de telefone à sua disposição, telefonou à Secretaria-Geral da PCM perguntando se o tinha. Foi-lhe dado o número de telefone e foi assim que foi feita a chamada.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No entanto, o Sr. Ministro disse, publicamente em conferência de imprensa, que, não sabendo como reagir naquela situação, entrou em contacto com vários membros do Governo que, esses sim, lhe indicaram para entrar em contacto com o SIRP e com a Polícia Judiciária.

A Sr.^a Doutora tinha informação sobre como agir, que o Sr. Ministro não tinha?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, cabe aos chefes de gabinete trabalhar este tipo de situações e, sim, não tenho conhecimento de que tipo de indicações sejam dadas aos Srs. Membros do Governo. Mas os chefes de gabinete têm essa indicação de reporte de situações. Não sei se os Srs. Ministros têm. Francamente, não sei.

Portanto, tenho indicação de reporte e posso transmitir-lhe que esse reporte foi feito sem autorização prévia, ou prévio conhecimento, ou prévia comunicação do Sr. Ministro das Infraestruturas. O reporte foi feito nos minutos subsequentes à saída do Dr. Frederico Pinheiro do edifício e foi feito na sequência do telefonema que tive com o Diretor do CEGER (Centro de Gestão da Rede Informática do Governo), que me transmitiu a tal impossibilidade de bloquear completamente o equipamento.

O reporte seria sempre feito. Poderia não ter sido feito naquela altura, poderia ser feito no dia seguinte, se não tivesse obtido indicação do CEGER de que não era possível controlar aquele equipamento. Portanto, perante um risco potencial em curso, o telefonema foi feito. Não foi feito por escrito, foi feito ao telefone.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Posso perguntar-lhe a que horas é que fez esse contacto? Disse-nos que foi pouco depois da saída do Dr. Frederico Pinheiro das instalações. Deve ter sido por volta das 21 horas e 30 minutos.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, tenho aqui a indicação de que o terei pedido ao secretariado às 21 horas e 54 minutos.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Informou o Sr. Ministro desse seu contacto? Em que momento?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, informei posteriormente, quando o Sr. Ministro regressou também ao ministério, e não lhe sei precisar a hora. Como é uma comunicação verbal, não foi feita olhar para o telefone ou para o relógio, portanto não tenho precisa a hora dessa comunicação, que foi feita depois de o Sr. Ministro ter regressado ao ministério.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas não nos consegue dar uma ordem de grandeza, mesmo não sendo com essa precisão, ao minuto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado. Posso-lhe dar esta ordem de grandeza, que é a seguinte: entre o momento em que o Sr. Ministro ingressou no ministério e o momento em que seguimos, informei.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.^a Doutora referiu que chegou de viagem de Singapura e foi do aeroporto diretamente para o ministério.

O Sr. Ministro foi consigo também?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — O Sr. Ministro... melhor dizendo, eu fui com o Sr. Ministro, no carro, do aeroporto até ao ministério e o Sr. Ministro depois seguiu no carro para a sua residência.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, a Sr.^a Doutora saiu no ministério, foi ao gabinete validar que estava lá o computador do Dr. Federico Pinheiro, informou o Sr. Ministro disso e depois, posteriormente a isso, é que fez a exoneração verbal do Dr. Federico Pinheiro.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado. Quando saí do aeroporto, saí no carro com o Sr. Ministro. Quando estava no carro, informei-me previamente se o computador estava no ministério, porque o Sr. Ministro já tinha dito que iria promover a exoneração do Dr. Federico Pinheiro. Portanto, essa exoneração ocorreu e eu continuei no carro até ao ministério. Depois, o Sr. Ministro seguiu para a sua residência.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Então, a Sr.^a Doutora assistiu a esse telefonema da exoneração.

Pergunto-lhe, diretamente, se os termos desse telefonema foram aqueles que foram publicamente divulgados de uma ameaça física do Sr. Ministro ao Dr. Federico Pinheiro.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Olhe, Sr. Deputado, eu ia ao telefone também. Portanto, ouvi o Sr. Ministro a falar tranquilamente com o Dr. Frederico Pinheiro, mas não acompanhei a totalidade da conversa porque ia também ao telefone. E, portanto, sim, estava presente, não a ouvi na totalidade, porque eu própria também ia ao telefone e, sim, sabia que o Sr. Ministro iria promover a exoneração porque ele tinha me dito que o iria fazer de imediato.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Teve alguma ordem do Sr. Ministro para não deixar de sair o computador do ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — No entanto, teve essa preocupação de validar que o computador estava no ministério, antes de dizer ao Sr. Ministro que ele poderia fazer a exoneração.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado, porque era conveniente que o computador estivesse no ministério para que não sucedesse aquilo que veio a suceder, não obstante o computador estar no ministério.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.^a Doutora referiu que seria impossível classificar um documento e manter a sua posse sem validar se ele era aberto, se era impresso, etc. Eu tenho muitas reservas quanto a essas afirmações que, na verdade, materialmente não são factuais.

É a diferença que, se calhar, temos entre os dois. A Sr.^a Doutora é jurista, eu sou matemático e trabalho em informática e, por isso, posso-lhe

garantir que tenho dúvidas de que o CEGER não tenha conhecimento desses níveis de segurança.

Por isso, pergunto-lhe de outra forma. Quais foram as promoções que levou, para garantir que os documentos classificados eram devidamente salvaguardados no seu uso, dentro do ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, os documentos classificados são os que vieram para aqui, para a comissão parlamentar de inquérito, e foram entregues. Esses são os documentos classificados e, portanto, foram classificados e trazidos pelo Gabinete Nacional de Segurança.

O facto de terem sido extraídos de um computador, onde se mantiveram, se quiser, os originais, e o facto de alguns desses documentos classificados existirem também na posse de outras entidades tornou — como foi até transmitido na altura pelo Gabinete Nacional de Segurança — o procedimento de classificação mais complexo ou até mais frágil, pela circunstância de não ser um documento único.

Portanto, não é um documento único. O plano de reestruturação da TAP não existia só no computador do Dr. Frederico Pinheiro. Existe, certamente, na mão de outras entidades que podem ter legitimidade para o ter, legitimidade essa que o Dr. Frederico Pinheiro deixou de ter no dia 26 de abril às 8 horas e 45 minutos.

Refiro-me ao que tinha no seu computador, porque o que estava classificado já estava aqui. Não obstante, o Gabinete Nacional de Segurança transmitiu que, a partir do momento em que tinha havido a classificação daquele tipo de documentos, as cópias que pudessem existir não deveriam ser manuseadas, vistas ou transmitidas — manuseadas, basicamente.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Sr.^a Doutora referiu que o documento classificado é uma impressão do que estava no computador do Dr. Frederico e faz uma dissociação entre o documento impresso e o documento eletrónico. Por isso, pergunto-lhe se o que estava no computador do Dr. Frederico era mesmo o documento classificado.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o que estava no computador do Dr. Frederico é um documento eletrónico que foi impresso e cuja impressão foi classificada. É igual, mas o que estava no computador do Dr. Frederico manteve-se lá. O que foi classificado foram as impressões extraídas daquele computador e trazidas para aqui. Claro que o regime da classificação abrange as cópias.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Permita-me a minha dúvida. Então, essa não era a cópia. Essa era a original.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu não sei qual é a original do plano de reestruturação da TAP.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Seguramente, não é aquele que está no ministério, porque, aparentemente, não está nenhum no ministério, não é?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Se foi extraída do computador do Dr. Frederico uma cópia, não havia no arquivo, foi remetida a cópia pelo Gabinete Nacional de Segurança ao documento classificado, e o documento inicial manteve-se no computador do Dr. Frederico?...

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Ficamos na dúvida sobre o que é que nasceu primeiro, se o ovo, se a galinha, mas na verdade não sei qual é que foi classificado porque a indicação que nos está a dar é que foi o documento impresso, e é impossível ter no computador o impresso.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o que foi classificado é igual ao que está dentro do computador, é impresso.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Faço-lhe a pergunta de outra forma.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Desculpe. Não estou a perceber onde é que quer chegar. Se quiser chegar à ideia de que o documento que foi classificado, que é uma impressão de um documento que consta do computador do Dr. Frederico Pinheiro, o documento que efetivamente foi aqui entregue é o que estava classificado. O outro é igual, deve-se seguir o mesmo regime.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr.^a Doutora, porque é que o Ministério das Infraestruturas decidiu omitir a reunião do dia 16 de janeiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, que eu saiba, não há nenhuma decisão de omissão. Nunca ninguém perguntou pela existência de uma reunião no dia 16 de janeiro.

O que foi sempre perguntado foi pela reunião do dia 17, em que a Presidente da Comissão Executiva da TAP esteve numa reunião com o Grupo Parlamentar do PS.

A reunião havida no ministério é uma reunião normal do ministro com os seus serviços. Mais uma vez, mais uma vez, transmitido pelo Dr.

Frederico que a Sr.^a CEO da TAP pretendia ir a uma reunião ao ministério e marcada na agenda do Sr. Ministro e com a sua concordância.

Tenho aqui uma mensagem do Dr. Frederico, de sexta-feira, dia 13 de janeiro, com o seguinte teor: «Bom dia, Eugénia. Tudo bem? Ontem a CEO da TAP pediu para vir cá, para falar connosco sobre a audição de quarta-feira. Eu falei com o João e ficou combinado pelas 8 horas e 45 minutos de segunda-feira. Posso pedir ao secretariado para marcar a reunião?» E eu respondi: «Olá, sim, claro.»

Portanto, o que é que eu tenho sobre essa reunião? Tenho isto: tenho uma mensagem do Dr. Frederico Pinheiro a dizer que a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP queria ir ao gabinete; que ele tinha transmitido ao Sr. Ministro das Infraestruturas que ela queria ir; que ele tinha dito que estava bem; e se ele próprio, Frederico Pinheiro, podia marcar a reunião com o secretariado para as 8 horas e 45 minutos de segunda-feira. Resposta: «Sim, claro.»

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — É normal o Sr. Ministro ter reuniões preparatórias com quem vem à Assembleia da República, que seja gestor do ministério?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, esta mensagem é do dia 13 de janeiro. O Sr. Ministro tinha acabado de chegar ao ministério no dia 4. Quando lhe é transmitido que a Presidente da Comissão Executiva da TAP pretendia ir ao ministério, não há nenhuma razão para que não fosse.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Mas é expresso que não há uma apresentação de cumprimentos. É expresso, nesse pedido de reunião, que ela é relativa a uma vinda a uma comissão parlamentar, a de economia, segundo aquilo que nos referiu. Por isso, é expressamente para validar o conteúdo, a

informação, a forma de estar; é para conversar sobre uma vinda ao Parlamento.

A minha pergunta não é se é banal haver apresentação de cumprimentos, reuniões de trabalho, etc. A minha pergunta é se é normal, no Ministério das Infraestruturas, gestores públicos que estejam nas empresas tuteladas pelo ministério irem lá antes de virem ao Parlamento, a alguma comissão.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, a mensagem é clara: é a Sr.^a Presidente que quer ir falar, não é o Sr. Ministro que lhe pede para ir lá falar, para combinar. Se vai ter uma audição, mas quer ir falar, não vejo que isso constitua qualquer problema, ou que isso implique, pelo facto de querer ir lá falar, que tivesse de receber indicações, instruções sobre qualquer pergunta ou maneira de estar.

Mas é normal que, querendo ir lá falar, o Sr. Ministro — como ele já publicamente transmitiu — quisesse frisar a situação económica, como dizia, há pouco, o Sr. Deputado, e que se falasse da TAP.

Agora, isso não implica, Sr. Deputado, combinações, instruções. É a informação que tenho.

Não estive nesta reunião. Tenho esta informação, mais uma vez, pelo Dr. Frederico, a dizer que a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva queria ir lá ao ministério. Tenho, depois, várias mensagens do Dr. Frederico, que já não sabia como esta reunião tinha sido marcada e já não sabia quem é que tinha tido a iniciativa. Também estão aqui. Já não sabia nada sobre esta reunião: quem a marcou, quem a pediu, nada. Também está aqui.

Mas, mais uma vez, é o Dr. Frederico que transmite que a Presidente da Comissão Executiva queria ir e, nesse ponto de vista, que já tinha falado com o Sr. Ministro, que o Sr. Ministro não se tinha oposto, que a reunião era

às 8 horas e 45 minutos, se podia marcar. Sim, pode. E é a minha intervenção nesta reunião.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, como há uma notória vontade da Sr.^a Doutora de deixar esta informação, peço, através do Sr. Presidente, que fiquemos com esta informação. Eventualmente, poderemos extrair uma ou outra informação. Não sabemos se é total, se é parcial, mas creio que ela será sempre relevante para os nossos trabalhos.

O Sr. **Presidente**: — Assim será.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado do Partido Socialista Bruno Aragão.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, só uma nota prévia: penso que o sistema de ar-condicionado não está a funcionar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tenho estado a tentar fazer todo o esforço com os serviços.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Fica só essa nota, porque fica um calor imenso na sala.

O Sr. **Presidente**: — Eu tenho estado a fazer este esforço.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Com o cansaço, é muito mais difícil pensar e conseguirmos adquirir...

O Sr. **Presidente**: — Nós vamos, com certeza, continuar a tentar melhorar essas condições.

Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Agradeço, Sr. Presidente.

Sr.^a Dr.^a Eugénia, cumprimento-a. Há quantos anos tem funções em gabinetes ministeriais?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, iniciei em 1996 e terminei em 2000, portanto, quatro anos. Regressei em 2002... Não, não foi assim. Entrei em 1996 e mantive-me em gabinetes até 2002. Voltei em 2005, até 2011. Voltei em 2016 e, depois, voltei a sair em 2017. Depois, voltei a entrar em 2018.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Entrou no Ministério das Infraestruturas em que dia, precisamente?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — No dia 4 de janeiro de 2023.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, o seu contacto com o dossiê da TAP foi só a partir desse momento, ou antes teve algum contacto com o dossiê da TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Foi só a partir do dia 4 de janeiro de 2023.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, sobre o processo de reprivatização em 2015, sobre o processo de recompra em 2017, sobre o auxílio de Estado em 2020, sobre o plano de reestruturação em 2021, não tem nenhuma informação que possa trazer a esta Comissão?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, não tenho. De facto, nessa altura, desempenhava funções completamente distintas e não tinha nenhum contacto com a TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — No Ministério das Infraestruturas, desde o dia 4 de janeiro, quem acompanhava este dossiê era o Dr. Frederico Pinheiro. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado, confirmo. O Dr. Frederico Pinheiro era quem acompanhava, no âmbito do anterior gabinete, este tema, e assim continuou a partir de 4 de janeiro.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É, por isso, nessa qualidade que é o Dr. Frederico Pinheiro a fazer a ponte com a TAP, a pedir a marcação dessa reunião do dia 16, a estar na reunião do dia 17 e, eventualmente, como sabemos, a ter notas pessoais sobre esse dossiê. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, era o Dr. Frederico Pinheiro o ponto de contacto com a TAP.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, a sua intervenção neste processo começa, sobretudo, com o pedido de informação que decorre desta Comissão de Inquérito e, depois, com os acontecimentos dos dias 24, 25 e 26 de abril, que têm sido, sobretudo, o foco das audições de hoje. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o meu contacto com o dossiê da TAP é um contacto muito superficial. Tenho a indicação das reuniões que foram marcadas, naturalmente. Não estive presente nesta reunião do dia 16 e não estive presente na reunião com o Grupo Parlamentar

do PS no dia 17, embora constasse da convocatória. Convém esclarecer que eu consto de todas as convocatórias, para todas as reuniões, mas não estou presente em todas.

Depois, tive um contacto um pouco mais profundo, mas sempre a nível das funções de chefe de gabinete, designadamente no tratamento com esta comissão parlamentar de inquérito, tentando corresponder aos pedidos dos Srs. Deputados o melhor possível e fazendo com que as coisas pudessem chegar a este Parlamento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É público que o Governo fez uma denúncia por existência de indícios de natureza criminal a propósito dos acontecimentos do dia 26 de abril. Tem conhecimento?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado. Na noite do dia 26, foi indicado às autoridades que era para ser exercido o direito de queixa.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, em princípio, decorre, ou decorrerá, no Ministério Público, o inquérito que apurará e, depois, qualificará juridicamente todas as questões que vão sendo suscitadas nestes dias: se foi roubo, se não foi roubo, se houve sequestro, se não foi sequestro.

Decorrerá o princípio desse inquérito, que surge dessa denúncia?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim. As autoridades policiais competentes foram alertadas e estarão, julgo eu, a exercer as suas competências.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, sobre o dossiê da TAP, não pode trazer informação a esta Comissão.

Sobre estas questões, no Ministério Público — aliás, no seguimento dessa denúncia —, decorre já o inquérito.

Permita-me esclarecer três questões concretas, que podem ajudar aos trabalhos desta Comissão, que têm a ver com as supostas notas pessoais, ou com as notas pessoais, do Dr. Frederico Pinheiro e com a questão do computador e do telemóvel, porque podem trazer, ou não, informação a esta Comissão e, no fundo, são aquelas que procuramos esclarecer.

Há uma informação que eu pedia que confirmasse, porque não tenho a certeza de a ter escutado corretamente. No dia 25, quando o Dr. Frederico entregou essas notas, entregou-as em papel? Percebi bem, ou foi um lapso da minha parte?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o Dr. Frederico enviou um *e-mail* à Dr.^a Cátia, onde colocou, então, as notas, mas eu tinha solicitado à Eng.^a Cátia que, tendo em conta que o Dr. Frederico ia entregar as notas, lhe solicitasse o ficheiro *Word* onde as tinha feito. Era uma maneira de, pelo menos, nos certificarmos de que essas notas tinham sido feitas, ou, pelo menos, o documento tinha sido feito no dia da reunião da comissão parlamentar de inquérito. De facto, a esse pedido, o Dr. Frederico Pinheiro não acedeu e, depois, entregou, em vez do ficheiro *Word*, um documento, para além do que já tinha entregado, que é isto.

Neste momento, a depoente mostrou o documento a que se referiu.

É isto, Sr. Deputado. Sem o ficheiro *Word* correspondente, qualquer um pode fazer isto a qualquer momento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Desculpe-me só por insistir, porque esta questão, de facto, é importante, pois a informação que poderá aí constar,

mesmo sendo informação pessoal, tem sido transmitida como uma informação que pode, enfim, condicionar de alguma forma — depois, isso fica à qualificação de cada um — os trabalhos desta Comissão.

Para ver se eu entendo: o Dr. Frederico envia, por *e-mail*, no corpo do *e-mail*, essas notas pessoais, primeiro. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, porque a Dr.^a Cátia já lhe tinha enviado dois *e-mails* com o projeto de resposta que tínhamos, com os elementos que tínhamos, naturalmente, para que ele inserisse lá, então, os seus contributos adicionais. Mas eu tinha solicitado que, se possível — e é verdade que a Eng.^a Cátia solicitou isso, porque o Dr. Frederico Pinheiro confirmou aqui, na comissão parlamentar de inquérito, que não tinha entregado —, lhe solicitasse o ficheiro *Word*, pelo menos para termos a certeza de que aquelas notas tinham, pelo menos, sido começadas a redigir no dia da reunião.

Isso não veio a acontecer e o pedido do ficheiro obteve esta resposta, que é este papel.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — A primeira vez que vê as notas, ou que alguém do ministério vê as notas, é no dia 25. Elas vão no corpo do *e-mail* e, depois, no documento em papel — que, se puder, agradecemos que possa disponibilizar a esta Comissão — que nos mostra aqui presencialmente. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Exatamente.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Em algum momento confirmou se o que está nesse documento em papel é igual ou semelhante? Enfim, eles têm diferenças em relação ao que veio para esta Comissão?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu julgo que é igual ao que veio para esta Comissão, porque foi colocado no documento do *e-mail*, portanto, julgo que é igual. Deixo-o aqui. No entanto, julgo que é igual.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Não sei se consegue confirmar — se não tiver tempo depois faremos essa avaliação — se o documento tem gralhas, abreviaturas, enfim, coisas desse género. Eram notas pessoais e admitimos que isso pudesse acontecer, porque na informação que temos no documento que chegou isso acontece, de facto.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, tem aqui uns «n» que querem dizer não ... *ok*, do acionista... Portanto, deve ter aqui algumas abreviaturas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Portanto, o ministério não tem nenhum ficheiro, de qualquer tipo, em qualquer suporte — *Word* ou outro, PDF (Portable Document Format), bloco de notas, *Excel*, enfim, o que for — do Dr. Frederico, mas apenas a colocação de uma parte do texto no corpo do *e-mail*.

Portanto, em princípio — enfim, não me compete a mim fazer essa qualificação —, tal como tinha nas suas notas, tinha dito que havia ali algum tipo de edição, mas aquilo que resulta é um documento que mantém as mesmas gralhas, as mesmas abreviaturas, enfim, a mesma simplificação normal da escrita quando se está numa determinada reunião. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Exatamente, não temos o ficheiro informático correspondente ao documento. O Dr. Frederico inseriu as notas

que vieram no *e-mail* e este é, supostamente, o documento de onde foram extraídas essas notas.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sabe ou tem alguma informação sobre porque é que houve uma recusa de entregar um ficheiro em *Word*, qualquer que ele seja, enfim, o ficheiro que suporta esse documento que está datilografado? Foi preferível entregá-lo em mão, em vez de enviar por *e-mail* um ficheiro datilografado?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Essa recusa foi aqui confirmada pelo Dr. Frederico. Não foi uma recusa a mim, porque não fui eu que lho pedi; solicitei à Eng.^a Cátia que lho pedisse e não foi explicado o porquê.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Há pouco, leu um conjunto de mensagens onde mostrava a sua admiração — se eu estiver a qualificar mal corrija-me — sobre a existência, ou não, de notas. Não sei, mas penso que eram do dia 6. Pode reler, por favor?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu recebi uma mensagem da Eng.^a Cátia Rosas, que não li porque estava a dormir, que tem hora de 21h12, portanto, no dia de segunda-feira, com o seguinte teor — aliás tenho a chamada dela para mim, não atendida porque eu estava a dormir, e depois... —: «Tive de pedir a prorrogação de prazo, por informação entretanto que chegou, quer do gabinete da Sr.^a Ministra dos Assuntos Parlamentares, quer do Frederico, que era preciso confirmar.»

Às 2 horas e 41 minutos da manhã, hora de Portugal, quando acordei, vejo esta mensagem e respondo o seguinte: «Que informação? Informação do Frederico? Agora? Já reunimos todos sobre este tema há quase um mês, que informação tem o Frederico agora?»

A palavra usada é «informação», que corresponde à mensagem que recebi da Eng.^a Cátia. Não se falava em notas, falava-se em informação.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado.

E confirma que a prorrogação que foi solicitada a esta Comissão foi por causa dessas notas?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, confirmo, e isso extrai-se lendo a mensagem da Eng.^a Cátia.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Essa prorrogação, no fundo, acontece em resultado dessas notas, que, em princípio, resultam — pelo menos, pelo papel — de uma impressão de notas que poderia ser disponibilizada, entregue em qualquer momento. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, desculpe, não percebi bem a pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, vamos parar o tempo para o Sr. Deputado repetir a pergunta.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Estava a dizer que, portanto, a prorrogação que é solicitada — confirma que foi por isso — resulta de um documento que foi entregue em mão, que foi enviado por *e-mail* no dia a seguir, mas, por aquilo que percebemos, a impressão das notas originais, como estivessem, poderia ter sido entregue em qualquer momento, ou no dia anterior. Era imprimir e enviar.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, as notas apenas foram remetidas mais de 28 horas depois de o Dr. Frederico ter comunicado à Eng.^a Cátia Rosas, na presença de outras pessoas, que havia notas.

Essas notas foram, em hora de Portugal, remetidas por volta das 22 horas do dia 25 de abril; e, depois, vieram a ser remetidas a esta comissão parlamentar de inquérito por volta das 22 horas do dia 26 de abril, porque quando cheguei a Portugal, no dia 26, às 20 horas, tive de me deslocar ao gabinete para poder assinar o ofício — porque eu tinha deixado um ofício preparado com base na informação que todos tínhamos, e que não era esta, naturalmente.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Deixo uma última questão sobre isto: portanto, existindo essas notas, não tem nenhuma informação de porque é que não foi disponibilizado nenhum documento digital, nenhum suporte digital, nem tem nenhuma informação de porque é que as notas não foram simplesmente entregues em papel no dia 25 e anexadas ao documento?

É a minha última questão sobre esse ponto.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, não tenho. Como já referi, tive o cuidado de tentar essa diligência para comprovar que, pelo menos, teria sido criado um ficheiro *Word*, com notas, no dia 17 de janeiro.

Tive também o cuidado — e já transmiti isso na resposta a um outro Sr. Deputado — de colocar no ofício em que remeti estas notas a esta comissão parlamentar de inquérito que o conteúdo destas notas não tinha sido nem confirmado nem infirmado, ou seja, ninguém que tivesse estado presente naquela reunião tinha tido oportunidade de confirmar ou infirmar o conteúdo destas notas. E fi-lo porque julgo que isso é relevante, tendo em conta que se os presentes na reunião não confirmarem o conteúdo destas notas... Se confirmarem, no fundo, é quase uma ata *a posteriori* e confirma-

se que este conteúdo reflete o que se passou na reunião; se não confirmarem, pois, então, a situação é diferente.

O que importava era tentar aferir o conteúdo e a fiabilidade deste documento, que a mim, pessoalmente, que assisti, estive e promovi a reunião em que este documento... Não é este! Perguntei se havia notas e sempre foi negada a existência de notas; perguntei o que é que tinha ocorrido na reunião, não se lembrava, o Dr. Frederico; perguntei quem tinha estado presente, também não se lembrava. Portanto, isto tudo não deixa de ser um pouco fora do comum, para não dizer outra coisa, e o mínimo é tentar apurar, de facto, a autenticidade do conteúdo deste documento.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr.^a Doutora. Enfim, não vou qualificar, não é a mim que me compete.

Pelo que percebo, o ministério tem um processo de arquivo, com um *software* que não consigo precisar agora o nome, mas que disse há pouco, e segue esse padrão. Nesse processo de arquivo, além dos documentos, classificados ou não, que vão chegando ao ministério, há outro tipo de notas pessoais que costumem ficar em arquivo? Estão em arquivo ou não é procedimento?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, notas pessoais não ficam no arquivo do gabinete, e há muitos *e-mails* que também não ficam, *e-mails* de mero expediente, digamos assim. Mas se chega uma informação dos serviços que tem de ser analisada no gabinete, que tem de ter um despacho do Sr. Ministro, um projeto de portaria que entra no gabinete e depois vai para publicação em *Diário da República*, essas coisas constam sempre do arquivo. Ou seja, são sempre registadas na aplicação informática que faz a gestão documental.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Agora, relativamente ao computador... enfim, mais uma vez, decorrerá no Ministério Público aquilo que tem de ser apurado e a devida qualificação jurídica. A nós, importa-nos a questão da confidencialidade da documentação, que é aquela que pode colocar, ou não, em causa os trabalhos desta comissão e o próprio processo da TAP.

Disse, numa das respostas anteriores, que havia informação que só estava naquele computador. Confirma?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, confirmo, porque quando esta comissão parlamentar de inquérito iniciou os seus pedidos de documentação, eu disse ao Dr. Frederico Pinheiro que fosse ao arquivo do gabinete promover a busca dos documentos que podiam corresponder aos pedidos em causa e o Dr. Frederico Pinheiro transmitiu-me que alguns dos documentos solicitados relativamente a esses dados financeiros não existiam no arquivo do gabinete, e que existiam no seu computador.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Nesse momento, quando isso foi feito, passaram a existir os documentos desse computador também no arquivo, ou, pelo menos — e já sei que não teve acesso ao computador —, aqueles que foram disponibilizados pelo Dr. Frederico. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, no arquivo do Ministério das Infraestruturas estão todos os ofícios de saída para esta comissão parlamentar de inquérito, acompanhados dos documentos que foram remetidos a esta comissão parlamentar de inquérito.

Note que os documentos que foram objeto de classificação não foram remetidos pelo meu gabinete a esta comissão parlamentar de inquérito, foram remetidos pelo Gabinete Nacional de Segurança.

O maior pedido de documentos foi esse, ocorrido em março, e transmiti ao Dr. Frederico que colocasse no arquivo do ministério todos os documentos — não, naturalmente, os classificados, porque esses não foram entregues por nós, foram entregues por outra entidade, o Gabinete Nacional de Segurança.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Tenho uma última questão sobre a importância da confidencialidade e da reserva destes documentos, questão essa que não temos abordado muito nesta comissão.

O Ministério das Infraestruturas tem um conjunto de infraestruturas críticas e, portanto, há uma preocupação particular com esse processo — aliás, decorre até do quadro legal. É nesse âmbito, ou é também por causa disso, que há um cuidado particular com toda a informação que circula no Ministério e que depois tem o devido arquivamento e todo o processo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o Ministério das Infraestruturas tem, de facto, infraestruturas essenciais e críticas, mas a maior parte da informação relevante, desse ponto de vista, nem está propriamente no gabinete, está nos serviços que a produzem.

O gabinete trata das questões que têm de ser objeto de despacho do Sr. Ministro, elabora portarias e projetos de diploma... Portanto, muita dessa informação muito relevante não vem ao gabinete. Dou-lhe um exemplo: se a IP (Infraestruturas de Portugal, SA) está a fazer uma estrada, o projeto da estrada não vem para o gabinete.

Portanto, muita dessa informação muito relevante está nos serviços. Agora, o gabinete teve, e também tem, acesso... No caso da TAP, teve documentos relevantes, do ponto de vista da informação económica e financeira, muito por força, também, dos processos que conhecemos e a que a TAP esteve sujeita. Portanto, essa informação estava lá.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Uma outra questão: confirma que supostamente desapareceram, ou alegadamente desapareceram mensagens do telemóvel e que a única pessoa que teve contato com esse telemóvel, nesse momento e nesse dia, foi o Dr. Frederico Pinheiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Confirmo e existe prova testemunhal desse facto. Como lhe disse, não acompanhei o procedimento até ao fim, porque procurava, da parte do Dr. Frederico Pinheiro, aquilo que nunca existia, um comprovativo de que tinha sido a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP a solicitar as reuniões em causa, porque recebo a mensagem, que ainda há pouco referi, de que a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva pretende ir ao gabinete, mas o comprovativo disso nunca se conseguia, de facto, encontrar, e só foi procurado quando essas reuniões se tornaram, de algum modo... Que se pretendeu obter informação sobre isso, naturalmente.

E quando o Dr. Frederico Pinheiro disse que não se lembrava se tinha sido por telefonema, por mensagens, pelo *WhatsApp*, mas que as mensagens da Sr.^a Presidente se destruíam ao fim de alguns dias, perguntei ao informático do gabinete se não havia nenhuma aplicação que pudesse fazer a recuperação dessas mensagens. Ele disse-me que sim, que havia um programa informático, e eu disse-lhe: «Vê lá, então, com o Dr. Frederico, se é possível usar esse programa.» O Dr. Frederico estava à sua secretária, com o seu telemóvel na mão, e vi o informático começar a dar-lhe indicações sobre como devia proceder, mas sempre com o Dr. Frederico a mexer no seu telemóvel. Eles estavam a ver essa situação e, entretanto, saí da sala, mas continuaram outras testemunhas na sala, incluindo o próprio informático.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Ou seja, isto inicia-se com um esforço para recuperar a informação, não para apagar, já percebemos o que aconteceu, o Dr. Frederico também confirmou. Estava a dizer que isto decorre, portanto, de um esforço para recuperar a informação, não para a apagar. Já percebemos que foi isso que, entretanto, aconteceu, houve um apagão, e o Dr. Frederico também o confirmou. E a minha questão é: em nenhum momento o telemóvel foi pedido ao Dr. Frederico, foi levado para outra sala qualquer, e depois devolvido? Porque essa impressão foi o que ficou um pouco na audição anterior.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — O facto de ter ficado essa impressão na audição?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, não, não foi. O Dr. Frederico estava sentado à sua secretária com o telemóvel na mão e, de pé, junto a ele, estava o informático a dar-lhe indicação de como instalar o programa que tentaria refazer a recuperação de uma coisa que não sabíamos se existia, de recuperação de mensagens trocadas com a Sr.^a Presidente da Comissão Executiva, para se tentar ter um comprovativo de que efetivamente tinha sido ela a solicitar a reunião.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Duas últimas questões: já explicou o processo de exoneração — também tinha colocado essa questão ao Dr. Frederico, que acabou por não responder —, mas confirma se essa exoneração foi feita ao abrigo do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro? É a lei que estabelece a natureza da composição orgânica e o regime jurídico a que estão sujeitos os gabinetes dos membros do Governo.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Por fim, o Governo aprovou um Código de Conduta, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2022, de 9 de maio. Tem conhecimento desse Código de Conduta?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Como última questão, considera que cumpriu os deveres estabelecidos nesse Código de Conduta?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado. Muito obrigado, Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia.

À semelhança do que fizemos na audição anterior, vamos fazer um intervalo de 10 minutos, para podermos fazer o que entendermos. Daqui a 10 minutos, voltamos e não fazemos o intervalo da 1.^a para a 2.^a ronda. Até já.

Eram 21 horas e 48 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos retomar a reunião da nossa Comissão.

Eram 23 horas e 9 minutos.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado do PSD, Paulo Rios de Oliveira.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dr.^a Eugénia Correia, a primeira questão que lhe coloco é a seguinte: hoje, ao longo de todo o dia e parte da noite, estivemos aqui a assistir a um espetáculo para maiores de oito anos. Ao que assistimos aqui, hoje, foi àquilo a que o nosso povo chama uma pouca-vergonha, houve de tudo, num órgão de soberania, num gabinete ministerial, num gabinete do ministro, houve de tudo: houve pancadaria, empurrão, sequestro, ameaça, gente que se fecha na casa de banho, é chamada a polícia por 30 pessoas. Isto foi uma coisa absolutamente deplorável, para usar a expressão do nosso Primeiro-Ministro.

Na sequência destes factos, todos eles graves, e seja qual for a versão, seja a versão da Sr.^a Doutora, seja a versão do Dr. Frederico Pinheiro, é igual — é tudo uma grande pouca-vergonha. O Sr. Ministro demitiu-se, em consequência disso, retirando as consequências políticas. Antes de mais nada, que comentário lhe merece, se não acha que ele fez bem em ter apresentado a sua demissão.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não estou aqui para fazer comentários, estou aqui para falar de factos e, portanto, não vou comentar.

Poderei, apesar de tudo, dizer que concordo consigo do ponto de vista da situação absolutamente inédita e, como já respondi a outro Sr. Deputado, levo muitos anos a trabalhar em gabinetes e nunca tal tinha sucedido, e apenas reitero o seguinte: tudo isto sucede num quadro de um ex-adjunto — recente ex-adjunto, mas ex-adjunto —, que, contrariando ordens transmitidas de que estava proibido de entrar no ministério, regressa, apropria-se de um

instrumento de trabalho quando já não o podia fazer, e, para fazer isto, agride pessoas. De facto, é lamentável, tem toda a razão, desse ponto de vista.

Quanto ao pedido de demissão do Sr. Ministro, como lhe disse, não comento, e, de facto, a situação é a que se tem visto assistir, e, desse ponto de vista, permito-me, então, ter uma opinião e concordar consigo que é absolutamente lamentável, mas nenhum de nós estará livre de que um ex-colaborador pratique os atos que foram praticados pelo Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Doutora, às vezes, ser jurista é uma maldição e, como perceberá, V. Ex.^a está a montar toda uma série de justificações e de responsabilidades a partir de um facto muito singelo, que é ter havido uma exoneração. Há muito boa gente que entende, veja bem, há muito boa gente que entende que a exoneração, à data em que ela entrou no ministério, não tinha ocorrido, e se assim for — conforme perceberá também, porque é jurista —, o alegado agressor passa a alegado agredido, e quem praticou crimes foi quem o impediu de sair, quem se agarrou à mochila dele, quem mandou fechar a porta, quem acionou outros meios do Estado, e portanto, repare que se amanhã se comprovar que esta exoneração ainda não tinha ocorrido e o comportamento dele foi legal, imaginará o vendaval que irá ocorrer nas suas consequências todas. Há também quem pense, até, deixe-me dizer-lhe, que o comportamento dos órgãos do Estado também foi de molde à prática de crimes, que terão de ser apurados em sede própria.

A Sr.^a Doutora já nos descreveu aqui, um bocadinho, o Dr. Frederico Pinheiro. Podia dar-nos a sua visão do que pensava dele, da sua competência, da sua responsabilidade, do seu sentido de entrega à causa pública? Ele estava lá há muito mais tempo do que a Sr.^a Doutora, até porque ele mereceu

a confiança do ministro, que é o responsável político por ele. Como é que foi trabalhar com este colega?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não vou tecer considerações sobre o carácter e o profissionalismo do Dr. Federico Pinheiro, posso apenas transmitir-lhe que o Dr. Federico Pinheiro revelou não cumprir as minhas orientações, enquanto chefe de gabinete, porque não tinha registos dos pedidos de reunião da Eng.^a Christine, a Presidente da Comissão Executiva da TAP, contrariamente a instruções que já lhe tinha dado.

E depois, posso comentar um facto, que é também um facto, ou melhor, falar num facto, que é o seguinte: o Dr. Federico Pinheiro, quando por mim questionado sobre a reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista no dia 17 de janeiro, transmitiu, perante muitas testemunhas —, e esta é a diferença, Sr. Deputado, é que há factos que podem ser comprovados por muitas pessoas e factos que são desmentidos por muitas pessoas —, confirmou, perante muitas pessoas, que não havia notas. E mais tarde, em cima do prazo, diz que há notas. E depois, Sr. Deputado, não apresenta o ficheiro eletrónico das notas, não há nenhuma confirmação do conteúdo destas notas quanto à sua veracidade, a circunstância do aparecimento das notas já foi aqui falado e, portanto, isto é o que tenho de factos, relativamente ao trabalho que fui desenvolvendo com o Dr. Federico Pinheiro neste curto espaço de tempo.

Posso também transmitir-lhe que o Dr. Federico Pinheiro afirmou, nesta comissão parlamentar de inquérito — que não tive oportunidade de ver na sua totalidade, porque me vinha deslocando para a Assembleia da República para estar aqui às 5 horas, conforme era o meu horário —, que tinha sido ele a ter a iniciativa de classificar documentos. Isso é absolutamente falso, tenho aqui uma mensagem que o comprova, o Dr. Federico Pinheiro identificou os documentos que eu iria promover a classificação, junto do Sr. Ministro e do

Gabinete Nacional de Segurança, não foi o Dr. Federico Pinheiro que considerou que a classificação de documentos era um caminho adequado. O que o Dr. Federico Pinheiro queria era não enviar os documentos, porque continham segredos comerciais.

Posso também transmitir-lhe que o Dr. Federico Pinheiro revelou, do meu ponto de vista — e é um facto —, um comportamento absolutamente inadequado, quando lhe é transmitido que, se tem notas, tendo em conta que era o último dia do prazo e tendo em conta que o apoio administrativo iria deixar o gabinete às 8 horas e isto foi transmitido às seis e meia da tarde, então, que as deixasse, para que pudéssemos promover, com o nosso trabalho e a nossa obrigação, o envio à comissão parlamentar de inquérito de tudo o que houvesse e que tinha sido solicitado. E, portanto, Sr. Deputado, não teço considerações, apresento factos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Houve uma grande preocupação em recuperar o computador e, aparentemente, não houve preocupação nenhuma em recuperar o telemóvel. Sabendo nós que um telemóvel, hoje em dia, é muito mais do que um telemóvel, a informação que estava no computador podia estar no telemóvel. A única diferença entre telemóvel e computador é que no computador havia notas de reuniões e no telemóvel não havia. Porque é que não houve preocupação de recuperar o telemóvel nos mesmos termos?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, em primeiro lugar, um telemóvel não é um computador, porque, pelo menos no meu, não acedo a documentos que estejam no meu computador. Posso aceder ao meu *e-mail*, aos documentos não consigo aceder. Não sei se é uma deficiência do meu telemóvel ou se todos os telemóveis permitem aceder a documentos. Em segundo lugar, Sr. Deputado, a preocupação foi igual, porque dei a indicação

para cortar o telemóvel que estava afeto ao Dr. Frederico e o computador, em simultâneo. A diferença está na resposta que recebi, segundo a qual o telemóvel estava cortado e o computador não era possível, porque não estava ligado à rede informática do Governo.

Quanto a notas, Sr. Deputado, deixe-me aproveitar o momento para esclarecer o seguinte: em nenhum momento houve a vontade, a intenção, de recuperar o computador que o Dr. Frederico Pinheiro tinha roubado, com violência, do ministério para mexer em notas. Porquê? Porque esse computador não voltou ao ministério, Sr. Deputado. Esse computador foi, e bem, entregue às autoridades policiais para o examinarem no âmbito das suas competências e como entenderem. Esse computador, desde que saiu com o Dr. Frederico Pinheiro, nessa noite de 26 de abril, não voltou ao Ministério das Infraestruturas.

A ideia que se está aqui a querer passar, de que o Dr. Frederico foi exonerado porque tinha notas... Não. O Dr. Frederico foi exonerado porque sempre disse que não havia notas e não entregava as notas. É que 28 horas para entregar isto talvez seja demais, Sr. Deputado, e por isso, e porque tentámos corresponder com grande rigor aos pedidos desta comissão parlamentar, tal não foi aceitável.

Portanto, não, o Dr. Frederico Pinheiro não foi exonerado porque tinha notas, o Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado porque manifestou um comportamento absolutamente incompatível com as responsabilidades que lhe estavam inerentes. E, não, Sr. Deputado, o computador não voltou ao ministério. Não sei se tem notas, não faço a mínima ideia, não tentámos destruir notas do computador do Dr. Frederico, tentámos preservar, dentro do possível. E já expliquei também ao Sr. Deputado que não são os únicos documentos, certamente, que existem, aqueles do computador, mas isso também não é relevante.

O que é relevante é que o Dr. Frederico Pinheiro, a partir das 8 horas e 45 minutos do dia 26 de abril, não tinha legitimidade para ter consigo um computador do Estado, que tem documentos relevantes para uma empresa estratégica. E foi essa recuperação, dentro do possível, que se tentou fazer. Foi um risco que se considerou existir, e foi esse risco que se tentou acautelar. O ponto não é se o Dr. Frederico Pinheiro tinha acesso a documentos enquanto trabalhava no gabinete — não! —, o ponto é se o Dr. Frederico Pinheiro poderia continuar com o computador do Estado, com documentos que não lhe pertencem, após a sua exoneração e após a saída do gabinete.

E mais, Sr. Deputado, e mais: o Dr. Frederico Pinheiro identificou que tinha retirado documentação do seu computador depois de ter saído do Ministério das Infraestruturas com ele... pois, lá está, Sr. Deputado, é que nós não sabemos que documentação retirou o Dr. Frederico, se são ou não são documentos pessoais. Então, Sr. Deputado, o que deveria ter sido feito era o Dr. Frederico pedir os documentos pessoais que tinha, que lhe teriam sido entregues, naturalmente, bem como os seus haveres pessoais.

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Não, Sr.^a Doutora, não!

Vocês não são rigorosos com a comissão parlamentar de inquérito, vocês estão a sonegar a esta comissão parlamentar de inquérito mais de 100 documentos. Não, Sr.^a Doutora, não entregaram. Não, Sr.^a Doutora, nós insistimos. A sonegação até é crime, portanto, Sr.^a Doutora, pelo amor de Deus, não nos dê lições do que são documentos e rigor na entrega de documentos.

Uma pergunta, Sr.^a Doutora, além deste comentário, porque já são muitos «nãos» a mais, para que a Sr.^a Doutora me explique o racional disto, porque temos de nos mover por critérios de normalidade.

O Dr. Frederico Pinheiro tinha a confiança do Sr. Ministro, que lhe tinha entregado um tema de grande sensibilidade, a TAP, que ele acompanhava há muitos anos, e, portanto, foi-lhe renovada a confiança com a entrada deste ministro. O Dr. Frederico Pinheiro vai a uma reunião e não tira notas. Perguntam-lhe: «Tiraste notas?» Ele diz que não tirou notas, não tirou notas, e, um dia, estava em casa e pensou: «E se eu agora inventasse que tirei notas?...»

Qual é o interesse que ele tinha em estostrar com a vida dele, profissional e pessoal, que deu nisto tudo? Para que é que ele ia inventar notas? Qual é a motivação dele para inventar notas?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, essa é uma pergunta que tem de fazer ao Dr. Frederico Pinheiro, e reconheço que também a faço a mim própria.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito bem, não imagina.

Ora bem, Sr.^a Doutora, quem é que substituiu o Dr. Frederico Pinheiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Ninguém, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Nós vamos do medo ao pânico...

Sr.^a Doutora, então, o conjunto de documentos mais relevante relativo à TAP, quem o tem neste momento é a comissão parlamentar de inquérito à TAP. É isso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, porque há mais documentos, para além dos classificados, que existem nos arquivos da

própria TAP e de outros ministérios. Se forem necessários, podemos consegui-los.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Ou seja, o acesso a esses documentos pode ser realizado por várias pessoas, com diferentes origens.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Quais documentos, Sr. Deputado? Os classificados?

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Os documentos que dizem respeito à TAP, os mais importantes, que são os classificados.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, os documentos classificados estão nesta Comissão parlamentar de inquérito, mas não sei quantas entidades mais têm cópia deles.

Os documentos para exercer as normais competências deste gabinete, se não estão no arquivo deste gabinete e se forem necessários, estarão no arquivo de outros gabinetes que também têm a tutela acionista da TAP, ou na própria TAP. Não será por falta de documentos, não obstante não existirem no arquivo deste gabinete, que deixaremos de exercer as nossas competências o melhor que sabemos.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Estamos muito mais descansados, Sr.^a Doutora!...

Sr.^a Doutora, há outra coisa de que também queria que me pudesse ajudar a perceber o racional, que é o seguinte: este senhor, agressor, que rouba um computador, foge pela escada abaixo, atira com a bicicleta contra o vidro, volta ao ministério, volta ao gabinete, segunda vez, desta vez

acompanhado pela polícia, para ir buscar os seus bens pessoais. Ele vai lá duas vezes! Isto foi assim?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, deve haver aí algum lapso de entendimento.

O Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado às 8 horas e 45 minutos da noite do dia 26. Cerca de 10 minutos, ou um quarto de hora, depois, entra no gabinete e está à sua secretária a guardar o computador e os bens pessoais. É-lhe dito, por mim, que não leve o computador. O Dr. Frederico Pinheiro agride e foge pelas escadas abaixo. Depois, atira com uma bicicleta — ao que foi transmitido, porque eu não vi as imagens — contra um vidro, que não partiu, destruiu um caixote do lixo, ameaçou o senhor da segurança.

Entretanto chegou a PSP, chamada ou por ele ou pelas cinco chamadas que foram feitas pelo gabinete do Sr. Ministro, e, a partir daí, o Dr. Frederico saiu acompanhado pela PSP — eu não vi, foi transmitido pela segurança e também pelo próprio, aqui — e não voltou. Não voltou, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Durante este tempo todo, a Sr.^a Doutora estava fechada na casa de banho, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Parte do tempo, sim, Sr. Deputado, e, se vir as imagens do átrio, talvez compreenda porquê.

Já tinha sido agredida, outra colega já tinha sido agredida, e só nos fechámos na casa de banho, Sr. Deputado, quando percebemos, pela imensa gritaria e estrondo, que, afinal, o Dr. Frederico Pinheiro ainda estaria dentro do edifício.

Depois, Sr. Deputado, quando saí da casa de banho, não me desloquei ao átrio central para falar com os Srs. Agentes que estavam lá, foram outras colegas. Eu fui para o gabinete tratar daquilo que me compete, e tratar

daquilo que me competia naquela altura era saber se o computador podia ser parado, saber se o telefone podia ser parado e tratar das coisas todas que já referi.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Então desconhece que ele tenha subido novamente, acompanhado, salvo erro, por quatro agentes da PSP, e tenha ido lá acima, ao 4.^a piso, outra vez.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Isso não é regressar ao Ministério das Infraestruturas, tendo em conta que ele não saiu...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eh pá!...

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Então, o que o Sr. Deputado pergunta é se regressou ao 4.^o piso. Não sei, não vi... Os Srs. Agentes dizem que sim. Não vi, estava fechada na casa de banho.

Não é regressar ao ministério, Sr. Deputado, ele nunca saiu do ministério, saiu com os Srs. Agentes da Autoridade e não voltou. Enquanto lá estava dentro regressou ao 4.^o piso, os Srs. Agentes da Autoridade transmitiram isso. Eu não vi, estava na casa de banho. Quando saí, já o Dr. Frederico não estava no ministério e os Srs. Agentes, os que ficaram, estavam no piso 0.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito bem. Sr.^a Doutora, temos de sair daqui e colocar um bocado mais de higiene nisto.

Sr.^a Doutora, eu perguntei ao Sr. Ministro porque é que tinha impedido a TAP de divulgar as contas de 2022. Ele respondeu-me: «Eu não impedi, porque ninguém pediu. Isto foi uma coisa conversada entre nós.» V. Ex.^a confirma isto?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Confirmando, Sr. Deputado.

Há um *e-mail* meu, dirigido à TAP — não lhe consigo identificar de cor o destinatário, talvez tenha sido o CFO... julgo que sim, pronto, também não é relevante,...

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É, é!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — ... o que interessa é que foi para a TAP, não consigo identificar de cor o destinatário, mas julgo que foi o CFO —, transmitindo-lhe que não deveria haver conferência de imprensa, em nossa opinião.

Isso não é uma ordem. Porquê? Porque já tinha sido falado esse assunto e não houve um pedido da TAP no sentido de «quero fazer uma conferência de imprensa, posso?», nem a resposta «não, não pode». Não, o *e-mail* não é «não, não pode», é «em nossa opinião, não deve haver conferência de imprensa».

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Eh pá!...

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — E, Sr. Deputado, desculpe que me refira a isto, mas é obviamente claro o porquê. Se estamos a falar de resultados financeiros da TAP, que por acaso eram bons, uma conferência de imprensa, naquela altura, não teria permitido sequer dar um número sobre esses resultados, porque os assuntos seriam naturalmente outros. A própria TAP entendia que a conferência de imprensa, se calhar, não era o adequado.

A orientação foi transmitida, mas não foi uma ordem, porque não houve um pedido para o fazer, nem uma proibição de o fazer. Havia até o

entendimento de que seria talvez a melhor solução, tendo em conta as circunstâncias àquela data.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Vou deixar completamente quem nos esteja a ouvir e a ver concluir o que pensa do que é uma orientação do gabinete de um ministro para a CEO da TAP. Não há dúvida nenhuma de que é uma orientação, é uma mera opinião, não tem de seguir isso, é uma mera opinião.

Vou ler-lhe o *e-mail*, que diz assim, como opinião: «Os resultados da TAP deverão ser objeto de comunicado e não deve ser efetuada qualquer conferência de imprensa ou dada qualquer entrevista sobre o assunto.» Ora, este *e-mail*, o que é que lhe parece?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, esse *e-mail* foi escrito por mim e pretende transmitir aquilo que já tinha sido falado.

Não há um pedido de autorização da TAP a que esse *e-mail* seja uma resposta. Repito, não há um pedido de autorização da TAP a que este *e-mail* seja uma resposta. Há uma orientação de que não deve haver uma conferência de imprensa, porque, e reitero, não seriam os resultados da TAP o objeto dessa conferência. Isso seria uma negação de uma autorização se ela tivesse sido pedida.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Todos conseguimos perceber isso perfeitamente.

Sr.^a Doutora, na conferência de imprensa dada recentemente, o Sr. Ministro referiu que, na reunião do dia 16 com a CEO da TAP, é ele mesmo quem lhe fala da reunião no dia seguinte com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e lhe sugere — mais uma vez, sugere — ir à reunião do Grupo Parlamentar do PS. Esta sugestão, como é que a interpreta?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu não interpreto porque eu não estive nessa reunião. Mas posso dizer-lhe o seguinte: se quiser conjugar isso com uma mensagem transmitida ao Sr. Ministro, «a Presidente da Comissão Executiva da TAP...», não diz desta maneira, diz «a TAP quer ir. Pode?», então, se conjugar as duas coisas, retirará que não houve uma ordem, porque senão ela não transmite que «quer ir», transmitiria que «vou cumprir», «eu vou», não, a mensagem diz, lá está, o Dr. Frederico não tem a mensagem da CEO, não é? Mas transmite que quer ir, se tivesse recebido uma ordem teria dito «Sr. Ministro, vou cumprir», «eu vou». Mas eu, Sr. Deputado, é só pelos factos que estão em cima da mesa, porque eu não estive nessa reunião.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado. A piada quase que se faz sozinha, se fizermos esta ligação: há uma reunião, o Sr. Ministro sugere que ela vá; ela, no dia seguinte, diz que está disponível para ir; o assessor pergunta se ela pode ir e o Sr. Ministro responde que pode. A isto se chama uma ideia dela, a sugestão foi dela, ela descobriu sozinha que havia uma reunião secreta. Como é que isto pode ter acontecido? Explicame?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Ó Sr. Deputado, estou a procurar a mensagem que contenha essa..., aliás, julgo que é pública. Ah, por acaso até está aqui: «A TAP quer participar na reunião de amanhã com o Grupo Parlamentar do PS. Pode ser?» Esta é a mensagem, «a TAP quer participar [...], pode ser?»

E isto nada tem a ver, julgo eu, com o facto de lhe ter sido dado conhecimento que essa reunião com o grupo parlamentar ia ocorrer. Mas, mais uma vez, Sr. Deputado, eu não estive nessa reunião. Tenho esta

mensagem, para a qual olho, como o Sr. Deputado se calhar também tem, em que há uma manifestação de vontade de ir, não há uma manifestação de vontade de «já que o Sr. Ministro me mandou ir, olha, então vou.» Não, não é isso que está aqui escrito. Mas, de todo modo, não me pergunte sobre o que aconteceu nessa reunião, Sr. Deputado, porque eu não estive lá.

Eu tenho esta mensagem e tenho a mensagem de como essa reunião foi marcada. É o que eu tenho.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Essa mensagem é posterior à reunião do Sr. Ministro com a CEO?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu tenho a mensagem do dia 13 de janeiro, do Dr. Frederico, em que a CEO da TAP pediu para vir cá para falar connosco sobre a audição de quarta-feira. Pronto.

Tenho essa mensagem, que é como essa reunião de dia 13 — portanto, foi uma sexta-feira, 15, 16, 17 — foi marcada. E tenho uma mensagem posterior, do Dr. Frederico Pinheiro para o Dr. João Galamba, a dizer, então, que a CEO quer participar na reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. São as mensagens que tenho, tenho-as aqui e posso deixá-las. Não tive nem numa nem noutra reunião, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Está mais do que explicado.

Sr.^a Doutora, queria voltar atrás a uma questão, que para nós também é importante, que é perceber como é que no ministério foi feito o recurso a outras entidades, no sentido de resgatar, pelo que bem percebemos, o computador.

Ou seja, V. Ex.^a disse: «Eu tinha instruções genéricas sobre como proceder.» Explique-nos melhor o que é que isso quer dizer.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não vou entrar em pormenores, pelas razões que já adiantei anteriormente. Não quero que as minhas palavras possam contribuir para expor matérias que nesta Assembleia da República foram tratadas à porta fechada.

O que lhe posso dizer é que recebi instruções, tendo em conta que trabalho numa área com infraestruturas críticas para o País, para reportar qualquer incidente, ainda que insignificante aos meus olhos, que possa, em minha opinião, conter algum risco.

Reportar, Sr. Deputado. E foi o que fiz, reportar. Não dou ordens. Depois de reportar, não sei como se processam as coisas, o que é que é feito ou deixa de ser feito. Isso também posso transmitir, sem colocar nada em causa ou dizer alguma coisa à porta aberta que não o devesse dizer. Não sei. Reporto. E a partir do momento em que reporto, Sr. Deputado, cessa o meu dever, está cumprido e já não é mais nada comigo.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Doutora, V. Ex.^a fez muito mais do que reportar.

Permita-me o comentário: mas o que é que lhe deu para se meter à frente um homem que tinha um computador que era dele? Faz parte das suas obrigações funcionais, ou outras, entrar em agressões físicas com alguém por causa de um computador, faz parte das obrigações de uma chefe de gabinete? É que ainda agora nos disse «reporto.» Porque é que se foram meter à frente dele? Já nem comento que, se ele quisesse, isto nunca tinha acontecido.

Mas o que é que lhe deu para fazer uma coisa destas? Tinha instruções do Sr. Ministro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, não tinha. Reportar tem a ver com uma parte do meu conteúdo funcional; tentar impedir

o cometimento de um crime é aquilo que qualquer cidadão tem a obrigação de fazer. E foi o que fiz.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — As suas palavras serão avaliadas.

Sr.^a Doutora, face a uma quebra de segurança tão grave, um adulto que estava a roubar um computador, porquê é que V. Ex.^a não chamou uma pessoa a que se chama de «segurança»?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, chamei a PSP porque, para além do roubo do computador, houve agressões, não fui a única pessoa.

Não fiz nenhum telefonema, eu própria, foram feitos... 1, 2, 3, 4, 5... cinco telefonemas para a PSP, e julgo que a situação era mesmo um caso de polícia. Se o Sr. Deputado pretende criticar o meu recurso às autoridades policiais, estará no seu direito, mas não vejo que isso possa ser criticável.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Sr.^a Doutora, o que eu critico é a anormalidade dos comportamentos. Ele inventou notas que não tinha, não se sabe bem para quê, e aqui é igual. Há um caso tão grave que obriga as pessoas a refugiarem-se da casa de banho, têm a segurança na entrada do prédio e começam a ligar para a polícia, uns atrás dos outros. Isto não é normal. Já nem falo de se meter à frente dele, não é nada normal. Portanto, eu não critico, não deixo é de ficar espantado.

Sr.^a Doutora, para terminar, a PSP que chamaram chegou a ir, ou a única PSP que lá foi, foi a que foi acompanhada por ele buscar os seus pertences?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, desconheço. Não sei que entidades ou agentes da PSP nós chamámos, porque quando se liga para

a PSP não temos agentes identificados. Desconheço aqueles que foram à chamada do Dr. Frederico Pinheiro.

Portanto, o que é que eu vi? Dois agentes da PSP. Dois.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado...

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Quando saiu da casa de banho tinha dois agentes da PSP?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos terminar com... Vou-lhe dar uma ligeira tolerância para esta pergunta, mas já terminámos o tempo. Última pergunta, então, se faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Era um esclarecimento à pergunta.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, então pode fazer.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Encontrou os dois agentes quando saiu da casa de banho? Foi no fim?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado. Quem me foi dizer que podia sair da casa de banho, como já transmiti aqui, foi o senhor da segurança.

Os dois agentes da PSP estavam no piso 0 do ministério. Vieram depois para cima, onde nos identificaram, a todas as pessoas que estavam envolvidas nesta situação.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado e Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia.

Vamos, então, para a última intervenção desta ronda. Sr. Deputado do Chega, Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento-o, cumprimento a Dr.^a Eugénia Correia.

Mudando, aqui, um bocadinho de assunto e pegando no tema da TAP, a Sr.^a Doutora concorda com os despedimentos da CEO e do PCA (Presidente do Conselho de Administração) nos moldes em que estes foram feitos?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não me cabe, a mim, concordar ou deixar de concordar. Eu sou chefe de gabinete.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, vai-me desculpar, mas essa resposta não serve, uma vez que a Sr.^a Doutora faz um *e-mail*, no dia 11 de março, em que diz expressamente: «Não concordo com a decisão dos despedimentos por justa causa. A falta de comunicação entre os Ministérios das Finanças e das Infraestruturas revela fragilidade e desorientação do Estado.»

Mas, então, tem de concordar ou não tem de concordar? Ou num *e-mail* diz que não concorda e aqui já diz que não tem de concordar nem discordar? Sr.^a Doutora, vamos ver se nos entendemos.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, vou fazer um esforço para tentar contextualizá-lo e ver, então, se a situação fica clara.

Sr. Deputado, a área governativa das infraestruturas é a tutela setorial da TAP. O procedimento legal de destituição dos órgãos de administração

da TAP é promovido e desencadeado e liderado pelo Ministério das Finanças, que é quem tem a tutela acionista da TAP.

Nos termos da lei, essa tutela acionista é exercida em coordenação com a tutela setorial. No âmbito dessa coordenação com a tutela setorial, acompanhei os trabalhos de preparação do projeto de deliberação unânime, por escrito, em que iria ser comunicado aos dois elementos do Conselho de Administração da TAP, que eram objeto de pretensão de destituição, acompanhei também a pronúncia de ambos e acompanhei também o projeto de deliberação final.

Esse *e-mail* que o Sr. Deputado menciona, insere-se neste contexto de trabalho. É um *e-mail* que, tanto quanto é do meu conhecimento, foi objeto de classificação. Não obstante, é um *e-mail* que veio a aparecer nos meios de comunicação social. Não obstante, é um documento classificado, cujo conteúdo eu não me vou pronunciar, mas há uma coisa que me posso pronunciar, é sobre o que é que lá não está. E o que não está lá, Sr. Deputado, o que não está lá escrito é que o relatório da IGF não seja, ele próprio e só por si, causa mais do que suficiente, com fundamentação mais do que suficiente, para promover o procedimento.

Ou seja, não obstante, no âmbito da elaboração de um procedimento jurídico, no qual colaboraram muitos juristas, haver, como também é comum, estratégias jurídicas diferentes em que nuns juristas, como é o meu caso, são mais objetivas e outros juristas que entendem que as argumentações devem utilizar todos os argumentos possíveis, e às vezes argumentos laterais e argumentos laterais dos argumentos laterais.

Portanto, estamos a falar de estratégias jurídicas de elaboração de um projeto de deliberação unânime, em que os pontos de vista nem sempre foram coincidentes. A abordagem jurídica não é a substância da decisão. Porque no meu entendimento, e por isso lhe digo que posso falar sobre o que não está nesse documento, ou seja, não está nesse documento qualquer ideia

de que o relatório da IGF não seja muito mais blindado do que qualquer parecer jurídico. E digo isto porquê? Porque é um relatório que foi feito por uma equipa de juristas, de uma entidade de auditoria do Estado, com recolha de documentos que foi solicitada a todas as entidades, com pronúncia dos interessados, com testemunhos, com pronúncias escritas e, portanto, isso é muito mais robusto do que qualquer parecer jurídico. Esse relatório contém em si uma fundamentação total do meu ponto de vista, cabal para o procedimento de destituição.

Não está nesse documento qualquer ideia ou menção de que a destituição do Presidente do Conselho de Administração da TAP e da Presidente da Comissão Executiva da TAP, a fundar-se no relatório da IGF, estaria errada. É ao contrário. O relatório é de tal maneira sólido que não é preciso mais nada, do meu ponto de vista.

Portanto, esse *e-mail* insere-se, Sr. Deputado, neste procedimento de articulação do Ministério das Finanças, que tem a tutela acionista e que conduz o procedimento de articulação com o Ministério das Infraestruturas, em que a articulação foi feita comigo, que estive em todas as reuniões que foram promovidas para o desenho escrito. Não é a substância, é o modo como se escreve a declaração unânime por escrito. Aí, os juristas têm estratégias diferentes.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Agradeço a resposta, Sr.^a Doutora.

Em seis minutos, consegui não responder a nada do que lhe perguntei e diz-me que é um relatório sólido quando a Sr.^a Doutora disse que discorda dos despedimentos e alega que os argumentos jurídicos são fracos e facilmente rebatíveis em tribunal. Em que é que ficamos? Sr.^a Doutora, posso dizer-lhe que pode continuar com essas respostas longas sem responder, mas eu não vou sair da minha. Conheço essa estratégia: falar, falar, falar, para ver se a gente adormece. Mas eu não adormeço!

Sr.^a Doutora, explique, por favor, o relatório. Acabou de dizer «relatório sólido», quando diz «argumentos jurídicos fracos e facilmente rebatíveis em tribunal». É um contrassenso seu ou é impressão minha?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, julgo que é impressão sua. Porquê? Já lhe disse que não vou referir o conteúdo desse documento. Mas isso...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já li!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Pois, Sr. Deputado, então é preciso lê-lo todo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já li!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado, leu umas partes. Leu umas partes. Não sei se o pode ler, tendo em conta que é um documento classificado.

Nada nesse documento coloca em causa a solidez do relatório da IGF (Inspeção-Geral de Finanças). Do que nesse documento se discorda é de estratégias que foram delineadas no âmbito da elaboração daquela declaração unânime por escrito, que pretendem utilizar mais argumentos do que o relatório. O que está aí, Sr. Deputado, é que esses argumentos a mais, do meu ponto de vista, laterais, não são os melhores. Não são argumentos sólidos. Sólido, e também estará aí, é o relatório da IGF.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Além disso, a Sr.^a Doutora disse que mostra fragilidade, desorientação do Estado, sem sequer assegurar que estavam a ser cumpridos todos os procedimentos administrativos. Fala ainda

em argumentação excessiva que acaba por não demonstrar a gravidade da situação que limita o Estado na sua ação futura. Portanto, a Sr.^a Doutora continua a bater na tecla da IGF e no relatório da IGF, um relatório que nem sequer ouviu a CEO da TAP, que é das maiores protagonistas aqui, porque o Sr. Diretor-Geral da IGF diz que a senhora falava em inglês e que não a iam chamar para um depoimento sem tradução. Isso é um problema grave, o de não haver tradução. Mas fica registado, Sr.^a Doutora, que fala num relatório sólido quando nós temos tudo, tudo escrito pela Sr.^a Doutora que contraria o que aqui acabou de dizer.

Sr.^a Doutora, fala nos procedimentos em que foi instruída a reportar. Reportar a quem?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, se me permite, ainda antes de responder a essa questão, volto à questão anterior. Volto a repetir. O que é considerado por mim, no âmbito da estratégia da elaboração daquela declaração unânime por escrito, é que o Estado não devia recorrer a argumentos laterais, a outros argumentos, para além do relatório da IGF. Esses outros argumentos, esses sim, do meu ponto de vista, não teriam a solidez necessária para serem invocados. Mas, como lhe disse, é uma opinião jurídica no âmbito de um trabalho conjunto de vários juristas.

Pergunta-me, relativamente ao reporte da situação ocorrida, quem me tinha dado instruções para reportar. É isso que me pergunta?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A quem?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Reportar ao SIRP.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, se lhe dão essas instruções, o Sr. Ministro sabe que a Sr.^a Doutora tem essas instruções, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Deputado, sabe.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Então, por que razão terá o Sr. Ministro ligado à Ministra da Justiça, que o aconselhou a não ligar ao SIRP, mas sim à PJ?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o Sr. Ministro foi informado do cumprimento do meu dever de reporte algures durante aquela noite. Tanto quanto é do meu conhecimento, porque eu não estive presente nesse telefonema, o Sr. Ministro pediu o contacto com a Polícia Judiciária.

Já agora, Sr. Deputado, aproveito então para tentar, se calhar, explicar um pouco. Houve cinco telefonemas para a PSP, um deles também do Sr. Ministro. Houve um telefonema para a Polícia Judiciária, do Sr. Ministro, e há um reporte meu relativamente à circunstância que já transmiti.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Doutora disse, na resposta a um dos Srs. Deputados, que houve um telefonema para a PSP e quatro para o 112, sendo que todos eles foram através de pessoas que estavam consigo no gabinete. Agora, já não foi um para a PSP do Bairro Alto e quatro para o 112, já foram cinco e um deles é do Sr. Ministro. Quer explicar bem esta incongruência ou será do cansaço, Sr.^a Doutora?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, já tinha transmitido aqui. Não sei se o cansaço é meu exclusivamente.

Já tinha transmitido aqui que a Dr.^a Eng.^a Cátia Rosas ligou à polícia do Bairro Alto; a Sr.^a Rita Penela ligou para o 112; o segurança ligou duas vezes para o 112; e o Sr. Ministro ligou à PSP e também ligou à PJ.

Mas o que eu referi foram os contactos à PSP e eu disse isso, Sr. Deputado. Rita Penela, 112; segurança, duas para o 112; Eng.^a Cátia Rosas, PSP do Bairro Alto; e o Sr. Ministro também ligou à PSP. Porque é que eu sei? O Sr. Ministro enviou-me uma mensagem quando eu estava trancada na casa de banho a dizer que já tinha falado com a PSP e que me iriam ligar. Se fosse de um número desconhecido, era para eu atender. E eu respondi-lhe: «Que venham depressa, diz-lhe que estamos na casa de banho.»

Também tem essas mensagens, que têm hora, sensivelmente 21 horas e 17 minutos. Têm hora, naturalmente, e também estarão disponíveis se os Srs. Deputados considerarem adequadas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, voltando um bocadinho atrás, neste *e-mail* em que a Sr.^a Doutora critica, e bem, a atuação do Estado, não dá conhecimento ao grande craque, perdoe-me assim, em matérias de TAP. Só dá conhecimento ao Ministro João Galamba. Porque é que Frederico Pinheiro não é informado desta sua posição, quando o tema era TAP?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, é muito simples. Quem acompanhou essas reuniões todas com o Ministério das Finanças fui eu, não o Dr. Frederico Pinheiro.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, a informação que temos é que todas as reuniões ocorridas no Ministério das Finanças que envolvessem a TAP contavam com a presença do Dr. Frederico Pinheiro. É falso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, essas reuniões de preparação da deliberação social unânime, por escrito, são reuniões de carácter essencialmente jurídico. Não foram no Ministério das Finanças,

foram pela plataforma *Teams* e foram todas, exclusivamente, acompanhadas por mim, do lado do Ministério das Infraestruturas.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, explique-me, por favor. O Dr. Frederico Pinheiro, toda a gente o conhece, um homem com 1,90 m, 110 kg, um porte muito atlético, consegue levar quatro pessoas à frente — o Sr. Ministro até falou em cinco —, rouba um computador, vai escadas abaixo e, depois disto tudo, sai na sua bicicleta pesada e desce a rua tranquilamente. Isto faz-me lembrar um possível assalto a uma ourivesaria em que se roubam dez barras de ouro, o funcionário não vai atrás dele, tranca-se no quarto de banho, e ele desce a rua calmamente com o material roubado.

Sr.^a Doutora, explique-me qual é a lógica disto. Se fosse uma coisa sua, um pertence seu, não ia atrás de um homem com este porte atlético? É estranho!

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr.^a Deputado, tanto quanto é do meu conhecimento, porque não assisti, o Dr. Frederico Pinheiro saiu acompanhado pela polícia. Eu não vou atrás de uma pessoa que saiu acompanhada pela polícia.

Depois, Sr. Deputado, quando eu saí da casa de banho, por indicação do Sr. Segurança do edifício, já o Dr. Frederico Pinheiro não estava no edifício.

Tudo aquilo que fiz para impedir que o computador saísse do ministério, fi-lo, enquanto as autoridades policiais não tinham chegado. Fi-lo para impedir a concretização de um ato que é um crime, que depois pode ser qualificado de várias maneiras, um ato que é levar um computador com agressões e um computador que não lhe pertencia. A partir do momento em que as autoridades policiais estão no edifício, Sr. Deputado, a minha função de proteção desse computador acabou.

Depois tentei proteger a documentação das maneiras que já transmiti.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — A Sr.^a Doutora temeu pela sua integridade física, para se ter trancado no quarto de banho?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, quando o Dr. Frederico Pinheiro fugiu pelas escadas abaixo, eu não sabia se tinha conseguido sair ou não do ministério. Já respondi a isso. Quando ouvi um grande estardalhaço no piso 0, já eu estava no meu gabinete, já tinha saído da casa de banho. Desculpe! Quando ouvi um grande estardalhaço no meu gabinete, percebi que o Dr. Frederico Pinheiro provavelmente estaria dentro do edifício.

Sr. Deputado, sim, fechei-me na casa de banho, eu, com todas as mulheres que estavam no ministério — que eram só mulheres, aliás —, com receio. Sr. Deputado, com receio, porque já tínhamos sido agredidas, na verdade. Mas o estardalhaço no piso 0 — mais tarde percebi, porque não assisti, como lhe disse, estava no 4.º andar — era tão elevado que no 4.º andar se ouvia tanto barulho, gritaria e estrondos, que, quando achei que o Dr. Frederico Pinheiro podia estar dentro do edifício, sim, tive receio.

Aliás, se não tivesse receio, quando o Sr. Ministro me disse que já tinha falado com a PSP, que iriam ligar-me e que se fosse um número desconhecido para eu atender, eu não teria respondido «venham depressa, estamos fechadas na casa de banho».

Sim, Sr. Deputado, temi.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, eu estive quase, quase a acreditar na sua versão, mas depois de me dizer que se trancaram no quarto de banho, que não sabia se o Dr. Frederico Pinheiro ainda estava dentro do edifício, quando uma das senhoras que estava consigo mandou trancar o edifício, há algo aqui que não bate certo.

Explique-me bem isto, por favor: estão cinco pessoas juntas, fecham-se num quarto de banho com 3 ou 4 m², uma delas — essa, a Sr.^a Doutora tem de ter ouvido, de certeza — diz «tranca o edifício que o ladrão vai a fugir», e não sabiam se estava dentro ou fora, quando mandaram trancar o edifício? Explique-me lá bem isso.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, é tão simples. Olhe, quando o Dr. Frederico agrediu — agrediu-me a mim, agrediu muito mais violentamente a Dr.^a Paula Lagarto e também torceu um braço à Dr.^a Rita Penela —, o Dr. Frederico fugiu pelas escadas do 4.º andar para baixo. Alguém, não fui eu, mas foi alguém do meu gabinete, ligou para o senhor da portaria para fechar as portas.

Sr. Deputado, eu estou no 4.º andar, eu não sei se ele chegou a sair ou não, percebe? Eu não estava lá em baixo para o ver sair. Há uma indicação para fechar as portas, eu não sei se o senhor tinha ido a tempo, até porque duas delas foram também pelas escadas abaixo atrás dele.

Portanto, eu não sei se ele tinha conseguido sair, se não tinha conseguido sair, e até pensei que tinha saído, que não tinha ido a tempo o fecho das portas. Só que, quando ouvi tamanho estardalhaço no piso 0, pensei: «Se calhar, não saiu, se calhar, conseguiu fechar-se, está cá dentro, se está cá dentro, vai voltar aqui ao 4.º andar e valha-me Deus.» Portanto, como vê, Sr. Deputado, foi isto.

Eu não fui para o piso 0, eu não sabia se o Dr. Frederico estava dentro ou estava fora, porque eu não sabia se o segurança tinha conseguido fechar tudo a tempo ou não. Não sabia se ele estava dentro. Fiquei a pensar que ele estava dentro quando ouvi tamanha gritaria. É normal. Se ele tivesse saído, não tinha havido gritaria, percebe? E quando ouço a gritaria, então, coloca-se a questão. Eu estou no 4.º andar, não estou no piso 0, o Dr. Frederico fugiu pelas escadas, eu não fui atrás dele. Portanto, não sabia onde é que ele estava

metido. O edifício não é gigantesco, mas pronto, tem cinco pisos, tem uma garagem, não sei onde ele estava. Quando ouço barulho, acho que estará cá dentro, e se está cá dentro, pode voltar. As autoridades policiais não tinham chegado e, portanto, fui fechar-me na casa de banho.

Sr. Deputado, não vejo o que é que aqui possa parecer estranho, foi o que se passou.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, quem foram as duas colegas que foram atrás do Dr. Frederico Pinheiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, uma delas foi a Dr.^a Rita Penela. A outra... não sei se foi a Eng.^a Cátia Rosas, não garanto. Mas uma foi a Dr.^a Rita Penela.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E quando regressaram, bateram à porta para as deixar entrar no quarto de banho?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado. Elas regressaram todas e nós não estávamos ainda fechadas no quarto de banho, ainda não. Regressaram para cima, para o 4.º andar, estávamos todas juntas quando começámos a ouvir a gritaria. É nesse momento, Sr. Deputado, quando se ouve essa gritaria — não tenho presente a hora, mas essa hora está registada, estavam todas na minha sala — que a Dr.^a Rita Penela liga para o 112. É nesse momento, porque, primeiro, ligou a Eng.^a Cátia Rosas, logo no momento da agressão, e essa insistência para o 112 é feita no meu gabinete pela Dr.^a Rita Penela, quando se ouve aquele estardalhaço todo no piso 0.

E é nesse momento, com o estardalhaço — porque eu não sabia se o Dr. Frederico Pinheiro tinha conseguido sair, se não tinha conseguido sair, se estava dentro, se estava fora —, que tudo levava a crer que estivesse

dentro, e, estando dentro, estávamos nós, um segurança, que supostamente também estava no piso 0, e o Dr. Frederico, de uma maneira que eu nunca vi. Talvez o Sr. Deputado possa ver, se as imagens que o seu partido solicitou forem entregues, e talvez compreenda, então, porque é que me fechei na casa de banho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, as imagens que o meu partido, como a senhora disse, solicitou — não foi o meu partido, recordo que foi o Deputado André Ventura, que responde nesta comissão enquanto Deputado e não enquanto representante do partido — tinham a ver com as câmaras do piso 0 e do piso 4, mas a Sr.^a Doutora, prontamente, disse logo que a do piso 4 não estava a funcionar.

Mas mudando de assunto, a Sr.^a Doutora mantém as conversas *WhatsApp* trocadas com o Dr. Frederico Pinheiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Mantenho, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não apagou nenhuma mensagem?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Já depois de ele ter sido exonerado de funções, porque é que lhe ligou duas vezes? Eu sei que já respondeu, mas vou fazer-lhe a pergunta novamente, para repensar na resposta.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não preciso de repensar na resposta, porque a verdade é esta: estava a fazer os *print screen* para poder ter comigo essas mensagens — não são muitas as mensagens trocadas com o Dr. Frederico Pinheiro, mas, apesar de tudo, tive de selecionar as

mensagens que interessavam para os assuntos que estamos aqui a discutir — , e, sem querer, repito, sem querer, carreguei no botão de ligar. Mas não falei e, logo que dei por esse assunto, desliguei. Foram duas vezes.

Sou conhecida por ser um desastre nas informáticas e, de facto, liguei. É verdade, Sr. Deputado. Não foi para falar com ele, foi sem querer e foi quando manuseava as mensagens do *WhatsApp* que com ele troquei. Já as manuseei várias vezes para as ver todas, para ver o que é que consta dessas mensagens que possa ter interesse para os factos que estamos a analisar, não foi tudo feito no mesmo dia, já o fiz várias vezes, e posso dizer-lhe que ainda hoje o fiz.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Foi do seu telefone profissional?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Foi do meu telefone profissional.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Que é esse que a Sr.^a Doutora tem aí?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Que é este que eu tenho aqui.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, pode exemplificar como é que faz um *print screen* com esse telefone?

Pausa.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Agora nem consegui fazer, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas será no botão do lado esquerdo do telefone, certo?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Pronto, agora tirei um *print screen* do ecrã.

A depoente exemplificou como fez um print screen.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Como é que fez, Sr.^a Doutora?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Com este e este botão.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, sabe que as chamadas do *WhatsApp* são no canto superior direito do monitor?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, Sr. Deputado,....

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas pronto, esqueço este momento.

O Sr. **Presidente**: — Vamos tentar não sobrepor diálogo e deixar o Sr. Deputado colocar a questão, depois a Sr.^a Doutora responde.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, isso era fácil se eu não estivesse constantemente a ser importunado na minha inquirição, principalmente pelo Sr. Deputado Hugo Carvalho, que, desde que eu comecei a falar, ainda não conseguiu manter a calma. Eu sei que deve ser atraente ouvir-me falar, mas tem de ter calma.

O Sr. **Presidente**: — Vamos todos respeitar, então, e vamos prosseguir a nossa audição.

Faça favor, Sr. Deputado Filipe Melo, ou Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, se entendeu a questão do Sr. Deputado Filipe Melo.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Presidente, se pudesse, acabava só de responder ao Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Já se percebeu que eu não sou um ás com as informáticas, mas é assim, Sr. Deputado, para seleccionar as mensagens, ando com elas — aliás, estas são do Dr. Frederico — para cima e para baixo.

E, inadvertidamente, fiz, efetivamente, duas chamadas. Estão aqui registadas... não, por acaso, não estão. Mas, com isto ainda faço outra...

Pronto, mas não foi com intenção de lhe falar, rigorosamente, não foi, teve a ver com o facto de manusear as mensagens no *WhatsApp*.

Não foi e, aliás, quando me apercebi, carreguei imediatamente no botão de desligar a chamada. Foram dois erros.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, para que conste, eu não estava a pôr em causa isso. Aliás, eu posso ter o hábito de mexer no telefone assim, e assim, deste jeito, não consigo carregar lá em cima no botão de chamar. Mas isso sou eu. Também não tenho os dedos muito compridos. Mas aceito, é uma justificação perfeitamente plausível.

Sr.^a Doutora, sabe que o telefone do Dr. Frederico Pinheiro, que é um telefone profissional, foi levado para perícia.

A Sr.^a Doutora tinha algum problema se o seu telefone profissional fosse levado para perícia, para percebermos que não houve nenhuma mensagem apagada? É que eu posso ter percebido mal, mas o Dr. Frederico

Pinheiro — é interpretação minha, não são palavras do Doutor — terá querido dizer que, certamente, o Dr. Filipe Alves, o técnico informático, lhe terá apagado as mensagens propositadamente, para, eventualmente, não se ver uma troca de mensagens com a Sr.^a Doutora. Estaria disponível para o seu telefone ir para perícia de qualquer órgão de polícia criminal ou vê algum obstáculo nisso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, este é o telefone que eu uso profissionalmente. As mensagens com o Dr. Frederico Pinheiro não são muitas e podem ser todas consultadas. Não apaguei nenhuma mensagem, estão aqui todas, são meia dúzia de mensagens, pouco mais. Não tenho nenhum problema, não quero é ficar sem o telefone. Não tenho nenhum problema com isso, pode consultar pessoalmente, se quiser. Não são muitas as mensagens, podemos fazer um *print screen* aqui de todas elas, não tenho nenhum problema com isso. Não quero é ficar sem o telefone, porque tenho aqui...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente,...

O Sr. **Presidente**: —Muito bem, paramos a contagem de tempo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr.^a Doutora, eu não quero o telefone, longe disso, nem quero ver, naturalmente, as mensagens, como compreende. O que eu perguntei à Sr.^a Doutora foi se estaria na disponibilidade de o seu telefone ir para perícia de algum órgão de polícia criminal, para perceber se, efetivamente... basicamente, iriam tentar fazer o que farão com o telefone do Dr. Frederico Pinheiro, que é recuperar mensagens apagadas.

Pergunto se a Sr.^a Doutora estaria na disposição de deixar o seu equipamento móvel para essa pesquisa, para que algum técnico conseguisse

recuperar eventuais mensagens apagadas. Não é desconfiança minha, foi a ilação que eu retirei do que foi dito. Portanto, pergunto se a Sr.^a Doutora estaria disponível para deixar o seu telefone, para perceber, numa perícia, se houve mensagens apagadas. Sim ou não?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não tenho nenhum problema em que seja feita uma perícia ao meu telemóvel para verificar se há alguma mensagem minha com o Dr. Frederico Pinheiro que tenha sido apagada. Não posso é ficar sem ele, como compreende, não é? Mas não há nenhum problema, e posso garantir-lhe, independentemente da perícia, que não tenho chamadas apagadas com o Dr. Frederico, até porque, quando elas se apagam, aparece «mensagem apagada», acho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Para finalizar, Sr.^a Doutora, eu sei que o Dr. Frederico Pinheiro acabou por ter sorte, quando foi ao ministério, em não se cruzar com o Sr. Ministro, senão, eventualmente, teria levado dois socos. Esta reação do Sr. Ministro é usual? O Sr. Ministro costuma oferecer dois socos a qualquer pessoa com quem se desentende, ou foi só com o Dr. Frederico Pinheiro? É assim uma pessoa... Ora bem, eu, em algumas comissões que já estive com o Sr. Ministro, percebi que, pelo menos nas palavras, é violento. Mas passará à prática? A Sr.^a Doutora acompanha regularmente, revê que ele seja assim violento, ou foi só com o Dr. Frederico Pinheiro?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, eu não vi o Sr. Ministro ser violento com o Dr. Frederico Pinheiro. Não se cruzou? Não vi. Quanto a atos de violência do Sr. Ministro, posso dizer-lhe que trabalho com ele há cerca de cinco anos e não testemunhei nunca atos de violência por parte do Sr. Ministro sobre ninguém.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, iniciar a nossa 2.^a ronda. Como é sabido, são 5 minutos em continuidade com perguntas seguidas de resposta, e esta ronda vai ser iniciada pelo Deputado da Iniciativa Liberal, Bernardo Blanco.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr.^a Doutora, peço-lhe que vá apontando as perguntas, porque são todas de seguida — agora é perguntas todas de seguida e depois as respostas todas de seguida.

Eu queria perguntar-lhe novamente se não sabe mesmo quem é que mandou fechar as portas do edifício, porque relatou-nos aqui, com um detalhe extraordinário, as chamadas que cada uma daquelas pessoas fez, as chamadas, mas depois quem é que mandou fechar as portas do edifício, que é só uma daquela da mão-cheia de pessoas, não nos consegue dizer.

Também gostava de lhe perguntar porque é que já estavam tão preocupados com o computador, segundo o que eu percebi, ainda sem saber o que é que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro queria ou não fazer lá no ministério e buscar o computador, etc. E perguntar-lhe, já agora, se é prática normal que tenham ido, depois da exoneração, ali em 10, 15 minutos, ido para o ministério para impedir que o Sr. Frederico Pinheiro tivesse acesso ao computador, se isso é prática normal com quem é exonerado. E aproveito até para lhe perguntar quanto tempo é que demoraram a recolher o computador do ex-Ministro Pedro Nuno Santos e quanto tempo é que demoraram a recolher o computador do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes, que certamente teria igual ou mais informação confidencial do que aquela que estava no computador do adjunto Frederico Pinheiro.

Mas queria confirmar uma coisa. Há pouco disse que contactou o SIRP perto das 23 horas. E eu pergunto-lhe se houve algum contacto direto ou se

se referia ao contacto feito pela sua secretária para a Presidência do Conselho de Ministros e que esta depois é que contactou o SIRP. Se foi aqui quase um lapso de linguagem, se foi um contacto direto ou se foi este contacto que já nos relatou há bocado, que teve vários passos. E perguntar-lhe também se confirma o que há pouco entendi, se disse que ligou ao SIRP sem ter ordem do Sr. Ministro João Galamba. Porque do que foi também noticiado, o Sr. Ministro disse que alguém lhe recomendou, a ele, contactar o SIS e a PJ. E o que eu lhe queria perguntar é se não falaram durante este período. Disse-nos que tinham falado antes, que estava a relatar o que é que tinha acontecido e depois, neste período temporal, em que as coisas até já estavam mais calmas, diria eu, porque o Sr. Frederico Pinheiro já nem estava no edifício, não contactou de nenhuma forma com o Sr. Ministro.

Relativamente ao comunicado que há pouco saiu, diz que há imagens que mostrarão com toda a certeza o estado de violência de Frederico Pinheiro. Foi assinado também por si. E depois disse-nos aqui, na CPI, que não teve acesso às imagens e que a câmara desse piso não funciona. Eu pergunto-lhe se não há uma incoerência nisto. Voltando-lhe a perguntar se já viu as imagens ou não, pareceu-me que há pouco respondeu que não. Mas também, então, se não viu as imagens, como é que depois no comunicado diz que as imagens vão mostrar, com certeza, este estado de violência? Mais, no próprio comunicado diz, e cito, «arremessando inclusivamente a bicicleta contra a fachada do edifício». E eu pergunto-lhe, mais uma vez, se não viu as imagens e se não estava lá, supostamente estava na casa do banho, como é que colocam isto no comunicado se nenhuma de vocês viu isto acontecer?

Pergunto-lhe também relativamente às imagens. Disse-me, há pouco, que falou com o presidente do IMT para ter acesso às imagens, daquilo que eu percebi. E isto pode ser profunda ignorância minha, mas o que é que o IMT tem a ver com isto? São proprietários do sistema de videovigilância do edifício? Eu não percebi.

E pergunto-lhe também que razões é que foram dadas para a tal exoneração pelo telefone. Porque, na prática, o prazo pode não ter sido totalmente cumprido, mas do que eu percebi foi cumprido e enviou-se a documentação. E pergunto-lhe se essa falha no prazo costuma ser motivo suficiente para despedir alguém ou se havia aqui mais alguma coisa.

Para terminar: disse-se que o Ministério das Infraestruturas não tinha no seu arquivo o plano de reestruturação? Ora, eu pergunto-lhe quem mais pessoas tinham o plano de reestruturação. Não pergunto quem, mas pergunto-lhe se tem conhecimento, obviamente, de mais pessoas que o tivessem, porque eu não acredito que no País inteiro só um adjunto é que tenha o plano de reestruturação. A mim parece-me impossível, até, que os mais altos titulares de carros políticos, o Sr. Ministro João Galamba, antes o Sr. Ministro Pedro Nuno Santos, hoje o Secretário de Estado Hugo Mendes, não tenham o plano de reestruturação.

E uma última pergunta, muito rapidamente. Pergunto-lhe se nestes longos anos em que estive nos gabinetes do Governo do PS manteve contactos, ou mantém, com operacionais e dirigentes do SIS.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, deixe-me ver se consegui apanhar todas as suas perguntas.

Já tinha referido, há pouco, que não sei quem fez a chamada para fechar as portas do edifício. Foi uma de nós, não fui eu, mas uma das restantes quatro pessoas que estavam lá. E diz-me: «Não sabe quem mandou fechar as portas, mas sabe os telefonemas que foram feitos para a PSP?» Sim, sei os telefonemas que foram feitos para a PSP, sei porque perguntei. Quem fechou as portas, quem telefonou para fechar as portas é um assunto para mim absolutamente irrelevante e, portanto, não perguntei. Sr. Deputado, também chamo a atenção que eu tinha acabado de chegar de Singapura, depois de 16 horas de voo, com um *jet lag* de sete horas e, portanto, viver

estes acontecimentos na hora seguinte à minha aterragem não é propriamente de modo que possa decorar todas as coisas, todos os instantes, todos os momentos e devidamente comprovados. Tenho muita comprovação daquilo que disse, há coisas que não tenho, não perguntei quem é que tinha ligado à segurança, sei que ligaram, não perguntei qual foi a pessoa, não é um aspeto que tenha relevância para mim, Sr. Deputado, e por isso não recolhi indicações.

Preocupação com o computador, sim, claro que sim. O Dr. Frederico Pinheiro tem, daquilo que eu me apercebi durante estes quatro meses de trabalho com ele, muitos documentos relativamente à TAP, que era o assunto que ele acompanhava e que não existem no arquivo do gabinete, não existem.

Das suas perguntas, Sr. Deputado, relativamente à situação da exoneração e de ir ao ministério, eu não fui ao ministério para impedir o Dr. Frederico Pinheiro de recuperar o computador, já tinha referido isso aqui perante os Srs. Deputados hoje; eu fui ao ministério para assinar um ofício para enviar documentação para os Srs. Deputados, não estava minimamente à espera que o Dr. Frederico, depois de exonerado e proibido de entrar no ministério pelo Sr. Ministro, lá regressasse, não estava à espera. Portanto, não, eu não fui ao ministério para segurar o computador do Dr. Frederico. Eu perguntei antes se lá estava, porque tinha preocupação em que essa documentação não se espalhasse e não fui para tomar conta do computador do Dr. Frederico. Estando lá, sempre imaginei que lá continuaria, porque o Dr. Frederico foi tão rápido a chegar ao ministério quanto eu — não é, se calhar, aquilo que se espera de uma pessoa que acaba de ser exonerada, que vá em 10 minutos a correr para o ministério buscar o computador. Não é, certamente, de uma pessoa que acaba de ser exonerada, que em 10 minutos, um quarto de hora, se coloca no ministério para ir buscar um computador que não lhe pertence, que agride pessoas e que às 23 horas e 3 minutos mandou um *e-mail* a dizer que está disponível para o entregar

voluntariamente. Ó, Sr. Deputado, quem está disponível para entregar voluntariamente não vai roubar antes! Não vai roubar antes. Se era para entregar, não ia buscar. Documentos pessoais, Sr. Deputado, claro, com certeza, as pessoas têm direito a eles e devem poder ficar com eles. Isto só para avançar, porque me pareceu da sua pergunta que entendia que eu tinha voltado ao ministério para ir tomar conta do computador. Não, não, não voltei.

O contacto com o SIRP não foi às 23 horas, Sr. Deputado. A minha chamada para o secretariado para tentar falar com o SIRP foi às 21 horas e 54 minutos. Já tinha dito isso aqui também; às 21 horas e 54 minutos foi quando pedi a chamada para tentar falar. Já também já tinha transmitido que não pedi autorização ao Sr. Ministro previamente ao contacto que fiz com o SIRP, até porque às 21 horas e 54 minutos julgo que o Sr. Ministro ainda nem teria chegado. Não pedi, não tenho de pedir, porque é o exercício do meu dever funcional, eu não preciso da autorização do Sr. Ministro para fazer as comunicações. Sim, Sr. Deputado, comuniquei depois ao Sr. Ministro que tinha feito essa chamada algures durante aquela noite. Não sei o momento, mas sim, comuniquei. O Sr. Ministro também estava, ele próprio, a ligar à Polícia Judiciária. Isso foi feito ali no gabinete e, portanto, comuniquei que tinha já feito isso. Não sei a que horas o comuniquei, mas sei a que horas é que fiz. Pergunta-me, o Sr. Deputado, um comunicado que saiu enquanto eu já estava aqui nas instalações da Assembleia da República. Não o li, Sr. Deputado, eu já estava aqui.

Quanto às câmaras de videovigilância, o que me foi transmitido naquela noite, e confirma-se, é que é o IMT que tem o sistema de videovigilância. Portanto, o edifício pertence ao Metro, o sistema de videovigilância pertence ao IMT. E fiz um *e-mail*, e confirma-se, porque fiz um *e-mail* ao Sr. Presidente a pedir as imagens e o Sr. Presidente respondeu-me dizendo que as tinha, mas que não as podia entregar. Portanto, confirma-

se sim, é o IMT que tem o sistema de videovigilância. Porquê é que eu sei que há imagens do piso 0 e não há imagens do piso 4? Porque perguntei ao Sr. Presidente do IMT se a câmara do piso 0 estava a funcionar, se a câmara do piso 4 também estava, porque naturalmente que as imagens do piso 4 tivessem elas apanhadas. A situação que ali ocorreu e não tínhamos estado aqui estas horas todas a falar sobre esse assunto. E não, a câmara é antiga, não trabalha ou não fará parte do próprio sistema de videovigilância. Está lá, é uma câmara antiga. Imagens, só existem as do piso 0, tanto quanto me transmitiu.

Não, Sr. Deputado, não vi essas imagens. O IMT esclareceu-me devidamente que não tinha direito a aceder a elas.

Sobre porque é que consta que essas imagens mostram a situação de o Dr. Frederico Pinheiro a atirar-se ele próprio contra os vidros e mais a bicicleta e a partir o caixote do lixo, foi porque isso foi reportado pelo senhor da segurança e o meu próprio motorista ainda assistiu a parte disso, do lado de fora. Portanto, havendo câmaras, isso tem que lá estar.

Não, não vi as imagens, Sr. Deputado.

Pergunta-me se a falha no prazo é uma causa para despedimento.

Sr. Deputado, os membros do Governo têm o poder de nomear e de exonerar quando entendem, sem ter, relativamente a isso, de fundamentar as suas decisões ou de dar qualquer explicação. Quando entendem que as pessoas não desempenham as suas funções de modo adequado, podem exonerá-las.

Não, Sr. Deputado, não é a falha do prazo. Não é a falha do prazo que motivou o Sr. Ministro a tomar aquela decisão. São mesmo as informações falsas que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro prestou no âmbito deste procedimento. São informações falsas que também me prestou a mim, noutros âmbitos. São situações de clara falta de confiança que justificam isso.

Mas quanto a essas perguntas, Sr. Deputado, como não sou eu que tenho o poder nem de nomear nem de exonerar, estou a dar-lhe a visão que tenho da situação, com os factos a que assisti. Portanto, serão essas as razões.

Perguntou: o MI não tinha o plano de reestruturação da TAP no seu arquivo? A resposta é não.

Há mais entidades que têm o plano de reestruturação? Sim, Sr. Deputado. Tem de haver. Não fiz esse levantamento, mas naturalmente que o Ministério das Finanças, que tem a tutela acionista da TAP, deverá ter esse documento e principalmente a TAP — que tem de o cumprir — também o tem. Pelo menos, estas entidades terão de o ter.

Pergunta-me se alguma vez contactei com operacionais do SIS. Não, Sr. Deputado. Nunca contactei com operacionais do SIS. Já contactei com o SIRP — com o SIS, não — e contactei agora, nesta ocasião.

Como já referi, liguei para o SIRP — são as indicações que tenho — e fui depois contactada por uma pessoa do SIS. Assim, tenho esse contacto feito, agora, mas não por mim. O meu contacto foi para o SIRP.

O Sr. **Bernardo Blanco** (IL): — Obrigado pelas respostas, porque eram muitas perguntas.

Só falta uma pergunta, que era a seguinte: quanto tempo é que demoraram a recolher o computador, no caso do ex-Ministro Pedro Nuno Santos e no caso do ex-Secretário de Estado Hugo Mendes, que tinham o mesmo nível ou mais informação confidencial do que neste caso?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não sei. Não lhe sei responder a isso porque, quando entrei em funções naquele gabinete, no dia 4 de janeiro, os computadores não me foram entregues, a mim. Portanto, não sei. Nem os mandei recolher. Essa matéria passa-se entre o CEGER, o Sr. ex-Ministro e o Sr. ex-Secretário de Estado.

Eu entro numa outra fase. Portanto, não sei, Sr. Deputado, quanto tempo demorou a recolha desse equipamento, mas posso dizer-lhe que, no caso que aqui temos abordado, a situação não é, de facto, a mais comum e isso motivou a que houvesse o cuidado de que esse computador — não por causa de notas, Sr. Deputado, que eu nem sei se lá estão — não andasse nas mãos de quem já não o podia ter. De quem já não o podia ter.

Desconheço se tem notas, se não tem notas. Francamente, Sr. Deputado, é mesmo um assunto que não me interessa nada. A única coisa que interessava era que o computador estivesse na mão de entidades oficiais, e está.

E volto a repetir, Sr. Deputado, esse computador não voltou mais às mãos do gabinete do Ministro das Infraestruturas. Não voltou, não era suposto que voltasse e não houve qualquer intenção de que voltasse. A intenção era que não andasse nas mãos de quem já não o podia ter.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Doutora, só tenho duas questões para colocar, nesta altura. As duas questões têm a ver com aspetos que, confesso, ainda não compreendi, ainda não estão totalmente esclarecidos.

A primeira tem a ver com a gestão da documentação no ministério.

Ficámos a saber que documentos do calibre do plano de reestruturação da TAP, pelos vistos, à data de 1 de março deste ano, não estavam em mais lado nenhum do ministério senão naquele portátil. Isto é, não estavam no arquivo do ministério.

Ficámos também a saber que isto foi andando assim e que não foi um problema — pelo menos, até ao dia 26 de abril — e que todos os documentos

classificados e enviados para esta comissão parlamentar de inquérito, a partir do Ministério das Infraestruturas, foram, segundo a sua expressão, extraídos daquele portátil. Foram extraídos, mas lá ficaram — isto não é como extrair um dente —, ou seja, imprimiram os documentos e classificaram os papéis, tendo os documentos continuado nesse portátil.

Eu não percebi onde é que está, exatamente, lá no Ministério das Infraestruturas, o plano de reestruturação da TAP agora. Isto porque presumo que tenham ficado com a versão em papel. Ou não ficaram com nada? Gostava de perceber isto melhor. Se só imprimiram uma vez e mandaram para a Assembleia e depois ficaram sem nenhum, porque no computador também já não há.

Mais importante do que o caso específico é perceber que medidas é que foram tomadas, a partir dali, para organizar e assegurar a segurança da informação, para garantir a segurança da informação e a gestão documental regular no ministério. Ou seja, a senhora está em condições de garantir, por exemplo, que a informação sobre os cabos submarinos não está num portátil também e um dia, quando for preciso, pergunta-se: «Tens aí no teu portátil aquela informação dos cabos submarinos?», ou da IP Telecom, etc.

Isto convém, naturalmente, esclarecer cabalmente.

Além disso, há esta matéria do famoso computador portátil, porque acabou de nos reafirmar que o computador não voltou para o ministério. Pelo que percebi, foi para o CEGER, foi para outra entidade do Estado.

Mas a pergunta é sobre a informação, sobre os documentos que estavam no tal computador que justificou esta coisa toda que a gente está aqui a discutir quase à uma da manhã.

Daqueles ficheiros que estavam no portátil, isto é, tudo o que estava lá gravado, fez-se o quê? O ministério tem ficheiros que estivessem no portátil? O portátil, a gente já sabe que não está no ministério. E os ficheiros?

Este era o esclarecimento que eu queria solicitar.

A segunda questão, fora do tema da gestão documental no ministério, tem a ver com as reuniões partidárias organizadas ou articuladas com os gabinetes dos ministros ou dos secretários de Estado e envolvendo a participação de gestores públicos ou dirigentes da Administração Pública.

A Sr.^a Doutora, há bocadinho, fez muita questão de interpretar e fez ali uma hermenêutica e uma heurística muito interessantes sobre ela querer participar. A TAP quer participar, tudo bem. Eu já não estou a perguntar se foi a pedido da TAP, e de quem, ou se foi na sequência de uma reunião com o Sr. Ministro.

A questão é: a participação e o envolvimento de gestores públicos ou dirigentes da Administração Pública de que a Sr.^a Doutora tenha conhecimento, neste ministério ou em ministérios onde anteriormente tem exercido funções — por exemplo, no gabinete do Secretário de Estado da Energia, Dr. João Galamba — a pergunta é se foi desta vez agora, com a TAP, a absoluta exceção ou se conhece mais casos em que reuniões partidárias tenham sido organizadas ou articuladas com os gabinetes ministeriais, mobilizando um presidente de um instituto público, um administrador de uma empresa pública, ou um dirigente da Administração Pública, porque, para nós, este é que foi o ponto, este é que foi o aspeto mais preocupante daquela situação. Não é se o Deputado prepara a reunião, articulando-se com o Governo, é os gestores públicos serem transformados em assessores partidários.

O Sr. **Presidente**: — Atenção ao tempo, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E a questão é esta.

E a última frase, Sr. Presidente, é para perguntar se isto alguma vez tinha acontecido.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, vou tentar responder às suas questões que, se calhar, não foram só duas, foram várias no meio de tudo isso, mas pronto.

Sr. Deputado, então vamos aos temas, não às questões, porque não consegui perceber muito bem.

Sr. Deputado, a gestão documental de um gabinete implica o quê? Implica que todas as informações que os serviços enviam ao gabinete para serem autorizadas e para serem vistas pelo Sr. Ministro — estamos a falar de tudo, Sr. Deputado, estamos a falar desde planos de atividades a informações para um despacho de autorização de uma despesa, tudo isso —, têm de ter uma entrada no gabinete onde fica registado o dia em que entrou, devendo ser colocado no sistema de gestão documental.

Depois de lá ficar, o que é que foi feito com essa informação? Se o Sr. Ministro proferiu um despacho, o despacho também há de ficar nesse sistema de gestão documental. E depois de lá estar o ofício a informação sobre para onde é que esse despacho foi reencaminhado. Isto significa o quê? Significa que, mais tarde, através daquele sistema de gestão documental, consigo encontrar a informação que entrou, o despacho que teve e para onde foi remetido.

Claro que se alguém preparou um despacho ao Sr. Ministro, alguém teve no seu computador aquela informação também, para a poder analisar e para poder preparar o despacho. Mas o sistema de arquivo do gabinete é aquele que nos deve permitir reconstituir o procedimento daquele assunto. Isto é, daquele papel. Quem é que o mandou, para onde é que ele foi, que despacho mereceu, se seguiu só para conhecimento para os serviços, se foi remetido ao Ministério das Finanças para autorização. É o sistema onde encontra os documentos essenciais. Não vai encontrar o *e-mail* do adjunto que manda um *e-mail* aos serviços a dizer: «Olhe, desculpe, não percebi bem

esta questão do ponto 2.5 da sua informação.» Isso não encontra. Isso está nos computadores das pessoas que estão a trabalhar sobre os assuntos.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E o plano de reestruturação também não encontra?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sobre o plano de reestruturação, Sr. Deputado, como lhe disse, quem me disse que não estava no arquivo — porque quem estava a recolher a informação para os Srs. Deputados era o Dr. Frederico Pinheiro — foi o Dr. Frederico Pinheiro, e que o tinha no seu computador. Esses documentos e muitos outros.

Portanto, foi retirado de lá, mas não existe só no computador do Dr. Frederico Pinheiro, porque, neste momento, o computador do Dr. Frederico Pinheiro está na posse das autoridades policiais competentes.

Mas, como disse, há pouco, ao Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, está na TAP e estará, certamente, no Ministério das Finanças. Portanto, não estando no arquivo, estando no computador do Dr. Frederico e indo o computador embora, não está lá.

Perguntava-me, o Sr. Deputado, o que é que eu faço para que o sistema de gestão documental esteja completo. Olhe, Sr. Deputado, faço o seguinte: todos os documentos que entram no ministério vão às minhas mãos e eu encaminho esses documentos: se é para o A tratar, se é para ir para a secretaria-geral, se é para aqui, se é para acolá, e isso fica registado no Apoio. Se vir, se calhar, muitos dos meus *e-mails*, a maior parte deles tem Apoio.MI em conhecimento. Eu mando e o Apoio.MI está em conhecimento. O Apoio.MI são as senhoras do Apoio Administrativo, que, estando em conhecimento no *e-mail*, o colocam no sistema de gestão documental.

Mas muitas coisas não são *e-mails*, não é? Eu recebo dos serviços informações em papel. Essas informações têm um carimbo de entrada e vão

ao Apoio Administrativo para serem integradas no sistema de gestão documental. Não sei se consegui esclarecer isto.

Quando me diz «então, o que é que faz para que, um dia mais tarde, não cheguemos à situação de haver documentação sobre os cabos submarinos a constar apenas de um computador de um adjunto?», faço isto, Sr. Deputado. E isto significa o quê? Pelo menos, no arquivo estará. Pelo menos, no arquivo estará. Mas, claro, também haverá documentação no computador do adjunto que estiver a tratar dos cabos submarinos, senão, não conseguimos tratar da documentação. Mas no Apoio estará, porque o que entra no gabinete entra por mim, e tem registo de entrada, porque é assim que se faz.

Sr. Deputado, desculpe, ainda não acabei, queria responder-lhe a tudo.

Apanhei aqui uma pergunta sobre os ficheiros do portátil. Sr. Deputado, eu não tenho acesso ao computador do Dr. Frederico. Não tenho a *password*. Jamais entraria no computador do Dr. Frederico e muito menos para o obrigar a tirar de lá documentação que se refere a outro gabinete que não o meu. Cheguei a este ministério no dia 4 de abril. Sobre o que está para trás — e estes documentos são para trás —, não sou eu que vou constituir um arquivo. Portanto, os ficheiros que estavam no computador do Dr. Frederico, lá estão. Não sei quais são, mas lá estão.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Dias, tem a palavra.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, falta só responder ao segundo tema, das reuniões organizadas ou articuladas com os gabinetes, com a presença de gestores públicos.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa. Estava aqui a apontar e escapou-me essa situação.

Sr. Deputado, não tenho muito conhecimento de reuniões com o Grupo Parlamentar do PS em que estivessem presentes muitas pessoas dos serviços dos gabinetes. Regra geral, o Grupo Parlamentar do PS, se precisa de ser informado, diz como é que quer ser informado e nós obtemos a informação possível. Porquê, Sr. Deputado? Porque nunca nos chegou um pedido de um serviço a dizer «estou nervoso com a audição, quero ir aí». Não, Sr. Deputado. A maior parte dos nossos dirigentes estão habituados a vir com frequência à Assembleia e estão habituados a prestar esclarecimentos aos Srs. Deputados, e prestam-nos com regularidade. Eu nunca tive, pelo menos, conhecimento de um dirigente que transmitisse que estava nervoso e queria ir à sua tutela para falar sobre a audição. Não, Sr. Deputado, não. Mas se alguma vez algum membro de algum instituto, direção-geral ou empresa pública tenha comparecido, não sei de cor, Sr. Deputado, não sei. Mas, se tiver, o âmbito é de...

Ou seja, os Srs. Deputados é que decidem, são livres de decidir como é que querem obter as suas informações, informar-se sobre os temas que vão tratar e com quem querem falar. Uma coisa lhe posso garantir: não estou habituada a receber indicação de que um dirigente está nervoso por vir a esta Assembleia. Não estou.

Também lhe refiro, Sr. Deputado, que esta mensagem do Dr. Frederico a dizer que a CEO da TAP pretendia reunir-se com o Sr. Ministro porque estava nervosa com a audição é do dia 13 de janeiro. Nós chegámos dia 4. Naturalmente, foi recebida. Não podia ser de outra maneira, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Pedro Filipe Soares.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, há pouco perguntaram-lhe sobre um comunicado que saiu esta tarde

e respondeu que não conhecia o comunicado porque vinha — não percebi bem — a caminho da Assembleia da República, ou já estaria na Assembleia da República. Creio que a resposta foi uma das duas. No entanto, o comunicado — que é, em si, motivado pelas declarações do Dr. Frederico Pinheiro na audição anterior a esta que estamos agora a realizar — vem assinado por si. Por isso, pergunto-lhe como é que este comunicado aparece com a sua assinatura, quando diz que não teve conhecimento deste comunicado.

Pergunto se este comunicado foi validado conjuntamente com o Sr. Ministro das Infraestruturas.

Eram estas as duas perguntas sobre este tema que gostaria de deixar.

Sobre a questão da assinatura do ofício, referiu que foi na noite de 26 ao Ministério das Infraestruturas para assinar o ofício de resposta à comissão parlamentar de inquérito. Se tivesse sido enviado o ofício na segunda-feira, dia 24, quem é que assinaria esse ofício, dado que a Sr.^a Doutora não estaria no País para o efeito? Mas disse-nos que, no dia 21, já tinha deixado tudo preparado para que, depois, no dia 24, pudesse seguir. É que constatámos, até pelas suas declarações, que o que faltava, no dia 24, foi a concordância do Dr. Frederico Pinheiro com a ideia de que não existiam notas, pois ele referiu que existiam notas, e, depois, o fornecimento dessas notas pelo Dr. Frederico Pinheiro.

Ora, as notas chegaram às 22 horas de Portugal, no dia 25. No entanto, o *e-mail* enviado à comissão parlamentar de inquérito com essas notas aparece mais de 24 horas depois. Se tudo estava pronto no dia 24, porque é que, mal receberam as notas, não as enviaram logo? Houve ainda alguma tentativa de rever esse envio de notas junto do Dr. Frederico Pinheiro? Ele referiu-nos que a Dr.^a Cátia Rosas lhe tinha, na manhã do dia 26, perguntado se ele queria manter aquela posição e aquela informação. Pergunto-lhe se a

Dr.^a Cátia Rosas teve essa iniciativa depois da sua indicação, ou da indicação do Sr. Ministro. O que é que sabe disto?

A Sr.^a Doutora referiu que foi a Sr.^a Doutora quem entrou em contacto com o SIRP e que, depois, através desse contacto, comunicou com o SIS. Não percebi bem essa questão, por isso é que lhe queria perguntar, para esclarecer. Eu percebi que referiu que quando o Sr. Ministro estava a falar com a Polícia Judiciária fê-lo no gabinete e a Sr.^a Doutora já estava junto a ele. Pergunto-lhe se, no momento em que ele estava a falar com a Polícia Judiciária, a Sr.^a Doutora já lhe tinha dito, a ele, que tinha entrado em contacto com o SIS e se ele tinha essa informação também nesse momento.

Sobre o tal sistema de gestão documental e as afirmações que tem feito sobre a gestão de documentos, uma das suas primeiras frases foi: «Não se deve fazer a gestão do ministério por *WhatsApp*.» Confesso que, quando ouvi essa frase, parecia-me haver uma crítica implícita ao anterior Ministro Pedro Nuno Santos, por se ter descoberto uma SMS ou uma mensagem no *WhatsApp* que validava o tal prémio de 500 000 € a Alexandra Reis. Não sei se era essa a sua intenção, mas foi assim que eu interpretei.

Logo a seguir, houve uma afirmação sua que dizia: «Não é a forma de trabalhar do Dr. Frederico Pinheiro, que tinha os documentos no seu computador e eles não estavam no ministério.» Quase que subscrevo as suas duas frases: não se governa um ministério por *WhatsApp* e não se deve ter documentos que são confidenciais, classificados e, mais do que isso, estruturantes para a ação do ministério apenas num só portátil. Sobre isso, não há dúvida nenhuma.

No entanto, aqui há algo que eu não compreendo. É que, desde março, quando se respondeu à comissão, até finais de abril, aparentemente, das suas declarações, não houve nenhuma iniciativa para guardar de forma estrutural esses documentos. Poderia até perceber que não houve nenhuma iniciativa porque competia ao ministério anterior ter feito isso — mais uma crítica

implícita ao anterior Ministro das Infraestruturas. Mas, na verdade, a questão que se coloca aqui é que, agora, era o seu turno, agora, era a sua responsabilidade, agora, aqueles documentos estratégicos para o ministério, para o País e para a TAP estavam debaixo da sua alçada. Não deveria ter feito a salvaguarda desses documentos? Nem estou a falar de retirá-los do portátil ou de deixá-los estar no portátil. Não deveria o ministério ter salvaguardado essa informação no seu sistema de gestão documental?

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, tem a palavra.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Vou tentar também não falhar às suas questões.

Esse comunicado de imprensa não está assinado por mim. Repito, não está assinado por mim.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Vou apenas mencionar que a Lusa refere o nome de Eugénia Cabaço, que também é uma designação da Sr.^a Doutora.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, esse é o meu nome, mas o documento não está assinado por mim. Deve fazer referência a mim como uma das agredidas.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Se me permite esclarecer, é só ler o comunicado.

O Sr. **Presidente**: — Muito rapidamente, para darmos hipótese à Dr.^a Eugénia de responder.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — A Lusa fez a notícia dizendo que, na sequência das informações, o Dr. Frederico Pinheiro mentiu e, depois, esta é a parte relevante: «[...] lê-se num comunicado, enviado à Lusa, assinado por Lídia Henriques, Cátia Rosas, Rita Penela, Eugénia Cabaço e Paula Lagarto, do gabinete do Ministério das Infraestruturas.»

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não sei o que é que está relatado na Lusa. Era preciso ver o original do comunicado. Não o tenho, não foi assinado por mim.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Dr.^a Eugénia,...

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não o tenho, não o li, não foi assinado por mim, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — ... pode dar sequência às respostas, então?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Relativamente aos ofícios, Sr. Deputado, já tinha expressado aqui, mas vou tentar esclarecer melhor.

Eu deixei os ofícios assinados na sexta-feira, dia 21 de abril. Estavam prontos e assinados, Sr. Deputado, com toda a documentação que tinha, com as respostas de acordo com o que tinha, tudo assinado. A partir do momento em que tomámos conhecimento da existência de notas, aqueles ofícios não podiam sair, porque não correspondiam àquilo de que tomámos conhecimento. E, portanto, não saíram, foi feita a prorrogação do prazo.

Efetivamente, o Dr. Frederico Pinheiro enviou as notas — depois de 28 horas de espera —, pelas 22 horas do dia 25. Só que, Sr. Deputado, eu cheguei a Portugal às 8 horas da noite do dia 26 e fui, para assinar os ofícios que ia mandar com as notas.

Aconteceu tudo aquilo e esses ofícios acabaram por sair do gabinete, não tenho presente a hora, mas, sensivelmente, pelas 10 horas e pouco da noite, foi quando os assinei. Não sei se fui clara nisto, mas parece-me simples.

Os ofícios que deixei, deixei-os assinados, deixei-os preparados. O ofício que chegou também foi assinado por mim e, sim, foi assinado bastantes horas mais tarde do momento em que chegaram as notas, mas isso porque eu vinha no avião. Entre o momento em que cheguei e o momento em que foram assinados, com tudo aquilo que é do nosso conhecimento que ocorreu, entretanto, julgo que chegaram por volta das 10 horas e pouco da noite.

O Sr. Deputado fez uma pergunta relativamente ao telefonema do Sr. Ministro para a Polícia Judiciária. Julgo que esse telefonema, que já foi feito no gabinete, terá ocorrido por volta das 11 horas da noite.

Pergunta-me se eu já tinha dito ao Sr. Ministro, nessa altura, 11 horas da noite, que já teria feito o reporte. Sr. Deputado, eu disse-lho durante essa noite, não lhe garanto se foi antes ou depois desse telefonema, mas deve ter sido antes. Deve ter sido antes do telefonema para a Polícia Judiciária, mas — e já disse isto várias vezes — não tenho presente a hora concreta em que transmiti essa informação.

Relativamente ao sistema de gestão documental, Sr. Deputado, a questão dos *WhatsApp* pode ter a conotação que tem, mas não, Sr. Deputado, o que pretendi instituir naquele gabinete foi o modo de trabalhar que utilizo em todos os gabinetes por onde tenho passado, seja como adjunta, como chefe de gabinete, como... Sempre assim foi.

Os documentos têm uma entrada no sistema... Não entra tudo no sistema, Sr. Deputado. Os *e-mails*, as notas, as, às vezes, inúmeras versões dos diplomas que preparamos, uma portaria, um decreto-lei, isso não está tudo no sistema, são documentos de trabalho. Os documentos finais, sim.

Portanto, esse é o modo de trabalho. Nunca estive num gabinete em que assim não fosse, mesmo quando não desempenhei funções de chefe de gabinete.

Relativamente ao computador do Dr. Frederico Pinheiro e ao facto de eu saber que o computador do Dr. Frederico Pinheiro continha documentos que não estão no sistema de gestão documental do ministério, sim, Sr. Deputado, sabia, dito pelo próprio, que tinha muitos documentos que estavam no seu computador e que não estavam no sistema de gestão documental.

Não me cabe, a mim, reconstituir arquivos de outros gabinetes, Sr. Deputado, não me cabe. Não o faria, porque eu não vou dar entrada de um documento que está no computador de uma pessoa... Ainda que mo desse, não ia dar entrada do documento no ministério com data de janeiro quando é um documento que terá sido produzido há três anos. Percebe?

Não tem sentido que eu reconstitua arquivos do gabinete do Ministério das Infraestruturas; o que tem sentido é que eu tente, o melhor possível, que o meu arquivo espelhe o que ocorre, sendo certo, Sr. Deputado, e volto a repetir, que há muitas coisas que não vão ao arquivo. Há muitos documentos de trabalho, muitas versões de documentos, muitos projetos de diploma que têm centenas de versões, às vezes, trocas de *e-mails* com os serviços a pedir esclarecimentos disto ou daquilo, há muita coisa que não vai ao arquivo.

O que interessa que lá esteja são os documentos finais, que merecem despacho, quem os mandou, para onde seguiram, o despacho que tiveram... E não, Sr. Deputado, não ia fazer... Eu não tenho acesso ao computador do Dr. Frederico e não vou reconstituir arquivos de um gabinete que não era o gabinete onde eu trabalhei. Isso não tem sentido, Sr. Deputado. O que tenho é de tentar fazer com que o meu sistema de gestão documental reproduza o que acontece no gabinete.

Foi como respondi, há pouco, ao Sr. Deputado: sim, quem trata do processo dos cabos submarinos vai ter no seu computador muita documentação referente a isso, porque tem de a tratar. Mas que esteja também no arquivo, porque assim não dependo — nem eu, nem ninguém — de computadores de ninguém. Está no arquivo, Sr. Deputado, e pode-se ir buscar para o que for necessário.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, Sr.^a Dr.^a Eugénia, muito obrigado. Sr. Deputado do Partido Socialista Bruno Aragão, faça favor.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Sr. Presidente, posso pedir só uma pausa de 2 minutos? Uma pausa técnica, curtíssima.

O Sr. **Presidente**: — Com certeza, com certeza. Mas para que efeito, Sr. Deputado, desculpe?

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — É uma pausa técnica para ir à casa de banho!

Risos.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, com certeza.

Era 1 hora e 8 minutos.

Srs. Deputados, vamos dar continuidade à nossa comissão.

Era 1 hora e 19 minutos.

Vou dar a palavra ao Deputado do Partido Socialista Bruno Aragão. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Aragão** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente, e agradeço também a sua pausa técnica, pois pelo *feedback* que tive, de outros elementos na sala, parece que não foi só útil para mim. Agradeço-lhe isso, porque é uma audição longa e estamos todos mais cansados.

Sr.^a Doutora, eu tinha quatro questões relativamente simples para colocar nesta 2.^a ronda, sendo a primeira sobre as notas, que já foram aqui muito faladas.

Utilizando uma frase que disse numa ronda anterior, em resposta a outro grupo parlamentar, ele não foi exonerado porque tinha notas, mas sim porque manifestou um comportamento incompatível com as suas funções. Foi uma frase, anterior, que disse, e pergunto-lhe, por isso, sobre a exoneração, que ocorre naquele dia à hora que referiu, se é este o entendimento que tem, enquanto chefe de gabinete, da exoneração que foi, entretanto, concretizada e publicada.

A minha segunda questão tem a ver com a questão que lhe coloquei, no início, sobre o envolvimento que teve, ou não, no dossiê da TAP e nesse processo todo. Tinha-me dito que não teve envolvimento e que só entrou no dia 4 de janeiro, mas há uma questão sobre isso que é relevante para nós e que tem a ver com um conjunto de documentos que também pedimos para esta comissão — e, portanto, mais uma vez, viabilizamos isso porque importava para aquilo que aqui estamos a apurar; tem a ver com a declaração unânime por escrito que os acionistas da TAP, a PARPÚBLICA e a DGTF emitem, procedendo, ou formalizando, as exonerações da ex-CEO da TAP Christine Ourmières-Widener e do ex-Presidente do Conselho de Administração Manuel Beja.

Quanto a essa declaração unânime por escrito — há um conjunto de informações que temos, de *e-mails*, algumas já foram aqui referidas —, o que lhe pergunto e que queria que pudesse deixar claro é se o que a qualifica é o relatório da Inspeção-Geral de Finanças que, repito a expressão, qualifica como «erro grave» a conduta do ex-presidente do Conselho de Administração e da ex-CEO.

Sobre esta questão em concreto, gostava que pudesse também esclarecer isto.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, reitero aquilo que já fui transmitindo, ao longo desta noite, a vários Srs. Deputados, nesta comissão, de que o Dr. Frederico Pinheiro não foi exonerado por ter notas. O Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado por, além de outros comportamentos, ter, perante mim própria, o Dr. Marco Rebelo, a Eng.^a Cátia Rosas e a Dr.^a Rita Penela, depois de muitas vezes perguntado por mim, numa reunião de 5 de abril... que ele referiu aqui, na comissão parlamentar de inquérito, que contou com a presença do Sr. Ministro, o que é falso. A reunião foi organizada por mim, com as pessoas que tiveram envolvimento na marcação dessa reunião com o Grupo Parlamentar do PS, onde reuni toda a documentação existente.

O Dr. Frederico Pinheiro disse sempre não se lembrar do que é que tinha acontecido na reunião. Quando ele disse que não se lembrava, perguntei: «Então, e não há notas?». Sempre referiu não haver notas.

Sei que a Dr.^a Rita Penela continuou, depois de a reunião acabar, com insistência, a tentar perceber se havia notas, como é que não se lembrava de nada e tudo mais. O Dr. Frederico Pinheiro disse sempre que não havia notas. Não havia notas, não se lembrava! E não é por ter sido no último dia do prazo que vem dizer que há notas, é por ter dito que havia notas depois de sempre

ter dito que não havia notas. Isso não é um comportamento aceitável num procedimento desta natureza.

Além disso, já aqui referi também aos Srs. Deputados que o que tenho, sobre os pedidos de reunião da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP, são os SMS do Dr. Frederico Pinheiro. Não tenho os pedidos da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP.

Mais: nessa reunião de dia 5 de abril, perguntei insistentemente ao Dr. Frederico Pinheiro, e foi quando ele disse que não se lembrava se a Sr.^a Presidente tinha pedido por mensagem, se tinha sido ao telefone, que não se lembrava de nada.

Ele nem sequer apresentou a mensagem que nós temos aqui para disponibilizar, e que já saiu também na comunicação, em que é dito «a TAP quer ir à reunião com o Grupo Parlamentar. Pode?» e ao que o Sr. Ministro responde: «Pode.»

Nem essa mensagem o Dr. Frederico Pinheiro deu nessa reunião. Essa mensagem foi encontrada pelo Sr. Ministro, no seu próprio telemóvel.

O Dr. Frederico Pinheiro não só nos dizia que não havia coisas, como nem as próprias mensagens que mandou ao Sr. Ministro nos deu. O Sr. Ministro não estava na reunião, quem estava era o Dr. Frederico Pinheiro e não havia nada! Não havia nada sobre essa reunião, como se não tivesse, sequer, estado presente. Não havia nada para entregar, não sabia o que tinha sucedido, não sabia quem tinha estado presente, não sabia como é que a Presidente da Comissão Executiva da TAP tinha manifestado vontade de ir, não sabia que tinha mandado uma mensagem ao Sr. Ministro — mas isso eu também não lhe perguntei porque também não sabia, mas essa mensagem apareceu.

Ora, para uma pessoa que quer colaborar na reunião de todos os documentos sobre essa — desculpem o pleonasma — reunião do dia 17, para podermos ter em cima da mesa todos os documentos para reconstituir o que

é que tinha acontecido, isto não é aceitável. Não é aceitável, porque não havia nada. Isso não é, de modo algum, aceitável!

A mesma coisa se passa com a marcação da reunião da véspera, dia 16 de janeiro, às 8 horas e 45 minutos. Tenho aqui uma vastíssima troca de mensagens da Dr.^a Rita Penela com o Dr. Frederico Pinheiro, a perguntar-lhe: «Mas como é que essa reunião foi marcada?». «Não sei!». «Mas aqui na agenda diz que foste tu que marcaste junto do Secretariado». «Não sei, não sei, não sei...». Pois, mas eu tenho aqui a mensagem que mostra que foi o Dr. Frederico Pinheiro que comunicou que a CEO da TAP queria estar presente e se podia marcar a reunião para as 8 horas e 45 minutos, porque já tinha falado com o Sr. Ministro.

Quando o gabinete solicitava algum elemento que nos pudesse permitir perceber como é que as coisas se tinham passado, o Dr. Frederico nunca tinha nada. Nunca tinha nada! E, depois, afinal, parece que tinha tudo!

Portanto, Sr. Deputado, não, não se consegue trabalhar nessas circunstâncias, mas também não sou eu quem toma esses juízos de opinião e quem toma essas decisões. O Sr. Ministro entendeu exonerá-lo, porque considerou que, certamente, não tinha condições para o manter no lugar.

Relativamente ao procedimento de elaboração da decisão unânime por escrito referente à destituição do Sr. Presidente do Conselho de Administração e da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva da TAP, Sr. Deputado, para quem trabalha há muitos anos na Administração, as renúncias... Não conheço caso nenhum em que a renúncia a um cargo seja acompanhada de um direito a indemnização. No Estado não funciona assim! Quem renuncia, renuncia de livre vontade e sai, não sai com uma indemnização.

O relatório da IGF é um relatório feito por uma entidade que é uma inspeção independente, contou com a colaboração de muitas pessoas — eu reuni uma vez e eles estiveram presentes numa dessas reuniões que foi feita

na preparação desta deliberação —, contou com documentos que foram solicitados de muitas entidades, incluindo o Ministério das Infraestruturas, que também remeteu a documentação que tinha, contou com contraditório, com escrita oral, contou com contraditório e, do ponto de vista jurídico é absolutamente sólido, muito mais sólido do que um parecer jurídico que não conta com todas estas diligências e com todo este trabalho que está implicado no relatório.

Portanto, Sr. Deputado, a questão, o modo jurídico como se constrói a deliberação, a estratégia jurídica da construção, o modo como se escreve, os argumentos que se colocam, se são muitos, se são poucos, isso... E se tiver dois juristas a fazer esse trabalho, certamente não estarão 100 % de acordo com tudo.

Contudo, as minhas discordâncias foram transmitidas, mas não se prendem com o relatório da IGF — aliás, prendem-se com o facto de se quererem utilizar mais argumentos do que só o relatório, porque, em minha opinião, o relatório é mais do que suficiente para fundamentar a decisão que veio, depois, a ser tomada.

Não sei, Sr. Deputado, se consegui esclarecer as suas questões.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Passo, agora, a palavra ao Sr. Deputado Paulo Rios de Oliveira, do PDS.

O Sr. **Paulo Rios de Oliveira** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Doutora, nós tivemos hoje, ao longo do dia, duas audições completamente distintas nas suas fundamentações, na sua explicação, na sua descrição dos factos, na sua linha do tempo. E, Sr.^a Doutora, digo-lhe com franqueza, há aqui uma série de coisas que nos diz que não colam com a

realidade, não colam com aquilo que é o bom senso, não colam com a normalidade do funcionamento das instituições, das pessoas e, portanto, merecem-nos as maiores reservas.

Primeiro: que motivo tinha o Dr. Frederico Pinheiro, que não tinha tirado notas de uma reunião, e não havia problema nenhum com isso, para chegar ao fim do prazo e criar um incidente, inventar umas notas, escrever umas notas e, com isto tudo, provocar a sua demissão? Isto não faz sentido! Ponto final.

Que desespero era este em recuperar o computador à força? Eu nunca vi disto, mas também só tenho 30 anos de advogado...

Como foi possível, Frederico Pinheiro, esse agressor, esse bandido que roubou o computador e foi pela escada abaixo a fugir, pegar em quatro polícias e voltar ao 4.º andar para ir buscar o resto das coisas dele, que foi o que aconteceu, e os polícias cá estarão para o provar?

O que pensar da Chefe de Gabinete do Ministério das Infraestruturas, que vem dizer que os assuntos do gabinete não se tratam por *WhatsApp*? Pensei que era uma graça...

O que pensar da busca desesperada do computador e ignorar totalmente a recuperação do telemóvel?

Como consegue dizer que o impedimento de apresentar as contas de 2022 pela TAP foi uma mera opinião, quando eu li o *e-mail*?

Como consegue dizer, face ao que sabemos hoje, que foi a CEO da TAP que quis ir à reunião com o Grupo Parlamentar do PS? Nós sabemos, o ministro confessou!

Como consegue negar o conteúdo do seu próprio *e-mail* e declarar que o despedimento da CEO e do Presidente do Conselho de Administração tinha argumentos jurídicos fracos e facilmente rebatíveis em tribunal? Não é preciso saber alemão; isto é português muito claro, e dito isto depois do despedimento.

Como é que, ainda, consegue acrescentar, sem se rir, que o relatório da IGF é mais ciente, melhor do que qualquer parecer jurídico?

E como é que, para justificar a violência, porque houve atos de violência, nos explica que agiu como qualquer cidadão quando presencia um crime?

Sem comentários...!

Sr.^a Doutora, na conferência dia 6 de março, foi exonerada a CEO da TAP e o Presidente do Conselho de Administração. Na sexta-feira foi apresentado o relatório da IGF e na segunda-feira, repito, foi feita uma conferência da imprensa em que eles foram exonerados. Tudo muito robusto, tudo muito robusto...!

O que lhe pergunto é o seguinte: relativamente ao ministério em que trabalha, o que é que aconteceu entre sexta e segunda? Que reuniões ocorreram? Entre quem? Foram ouvidos os juristas? Que contactos foram feitos com Luís Rodrigues? Como é que conseguiram, em 48 horas, convidar, aceitar e poder anunciar na segunda-feira? O que é que aconteceu nesse fim de semana?

Ainda também não nos disse — e este é um esclarecimento pequenino — se quando, finalmente, a Sr.^a Doutora saiu da casa de banho, face à presença dos dois agentes da PSP que lhe foram trazidos pelo segurança, fez uma participação à PSP, dando indicação do roubo, da agressão e de tudo. Existe uma participação feita, por si, nestes termos?

Ainda uma última pergunta: Sr.^a Doutora, se o Ministro João Galamba for exonerado, cai o gabinete todo, certo?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia.

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, algumas das incongruências que elencou não são incongruências e já foram amplamente

explicitadas na minha intervenção.

Sr. Deputado, entre o fim de semana que antecede o dia 6 de março...
O relatório da IGF foi conhecido numa sexta-feira,...

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Às 20 horas e 8 minutos.

A Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia: — Exatamente!

... e depois houve uma conferência de imprensa no dia 6 de março. Comigo, Sr. Deputado, não aconteceu nada! Não aconteceu nada e o procedimento de elaboração do projeto de deliberação ocorreu durante a semana de 6 de março.

Sr. Deputado, os procedimentos, para se iniciarem, têm de ter uma decisão de se dar início ao procedimento. Não se inicia um procedimento de destituição sem uma decisão de que se quer destituir, não é? Justa causa não é aplicável aqui, Sr. Deputado. Não é uma justa causa, não é esse o termo que a lei utiliza, mas também não interessa...

Os procedimentos, para se iniciarem, têm de ter uma decisão para isso. A destituição do Sr. Presidente do Conselho de Administração e da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva ocorreu mais tarde, não tenho a data de cor, mas algures em abril e até lá essas pessoas estiveram a trabalhar e a receber o seu vencimento. O procedimento decorria...O que se iniciou no dia 6 foi a decisão de promover esses procedimentos com vista à destituição. Visto o relatório, foi isso que politicamente decidiram que devia ser feito, porque o relatório apontava, sem margem para dúvidas, para uma ilegalidade.

Portanto, Sr. Deputado, respondendo diretamente à sua pergunta, eu, sábado e domingo, a seguir à sexta-feira em que é conhecido o relatório da IGF e até à segunda-feira, com a conferência de imprensa, comigo não aconteceu nada. As reuniões que tive foram subsequentes, julgo que foram

durante essa semana.

Sim, Sr. Deputado, existe uma participação feita por mim, na sexta-feira a seguir aos acontecimentos. Portanto, eles aconteceram na quarta-feira, dia 26, e existe uma participação feita por mim na sexta-feira. Não sei, Sr. Deputado, se consegui esclarecê-lo.

O Sr. Paulo Rios de Oliveira (PSD): — Sim.

O Sr. Presidente: — Passamos, agora, à última intervenção, dando a palavra ao Sr. Deputado Filipe Melo, do Chega.

O Sr. Filipe Melo (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a Doutora disse, há instantes, em resposta ao Deputado Pedro Filipe Soares, que não assinou o comunicado.

A primeira questão que eu lhe coloco é a seguinte: se não assinou o comunicado, amanhã vai entrar no Ministério das Infraestruturas e vai apurar responsabilidades, certo? É que o comunicado chegou à Agência Lusa com o seu nome. Então, a Sr.^a Doutora, diga-nos, hoje, se não concorda com o comunicado, que amanhã vai pedir responsabilidades, porque o seu nome está no comunicado e, se não autorizou, alguém o fez por si, o que é grave.

Segunda questão, e nesta só quero que a Sr.^a Doutora diga se eu estou correto ou se estou errado: a Sr.^a Doutora conhece os deveres que tem perante esta comissão?

A Sr.^a Doutora já utilizou dois ou três argumentos diferentes para explicar a exoneração do Dr. Frederico Pinheiro.

O Dr. Frederico Pinheiro foi exonerado porque, na sua presença e na presença do Ministro João Galamba, depois de o nome dele ter sido conhecido, provavelmente ele iria ser chamado à comissão de inquérito e disse: «Eu não vou dizer que não tenho estas notas, porque tenho.» Foi por

isso que ele foi exonerado? Sim ou não?

Já pseudo se catalogou o Dr. Frederico Pinheiro de muita coisa aqui, de maluco ainda não — e espero que continue a não ser desta forma —, mas eu só posso concluir que alguém que adivinha que o Grupo Parlamentar do PS quer reunir com a CEO para preparar uma audição que a CEO ia ter aqui, a requerimento do Grupo Parlamentar do Chega, um requerimento potestativo, das duas uma: ou é bruxo, adivinhou e terá mentido ao Sr. Ministro a dizer que a Sr.^a Christine — vá lá saber-se como! — é que adivinhou que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista queria essa reunião; ou, então, o ex-Ministro Pedro Nuno Santos saiu do Ministério das Infraestruturas, mas mantém lá dentro um fiel espião. Só posso concluir uma destas duas coisas.

Portanto, o que eu lhe pergunto abertamente é: o Dr. Frederico Pinheiro é bruxo, sabia disto e montou uma armadilha de tal forma ao Sr. Ministro que até o confundiu, quando o Sr. Ministro disse que sabia deste pedido e que até agilizou o pedido, e o Dr. Frederico Pinheiro, vá lá saber-se porquê, quis inventar a suposta intenção de presença da Eng.^a Christine nessa reunião; ou, então, estaria a ser pago pelo ministério, mas a servir os interesses, presumo eu, do ministro que, entretanto, saiu da pasta?

Outra questão, apenas e só relativa ao Ministro João Galamba: sabe qual foi a reação do Sr. Ministro quando a Sr.^a Doutora fez aquela série de considerações depois do despedimento conjunto em direto? Ele disse-lhe alguma coisa em relação a este *e-mail* que a senhora elaborou detalhadamente? Como é que o Sr. Ministro João Galamba reagiu a este despedimento? Ou não teve reação? A Sr.^a Doutora fala em perfeita falta de articulação entre as tutelas e quando os dois ministros aparecem na conferência de imprensa, passo a citar, «há uma total articulação e conciliação entre as tutelas».

Portanto, *a priori*, os dois ministérios estão perfeitamente

coordenados, na opinião dos dois ministros estão perfeitamente coordenados, estão ambos imbuídos do mesmo espírito, que é para despedir em direto, e a senhora fala em falta de articulação entre as tutelas. Portanto, ou o Sr. Ministro João Galamba não percebia nada do que estava a acontecer — o que é normal, só estava lá desde janeiro —, ou, então, alguma coisa falhou e é isso que eu quero que me explique.

Para terminar, uma última questão: a Sr.^a Doutora, perentoriamente, afirmou que o Sr. Dr. Frederico Pinheiro agrediu e fugiu pelas escadas abaixo. Sr.^a Doutora, explique-me, por favor, como é que alguém que está completamente fora de si — para agredir quatro senhoras tem de estar perfeitamente fora de controlo — foge pelas escadas abaixo? A fuga não reflete o estado de alma de um agressor. Como é que explica isto?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia.

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, tentando não falhar.

O comunicado não tem uma assinatura; tem um nome. Já tive oportunidade de o ver agora nesta nossa pausa técnica. E, portanto, tem o nome, não tem a assinatura. Quando disse que tinha a minha assinatura pensei que tinha o nome escrito por mim, Eugénia Correia.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Mas concorda com ele?

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — Integralmente. Já tive oportunidade de o ler. Sim, reflete os acontecimentos. Portanto, quando me falaram na minha assinatura... A minha assinatura é escrita por mim, com o meu punho e não é minha assinatura o facto de lá se mencionar «Eugénia Correia». Sim, já o li, agora, na nossa pausa, e, sim, subscrevo-o.

Sr. Deputado, já expliquei aqui muitas vezes: a decisão de exoneração

do Dr. Frederico Pinheiro não é minha, mas, como acompanhei todo o circunstancialismo que a rodeou, posso garantir-lhe que não foi por ter notas, Sr. Deputado. Aliás, já transmiti nesta comissão parlamentar de inquérito que estas notas não valem nada. Porquê? Porque, no mínimo, têm de ser aferidas pelos outros participantes.

Se esta reunião não estivesse a ser gravada, Sr. Deputado, eu amanhã poderia fazer um papel dizendo que se passou aqui isto e aquilo... Está a ver?

O conteúdo dessas notas, já que visa reproduzir o que aconteceu numa reunião, tem de ser confirmado ou infirmado, o que for, porque ninguém que esteve naquela reunião confirma que foi assim, ou «desconfirma»... Na verdade, ninguém se pronunciou sobre isto, tanto quanto é do meu conhecimento, e foi esse alerta que deixei no meu ofício, porque eu não fui perguntar a ninguém se isso tinha ou não confirmação. Mas deixei esse alerta.

Portanto, Sr. Deputado, não! O Dr. Frederico Pinheiro não foi exonerado por ter notas.

A preocupação manifestada por mim ao longo deste processo... Sr. Deputado, eu tinha acabado de ser agredida e às 9 horas da noite estava a mandar cancelar o computador e o telefone. A preocupação não é...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O telefone que ele tem até hoje?

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — O telefone de serviço. Eu não posso mandar cancelar...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — O que foi entregue hoje!

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — Eu não sei o que foi entregue hoje.

Eu não posso mandar cancelar telefones que não são equipamento do Estado e a titularidade daquele número de telefone.

Não, Sr. Deputado, não foi porque tinha notas. A preocupação com o computador tem um nome: é TAP, não são notas. Porque eu não tentei que o computador viesse ao ministério para apagar... Eu não mexi no computador, ao contrário do Dr. Frederico. Eu não mexi nesse computador. Não foi para apagar — aliás, a preocupação foi que o computador pudesse ser entregue às autoridades para que o pudessem analisar, se for o caso, e, acima de tudo, que não andasse essa informação nas mãos de quem, a partir das 8 horas e 45 minutos da noite, já não tinha direito a ter esse tipo de informação sobre a TAP.

Sim, Sr. Deputado, já falámos, podia ter copiado... O Dr. Frederico fez milhares de fotocópias no ministério, pode ter levado algumas para casa. Sensivelmente, mais de 1000 fotocópias fez o Dr. Frederico nos últimos dias e não as levou, estão lá no ministério.

Portanto, sim, Sr. Deputado, a tentativa de que aquele computador não estivesse nas mãos do Dr. Frederico após a sua exoneração é a tentativa de retirar das mãos de uma pessoa um conjunto de informação que já não tem legitimidade para a ter.

Não consigo garantir que não a tivesse por outros meios, mas cumpri aquilo que estava ao meu alcance cumprir: a minha obrigação.

Portanto, Sr. Deputado, não, o Dr. Frederico não foi exonerado por ter notas; foi exonerado por ter mentido com... Volto a referir: nesse dia, quatro testemunhas... É que há uma diferença, Sr. Deputado: é que aquilo de que eu tenho estado a falar com o Sr. Deputado e com os restantes Deputados nesta comissão parlamentar de inquérito é acompanhado de prova testemunhal. Dir-me-á: ah, mas as pessoas que testemunham são do gabinete do Sr. Ministro! Pois, Sr. Deputado, são as que trabalham ali, não é? Uma das que testemunhou o Dr. Frederico a dizer que não tem notas já nem

trabalha lá. Já nem trabalha lá! Portanto, não, Sr. Deputado, não foi por ter notas. A preocupação com o computador não é para destruir notas.

Por fim, perguntou-me, o Sr. Deputado, qual a reação do Sr. Ministro das Infraestruturas ao *e-mail* classificado que tem a ver com o procedimento. Sr. Deputado, o Sr. Ministro das Infraestruturas teve conhecimento desse *e-mail*...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Eu sei, por isso é que lhe perguntei qual a reação?

A Sr.^a **Eugénia Correia**: — A reação?... Não tem nenhuma reação. Não tem nenhuma reação. São argumentos puramente jurídicos. O *e-mail* não coloca em causa nem a decisão, nem o principal fundamento da mesma; coloca em causa a utilização de outros fundamentos, do meu ponto de vista, não necessariamente tão fortes quanto o primeiro.

E, Sr. Deputado, quando se fala em falta de articulação das tutelas, não é das atuais. Não é das atuais!... Eu acompanhei todas as reuniões. Isso refere-se — Sr. Deputado, vamos situar-nos —, esse *e-mail* refere-se ao processo de cessação de funções da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis e esse processo, analisado pelo relatório da IGF, é o fundamento para a destituição. E é nesse processo — estamos a falar da destituição por assinatura de um acordo que viola a lei — que há uma falta de articulação.

Mas não houve, Sr. Deputado, porque eu acompanhei todas as reuniões, desde o primeiro projeto de DUE até ao projeto final de DUE. Portanto, aqui, sim, houve articulação entre a tutela acionista e a tutela setorial.

Volto a referir, Sr. Deputado, que o *lead* desse processo é do acionista e nós colaborámos em todas as reuniões.

Quando se refere a falta de articulação é relativamente ao acordo que

conduziu à cessação de funções da Sr.^a Eng.^a Alexandra Reis que, por sua vez, sendo ele considerado ilegal no relatório da IGF, é o fundamento para a destituição das duas pessoas que assinaram esse acordo.

O Sr. Deputado perguntou-me porque é que um agressor, que agrediu duas pessoas e torceu o braço a uma terceira, foge: porque não ia ficar ali a agredir até matar, o objetivo era sair com o computador. E quando se libertou, fugiu.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr.^a Doutora.

Sr. Deputado Filipe Melo, faça favor.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se me permitir, houve aqui duas questões que ficaram por esclarecer. A uma delas, em que especificamente toquei no nome do ex-Ministro Pedro Nuno Santos três vezes propositadamente, a Sr.^a Doutora, não sei se por esquecimento ou por não querer responder objetivamente à questão, não respondeu.

E relativamente a esta questão que a Sr.^a Doutora acabou de explicar, do DUE e etc., quando falo na reação do Sr. Ministro João Galamba ao *e-mail* não estava à espera de que o Sr. Ministro João Galamba tivesse alguma reação formal ao *e-mail*, porque até acredito que o Sr. Ministro João Galamba não estivesse minimamente por dentro do que se passava. Aliás, se a Sr.^a Doutora vir bem a conferência de imprensa, o Ministro João Galamba parece estar ali meio perdido, sem perceber o que o Ministro Fernando Medina diz.

Portanto, está ali uma confusão imensa para ele, porque não domina este dossiê e esta pasta, porque se dominasse este dossiê e esta pasta saberia que a informação que está no computador do Dr. Federico Pinheiro tem de estar no Ministério das Infraestruturas, porque quem tutela o ministério é o ministro e não o adjunto.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se for possível, então, colocar a questão e explicitar tudo, tem 3 minutos e terá de ser agora.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, é a questão a que me estava a referir, da falta de articulação entre as tutelas.

Naturalmente, Sr.^a Doutora, que há falta de articulação entre as tutelas, porque, a partir do momento em que aparecem ambos numa conferência de imprensa... Vamos lá ver, o relatório do IGF é produzido numa fase posterior à demissão do ex-Ministro Pedro Nuno Santos. Portanto, a articulação entre as tutelas tem de ser feita entre o Ministério das Infraestruturas, representado nesta fase já pelo Ministro João Galamba e a continuar a ser representado, no Ministério das Finanças, pelo Ministro Fernando Medina. Portanto, a falta de articulação é atual, das tutelas atuais, não como a Sr.^a Doutora estava a dizer, que já era do passado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, se puder fazer, então, a pergunta...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não sei se me fiz entender.

O Sr. **Presidente**: — Penso que sim. Se quer fazer a pergunta, faça-a, se não, teremos 3 minutos na última ronda para poder fazer a pergunta.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o Sr. Deputado fez-se entender, pelos vistos eu é que não me fiz entender ao Sr. Deputado. Então,

vamos tentar clarificar melhor.

Sr. Deputado, a declaração unânime por escrito, o projeto, é um projeto que inicia o procedimento de destituição do Sr. Presidente do Conselho de Administração e da Sr.^a Presidente da Comissão Executiva. Esse procedimento assenta em quê, Sr. Deputado? Assenta no relatório da IGF, que assenta sobre o quê, Sr. Deputado? Assenta sobre o acordo de demissão da Eng.^a Alexandra Reis. Fez-se um acordo em que a Eng.^a Alexandra Reis renunciou aos seus cargos na TAP em troca de uma indemnização, certo?

Portanto, Sr. Deputado, quando nós estamos a discutir juridicamente o modo como se está a construir os argumentos que estão a ser utilizados, o modo como estão a ser alinhados na DUE, quando se refere «falta de articulação» é relativamente à situação que fundamenta a destituição, que é a celebração do acordo.

Sr. Deputado, no que diz respeito à conferência de imprensa, estiveram presentes os dois ministros: o da tutela acionista e o da tutela setorial. No que diz respeito ao processo de elaboração do projeto de declaração unânime por escrito e da declaração final, o Ministério das Infraestruturas esteve articulado, através de mim, em todas as reuniões.

Portanto, esse *e-mail* refere-se, Sr. Deputado, à construção da DUE, aos argumentos que estavam a ser utilizados. E esses argumentos, Sr. Deputado, têm a ver com o passado, têm a ver com o acordo, que é o acordo que foi analisado pela IGF, que concluiu que esse acordo era ilegal e que, por ser ilegal e prejudicar financeiramente a TAP, entenderam que a gravidade da situação era elevada e determinaram promover a destituição. Quem podia fazê-lo? Os dois ministros: o da tutela acionista e o da tutela setorial. Quando se discute o modo como o Estado fundamenta a sua decisão na DUE, remetendo para o relatório, não querendo utilizar muitos outros argumentos laterais, estamos sempre a reportar-nos ao fundamento da

destituição. O fundamento é o modo como foi promovido esse acordo de cessação de funções da Eng.^a Alexandra Reis.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Doutora, então responda, rápida e objetivamente, à última questão para passarmos à terceira ronda. Rapidamente se possível, dada a longa audição.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Objetivamente, concordo; rapidamente, não! Eu tenho tempo, só tenho reunião amanhã, às 17 horas!

O Sr. **Presidente**: — Eu também tenho tempo, eu também.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, não entendo o objetivo da pergunta, isso não é um facto. Não é um facto, não é nada que tenha ocorrido, enfim, sobre a minha responsabilidade. Eu não sei o que lhe dizer sobre isso, porque não sei que relações existem entre o senhor ex-Ministro e o seu adjunto. Não sei, Sr. Deputado, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Pressuponho que está respondido, Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia?

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar, então, à terceira ronda. Inscreveram-se o Deputado Filipe Melo e o Deputado Hugo Carneiro.

Sr. Deputado Filipe Melo, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr.^a Doutora, penso que fui claro na questão que fiz: nenhum adjunto

terá, penso eu, a capacidade de promover uma reunião entre um grupo parlamentar e a presidente executiva de uma empresa pública só porque naquele dia acordou com essa vontade, porque para ele é indiferente se há essa reunião ou não há. Mas, se calhar, para o Ministério das Infraestruturas e para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não seria tão indiferente essa reunião ter existido ou não. E essa é a questão objetiva que lhe coloco.

A Sr.^a Doutora afirma, perentoriamente, nesta comissão, que terá sido o Dr. Federico Pinheiro a engendrar esta reunião, porque a mensagem que diz é explícita. Mais ninguém terá encontrado essa mensagem de que terá sido a Eng.^a Christine a solicitar a reunião? Primeira questão.

Segunda questão, volto a questionar — e aí concordo com o que a Sr.^a Doutora disse, que isto é quase um Governo «sem rei nem roque» —, porque quando falamos numa empresa — e agora, sim, é um roubo ou um furto de 3.2 mil milhões de euros aos portugueses —, e não tem um dossiê, não tem uma pasta, não tem um arquivo dentro do ministério, se o Sr. Ministro for chamado a responder sobre um assunto da TAP no prazo de horas, não sabe. Não sabe, porque o computador do adjunto está apreendido, não há *backups*, não há *drives*, não há informação, não há nada, a não ser umas fotocópias soltas, que, pelo que percebi, nem sabem o que é, que o Dr. Federico Pinheiro deixou para lá e não levou.

E, depois, pergunto-lhe outra coisa, para finalizar: entregaram os pertences pessoais do Dr. Federico Pinheiro a uma secretaria-geral, para depois serem devolvidos. Sr.^a Doutora, acha que isto é dignidade para se entregar pertences pessoais, eventualmente fotografias de família, ou outras coisas que sejam? A pessoa não tem direito à dignidade da condição humana de ir buscar os seus pertences pela sua própria mão?

E para finalizar mesmo, o Sr. Ministro terá impedido o Dr. Federico Pinheiro de entrar nas instalações do ministério. Há provas disso? Há facticidade? Há essa comunicação? Onde é que podemos encontrar isso?

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Dr.^a Eugénia responde às questões no final.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dr.^a Eugénia Correia, a audição, a inquirição, aliás, vai longa e, portanto, serei muito direto e objetivo nas perguntas que pretendo colocar.

Uma pergunta que julgo que ninguém lhe colocou, mas que acho importante fazê-la: se trocou impressões com o Sr. Ministro ou algum membro do Governo sobre esta inquirição e sobre aquilo que aqui vinha dizer. Acho que é uma pergunta que, apesar de tudo, deve ser feita.

Depois, relativamente aos documentos classificados, a partir do momento em que eles são classificados, procurou saber onde é que existiam, ou não, cópias desses mesmos documentos classificados, nomeadamente do plano de reestruturação no Ministério das Finanças? Já aqui referiu que poderiam existir na TAP, sabendo que esses documentos podem existir em determinados sítios, que eles estão classificados, mas, pelo que percebi, nada procurou fazer, apesar de eles estarem classificados e das pessoas que, à data de hoje, conseguem aceder a esses documentos não terem eventualmente a credenciação necessária para aceder a esses documentos. Portanto, pergunto-lhe qual é a sua atuação neste âmbito e se não acha que deveria fazer alguma coisa.

Depois, relativamente ao momento da classificação, há uma reunião com dois militares, tanto quanto percebi, para a classificação. O Gabinete Nacional de Segurança não alertou que não deveriam existir, ou não poderiam, a partir desse momento, existir cópias digitais ou outras desses documentos, a não ser apenas aqueles que foram classificados naquele

momento? Portanto, não há este alerta do Gabinete Nacional de Segurança? Se existiu, o que é que fizeram relativamente a esse alerta? Quem, à data de hoje, pode aceder a documentos classificados, nomeadamente ao plano de reestruturação, no Ministério das Infraestruturas?

Além disso, não há cópias de documentos tão relevantes, como do plano de reestruturação, no Ministério das Infraestruturas? Mas a questão não se resume a isto, há negociações com a Comissão Europeia, há a decisão sobre auxílios de Estado, provavelmente uma decisão que é, em parte, confidencial, e não há nenhum elemento sobre estes documentos, sobre as interações, por exemplo, com a Comissão Europeia no Ministério das Infraestruturas, e eles não estavam já classificados? Também é uma pergunta que gostava de lhe deixar.

E, por último, sobre as notas que referiu, que, eventualmente, pelo que percebi, na sua opinião talvez não tenham relevância. Ora, elas podem constituir um elemento probatório. Compete à Comissão, depois, atribuir-lhe ou não esse elemento probatório, a sua significância, a sua mais-valia ou credibilidade, mas elas são um elemento probatório. Depois, nós faremos, naturalmente, um juízo sobre se esse valor probatório é relevante ou não.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, para responder.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, referiu aqui que o Dr. Frederico Pinheiro teria promovido a reunião com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e com a CEO da TAP. Os Srs. Deputados têm a documentação referente a essa reunião, quem pediu para reunir com o Gabinete foi o Grupo Parlamentar do Partido Socialista. O pedido da Sr.^a CEO da TAP para estar presente, não o tenho, o que tenho é a mensagem, que é do conhecimento público. O Sr. Ministro já informou que na reunião que tinha tido no dia anterior, tinha dito que ia haver essa reunião com o

grupo parlamentar.

Portanto, não, Sr. Deputado, eu não disse aqui que o Dr. Frederico imaginou uma reunião e que a montou, não é isso que eu digo. O que eu digo é que o Dr. Frederico não tem, como deveria ter, o documento em que a Sr.^a CEO pede para estar. E não tinha, ou não forneceu na reunião que tivemos sobre este assunto, esta mensagem que enviou ao Sr. Ministro. Se a tenho aqui, foi porque o Sr. Ministro a deu. Ele, depois, mandou-a para o Sr. Ministro, mas já o Sr. Ministro a tinha dado e, na reunião, não a procurou e não a entregou.

Portanto, não, Sr. Deputado, não estou aqui a dizer que o Dr. Frederico andou a magicar reuniões e que as preparou sozinho. Não, o grupo parlamentar pediu para reunir com o Ministro das Infraestruturas, isso está expresso. O Ministro das Infraestruturas ia reunir com o grupo parlamentar. Há indicação de que a CEO pretende ir, está expressa. Vem de onde? Do Dr. Frederico. E a comunicação da CEO para o Dr. Frederico? Não temos. Quem disse à CEO que ia haver uma reunião com o grupo parlamentar? O Sr. Ministro, que lhe disse que ia haver, porque já transmitiu essa situação. Pronto. Portanto, isto relativamente a essa situação da reunião com o grupo parlamentar.

Sr. Deputado, dignidade não é aceitar que um agressor volte às instalações do ministério. O Dr. Frederico deixou quatro livros no gabinete, apenas, e, portanto, deixar esses livros na secretaria-geral do ministério para que os possa ir levantar não é falta de dignidade.

O Sr. Ministro das Infraestruturas proibiu Frederico Pinheiro de entrar nas instalações? Sim, proibiu, no telefonema em que o exonerou.

Terminei as suas perguntas, Sr. Deputado?

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sim.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — As minhas, não.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Não, as suas não.

Sr. Deputado, sobre a inquirição. Se me pergunta se preparei esta inquirição, não. Mas se me pergunta se troquei impressões sobre ela, sim, troquei, reuni documentação, procurei mensagens, procurei telefonemas. Sim, não estou propriamente habituada a este tipo de intervenção e, portanto, sim, falei com muita gente, procurei os documentos, procurei saber horas mais precisas, o modo como as coisas tinham ocorrido, recordar-me até de momentos em que se disse ou em que se falou de alguma coisa ou como as coisas ocorreram.

Sr. Deputado, volto a referir-lhe: tudo isto aconteceu depois de 16 horas de voo e de um *jet lag* de 7 horas, portanto, é natural. Para poder prestar os esclarecimentos, também falo com todas as pessoas envolvidas.

Quanto ao plano de reestruturação, Sr. Deputado, há dois sítios onde ele poderá estar: um é na TAP e o outro é no Ministério das Finanças. O Ministério das Finanças tem conhecimento da classificação dos documentos, foi-lhe dado conhecimento. Aliás, na resposta a esta comissão parlamentar de inquérito, o gabinete do Sr. Ministro das Finanças remeteu-a, precisamente, para os documentos que nós já tínhamos enviado como classificados.

A TAP tem conhecimento também de que o documento está classificado. O Gabinete Nacional de Segurança não mandou destruir documentos. Já há pouco explicitiei, Sr. Deputado, no decurso desta comissão parlamentar de inquérito, que o Gabinete Nacional de Segurança alertou para a situação.

Sr. Deputado, imagine: uma direção-geral produz um documento, classifica-o logo, só há aquele. Não foi isto que aconteceu aqui. Já explicitiei também porque é que foi promovida a classificação. Não para ocultar, mas

para poder dar sem prejudicar a TAP, sem prejudicar os Srs. Deputados. Todos têm acesso aos documentos classificados. Não é dizer que foi cortado o acesso à informação dos Srs. Deputados porque se classificou. Não, os Srs. Deputados têm acesso a essa documentação.

Portanto, a situação visou tentar garantir, na medida do possível, que a TAP não fosse prejudicada, mas não visou impedir que os Srs. Deputados pudessem ter acesso.

Portanto, as duas entidades que terão, certamente, o plano de reestruturação sabem da sua classificação. Quem é que pode aceder a documentação classificada no Ministério das Infraestruturas? Só o Sr. Ministro, que tem credenciação automática.

Julgo que respondi a tudo, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Há aqui uma resposta que não foi dada, que tem a ver com a negociação com a Comissão Europeia, portanto, se os documentos que resultam dessa negociação estão ou não no ministério, se estão ou não classificados. E esta é uma pergunta que não foi, de todo, respondida.

Relativamente ainda à primeira pergunta, o que eu tinha questionado, na verdade, era se tinha trocado impressões, nomeadamente com o Sr. Ministro ou membros do Governo. Portanto, não respondeu especificamente se trocou impressões com o Sr. Ministro sobre esta audição.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Dr.^a Eugénia Correia, faça favor.

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, relativamente às negociações com a Comissão Europeia, existem — o Sr. Deputado terá

oportunidade de ver em breve — três ou quatro documentos no arquivo do ministério relativamente a isso. Não estão classificados.

Relativamente a esta inquirição, sim, Sr. Deputado, troquei impressões com o Sr. Ministro. Troquei impressões com o Sr. Ministro, não para ele me ensinar ou me condicionar.

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Claro, nem isso lhe passou pela cabeça!...

A Sr.^a Dr.^a **Eugénia Correia**: — Sr. Deputado, o que é normal é que duas pessoas que trabalham juntas... aliás, eu prestei informação ao Sr. Ministro sobre muitas das coisas que referenciámos. O Sr. Ministro não esteve na reunião de 5 de abril, não esteve, contrariamente ao que foi aqui afirmado. Portanto, eu tive de explicitar ao Sr. Ministro o que aconteceu nessa reunião, não é? E, portanto, sim, trocámos informações sobre aquilo que aconteceu.

O Sr. Ministro, quando chegou ao ministério, na noite dos acontecimentos, teve de ser colocado ao corrente, sim, falámos sobre isso.

Sobre a inquirição, a inquirição que os Srs. Deputados fizeram não era do meu conhecimento. Eu não sabia que perguntas os Srs. Deputados me iam fazer. Eu não estive a ler respostas, Sr. Deputado. Eu não sabia as perguntas que os Srs. Deputados me iam fazer e, portanto, não combinei respostas com o Sr. Ministro. Se falei sobre os acontecimentos? Sim, Sr. Deputado, claro que falei.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Filipe Melo.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Sr. Presidente, se me permite, queria fazer uma interpelação à Mesa sobre dois temas distintos.

Primeiro, Sr. Presidente, eu gostava que isto ficasse em ata, porque, depois destas audições, e pode mesmo ficar em ata que eu ainda não percebi — se calhar é um problema meu, mas eu não percebi — como é que um grupo parlamentar pede uma audição ao ministro, o ministro, numa reunião com a CEO, diz que vai haver esta reunião, a CEO, em vez de dizer ao Ministro, vai dizer ao Dr. Pinheiro que até quer estar presente, que, por sua vez, pergunta «posso?», e diz «pode». Que fique em ata, Sr. Presidente, que, após estas audições, eu ainda não percebi, vai ficar por perceber.

O Sr. **Presidente**: — Ficaré, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carvalho** (PS): — Isto são alegações finais, a esta hora?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, vamos com calma, vamos com tranquilidade. Sr. Deputado Hugo Carvalho...

Eu permiti que isto fosse feito, que esta situação fosse feita, ficará em ata esse registo, essa sua dúvida, peço-lhe que diga qual é a segunda.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Agradeço, Sr. Presidente.

A segunda tem a ver com o documento da intervenção inicial que o Dr. Frederico Pinheiro ficou de enviar à Comissão. Pergunto se os serviços têm conhecimento de já terá chegado e, em caso afirmativo, se faziam o favor de no-lo fazer chegar, por via eletrónica, porque vai dar jeito para preparar a audição de amanhã.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem. O Sr. Dr. Frederico Pinheiro...

Sr. Deputado Hugo Carvalho, mais uma vez, peço-lhe que me deixe...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Isto é constante, Sr. Presidente, isto é constante!

O Sr. **Presidente**: — Peço, mais uma vez, que me deixem...

O Dr. Frederico Pinheiro não deixou logo o documento, porque disse que o documento tinha muitas gralhas e que iria corrigir o documento, e amanhã o documento estará pronto para poder entregar aos Srs. Deputados.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Tem ideia da hora, Sr. Presidente, só para nos conseguirmos orientar?

Vozes: — É hoje, é hoje.

O Sr. **Presidente**: — É hoje, sim, é hoje, claro.

Pausa.

Nós vamos fazer esse contacto por *e-mail*, dado que não temos o telefone do Sr. Dr. Frederico Pinheiro, não o disponibilizou. Iremos fazer esse contacto por *e-mail*, está bem?

Muito obrigado a todos, muito boa noite, Sr.^a Dr.^a Eugénia, boa noite Sr.^{as}. e Srs. Deputados.

Eram 2 horas e 25 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.